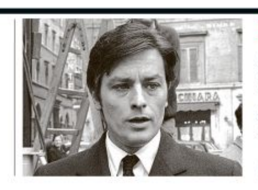
Liderança

"Saber o que fazer 'tecnicamente' não basta. É necessário gestão", diz Jefferson De Paula, da ArcelorMittal Brasil B2



Tributação

Decisão recente do STJ destrava compensação de R$ 2,4 bilhões em ICMS-ST para quatro grandes varejistas E1



Memória

Alain Delon morreu aos 88 anos. O astro francês atuou em clássicos como "O Sol por Testemunha" e o "O Leopardo" A19

Sábado, domingo e segunda-feira, 17, 18 e 19 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6068 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

O adeus ao apresentador, empresário e ícone da TV

João Luiz Rosa
De São Paulo

Empresário, apresentador e ícone da televisão brasileira, Silvio Santos morreu no sábado, em São Paulo, aos 93 anos. Durante seis décadas, conduziu o "Programa Silvio Santos", que estreou em 1963 e se tornou um dos mais longevos na história da TV mundial. As personas de empresário e animador de TV sempre se sobrepuseram. O homem sempre sorridente à frente das câmeras imprimiu sua marca nos negócios. No SBT, contratava talentos, tirava e colocava programas no ar, mudava horários de exibição.

Acima de tudo, se definia como um vendedor. Foi camelô e locutor de rádio, depois de vencer 300 candidatos num concurso, entre eles Chico Anysio.

Entrou na TV no começo dos anos 1960, ao comprar espaço na TV Paulista nas tardes de domingo. O movimento mais importante viria com o "Programa Silvio Santos", em 1963. Inicialmente restrito à cidade de São Paulo, o programa ganhou exibição nacional com a Globo, em 1969. A transição para empresário da comunicação começou nos anos 70. Silvio montou a TVS, que entrou no ar em 1976. O passo mais ousado foi conseguir a sua rede, o SBT, a partir de 1981.

Como empresário, atuou em diversos ramos, como na venda de carnês, com o Baú da Felicidade. Era dono da empresa de cosméticos Jequiti e teve experiência mal sucedida no sistema financeiro, com o PanAmericano — o banco teve um rombo descoberto de R$ 4,3 bilhões em 2010. Na política, foi próximo de todos os governos. **Páginas B6 e B7**

DIVULGAÇÃO



Silvio Santos: personalidades do homem de negócios e do animador de TV, que morreu no sábado, sempre se sobrepuseram

Fila do INSS cai, mas alta no auxílio-doença preocupa e indica aumento de fraudes

Previdência Redução do tempo de espera é positiva, mas especialistas veem salto em concessões indevidas desse benefício e apontam impacto nas contas públicas

Jéssica Sant'Ana
De São Paulo

Em seu primeiro ano de vigência, o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social foi eficaz em reduzir o estoque de requerimentos e o tempo de espera para análise de pedidos, mas há indícios de concessões indevidas e fraudes, especialmente no caso do auxílio-doença, segundo especialistas. Há, nesse cenário, uma forte aceleração da emissão de benefícios, o que aumenta ainda mais os gastos previdenciários e assistenciais, com impacto negativo sobre as contas públicas.

Os dados do Ministério da Previdência Social mostram alta de 55,5% no número de auxílios-doença emitidos em junho deste ano em relação a junho de 2023. Para comparar, as aposentadorias por idade cresceram 5,2% e as pensões por morte, 1,7%. Os benefícios assistenciais têm aumento das concessões de 12,7%. Nos 12 meses até fevereiro (o número mais recente disponível), os gastos com o auxílio-doença foram de R$ 31,9 bilhões, um salto de 23,2% sobre os 12 meses anteriores.

Um ponto positivo é que o sistema ficou mais ágil, garantindo acesso mais rápido para quem faz jus aos benefícios. Em junho de 2023, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estimava em quase 1,8 milhão os pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais aguardando análise. Destes, 597 mil eram de auxílio-doença. Já em junho deste ano, o estoque caiu para 1,3 milhão, sendo 334 mil de auxílio-doença. Segundo especialistas, a alta das emissões é desproporcional à redução da fila, o que indica concessões indevidas e fraudes. "O programa do INSS teve o mérito de reduzir a fila e a espera do segurado. Contudo, isso provavelmente aconteceu às custas de aumento da concessão indevida dos benefícios", diz Leonardo Rolim, ex-presidente do INSS.

A maior preocupação é com o auxílio-doença, cuja concessão foi facilitada pelo Atesmed, adotado no segundo semestre de 2023, permitindo a análise de atestado digital, sem passar por perícia médica presencial. "O crescimento no volume de requerimentos de auxílio-doença, usando o Atesmed, está muito forte e a redução da fila explica uma parcela muito pequena desse aumento", diz Marcos Mendes, do Insper. "Como não há um surto de qualquer doença no país, a única explicação plausível é que os filtros para concessão do auxílio estão frágeis, o que estimula o aumento da demanda e as fraudes." **Página A6**

Ministros do STF veem 'freio de arrumação' em caso de emendas

Raphael Di Cunto, Isadora Peron e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma parcela dos congressistas, ainda que minoritária, avaliam que a liminar do ministro Flávio Dino suspendendo o pagamento das emendas parlamentares ao Orçamento foi necessária para fazer um "freio de arrumação" no processo. A exigência de mais transparência no envio de recursos para Estados e municípios por indicação dos parlamentares ocorre antes que as denúncias de desvios de recursos se avolumem a ponto de surgir uma nova "Lava-Jato", dada a ampla utilização do modelo. Na sexta-feira, o plenário do STF confirmou as três liminares de Dino que suspenderam as emendas até que o Congresso adote novas regras de "transparência, rastreabilidade e eficiência. Os outros ministros acompanharam Dino. **Página A12**

Mercado de trabalho, estímulo fiscal e crédito impulsionam atividade

Sergio Lamucci A4

Investir no esporte é também um caminho para o desenvolvimento

Ana Maria Diniz A21

Indicadores

Ibovespa	16/ago/24	-0,15 %	R$ 55,2 bi
Selic (meta)	16/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	16/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	16/ago/24		5,4626/5,4632
Dólar comercial (mercado)	16/ago/24		5,4672/5,4678
Dólar turismo (mercado)	16/ago/24		5,4924/5,6724
Euro comercial (BC)	16/ago/24		6,0061/6,0073
Euro comercial (mercado)	16/ago/24		6,0276/6,0282
Euro turismo (mercado)	16/ago/24		6,0807/6,2607



Pantanal em risco



GABRIEL REIS/VALOR

"A situação é muito grave, mas vamos lutar para salvar o Pantanal", diz Teresa Bracher, ambientalista e proprietária de terras na região. A preocupação é que a temporada de incêndios supere a de 2020, que queimou 26% do ecossistema. O pico da estação seca ocorre em setembro e outubro. Teresa fala por um grupo de empresários que viram suas fazendas queimar, de novo, neste ano, mas não pensam em desistir do lugar .Página A22

Projeções de crescimento maior e juro mais alto ganham força

Anaïs Fernandes, Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Os mais recentes dados de atividade divulgados estimularam uma onda de revisão de expectativas para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2024. O consenso do mercado projeta, por ora, crescimento de 2,2% da economia neste ano, mas uma parcela crescente dos economistas já aposta que esse número supere 2,5%. Após a divulgação do IBC-Br na semana passada, o J.P. Morgan elevou sua projeção para a alta do PIB de 2,5% para 2,9%. O banco ABC Brasil aumentou de 2,4% para 2,6%, enquanto a Kínitro Capital e a Terra Investimentos ajustaram de 2,5% para também 2,6%.

Essa percepção de que a atividade econômica se mantém firme, em meio a um cenário de alguma pressão inflacionária e expectativas em alta, tem dado impulso às apostas do mercado de que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC) vai voltar a elevar a taxa Selic em breve. Declarações mais conservadoras de autoridades do BC, como o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, reforçaram essa perspectiva. **Páginas A10 e C2**

Incorporadoras lucram R$ 1,3 bi no 2º trimestre

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Apesar dos juros ainda elevados no país, as incorporadoras tiveram um segundo trimestre positivo, tanto nos resultados financeiros quanto nas vendas. Levantamento realizado pelo **Valor Data** com 30 companhias de capital aberto mostra aumento de 67% no lucro líquido trimestral, na comparação com o mesmo período de 2023, para R$ 1,3 bilhão. A receita líquida avançou 26%, para R$ 13,86 bilhões. O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) ajudou as incorporadoras do segmento econômico a se destacarem, com as vendas aumentando 29%.

Para André Mazini, analista do Citi, novos projetos em São Paulo foram atrapalhados pela demora na regulamentação da outorga onerosa, taxa paga à prefeitura para construir acima do limite básico, segundo o Plano Diretor da cidade. **Página B1**



Mercado de trabalho, estímulo fiscal e crédito impulsionam economia



Sergio Lamucci

A atividade econômica segue forte, como mostram os números do segundo trimestre. Com o mercado de trabalho robusto, um expressivo estímulo fiscal, especialmente via transferência de renda, e a melhora do crédito, o PIB deste ano pode crescer 2,5% ou mais, com alguns analistas projetando um resultado semelhante aos 2,9% de 2023. A interrupção do ciclo de queda da Selic e a perspectiva de retomada de alta da taxa, porém, tendem a levar a alguma desaceleração nos próximos trimestres, o que torna ainda mais essencial a redução das incertezas sobre as contas públicas. Isso aliviaria mais a pressão sobre o câmbio, que diminuiu nas últimas semanas, e limitaria o eventual aumento dos juros, resultando numa perda de fôlego mais modesta da atividade à frente.

Os indicadores econômicos do segundo trimestre evidenciam um desempenho firme da economia brasileira. Em junho, a indústria avançou 4,1% em relação a maio, feito o ajuste sazonal, enquanto os serviços subiram 1,7% e o varejo ampliado (que inclui automóveis, autopeças e material de construção) teve aumento de 0,4%. Nesse quadro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) aumentou 1,4% na comparação com maio. A taxa de desemprego no segundo trimestre, por sua vez, ficou em 6,9%, a menor para o período desde 2014, ao passo que a massa de rendimentos cresceu 9,2% em relação ao segundo trimestre de 2023, descontada a inflação.

"De fato, todos os indicadores divulgados recentemente reforçam que a atividade segue bastante resiliente, impulsionada pela ocupação e massa real de rendimentos em alta, expansão do crédito e estímulos fiscais", resume a LCA Consultores. "Os impactos das chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul em maio se mostraram menos intensos do que o esperado e a recuperação também tem sido mais célere", diz a consultoria, em relatório.

O economista Rodrigo Nishida, da LCA, lembra ainda que houve uma liberação excepcional de precatórios na virada do ano, acrescentando que a queda da agricultura em 2024 não deve ser tão intensa quanto se projetava, enquanto a pecuária tem ido muito bem. Para ele, a economia pode ter crescido no segundo trimestre algo em torno de 1% em relação ao trimestre anterior, o que seria uma aceleração em relação ao já bom resultado de 0,8% do período de janeiro a março. Para o crescimento de 2024, Nishida deve revisar o número para cerca de 2,5% — a projeção da LCA é de 2%.

Já o diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, elevou a estimativa para o crescimento do Brasil em 2024 de 2,3% para 2,5%, aumentando a previsão para a expansão do segundo trimestre de 0,6% para 0,8%. Olhando para frente, Ramos aponta, em relatório, que a atividade vai continuar a se beneficiar de um estímulo fiscal significativo, mencionando transferências do governo para pessoas de baixa renda, do aumento do salário mínimo acima da inflação, da virada do ciclo de crédito e do crescimento sólido do rendimento disponível das famílias. Na direção contrária, há condições monetárias ainda apertadas, níveis ainda altos de endividamento da pessoa física, a pouca ociosidade na economia e incertezas ainda elevadas, diz Ramos. Com os resultados dos indicadores de junho, o J.P. Morgan aumentou a sua estimativa de 2,5% para 2,9%.

Como se vê, o desempenho da economia tem sido positivo. No quadro externo, há o temor de uma desaceleração mais forte da economia americana, um risco para o ambiente global. Ao mesmo tempo, isso deverá levar o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) a promover um corte dos juros já no mês que vem, um fator favorável a mercados emergentes.

Nesse cenário, o governo deveria contribuir para evitar ruídos e reduzir incertezas no quadro político e econômico. Por várias semanas a partir de meados de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se empenhou com afinco em aumentá-las, ao criticar o Banco Central (BC) e o nível da Selic e a levantar dúvidas sobre a necessidade de enfrentar o ajuste fiscal pelo lado dos gastos. Combinado a um momento de aumento da aversão global ao risco, isso levou o dólar a encostar em R$ 5,80.

Nas últimas semanas, porém, a moeda americana recuou. O BC endureceu o discurso, com o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, assumindo um papel de destaque na comunicação, indicando que a instituição poderá elevar a Selic para trazer a inflação à meta. Galípolo é visto como o sucessor de Roberto Campos Neto no comando da instituição a partir de 2025. Na sexta-feira, o próprio Lula disse que "quando tem aumentar os juros, tem que aumentar". Além disso, o cenário externo se desanuviou um pouco.

No front fiscal, o governo bloqueou R$ 15 bilhões do Orçamento deste ano e adotou uma medida para segurar as despesas em agosto e setembro, com a contenção de mais cerca de R$ 33 bilhões em gastos. Com isso, o governo deu sinais de empenho para cumprir a meta fiscal deste ano. Falta, porém, um programa de ajuste que enfrente a expansão das despesas obrigatórias, que avançam a um ritmo elevado, porque boa parte dos gastos está vinculada ou ao salário mínimo, como benefícios previdenciários e assistenciais, ou à receita, como o piso de dispêndios em saúde e educação. Para reduzir significativamente as incertezas sobre as contas públicas, é necessário mais do que medidas de controle de gastos no curto prazo.

Desde 2021, a economia brasileira tem crescido mais do que o esperado pela maior parte dos analistas. É uma boa notícia, mas, para manter ao longo do tempo um nível mais forte de expansão do PIB, é fundamental que a política fiscal seja menos expansionista, abrindo espaço para juros mais baixos de modo sustentado. Também é indispensável um esforço concentrado para elevar a produtividade. A reforma tributária deve levar o país a colher frutos nessa direção, ao aumentar a eficiência na economia. No entanto, continua a faltar uma agenda mais completa, o que exige iniciativas para aperfeiçoar o capital humano, melhorar o ambiente de negócios e reduzira incerteza jurídica, dando mais conforto para o investimento do setor privado, e promover a abertura comercial. Sem isso, haverá apenas surtos de crescimento um pouco mais forte, ou nem isso.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Políticas públicas Tema é alvo de 75 propostas no Legislativo, algumas com mais de 15 anos, e pode ser decidido pelo Supremo

No Congresso, licença parental só acumula projetos e pouco avança

Murillo Camarotto
De Brasília



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto da deputada Celina Leão (PP-DF) amplia licença para policiais militares

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma a análise de mudanças nas regras dos chamados "direitos parentais", o Congresso Nacional acumula uma pilha que já chega a 75 projetos de lei para tratar de atualizações na licença-maternidade e na licença-paternidade. No levantamento, obtido pelo **Valor**, há propostas encaminhadas há mais de 15 anos e que seguem sem previsão de deliberação.

No fim do ano passado, ao analisar a questão, o STF deu um prazo de 18 meses para que os parlamentares definam uma regulamentação para a licença-paternidade, caso contrário o próprio tribunal o faria, sob a justificativa de omissão legislativa. A maioria do plenário entendeu que os cinco dias previstos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) são "manifestamente insuficientes".

De acordo com o Supremo, tal prazo para a licença dos pais "não reflete a evolução dos papéis desempenhados por homens e mulheres na família e na sociedade". Esta é justamente a linha defendida pelo advogado trabalhista Sérgio Pelcerman, sócio do escritório Almeida Prado Hoffmann Advogados e responsável pelo levantamento.

"Em 2024, esse modelo da CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas], ou mesmo da Constituição de 1988, é algo muito ultrapassado, tem que ser atualizado", afirmou ele antes de mencionar as mudanças na dinâmica das famílias. "Todos nós sabemos que a presença da figura paterna resulta em uma criação diferente. E hoje em dia, sem apoio, as mulheres têm muito mais dificuldade para sair do lugar", completou.

Na sua avaliação, a dificuldade do Congresso em avançar com essa pauta é resultado ainda de um choque geracional. Pelcerman considera que parlamentares de gerações mais antigas têm maior resistência em compreender a importância da mudança nas regras dos direitos parentais. São os mais jovens, segundo ele, que têm puxado esta agenda.

Ainda assim, o advogado defende que a decisão venha do Legislativo, e não do Judiciário. "Agora, acredito que o julgamento no STF pode, sim, ajudar a pressionar os parlamentares por uma decisão", afirmou.

Entre as 17 propostas em tramitação no Senado, uma das mais avançadas é o PL 3.773/23, do senador Jorge Kajuru (PSB-GO). O texto, aprovado em julho na Comissão de Direitos Humanos, amplia para até 75 dias a licença-paternidade, prazo que poderia ser dividido em até dois períodos separados, por requisição do trabalhador. A matéria aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na exposição de motivos do projeto, Kajuru cita o alerta do STF sobre eventual omissão do Congresso. "Nesse sentido, é imperativo reconhecer que, sem equidade nas atribuições relacionadas ao cuidado da família, não há igualdade possível entre homens e mulheres", completou.

Na Câmara, onde foram mapeados 58 projetos em tramitação, o tema praticamente empacou. Apresentado há 16 anos, o PL 3.935/08 propõe a ampliação da licença-paternidade para 15 dias, mas ainda aguarda a criação de uma comissão temporária.

O mais promissor é o PL 879/21, dos deputados Ossesio Silva (Republicanos-PE) e Celina Leão (PP-DF). O texto, contudo, está restrito às licenças para policiais militares, que passariam a ser de 180 dias corridos para mães e de 20 dias corridos, para os pais. De acordo com a autora, o período ampliado para a licença-paternidade permite que o pai assista a mãe e seu filho "adequadamente".

A pesquisa Radar da Parentalidade, divulgada na véspera do último Dia dos Pais, apontou que 8 em cada 10 pais gostariam de ter a licença-paternidade estendida. Em abril, o Datafolha mostrou resultado parecido, com 76%. Atualmente, contudo, nem mesmo o corretor automático dos principais editores de texto reconhece a licença para os homens. Ao se digitar o termo "licença-paternidade", depara-se com um alerta de erro, seguido de uma sugestão: "licença-maternidade".

Metade não faz prova de 'Enem dos Concursos'

Jéssica Sant'Ana e Anaïs Fernandes
De Brasília e São Paulo

Na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), aproximadamente 1 milhão de pessoas deixaram de realizar as provas, segundo dados preliminares do governo. Como mais de 2,1 milhões de candidatos se inscreveram, o número indica uma abstenção de aproximadamente 50%. A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que o resultado está dentro da expectativa.

Os números exatos devem ser divulgados nesta segunda-feira (19). Segundo a ministra, a taxa deve ficar entre 52% e 53%. Ela lembrou que há certames com índice de faltas mais elevados. "Está dentro do esperado. O concurso do Banco Central teve 62% de abstenção. O do Banco do Brasil, com 1 milhão de inscritos, teve em torno de 50%. Na nossa visão, [taxa do CPNU] até surpreende, dada a envergadura, a quantidade de municípios e de pessoas fazendo prova [de concurso] pela primeira vez", relatou Dweck.

Até sábado (17), apenas 52% dos candidatos tinham conferido os locais de prova, o que já era indicativo de alto índice de não comparecimento neste domingo.

As provas do CPNU, que ficou conhecido como "Enem dos Concursos" foram aplicadas no domingo em dois turnos. Dweck afirmou que as provas ocorreram sem nenhuma grande intercorrência, com apenas 0,2% dos locais de prova registrando algum problema, como queda temporária de energia, mas que não impediu a realização da prova. O Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias, disse que o CPNU teve um nível "baixíssimo de judicialização".

Para Marquinhos Fonseca, professor do Gran Concursos, o candidato que "jogou com o regulamento embaixo do braço" não deve ter encontrado grandes dificuldades nas provas deste domingo (18) do CPNU.

"São muitas regras, há blocos, eixos, pesos. O aluno que entendeu a metodologia da prova foi um aluno que se deu bem", diz o professor, observando que os eixos temáticos tinham peso relevante.

Os candidatos realizaram as provas em dois turnos neste domingo. Pela manhã, houve prova de língua portuguesa e redação para cargos de nível intermediário e provas de conhecimentos gerais e discursiva para nível superior. À tarde, candidatos de nível intermediário responderam a questões de direito, matemática e realidade brasileira, enquanto candidatos a vagas de nível superior realizaram provas de conhecimentos específicos das respectivas áreas.

O tempo para a realização da prova no turno da manhã e a quantidade de linhas exigidas nas questões discursivas surpreenderam, segundo Fonseca. "O candidato teve dificuldade de responder todas as perguntas com o tempo tranquilo", afirma.

Leandro Signori, professor da Estratégia Concursos, avalia que o tema da redação para o bloco 8 (nível intermediário) — sobre como a educação e o progresso científico e tecnológico podem ajudar a reduzir as desigualdades no país — foi acessível. Os textos de apoio, segundo ele, traziam bom subsídios para a escrita da redação e os candidatos tinham vários conteúdos para explorar.

Signori também considerou a prova de língua portuguesa bem-feita e de dificuldade de "nível médio", com questões de tamanho intermediário.

Fonseca comparou as provas deste domingo a entrevistas de emprego. "Foram exigências bem voltadas para aquilo que o candidato vai fazer quando entrar no serviço público", diz.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Gestão pública Emissão de auxílio-doença cresce 56% em junho após criação de programa para reduzir espera

INSS vê fila cair e suspeitas de fraude aumentar

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Em seu primeiro ano de vigência, o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social foi eficaz em reduzir o estoque de requerimentos e o tempo de espera para análise de pedidos, mas há indícios de concessões indevidas e fraudes, especialmente no caso do auxílio-doença, segundo especialistas. Há, desse modo, aceleração da emissão de benefícios, o que aumenta ainda mais os gastos previdenciários e assistenciais da União, com impacto negativo sobre as contas públicas.

O principal problema apontado pelos especialistas é em relação à concessão do auxílio-doença, que foi facilitada pelo governo com a criação do Atestmed, ferramenta implementada a partir do segundo semestre de 2023 que permite a concessão do benefício temporário via análise de atestado digital, sem passar por perícia médica presencial, como era a regra antes.

Os dados do Ministério da Previdência Social mostram alta de 55,5% no número de auxílios-doença emitidos em junho deste ano (o último dado disponível) em relação a junho de 2023. O total chegou a 1,7 milhão de emissões. Para comparar, as aposentadorias por idade cresceram 5,2%, e as pensões por morte, 1,7%.

O auxílio-doença responde por parte pequena do gasto total com benefícios, mas as despesas têm tendência da alta. O governo parou de publicar relatório com essa conta no início do ano, mas, segundo o dado mais recente, de fevereiro, os desembolsos em 12 meses somaram R$ 31,9 bilhões, alta de 23,2% ante os 12 meses anteriores, sem considerar a inflação.

Em relação ao número de benefícios, considerando aposentadorias, pensões e auxílios previdenciários e assistenciais — as emissões chegaram a 40,3 milhões em junho deste ano, alta de 5,7% em ante o mesmo mês do ano passado. Em números absolutos, foram 2,19 milhões de emissões a mais — 1,5 milhão do tipo previdenciário e 686 mil assistenciais (Benefício de Prestação Continuada, o BPC). As concessões de auxílio-doença respondem por 4,2% do total, mas, com crescimento acima da média, ajudaram a explicar o movimento.

"O programa de enfrentamento à fila do INSS teve o mérito de reduzir a fila e a espera do segurado. Contudo, isso provavelmente aconteceu às custas de aumento da concessão indevida dos benefícios", afirma Leonardo Rolim, ex-presidente do INSS e consultor no Congresso Nacional.

Desde a implantação do programa, o sistema ficou mais ágil, o que garante o acesso à seguridade social para quem de fato precisa. Em junho de 2023, antes de lançamento da medida, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estimava que havia quase 1,8 milhão de pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais aguardando análise. Destes, 597 mil eram de auxílio-doença, tecnicamente classificado como auxílio incapacidade temporária. Já em junho deste ano (último dado disponível), o estoque de requerimentos caiu para 1,3 milhão, sendo 334 mil de auxílio-doença.

O INSS considera que, do estoque atual, cerca de 300 mil pedidos estão, de fato, aguardando na fila, porque uma média de 1 milhão de novos requerimentos entram mensalmente no sistema.

Outra métrica relevante, o tempo médio de espera por resposta passou de 70 dias em junho de 2023 para 36 um ano depois. O indicador leva em conta os requerimentos que estão no estoque descontando os pedidos que estão em exigência — fase que depende do envio de alguma informação complementar do segurado. Legalmente, o INSS tem 45 dias para responder um pedido de benefício, mas o prazo não era cumprido.

O aumento no número de concessões — independentemente do indício de fraudes — tem pressionado as contas públicas. Em julho, no relatório de avaliação do Orçamento, o governo passou a prever gasto total de R$ 923,1 bilhões com benefícios previdenciários em 2024, alta de R$ 5,3 bilhões. A variação é justificada pelo fato de as despesas de maio a junho terem sido executadas acima do previsto e de "comportamentos inesperados de entrada de pedidos", conforme descrito pelo governo no relatório.

Para o BPC, a expectativa é de um gasto de R$ 111,5 bilhões no ano, alta de 6,4 bilhões em relação ao relatório de avaliação do Orçamento de maio, também em "razão da elevação nos quantitativos de benefícios concedidos face ao Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, bem como do aumento da quantidade de requerimentos novos e analisados". O BPC é uma política do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, mas operacionalizado pelo INSS.

Rogério Nagamine, economista especialista em Previdência, chama atenção para a importância de combinar o enfrentamento à fila com critérios justos de concessão. "É preciso encontrar formas de reduzir a fila e a espera do segurado do INSS. Contudo, é preciso que seja por medidas de gestão que evitem o aumento da concessão indevida dos benefícios", defende.

Já Marcos Mendes, doutor em economia e pesquisador associado ao Insper, destaca que a redução da fila explica uma "parcela muito pequena" do aumento do auxílio temporário. "Como não está havendo surto de qualquer doença no país, a única explicação plausível é que os filtros para concessão do auxílio estão frágeis, o que estimula o aumento da demanda e as fraudes", completa.

Rolim, ex-INSS, destaca que, em setembro de 2023, foram emitidos 970 mil auxílios-doença. Em junho deste ano, 1,7 milhão. "O aumento foi de 74,8%, algo nunca visto na Previdência. Entendo que a concessão desse benefício por atestado médico é salutar para trazer comodidade ao cidadão e para ampliar a capacidade e rapidez de atendimento da perícia, mas não é o instrumento mais adequado para a redução da fila."

Procurados, INSS e ministério não responderam. Quando prorrogou o programa, a pasta disse, em nota, que as ações empreendidas ajudaram a reduzir a fila de espera e o tempo médio entre agendamento e realização da perícia médica. O governo argumenta que o Atestmed reduz o chamado custo do atraso — definido como os valores dos benefícios concedidos em atraso, ajustados pela correção monetária. A economia esperada para o ano é de R$ 5,6 bilhões.

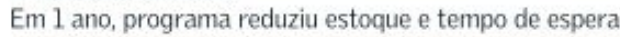
Marcos Mendes observa que esse ganho esperado é "mais do que compensado pela explosão de novos requerimentos".

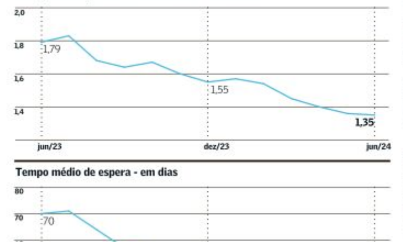
O programa de enfrentamento à fila foi criado em meados de julho de 2023 e teria vigência até terça-feira passada (13), mas foi prorrogado por mais três meses, até 13 de novembro.

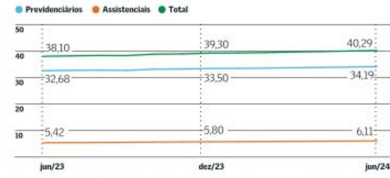
Ver também pág. A8

"Única explicação plausível é que os filtros para conceder o auxílio estão frágeis"
Marcos Mendes









Fonte: INSS e Ministério da Previdência Social. Observações: estoque considera requerimentos de benefícios previdenciários, incluindo auxílio-doença via Atestmed, e assistenciais (BPC e RMV); Tempo de espera é o chamado Tempo de Concessão (TMC) líquido, que leva em conta os requerimentos que estão no estoque descontando os pedidos que estão em exigência (aguardando algum documento do segurado).

Gestão pública Ministro diz que busca pelo corte de R$ 25,9 bi caberá ao colega Carlos Lupi

Pente-fino de fraude vai mirar BPC, não Bolsa Família, afirma Wellington Dias

Fabio Murakawa e Andrea Jubé
De Brasília

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias (PT), afirmou em entrevista ao **Valor** que a maior parcela do corte de R$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025, arbitrado pelo titular da Fazenda, Fernando Haddad, ficará a cargo de outra pasta e de outras programas sociais, porque o Bolsa Família já deu sua contribuição no ano passado.

No mês passado, Haddad anunciou que o governo fará um pente-fino para identificar fraudes nos programas sociais visando à economia dessa cifra para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal. Dias argumentou, todavia, que essa fiscalização foi feita pelo ministério no ano passado, após o Tribunal de Contas da União (TCU) apontar irregularidades no valor de R$ 24 bilhões no Bolsa Família.

Agora, segundo Dias, a bola estaria com seu colega de Esplanada, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT), a quem caberia direcionar a lupa para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ligado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Dias esclarece que o papel de sua pasta limita-se ao fornecimento dos dados do Cadastro Único (CadÚnico), de onde saem os beneficiários do BPC. "O Lupi vai ter que trabalhar", observa Dias, em relação a perícias a serem feitas em beneficiários do programa. "Na prática, o que a gente quer é combater as fraudes", complementou.

Se houver 1 milhão de benefícios irregulares no BPC, como estima o ministro, isso resultaria em economia de quase R$ 17 bilhões aos cofres públicos. Integrantes da Fazenda ouvidos pelo **Valor** corroboram a tese de que a maior parcela dos cortes virá do BPC.

Em resposta ao **Valor**, assessores do ministro Carlos Lupi argumentaram que a identificação de eventuais fraudes no BPC caberia ao MDS, porque o cadastro é mantido por aquela pasta. A Previdência Social, por meio do INSS, faz apenas os pagamentos, justificaram.

Ainda nesta entrevista, Dias enumerou inovações no programa Bolsa Família, como a adoção de biometria e, até mesmo, da leitura facial para reconhecimento dos beneficiários. E explicou como entidades ligadas a igrejas evangélicas estão firmando convênios com o MDS para captar potenciais beneficiários dos programas sociais.

Wellington Dias acredita que Lula chegará ao fim do ano com cerca de 60% de aprovação de seu governo, segundo as pesquisas de opinião. E destacou a relevância do candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol), vencer a eleição para prefeito de São Paulo. Disse que estarão todos juntos no segundo turno, independentemente de quem chegar lá, Boulos ou a deputada Tabata Amaral (PSB), apoiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). "São Paulo depende do humor da conjuntura." A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: *O ministro Fernando Haddad fala em pente-fino de R$ 25,9 bilhões para cortes em despesas obrigatórias. Boa parte disso seria advinda de programas sociais. Como será isso, haverá novos cortes no Bolsa Família?*

Wellington Dias: Todo dia eu ouço do presidente: 'Não faltará dinheiro para cumprir os direitos dos mais pobres'. Quando a gente fez isso [pente-fino], lá atrás, o que a gente viu: 3,7 milhões de benefícios que eram de pessoas de renda elevada. O TCU disse que tinha aqui um desvio de R$ 34 bilhões por ano. Tinha gente aqui de R$ 160 mil [declarados] no Imposto de Renda recebendo auxílio. Havia servidores, empreendedores, famílias que recebiam mais de um benefício, gente que já morreu. Hoje temos 95% [do cadastro atualizado] porque há sempre novos beneficiários entrando.

Valor: *Há R$ 25,9 bilhões de outros programas para cortar?*

Dias: Não existe um plano: 'vai cortar'. Teve uma investigação da Polícia Federal, uma investigação do TCU, e as duas comprovaram que havia fraudes no BPC e em outros programas. Onde o MDS vai entrar? Quem coordena o BPC é o Ministério da Previdência Social, e quem executa é o INSS. Tem um requisito [para receber os benefícios] que é estar no Cadastro [CadÚnico]. Então, nós vamos fazer a atualização desse cadastro junto com o ministro Carlos Lupi [da Previdência].

> "Na prática, o que a gente quer é combater fraude; quem tem direito não vai sair"

Valor: *O que pode ser feito?*

Dias: O Lupi vai ter que trabalhar. Tem um conjunto de pessoas lá para fazer aquela avaliação de pessoas com deficiência, me parece, a cada dois anos. E há muito tempo não fazem. Na prática, o que a gente quer é combater fraude. Quem tem direito não vai sair.

Valor: *Mas dá para chegar no montante que a Fazenda quer?*

Dias: Eu prefiro não fazer essa conta. Aqui [no Bolsa Família] não era um pouco, era muito. Lá também não deve ser pouco. Dá para dizer assim: se eu tiver 1 milhão de pessoas que fraudaram o BPC, só isso já é perto de R$ 15 bilhões, 1 milhão de salários mínimos por mês durante 12 meses [correspondem a R$ 16,9 bilhões].

Valor: *Quando teve o pente-fino no ano passado, mesmo com as fraudes, a exclusão de beneficiários do programa respingou na popularidade do presidente. Existe esse temor com a nova fiscalização?*

Dias: O presidente tem a maior aprovação, chega a 68%, 69% no público de até dois salários mínimos. O povo brasileiro historicamente apoia o combate a fraudes.

Valor: *Como será a reforma no CadÚnico que está em andamento?*

Dias: Queremos modernizar. O cartão do Bolsa Família era um cartão de saque, e agora é de débito, o que facilita o acompanhamento para nós e para a família. O beneficiário agora vai a um lugar credenciado nas redondezas e faz suas compras.

Valor: *Tem mais inovações?*

Dias: A outra é a biometria. E agora estamos avançando para a leitura facial. Esse passo vai permitir que se faça a prova de vida, como já acontece na Previdência Social, de onde a pessoa estiver.

Valor: *Isso começa quando?*

Dias: Queremos abrir 2025 [com biometria e leitura facial]. E isso vai ajudar a combater fraudes.

Valor: *O senhor é um dos interlocutores do presidente com o público evangélico. Como é a participação das igrejas evangélicas nos programas sociais da pasta?*

Dias: Eu fiz agendas com evangélicos, católicos, espíritas. As igrejas chegam onde o Estado não chega. Por que essa igreja está se metendo com isso [programa social]? Porque tem um termo de cooperação conosco, como a CNBB e um conjunto de denominações em praticamente todas as regiões do Brasil.

Valor: *Como funcionam esses convênios?*

Dias: A gente faz uma qualificação para líderes e técnicos vinculados às entidades, e eles ajudam na busca de beneficiários. Muitas pessoas [que buscam ajuda] recorrem às igrejas. Então, ali não é só dar o alimento [para matar a fome]. Ao cadastrar uma pessoa, a gente abre portas para o Bolsa Família, para o Auxílio Gás, a Tarifa Social de Energia, a Farmácia Popular. E a gente também faz, pelo Acredita [programa do MDS], um plano de qualificação para o emprego e para o empreendedorismo.

Valor: *São quantas entidades religiosas conveniadas com a pasta?*

Dias: A gente trabalha com cerca de 30 mil entidades em todos os programas.

Valor: *O segmento evangélico tem mais ligação com o bolsonarismo. O senhor já está sentindo receptividade desse público ao governo?*

Dias: Eu acho que sim. Na verdade, o povo evangélico, quando acessa o direito aos programas sociais, começa a pensar assim: 'Que povo é esse do diabo, se está aqui nos ajudando, nos estendendo a mão?'. E eu tenho que ter um elo com quem está lá junto ao povo, aquele pastor, aquela missionária, aquele padre, aquela freira. Se a gente passa a trabalhar com eles, essas pessoas passam a olhar diferente para nós, e temos a oportunidade de quebrarmos uma série de mentiras.

Valor: *Mas esse trabalho não é de formiguinha? Dá tempo de virar esse jogo com esse público até 2026 por esse trabalho pelas bases?*

Dias: Dá tempo, porque os programas do governo não são para inglês ver. Estamos falando, segundo o levantamento do ano passado, de US$ 70 bilhões [por ano].

Valor: *O senhor foi quatro vezes governador do Piauí. Está acompanhando de perto a eleição no Estado? Quantos prefeitos o PT estima eleger no Piauí?*

Dias: O PT hoje tem 50 prefeitos e prefeitas no Piauí, de um total de 224 municípios. A gente estima fazer entre 65 e 70 [prefeitos]. Os outros partidos da nossa aliança são, me parece, 11, e todos apresentam condição de crescimento. A estimativa é que nosso campo faça prefeitos em 180 ou 190 cidades.

Valor: *Teresina (Piauí) é a capital onde o PT tem mais chances de eleger um prefeito?*

Dias: É real a possibilidade não só de vitória, mas, até mesmo, de vitória já no primeiro turno.

Valor: *E por que esse otimismo?*

Dias: Por muitos anos, a capital foi governada pelo PSDB, e, a novidade é que agora o PSDB é nosso aliado. O [candidato do PT] Fábio Novo é deputado estadual, tem experiência de gestor, foi secretário, aparece em pesquisas com 51%. O vice dele, Paulo Márcio, que é do MDB, é um médico, exdiretor do hospital universitário, bem conceituado, e temos uma chapa com mais de 300 candidatos a vereadores. O governador é bem avaliado, o presidente Lula, todo nosso time é bem avaliado.

Valor: *Mas o PT nunca teve um prefeito em Teresina.*

Dias: Eu fui candidato em 2000, e fiz 32% dos votos, mas com uma chapa muito magrinha, de três vereadores. Agora a gente tem uma chapa que, na largada, tem 16 dos 29 vereadores, e com a possibilidade de fazer mais de 20. No Estado, tem o sentimento de que é importante essa integração da capital com o governo estadual e federal, e vai trazer mais resultados.

Valor: *O principal rival é o ex-prefeito Sílvio Mendes (União Brasil), candidato do senador Ciro Nogueira (PP-PI)?*

Dias: Sim, e ele é o candidato do Ciro.

Valor: *Ciro Nogueira já foi lulista, seu aliado, e hoje é bolsonarista. Como ficou a relação de vocês?*

Dias: Eu separo a disputa política. Estou há um tempo sem encontrá-lo. Até brinquei que precisaríamos de uma quarentena para não estragar a amizade.

Valor: *E o senhor está olhando para a eleição nacional também? Que quadro visualiza para o PT?*

Dias: Há seis capitais em que temos chance de ganhar ou de ir para o segundo turno.

Valor: *O senhor já falou sobre Teresina. Quais são as outras cinco?*

Dias: Goiânia, com a [deputada federal] Adriana Accorsi; Porto Alegre, Natal, Fortaleza. Em Vitória, o quadro é mais complexo porque o prefeito está bem forte. Também haverá um forte crescimento do PT em cidades médias e grandes, e de vereadores do PT e do nosso campo.

Valor: *Uma ala do PT defende que é hora de um quadro do Nordeste comandar o partido, quando acabar o mandato da presidente Gleisi Hoffmann. O senhor concorda?*

Dias: Eu sou racional. A presidente Gleisi viveu, provavelmente, um dos mais desafiadores momentos da direção partidária, e ela conduziu bem, e entregará o partido após a eleição num patamar bem melhor. Mas é um partido que precisa ser fortalecido em várias regiões onde a gente já teve um peso muito maior.

Valor: *Como São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo? Enquanto o Nordeste concentra os quatro governadores do PT, é isso?*

Dias: O que acontece no Nordeste, onde a gente tem esses resultados e não repete em outra região? Acho que tem uma experiência sobre o que fizemos nessa região que deu resultado. Mas a minha avaliação é que, antes de tudo, tem que ser alguém que tenha capacidade de seguir com o trabalho que a Gleisi começou.

> "Havia servidores, empreendedores, famílias que recebiam mais de um benefício, gente que já morreu"

Valor: *Então esse "alguém" não teria que ser necessariamente do Nordeste, é isso?*

Dias: Estou dizendo que no PT do Nordeste tem excelentes quadros. Como eu sou de lá. Eu acho que a vantagem é que temos experiências exitosas por lá.

Valor: *Pode citar alguns desses quadros?*

Dias: Prefiro não dizer. Mas vou dar um exemplo. Conversamos com o [senador baiano] Jaques Wagner, quadro excelente. E a primeira resposta dele foi "não". Por isso, vou ser cuidadoso para não causar problema de citar alguém que daqui a pouco vai dizer não.

Valor: *Há uma avaliação no Senado de que o governo está enfraquecido na casa porque nomes de peso como o senhor e os ministros Camilo Santana [da Educação] e Renan Filho [dos Transportes] estão na Esplanada. Está na hora dos senadores-ministros retornarem aos seus mandatos?*

Dias: Tenho uma avaliação divergente. Após a eleição, a gente viveu um momento de grande tensão e dificuldades. Avalio que há necessidade, primeiro, de resultados. À medida que você melhora as entregas e mostra resultados, isso altera a relação com o povo. O povo é quem primeiro toma a decisão de apoiar ou não apoiar o governo. Eu acho que a gente finaliza este ano em um patamar entre 55% e 60% de aprovação [do governo]. O que precisamos é ter um ótimo e bom [nas pesquisas] cada vez mais distante do ruim e péssimo.

Valor: *Qual será o reflexo dos resultados da eleição municipal nos próximos dois anos de governo?*

Dias: Será relativo. Mas o quadro [ideal] é que o partido do presidente tenha algum crescimento. Ele não precisa fazer a ampla maioria no país, mas precisa crescer, e isso vai acontecer.

Valor: *Simbolicamente, uma eventual vitória de Guilherme Boulos (Psol), apoiado pelo presidente Lula em São Paulo, é mais importante do que o PT eleger prefeitos em três ou quatro capitais?*

Dias: Eu fui um dos que defenderam que a gente não perdesse a chance de um entendimento entre Boulos e [a deputada] Tabata Amaral [PSB] porque teríamos um time unificado, o que seria bom para o Estado e para o país. Estou falando aqui do [vice-presidente] Geraldo Alckmin, de Lula e outros líderes, todos juntos. De qualquer maneira, acho que é grande a chance de Boulos ir para o segundo turno. Mas São Paulo depende do humor da conjuntura.

Valor: *Como assim?*

Dias: Eu aprendi com o tempo que na eleição em algumas cidades, e São Paulo é uma delas, é preciso ter muita habilidade e muito cuidado. Se você considera cidades do Norte ou do Nordeste, as coisas que importam lá são outras, como infraestrutura. Em São Paulo, importam a economia, o emprego. E acho que estaremos [o país] num momento bom. E quem está na linha de frente do governo são pessoas que conhecem bem São Paulo, como Geraldo Alckmin [ex-governador do Estado] e Fernando Haddad [ministro da Fazenda e ex-prefeito da capital]. O Alckmin à frente do Ministério da Indústria e Comércio tem um peso para São Paulo.

Valor: *Alckmin está apoiando Tabata Amaral, adversária de Boulos. Se ele for para o segundo turno, e ela não, acha que Alckmin entrará mais forte ao lado de Lula e Boulos no segundo turno em São Paulo?*

Dias: Sim. Quem for para o segundo turno [Guilherme Boulos ou Tabata], estaremos juntos. Vai ser coisa boa.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Ministro Wellington Dias: leitura facial vai permitir que se faça a prova de vida, como já acontece na Previdência Social, de onde a pessoa estiver

Conjuntura Fatia cai de 28,3%, em 2000, para 19,1%, em 2021, e cede lugar para empresas não financeiras

Famílias perdem espaço no PIB nacional

Lucianne Carneiro
Do Rio

Se nos estudos sobre as Contas Nacionais as famílias aparecem em geral apenas como consumidoras, um novo trabalho dos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) Roberto Olinto e Claudio Considera mostra a participação delas de forma mais ampla no Produto Interno Bruto (PIB) do país, tanto na produção quanto nos investimentos.

Tradicionalmente, as principais análises sobre PIB olham seu desempenho pela ótica de demanda e oferta. Há uma outra forma, no entanto, de observar as contas nacionais, que é pelos chamados cinco setores institucionais clássicos: famílias; empresas não financeiras; empresas financeiras; governo e instituições privadas sem fim de lucro a serviços das famílias (IPSFL).

Pelas contas dos pesquisadores, a contribuição das famílias para a geração do valor adicionado bruto (VAB) da economia brasileira recuou de 28,3% em 2000 para 19,1% em 2021, último dado disponível. A comparação considera valores correntes.

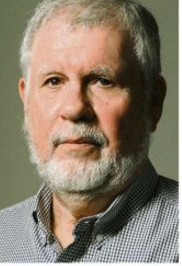
O período mais intenso de perda de participação da geração de renda das famílias no processo de produção se dá na primeira década, já que o percentual atingiu 22,8% em 2005 e 20,3% em 2010, mas a queda se mantém até 2021. Em 2020, era de 20,5%, 1,4 ponto percentual acima dos 19,1% de 2021.

Ao mesmo tempo, a parcela de contribuição das empresas não financeiras para o valor adicionado bruto subiu de 47,9% em 2000, para 55,6% em 2010 e 58,5% em 2021. Por outro lado, os demais três setores institucionais permaneceram com suas fatias em torno do mesmo patamar ao longo das duas décadas analisadas.

"As famílias não são apenas consumidoras, são também produtoras. São importantes como geradoras de renda no processo de produção. E pouco se fala sobre isso. Elas responderam por quase um quinto (19,1%) da geração de valor em 2021, é um peso razoável", diz Olinto, pesquisador associado do FGV Ibre que foi responsável pelas Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também presidente do instituto entre 2017 e 2019.

Na avaliação dos pesquisadores do FGV Ibre, houve um movimento combinado de perda de participação das famílias no processo produtivo com expansão daquela das empresas não financeiras. "As famílias perdem participação na produção. A recessão e a pandemia impactam na remuneração e ajudam a explicar isso", nota Olinto.

O rendimento que as famílias recebem pelo que produzem é formado pela remuneração dos salários, pela renda dos ativos financeiros, como investimentos e participação nos lucros (a renda do capital), pelo rendimento misto bruto, que é o rendimento dos autônomos, e também a renda de benefícios. Nessa análise, são consideradas as famílias como um todo, não há distribuição por faixa de renda.


LEO PINHEIRO/VALOR

"Recessão e pandemia afetam remuneração e ajudam a explicar" *Roberto Olinto*

A participação das famílias do ponto de vista da produção está concentrada em cinco atividades: imobiliárias; outros serviços (como atividades auxiliares dos serviços financeiros); agropecuária; comércio e construção. Juntas, respondiam por 94,6% do total em 2021.

O estudo mostra, por exemplo, que a parcela da remuneração dos empregados caiu de 50,6% em 2019, para 48,4% em 2020 e 45,8% em 2021. O rendimento dos autônomos, que era de 14,4% em 2000, recua de forma consistente ao longo do período analisado, até alcançar 9,1% em 2021. Ao mesmo tempo, a fatia do chamado excedente operacional bruto (EOB), que contempla a renda do capital, avançou de 38,2% em 2019, para 40,7% em 2020 e 43,8% em 2021.

"Dentro do grupo das famílias, aqueles que recebem renda do capital aumentaram, enquanto aqueles que recebem renda do trabalho perderam no período", afirma Olinto.

Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a principal conclusão do trabalho é sobre a deterioração da geração de renda pelas famílias ao longo dos últimos anos:

"Tanto a recessão quanto a pandemia diminuíram participação da renda das famílias em detrimento de empresas não financeiras, o que demonstra que nesse período as famílias não conseguiram se proteger das perdas decorridas da recessão e da pandemia", diz.

As empresas, por sua vez, conseguiram avançar, diante da maior capacidade de tomada de crédito e de mitigação de risco, aponta Vale.

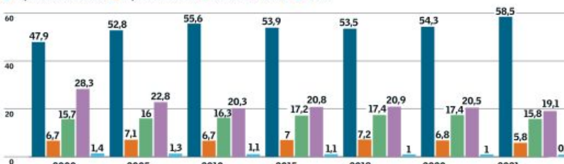
Os dados das Contas Econômicas Integradas — que permitem esse detalhamento — relativos aos anos de 2022 e 2023 só serão divulgados em 2025.

Em razão da redução do desemprego dos últimos dois anos e da melhoria do mercado de trabalho como um todo, Roberto Olinto acredita que os últimos anos tenham sido de recuperação dessa participação das famílias no valor adicionado bruto (VAB).

"A expectativa é que haja alguma reversão dessa deterioração da geração de renda pelas famílias nos próximos anos. Mas o que fica claro nos dados do estudo é como esses dois eventos, a recessão e a pandemia, foram desastrosos", afirma Sergio Vale.

Olinto chama atenção para a importância de se olhar a estrutura da economia brasileira para além dos indicadores de curto prazo, de modo a entender melhor o papel de cada um dos seus atores. Os dados mais recentes do trabalho são de 2021, mas permitem levantar o debate, diz ele, para o peso das famílias na economia brasileira.

Participação no PIB, por setor institucional
Em % do valor adicionado bruto (VAB)



Componentes da renda das famílias (em %)

	2000	2005	2010	2015	2019	2020	2021
Excedente operacional bruto (EOB)**	39,2	40,1	39,7	37,3	38,2	40,7	43,8
Remuneração dos empregados (REM)***	45,6	46,2	49	51,8	50,6	48,4	45,8
Rendimento misto bruto (rendimento dos autônomos)	14,4	12,3	10	9,7	9,7	9,6	9,1
Salários + REM + EOB	62,5	57,3	56,4	59,8	58,5	57	53,5
Salários	36,9	37,1	38,7	37,3	38,2	38,4	36,2

Fonte: Sistema de Contas Nacionais 2021, CONAC/IBGE ; Elaboração: Roberto Olinto. * Instituições privadas sem fim de lucro a serviços das famílias. **Renda do capital, que inclui renda dos ativos e participação nos lucros, por exemplo. *** Salário recebido em um ano

Aposta de alta maior que 2,5% ganha força

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A mediana do mercado projeta, por ora, um crescimento de 2,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2024, de acordo com a pesquisa Focus, do Banco Central. Parcela dos economistas não descarta, porém, que esse número supere 2,5%, como sugeriu recentemente o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Brevemente, devemos rever o crescimento da economia brasileira para além dos 2,5% previstos [pela Secretaria de Política Econômica]", disse Haddad no início da semana passada em São Paulo.

Com a divulgação, ao longo da semana passada, das pesquisas do IBGE para o varejo e os serviços em junho, todos os dados oficiais para calcular estimativas de PIB no segundo trimestre foram conhecidos. Além disso, o Banco Central divulgou, na sexta (16), seu índice de atividade, o IBC-Br, de junho. Apesar de não entrar nos modelos de projeções dos economistas, o IBC-Br é uma "proxy" (aproximação) para o PIB e ajuda a sinalizar a temperatura da economia.

Com todos esses novos números fortes ou, no mínimo, dentro do esperado pela maioria dos economistas, um gatilho de revisões altistas para o PIB foi disparado.

Após a divulgação do IBC-Br, o J.P. Morgan elevou sua projeção para a alta do PIB do Brasil em 2024 de 2,5% para 2,9%, mesmo valor observado em 2023. O Banco ABC Brasil aumentou de 2,4% para 2,6%, enquanto a Kínitro Capital e a Terra Investimentos ajustaram de 2,5% para também 2,6%.

"Cerca de um mês atrás, atualizamos nossas previsões para o PIB do segundo trimestre com base em dados de maio mais fortes do que o esperado. Por sorte, nos encontramos em uma situação semelhante agora", escreveram, em relatório, Cassiana Fernandez, chefe de pesquisa econômica para a América Latina e economista-chefe de Brasil do J.P. Morgan, e os economistas Vinicius Moreira e Mirella Sampaio. "Isso nos mantém no agora familiar caminho dos anos anteriores, quando a realidade superou nossa previsão inicial — mesmo quando começamos com uma visão mais construtiva."

Daniel Xavier, economista-chefe do ABC Brasil, destaca que os desempenhos foram positivos e disseminados setorialmente no segundo trimestre. Os principais motores para esse crescimento, diz Xavier, têm sido o mercado de trabalho aquecido, com massa de salários e empregos em alta, a expansão dos gastos e transferências do governo, a resiliência do setor de commodities e um efeito muito abaixo que se imaginava das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a atividade nacional agregada.

Com alta de 1,4% em junho, o IBC-Br subiu 1,1% no segundo trimestre, ante o primeiro, e deixou uma "herança estatística" de crescimento de 1% para o terceiro trimestre e de 2,8% para o ano, estima o ABC. Traduzindo esses resultados para o PIB do IBGE, a indicação, segundo o banco, é de um avanço de 0,9% no segundo trimestre, ante o primeiro.

Depois dos dados divulgados semana passada, a G5 Partners elevou sua projeção para o PIB em 2024 de 2,3% para 2,5%, mas o economista-chefe Luis Otávio Leal diz não duvidar de que esse número possa ir além. "Achamos que haverá uma desaceleração no segundo semestre por causa dos juros mais altos, mas estamos vendo um mercado de crédito mais resiliente do que o esperado", afirma.

O ASA também passou a acreditar em um ritmo mais forte de crescimento em 2024 e ajustou sua projeção de 2,3% para 2,5%. As chances, no entanto, continuam sendo mais fortes para que esse número seja maior do que menor.

"A nossa projeção para o PIB de 2024 de 2,2% já há algum tempo tem viés positivo. Provavelmente, subiremos essa expectativa nos próximos dias. O crescimento deve ficar ao redor de 2,5%, talvez ligeiramente acima", afirma Rodolfo Margato, economista da XP.

David Beker, chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do Bank of America (BofA), tem visto as projeções de mercado se aproximarem da sua estimativa. Desde o começo do ano, ele tinha a visão de que o PIB de 2024 cresceria acima de 2% e, no fim de abril, projetou 2,7%.


ANA PAULA PAIVA/VALOR

"A economia segue caminhando na direção que a gente projetava" *David Beker*

"Já víamos força maior do consumo, mercado de trabalho robusto, e essas tendências só se reforçaram desde então. Quando aconteceram as enchentes no Rio Grande do Sul, reconhecemos que havia um risco para baixo, mas ficamos monitorando. Continuamos avaliando os dados e, basicamente, a economia segue caminhando na direção que a gente projetava."

Beker nota que algumas casas têm revisado o PIB de 2024 para cima, mas colocado o de 2025 para baixo. Ele, no entanto, continua projetando um crescimento ao redor de 2,5% para o ano que vem, bem acima do consenso atual do Focus, de 1,9%. A lógica, segundo Beker, é que o PIB potencial do Brasil está maior — em 2,2%, na sua conta — e a taxa de desemprego "de equilíbrio" (aquela que não acelera a inflação) está menor, em 7,5%, de 8,3% anteriormente.

Já o Santander ajustou a projeção de PIB de 2024 para cima, mas reduziu a de 2025. A estimativa para este ano subiu de 2% para 2,3%, diante da perspectiva de que, agora, o desemprego deverá atingir seu ponto mais baixo apenas no primeiro trimestre de 2025. "Estamos impressionados com a atual força da economia brasileira", escreve, em relatório, a equipe liderada por Ana Paula Vescovi.

Para 2025, no entanto, a projeção foi reduzida de 1,8% para 1,5%. "Vemos condições financeiras mais restritivas persistindo por mais tempo por meio de uma Selic mais alta", afirmam. Uma política fiscal expansionista e incertezas sobre as contas públicas tiram espaço para juros mais baixos, ao pressionar a demanda e contribuir para um dólar mais alto.

Os dados de junho trouxeram "mais confiança" para a avaliação do C6 Bank de que o segundo trimestre foi forte e ajudaram a "bater o martelo" para a projeção de alta de 1,2% do PIB, em relação ao primeiro trimestre, mas não fizeram o banco mudar sua estimativa de crescimento de 2,5% para 2024, diz a economista Claudia Moreno.

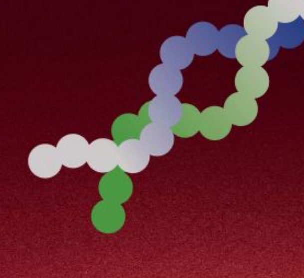
"Estávamos com o 'tracking' interno de PIB mais perto de 3% e tínhamos a expectativa de que poderíamos ter de revisar nossa projeção, mas as divulgações de varejo e de serviços em junho puxaram de volta para 2,5%. Não é que os dados tenham sido ruins, foram bons, mas vieram um pouco mais fracos do que a gente esperava", afirma.

No momento, o único fator que, talvez, possa forçar o C6 a revisar para cima a estimativa de PIB em 2024 nos próximos meses é o Rio Grande do Sul. "Tanto indústria quanto varejo parecem já ter normalizado dos efeitos da enchente: caíram bastante em maio e subiram em junho. Mas a pesquisa de serviços foi esquisita, o setor ficou de lado em maio e despencou em junho. O IBGE explicou que isso tem a ver com o deflator, com parar de cobrar energia elétrica. Então, ainda pode ter 'devolução' [com altas] nos próximos meses, o que não colocamos na conta."



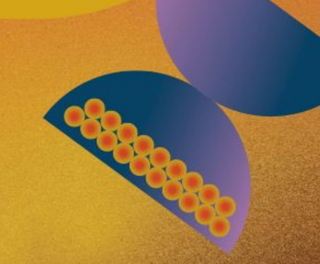


APRESENTA









TEMA/
CONECTIVIDADE &
INCLUSÃO DIGITAL

INSCRIÇÕES
ATÉ 04 OUT 2024

JOVEMCIENTISTA.CNPQ.BR

INICIATIVA



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PARCEIRO

Fundação Roberto Marinho

PARCEIRO DE MÍDIA







Futura

A guerra das emendas e a metástase política



Bruno Carazza

Em 1986, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, rodava o país reunindo-se com empresários, jornalistas e até mesmo donas de casa defendendo o congelamento de preços e outras medidas do Plano Cruzado, a estratégia do governo Sarney para debelar a hiperinflação.

Industrial de sucesso — era proprietário da fábrica de brinquedos Trol —, Funaro empregava no combate aos reajustes de preços a mesma energia com que lutava contra um câncer linfático.

Alguns anos depois, já na primeira passagem de Lula pelo Palácio do Planalto, outro empresário bem-sucedido, José Alencar Gomes da Silva, dono do grupo têxtil Coteminas e vice-presidente da República, também não se deixou abater pelas seguidas cirurgias e sessões de quimioterapia. No campo político, sua batalha era outra, à qual dedicou a mesma perseverança com que enfrentava o câncer: as altas taxas de juros praticadas no país.

Na sexta-feira tive o prazer de conhecer João Carlos Firpe Penna, repórter das antigas, um dos grandes na cobertura da política e economia em Minas Gerais, com larga experiência como editor, colunista e assessor de comunicação de empresas e órgãos públicos, além de ter atuado por 30 anos como professor de jornalismo econômico na PUC Minas.

Ao final da conversa, João Carlos me presenteou com um exemplar do seu livro "Como é ser Jornalista (e ser feliz na profissão)", pequena e deliciosa coletânea de relatos e pensamentos sobre o exercício do seu ofício, que devorei no voo de São Paulo a Belo Horizonte.

A lembrança de Funaro e José Alencar veio de causos contados por João Carlos Penna. Dois empresários que se engajaram na política para defenderem não apenas o interesse de suas empresas, mas também para atacar problemas que, cada um a seu tempo, afligiam toda a sociedade — e por fazê-lo em circunstâncias tão adversas de saúde, angariaram admiração da população.

No mesmo dia em que conheci o jornalista mineiro, eu havia tido a oportunidade de conversar com diversos CEOs de grupos brasileiros e multinacionais sobre as incertezas do cenário político e econômico atual, bem como sobre os desafios para um crescimento sustentável e inclusivo.

O diálogo com as executivas e executivos dessas grandes empresas deixou um sentimento dúbio em mim. De um lado, chamou a atenção o fato de que, pelo menos naquele seleto grupo de pouco mais de duas dezenas de CEOs, havia consciência e comprometimento contra a desigualdade social, por uma transição mais rápida para a economia verde e a favor de reformas horizontais para impulsionar a produtividade. Por outro, senti um desânimo generalizado dos executivos em relação à qualidade dos políticos atuais e à sua disposição de tratar, com lideranças da sociedade civil, de propostas para os graves problemas atuais.

Neste ponto, é importante destacar, as queixas não se dirigiam exclusivamente à gestão de Lula, como costuma acontecer em ambientes empresariais. A reclamação era direcionada também a deputados e senadores. Na visão deles, com o passar dos anos tem ficado mais complicado debater com políticos do Executivo e do Legislativo, pelo nível cada vez mais baixo dos interlocutores e sua falta de disposição em encarar os problemas brasileiros. E a política tem repelido a participação política de lideranças sociais, como empresários.

Matutando sobre essa percepção de expoentes do empresariado quanto à baixa qualidade dos quadros na Esplanada dos Ministérios e no Congresso Nacional, bem como à baixa responsividade da classe política às demandas provenientes da sociedade civil, cogito que suas causas têm a mesma origem da atual crise entre governo e Parlamento.

Nos últimos anos, com os fundos eleitoral e partidário atingindo patamares bilionários, turbinados pelas muitas dezenas de bilhões das emendas impositivas (individuais, pix, de relator, de comissão e de bancada), o sistema político brasileiro fechou-se em si mesmo.

Da mesma forma que os parlamentares não dependem mais do governo para aumentarem suas chances de reeleição, dirigentes de partidos, deputados e senadores em geral não precisam mais se sentar com representantes da sociedade em busca de apoio eleitoral — a menos que estejam em jogo pleitos e recompensas nada republicanas.

A atual crise das emendas vem sendo retratada na imprensa como apenas uma disputa de poder entre o governo Lula e o Congresso de Lira e Pacheco. Mas essa é apenas a ponta do iceberg.

Com acesso garantido a milhões de reais advindos do financiamento público de campanha e das emendas impositivas, a competitividade política é comprometida em favor dos atuais ocupantes de cargo. Com isso, as chances de a política se oxigenar diminuem — seja no distanciamento dos políticos em relação aos eleitores, seja na renovação dos quadros. E assim pessoas vocacionadas para a vida pública acabam se voltando para projetos privados.

Funaro e José Alencar perderam não apenas suas lutas particulares contra o câncer, mas também suas batalhas públicas contra a inflação e os juros altos. O afastamento de lideranças da sociedade civil da política é, em si, sintoma de uma metástase em nosso sistema político.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.
Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Poderes Mais transparência evitaria que denúncias sobre desvios no envio de recursos cresçam a ponto de desencadear uma nova 'Lava-Jato'

No STF, liminar de Dino é vista como 'freio de arrumação'

Raphael Di Cunto, Isadora Peron e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e parte (minoritária) dos congressistas consideram que a liminar do ministro Flávio Dino para suspender o pagamento das emendas parlamentares ao Orçamento foi necessária para fazer um "freio de arrumação" e exigir mais transparência no envio de recursos para Estados e municípios por indicação dos deputados e senadores antes que as denúncias sobre desvios de recursos se avolumem a ponto de ocorrer uma nova "Lava-Jato", dada a ampla utilização do modelo pela classe política.

Na sexta-feira, o STF confirmou as três medidas liminares de Dino que suspenderam o pagamento das emendas até que o Congresso adote novas regras de "transparência, rastreabilidade e eficiência". O voto de Dino foi acompanhado por unanimidade pelos demais integrantes da Corte.

A decisão envolveu todos os tipos de emendas orçamentárias: as "de comissão" (que substituíram o orçamento secreto); as individuais impositivas, de execução obrigatória; e as de "bancadas estaduais", rateadas entre eles por meio dos coordenadores de cada Estado, que também são impositivas. As individuais podem ser transferidas por convênios ou diretamente da União para Estados e municípios sem finalidade específica (o que ficou conhecido como "emenda Pix"). Em 2024, as emendas somam R$ 56 bilhões.

Os alertas dos ministros sobre a necessidade de aperfeiçoamento no modelo das emendas orçamentárias já tinham chegado à cúpula do Congresso ao longo do primeiro semestre, segundo apurou o **Valor**. Eles avisaram a parlamentares sobre o "desconforto" no tribunal com o descumprimento da decisão, tomada em 2022, de acabar com o orçamento secreto. Num primeiro momento, as verbas foram repassadas num modelo com ainda menos transparência dentro dos recursos do Executivo. Para 2024, o Legislativo criou um novo mecanismo, as emendas de comissão, que na prática reproduziu a de relator e continuou a omitir o real responsável por indicar o recurso para o município.

O **Valor** apurou que um desses alertas ocorreu no começo do ano em almoço do ministro Gilmar Mendes com deputados. O encontro, organizado pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, atualmente presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), teve entre os presentes dois candidatos à presidência da Casa: o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), e o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP). O aviso foi levado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que passou a defender mais transparência para as "emendas Pix".

Para integrantes do STF, o Congresso tentou "enrolar" a Corte para não cumprir a decisão de dar mais transparência ao uso de dinheiro público. Esse modelo, segundo dois ministros, favorece desvios e acusações de corrupção, e os casos já têm se avolumado nos gabinetes, desde investigações sobre o uso de verbas para asfaltar ruas em propriedades dos parlamentares até casos de superfaturamento em obras e pagamento de propina. Na opinião deles, se a situação não for controlada agora, é questão de tempo até uma nova Operação Lava-Jato causar outra uma crise política. Essa preocupação foi debatida em almoço entre os ministros na quinta-feira para reforçar o julgamento das liminares no dia seguinte.

A decisão do STF de forçar o bloqueio das emendas até uma composição, contudo, enfureceu os congressistas. Eles responderam com a rejeição de medida provisória (MP) que aumenta verbas para o Judiciário e colocaram em andamento propostas de emenda constitucional (PEC) para restringir o uso de decisões monocráticas (individuais) em tribunais superiores e permitir que o Congresso possa suspender a eficácia de decisões do STF.

Embora concordem com a necessidade de mais transparência, parlamentares mais críticos ao atual modelo das emendas orçamentárias afirmam, nos bastidores, que a decisão do STF não será suficiente e que uma solução só ocorrerá com um novo escândalo semelhante ao dos "anões do Orçamento", que na década de 1990 provocou mudanças na composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para evitar que o mesmo grupo se perpetuasse à frente do direcionamento das verbas públicas, o que acabou sendo utilizado para desvios de recursos.

Aliado de Dino, o líder do PCdoB na Câmara, deputado Márcio Jerry (MA), evita polemizar e afirma que a situação precisa ser resolvida com diálogo entre os Poderes. "A ação que existe hoje no STF pode servir para provocar esse rearranjo nas emendas. É preciso que a gente avance na garantia de total transparência sobre a destinação, qualquer que seja o tipo da emenda", diz.



ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

Dino: voto do ministro, que suspende emendas, foi acompanhado por unanimidade pelos demais integrantes do colegiado

Decisão de maior impacto sobre a divisão de Poderes será modulada

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

A confirmação do Supremo Tribunal Federal, por 9 x 0 das liminares do ministro Flávio Dino sobre as emendas parlamentares na manhã de sexta-feira (16) foi uma bomba de efeito retardado porque Brasília estava esvaziada de parlamentares em campanha e pela ausência do relator da matéria, que viajou na noite de quinta para São Luís. O placar final fechou à tarde em 11 x 0, com todos os ministros votando a favor das liminares de Dino.

Foi a decisão mais importante já tomada para reverter a pervertida divisão de Poderes estabelecida a partir de 2015 com a aprovação da primeira emenda constitucional a estabelecer a impositividade no Orçamento. A nova ordem, que começou a ser imposta nas emendas individuais sobre uma presidente Dilma Rousseff nas cordas e prosseguiu nas emendas de bancada com um Michel Temer também enforcado, prosseguiu com um Jair Bolsonaro que não precisou ser apertado para ampliar as opacas emendas de relator e terceirizar o Orçamento ao Congresso.

A reação parlamentar, por isso, não deveria surpreender. É sobre o Executivo que esta reação, por ora, tem causado mais danos, com a paralisia da pauta legislativa. Na sexta-feira, o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), voltou-se contra o STF com o envio, para a CCJ da Câmara, da proposta de emenda constitucional que restringe decisões liminares no STF.

Da primeira tentativa de acuar o Supremo neste embate, com o bloqueio do crédito extraordinário de R$ 1,3 bilhão para o Judiciário, Lira já recuou. Aprovado pela Comissão Mista de Orçamento na quarta, não foi pautado no plenário da Câmara na quinta-feira.

Se a paralisia da pauta legislativa obriga o Executivo a buscar uma mediação para a nova ordem, o Supremo também a previu a começar pelo voto do próprio relator. Cumpridas ao pé da letra, as decisões deixam ao Executivo a liberalidade de pagar as emendas conforme disponibilidade orçamentária e desde que sua transparência e rastreabilidade estejam asseguradas. É uma mudança tão radical na lógica prevalente, que dificilmente permanecerá como está.

Subverte por completo a lógica da disputa pelas mesas, fincada no manejo dessas emendas pelas mesas diretoras das duas Casas que se valem da falta de transparência para os acordos com os quais buscam se manter no poder e consolidar as bases municipais de seus aliados.

> Por ora, é o Executivo quem mais tem sofrido os danos da reação parlamentar

O que não se sabe é quem, no Executivo, pode assumir a mediação desse tema, a partir desta segunda-feira. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi surpreendido por ambas as decisões liminares de Dino. Ainda que a Presidência estivesse informada sobre o que estava por vir, os ministros palacianos não tinham conhecimento da velocidade que as decisões adquiriram.

Entre parlamentares próximos da Presidência, a expectativa era de que um acordo seria proposto depois das eleições municipais e das mesas diretores. A chave da decisão de Dino, porém, é justamente o momento em que foi tomada. Tivesse acontecido depois das disputas municipais e pelas mesas, encontraria um Executivo ainda mais refém de um Centrão fortalecido em disputas movidas pelos R$ 57 bilhões que hoje gerenciam.

No Executivo, os dois principais candidatos à mediação, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, estão tolhidos. O primeiro, pela falta de intimidade com o trâmite orçamentário, exibida numa reunião na quinta-feira com parlamentares. E, o segundo, pela resistência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) a encontrá-lo.

A estreia do placar pró-Dino no plenário virtual pelo ministro André Mendonça, um dos dois indicados do presidente Jair Bolsonaro, demonstra que não é trânsito que falta a Dino, ministro de Lula mais exposto no combate ao golpismo. O que dificulta a negociação é a moeda de troca, escassa na algibeira do ministro. As instituições que reuniu nas audiências prévias às decisões que tomou (CGU, AGU, TCU, SRI, Planejamento e Fazenda) sugerem que a mediação sairá deste núcleo. O ministro da CGU, Vinícius Carvalho, encarregou-se de auditar os municípios campeões em emendas. A "O Globo", o presidente do TCU, Bruno Dantas, sugeriu que a solução venha da transparência das emendas de comissão, que substituíram as de relator em volume e opacidade. A sugestão contorna o veto às "emendas Pix" e à impositividade.

Em seu voto, Nunes Marques, o ministro mais reticente da unanimidade alcançada por Dino, sugeriu que o TCU se responsabilize pelo controle. Dormita desde 2021, sob relatoria de Aroldo Cedraz, ministro daquele tribunal, a primeira representação contra o orçamento secreto do Psol. Foi esta paralisia que levou o partido ao STF.

Judiciário Eleitores de duas capitais, São Luís e Belo Horizonte, serão ouvidos sobre temas locais

Cinco cidades terão eleições e consultas em outubro

Isadora Peron
De Brasília

A eleição de outubro será diferente para eleitores de cinco municípios brasileiros, que além de votar para prefeito e vereador, também irão participar de consultas populares sobre questões relacionadas aos locais onde moram. Seguindo uma nova regra aprovada pelo Congresso em 2021, serão realizados plebiscitos e referendos juntamente com o primeiro turno das eleições municipais, em 6 de outubro.

Duas capitais vão realizar o processo. Em São Luís (MA), os cidadãos poderão se manifestar sobre a adoção do passe livre para estudantes. Já em Belo Horizonte (MG), os eleitores terão que dizer se aprovam ou não a mudança da bandeira da cidade.

Outras três cidades também vão ouvir seus habitantes sobre diferentes temas, uma delas também no Maranhão. Em Governador Edison Lobão haverá um plebiscito para saber se o município deve passar a se chamar Ribeirãozinho do Maranhão. Em Dois Lajeados, no Rio Grande do Sul, os eleitores irão opinar sobre o local onde deve ser construído o novo centro administrativo do governo. Já os munícipes de São Luiz, em Roraima, também serão consultados sobre a mudança do nome da cidade.

A consulta poderá ser feita de duas formas: através de um plebiscito, quando os cidadãos são ouvidos antes da aprovação de uma determinada lei; ou por meio de referendo, quando uma norma já aprovada pelo Legislativo é submetida ao veredicto dos eleitores.

A realização desses procedimentos junto com o pleito municipal foi uma das novidades da reforma eleitoral aprovada pelo Congresso em 2021. A ideia da medida é aumentar a participação popular, ao dar a oportunidade de os eleitores opinarem sobre temas que afetam diretamente a vida no município.


FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Cármen Lúcia: presidente da Corte Eleitoral conduzirá a primeira eleição a incluir plebiscitos e referendos

Além disso, realizar o procedimento junto com as eleições municipais reduz os custos, já que toda a estrutura para a votação já está montada. Antes, uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já regulamentava o tema, mas a medida não foi suficiente para popularizar esse tipo de ação no Brasil.

Agora, a expectativa é que, a cada eleição, o número de consultas aumente. O fato de os eleitores de apenas cinco dos 5.568 municípios brasileiros terem essa experiência este ano está sendo visto como uma oportunidade de a Justiça Eleitoral colocar em prática uma espécie de "projeto piloto", que servirá de parâmetro para os próximos pleitos.

> Em Belo Horizonte, eleitores dirão se aprovam ou não a mudança na bandeira da cidade

"O mandatário, muitas vezes, não quer consultar a população. E eu acho que essa ideia [trazida pela reforma eleitoral] ainda não se disseminou, mas essas cinco consultas vão chamar atenção, de forma que, nas próximas eleições, eu acredito que isso vá ser bastante ampliado", afirma o advogado Carlos Augusto Medrado, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

Uma das preocupações é como vão ocorrer as divulgações das consultas, no âmbito municipal, para que os eleitores não cheguem nas urnas e tenham uma surpresa ao se deparar com uma nova votação na tela. Os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) envolvidos no processo, como o de Minas Gerais, já começaram a pensar em campanhas de publicidade nesse sentido.

"Nós elaboramos um plano de divulgação para o eleitorado ter ciência do referendo. Vamos utilizar todas as mídias sociais, distribuir panfletos. Em todo local de votação haverá um cartaz dentro da sala e no corredor para as pessoas chegarem na urna conhecendo a nova bandeira, a bandeira antiga, e já com a sua opção formulada", conta o secretário de Eleições, Pablo Aragão, do TRE-MG.

Já o secretário de Tecnologia da Informação do TRE do Maranhão, Wagner Sales, explica que o trabalho da Justiça Eleitoral é apenas divulgar que haverá uma consulta em determinado município, sem manifestações a favor ou contra as questões que serão submetidas ao escrutínio da população. Campanhas nesse sentido devem se organizar em frentes. "As frentes não são obrigatórias, elas são facultativas e devem seguir algumas regras. Por exemplo, o presidente da frente precisa ser um vereador", comenta.

Coube às Câmaras de Vereadores aprovar a realização das consultas e encaminhar as propostas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes do primeiro turno do pleito — esse prazo terminou em 8 de julho. Os TREs, então, fizeram uma triagem dos pleitos, antes de registrarem os pedidos no TSE, presidido pela ministra Cármen Lúcia.

Em Minas, por exemplo, houve outras solicitações além do referendo sobre a bandeira de Belo Horizonte, mas o tribunal avaliou que elas não se enquadravam nas regras, pois tratavam de mudanças de nomes de ruas, algo que pode ser definido pelo legislativo de cada cidade. No Maranhão, houve uma situação parecida. O TRE local não aprovou consultas que tratavam da emancipação de municípios, por considerar que não há legislação que ampare a medida.

Apesar de a realização de referendos e plebiscitos estar prevista na Constituição de 1988, esse tipo de instrumento de participação popular tem sido pouco utilizado no país. Depois da redemocratização, houve apenas um plebiscito de abrangência nacional, em 1993, quando os brasileiros votaram sobre o sistema de governo que deveria ser adotado no país. Venceu o presidencialismo, em detrimento do parlamentarismo. Na mesma ocasião, os eleitores opinaram sobre se a melhor forma de governo era a monarquia ou a república.

Em 2005, foi realizado um referendo para saber se a população aprovava um dos principais pontos do Estatuto do Desarmamento. A maioria da população foi contra a proibição do comércio de armas de fogo e munições no país.

Houve ainda consultas regionais. Em 2011, um plebiscito discutiu a divisão do Estado do Pará, o que não foi aprovado pela população. Um ano antes, o Acre fez um referendo sobre a mudança de fuso horário em relação a Brasília.

No âmbito municipal, a literatura traz poucos exemplos. Um deles ocorreu em Petrópolis, em 2018, quando a cidade da região serrana do Rio realizou um plebiscito e decidiu pelo fim do uso de animais em charretes para passeios turísticos.

Medicina genômica impulsiona novos tratamentos e diagnósticos

Acesso a modelos preditivos de saúde populacional está entre os benefícios registrados no país

O avanço da medicina genômica tem revelado novas possibilidades de prevenção contra doenças e promoção de saúde para a população brasileira. Baseada no sequenciamento do DNA e nas suas relações com diferentes organismos e ambientes, é uma linha de pesquisa que tem se mostrado uma importante aliada para identificar predisposições genéticas e direcionar recursos e tratamentos de acordo com os perfis específicos de indivíduos e grupos populacionais.

De acordo com Joana Prota, geneticista do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), os impactos já podem ser observados na qualificação de profissionais, no acesso a novas tecnologias e na disponibilização de novos tratamentos entre camadas mais abrangentes da sociedade. "Temos acompanhado mais projetos de pesquisa envolvendo genômica e beneficiando usuários dos sistemas de saúde, sejam portadores de doenças raras ou comuns", afirma.

Uma das protagonistas desse movimento, a Illumina vem abrindo caminhos promissores ao explorar aplicações genômicas nas mais diversas pontas do ecossistema de saúde. Considerada uma das empresas mais inovadoras do segmento, a companhia é atualmente líder global em sequenciamento de DNA e tecnologias baseadas em array, com atuação nos mercados de pesquisa clínica e aplicada.

No Brasil, a Illumina vem se destacando pelo desenvolvimento de novas frentes de genômica populacional. Entre os projetos de destaque está o Genoma SUS, iniciativa que tem como objetivo fortalecer e ampliar a adoção de testes genéticos no Sistema Único de Saúde nacional — e revelar soluções assertivas para áreas como oncologia e doenças infecciosas, por exemplo.

> **"A genômica tende a crescer e permear cada vez mais outras áreas da saúde, tanto na pesquisa como na assistência e no entendimento de condições complexas"**
> **JOANA PROTA**
> Geneticista do Proadi-SUS

NOVOS AVANÇOS

A empresa também está presente no Genomas Raros, plataforma de pesquisas que visa à criação do maior banco de dados genéticos brasileiro de pacientes com doenças raras e risco hereditário de câncer no âmbito do SUS. A partir de uma rede de 20 centros parceiros localizados em diferentes estados, o projeto já sequenciou 8 mil genomas nos últimos três anos — a expectativa é chegar a 11 mil até 2027, tendo como base um arquivo composto por 16 mil amostras já coletadas.


© GETTY IMAGES

Destaque no Brasil, o projeto Genoma SUS tem como objetivo ampliar a adoção de testes genéticos no país

No campo da saúde de precisão, a Illumina vem registrando uma forte atuação na incorporação e na ampliação de técnicas de Exoma WES e Genoma Completo WGS, como são chamados os exames genéticos de alta complexidade voltados para a identificação de alterações no DNA em síndromes como autismo, doenças raras e malformações congênitas. As parcerias realizadas nessas áreas, por exemplo, envolvem o apoio para a utilização da tecnologia no diagnóstico de deficiência intelectual.

As linhas de atuação também envolvem colaborações com instituições privadas e seguradoras de saúde, com destaque para a utilização de tecnologias de ponta de sequenciamento genético para analisar biomarcadores oncológicos. Entre os principais avanços conquistados nessa frente, está a inclusão dos procedimentos em políticas de reembolso oficiais de grandes operadoras de saúde.

Em meio a todas as possibilidades registradas pelo movimento, Rodrigo Benevides, diretor de segment marketing da Illumina, destaca a importância da empresa incentivar novos projetos no país. "A Illumina está intensificando seus investimentos no Brasil e na América Latina. Recentemente, inauguramos mais um andar em nosso escritório na Avenida Paulista com o objetivo de acomodar a expansão da equipe local e apoiar nossos parceiros através do Illumina Solution Center. Nosso principal objetivo é incentivar a democratização da genômica e seu potencial de melhorar significativamente a saúde humana", diz.

DANILO VERPA/FOLHAPRESS — 25/6/2024



Cracolândia: região no centro de São Paulo foi alvo recente de uma operação que cumpriu mandados de busca e de prisão contra alvos ligados ao PCC e que revelou a existência de uma milícia formada por agentes da GCM que extorquia comerciantes

Eleições Propostas e perfis dos postulantes ajudam a entender a mobilização em torno do assunto

Em sintonia com eleitores, candidatos em SP colocam segurança pública como prioridade

ISTO também É COM A PREFEITURA

Lucas Ferraz
De São Paulo

Mesmo não sendo uma atribuição direta das prefeituras, a segurança pública será um tema central nas eleições municipais. Em São Paulo, maior cidade do país e onde a sensação de insegurança aparece no topo das preocupações dos eleitores, os candidatos a prefeito elencaram a área como prioridade estratégica.

Do enfrentamento ao Primeiro Comando da Capital (PCC) — com raízes históricas na cidade — aos velhos desafios da Cracolândia, passando por questões de zeladoria e de combate aos crimes patrimoniais, as propostas — das simples às mais grandiloquentes — e os perfis dos postulantes ajudam a entender o porquê da mobilização em torno do assunto.

Há ainda os eventuais infiltrados do crime organizado nas estruturas do poder municipal, algo que vem sendo acompanhado por entidades como o Ministério Público.

São dez os candidatos à prefeitura. Três dos concorrentes ao cargo de vice-prefeito são ex-policiais militares: Ricardo Mello Araújo (PL), ex-comandante da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), uma das tropas de elite da PM de São Paulo, é parceiro de chapa do prefeito e candidato à reeleição Ricardo Nunes (MDB); Antônia de Jesus (PRTB), vice de Pablo Marçal (PRTB), também foi PM no Estado, além do ex-coronel Reynaldo Priell, vice de Marina Helena (Novo).

Marca da política brasileira nos últimos anos, a militarização foi absorvida até mesmo pela esquerda: o deputado federal Guilherme Boulos (Psol) contou com um ex-comandante da Rota, Alexandre Gasparian, na equipe que trabalhou nas suas propostas para a segurança pública. "Ele resolveu me apoiar porque defende uma segurança baseada nos direitos humanos. É um coronel da PM com viés progressista", afirmou o candidato.

Doutor em ciência política e especialista em segurança pública, Guaracy Mingardi conta que não há ideia definida do que um prefeito deve e pode fazer sobre o tema. Para ele, trata-se de inutilidade falar de programa municipal de segurança urbana se não há parceria com o governo do Estado, responsável pelas polícias Militar e Civil. Mingardi cita iniciativas ainda mal aproveitadas, como o desenvolvimento do conceito de segurança comunitária, aspecto presente no plano de governo da maioria dos candidatos, além de a GCM ter se transformado, nas palavras dele, em uma "PMzinha".

"Não há programa de integração de segurança pública por parte dos municípios. As ações das prefeituras são pontuais e muitas vezes sem continuidade", afirma.

Mingardi e outros três especialistas na área — Renato Sérgio de Lima, David Marques e Thais Carvalho — publicaram neste mês um artigo na revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) intitulado "Medo, violência e política na cidade de São Paulo: A quem cabe decifrar a Esfinge". Eles discutem como o tema foi se deslocando de uma agenda predominantemente estadual para ser parte das estratégias eleitorais na capital.

"O que os dados e relatos até aqui tratados revelam é que a combinação dos efeitos da ação pública na Cracolândia, do peso que a região tem no mercado das drogas ilícitas no Brasil, com o movimento dos crimes patrimoniais tem servido como eixo estruturador de representações sociais que reforçam o medo e a insegurança como insumos fundamentais das novas formas de sociabilidade da vida na metrópole", escreveu o quarteto.

> "As ações das prefeituras são pontuais e sem continuidade""
> *Guaracy Mingardi*

A região no centro de São Paulo foi alvo recente de uma operação — conjunta, envolvendo entes municipais, estaduais e até federais, algo inusual — que cumpriu mandados de busca e de prisão contra alvos ligados ao PCC e que revelou uma novidade: havia uma milícia formada por agentes da GCM que extorquia comerciantes da região diante da ameaça de levar o fluxo da Cracolândia para a porta de seus negócios.

Os estudiosos também mencionam uma mudança de cenário: entre os anos 1990 e 2000, os homicídios eram o principal problema de segurança em São Paulo. Agora, o roubo ou furto de celulares tornou-se uma das grandes preocupações do paulistano, o que explica o aumento da percepção de insegurança aferida em diferentes pesquisas de opinião.

Levantamento recente do Datafolha mostrou que o Brasil registra 1.680 casos de furto ou roubo de telefones celulares por hora. A avenida Paulista, via mais policiada da cidade, é a que registra também a maior incidência desses crimes.

Boulos e a também deputada federal Tabata Amaral (PSB) citam o exemplo do governo do Piauí, que desenvolveu uma estratégia a partir do registro prévio dos telefones, numa força-tarefa que envolve a Polícia Civil, que tem sido bem-sucedida.

O professor Leandro Piquet, do Instituto de Relações Internacionais da USP e professor da Escola de Segurança Multidimensional, coordena a área de segurança da campanha de Tabata, afirma que o município pode fazer muito pelo tema, em especial no controle urbano e com a estrutura da GCM — são mais de 7 mil agentes. "A prefeitura tem papel de apoio às forças estaduais, falta coordenar as ações com o Estado", diz.

Ecoando a proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada recentemente pelo governo Lula, de autoria do ministro Ricardo Lewandowski (Justiça), Piquet defende uma mudança de patamar da segurança pública, que precisa ser tratada como a saúde. "As chaves", reforça, "são capacidade de gestão e de liderança".

Além dos tradicionais termos "aumentar o efetivo" e "integrar as ações", o vocabulário político dos candidatos também inclui "investimento em tecnologia" com câmeras de reconhecimento facial e nas fardas dos agentes municipais.

> "A prefeitura tem papel de apoio às forças estaduais, falta coordenar"
> *Leandro Piquet*

O prefeito Ricardo Nunes, ao defender sua gestão na área, cita com frequência o programa Smart Sampa, criado no ano passado. Esse foi o principal destaque de um encontro dele com investidores da Faria Lima, em maio, acompanhado pelo **Valor**. O tema voltou a ser mencionado nas sabatinas e debates.

O programa é vendido como "o maior e mais completo sistema de câmeras inteligentes da cidade", com 14 mil câmeras instaladas, com a promessa de terminar o ano com 20 mil. Segundo a prefeitura, as câmeras utilizam tecnologia de reconhecimento facial e algoritmos que permitem alertas antecipados de atos de vandalismo, furtos e identificação de placas de veículos roubados. Se reeleito, Nunes promete 40 mil câmeras até 2028.

Dentro os candidatos, o apresentador José Luiz Datena (PSDB), que se notabilizou na TV Bandeirantes num programa policial, é o único que apresenta a segurança como prioridade-zero — o tema abre seu plano de governo. Ele é um caso de postulante que abusa nas citações diretas ao PCC, maior grupo organizado do país.

Recentemente, ao se referir às empresas que prestam serviço no transporte de ônibus da cidade que são investigadas pela ligação com o grupo, Datena disse que fará campanha de "peito aberto", sem "medo dos tiros".

Destoando dos demais, Pablo Marçal (PRTB) é o único que menciona o estímulo ao "empreendedorismo" como arma para combater o crime organizado.

Principais propostas

Dos candidatos à Prefeitura de SP na área da segurança

Nunes



MARIA ISABEL OLIVEIRA / AGÊNCIA O GLOBO

- Aumentar o efetivo da GCM, sem previsão do número
- Promover ronda da GCM próximo de escolas
- Expandir o Smart Sampa, programa de videomonitoramento
- Ampliar ações preventivas e protetivas às mulheres, crianças e idosos vítimas de violência

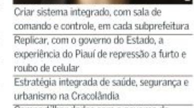
Boulos



ANA PAULA PAIVA/VALOR

- Dobrar o efetivo atual da GCM, atualmente com mais de 7 mil agentes
- Ter uma viatura da GCM na porta de cada escola municipal
- Ampliar a patrulha Maria da Penha, contra a violência doméstica
- Criar força-tarefa, com forças estaduais, para enfrentar a receptação de celulares roubados

Tabata



EDILSON DANTAS / O GLOBO

- Criar sistema integrado, com sala de comando e controle, em cada subprefeitura
- Replicar, com o governo do Estado, a experiência do Piauí de repressão a furto e roubo de celular
- Estratégia integrada de saúde, segurança e urbanismo na Cracolândia
- Compartilhar dados com o governo do Estado para combater o crime organizado

Datena



DIVULGAÇÃO

- Investir em tecnologia, com monitoramento por câmeras
- Integrar as forças municipais responsáveis por segurança e preservação da ordem pública
- Expandir a parceira com a PM na Operação Delegada
- Ampliar a patrulha Maria da Penha, contra a violência doméstica

Marçal

MARIA ISABEL OLIVEIRA / AGÊNCIA O GLOBO

- Investir em inteligência digital em parceria com as polícias estaduais
- Desenvolver o conceito de polícia comunitária com a GCM
- Triplicar o efetivo atual da GCM
- Ações de zeladoria urbana como limpeza, iluminação, calçadas e pavimentação, com identificação dos problemas por geolocalização

Fonte: Planos de governo dos candidatos registrados na Justiça Eleitoral

Eleições Segundo especialistas, prefeitura deve atuar na prevenção social e situacional da violência

No Rio, candidatos defendem guarda armada



Camila Zarur
Do Rio

REPRODUÇÃO G1 — 5/8/2024

Paes quer criar elite armada da guarda

REPRODUÇÃO G1 — 6/8/2024

Ramagem: efetivo com poder de polícia

REPRODUÇÃO G1 — 7/8/2024

Motta propõe guarda municipal cidadã

LEO PINHEIRO/VALOR — 26/5/2019

Amorim defende polícia municipal

DIVULGAÇÃO

Queiroz: auditoria e aumento do efetivo

Apesar de a cidade do Rio de Janeiro viver uma queda na letalidade violenta, assim como o Estado, os números de roubos e furtos aumentaram em 2024 em comparação ao ano passado. Respectivamente, a alta foi de 12% e 13% neste primeiro semestre — foram 58.608 furtos e 31.288 roubos registrados. O cenário contribuiu para uma sensação de insegurança entre os eleitores, sendo refletida nas pesquisas que mostram a segurança pública como principal preocupação dos cariocas. Seguindo esta mesma linha, candidatos à Prefeitura do Rio usam o tema para tentar alavancar popularidade e atacar os concorrentes.

No primeiro debate entre os postulantes ao Palácio da Cidade, o bolsonarista Alexandre Ramagem (PL) usou a segurança e ordem pública para criticar a gestão de Eduardo Paes (PSD). O prefeito, por sua vez, jogou a culpa da situação no colo do governador Cláudio Castro (PL), aliado do adversário e responsável pelo comando das polícias Militar e Civil. Essa foi a vacina encontrada pela campanha do alcaide para se esquivar da estratégia dos concorrentes que têm ao seu lado o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que vê em Paes um inimigo.

Após o debate, Castro rebateu as falas do prefeito e disse que o chefe do Executivo carioca nunca se reuniu com ele para discutir a redução da violência no Rio. "Em cinco oportunidades, ele negou ajuda para resolver questões importantes para a população do Rio. Ao longo dos anos em que estou à frente do governo, só me procurou uma única vez e foi para enfrentamento a camelôs na região da Uruguaiana", disse o governador.

Apesar do empurra-empurra político, especialistas convergem que, sim, o município tem papel central na segurança pública, e ele se divide em três pilares: a prevenção social, a prevenção situacional e a produção de dados e de inteligência. Segundo Eduardo Pazinato, membro do conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a responsabilidade municipal já está prevista em duas leis, a da Guarda Municipal e a do Sistema Único de Segurança Público (Susp).

"O papel da cidade fica no âmbito da segurança pública básica. É como no SUS [Sistema Único de Saúde], em que o município fica com a saúde primária, e conforme vai aumentando a complexidade, a competência e atribuições vão passando para os demais entes federativos", explica.

"Os municípios são os protagonistas na promoção da prevenção social das violências. Eles que devem criar oportunidades de inclusão social e produtiva para a juventude, além de trabalhar com os públicos vulneráveis. Eles também têm papel importante na prevenção situacional, aquilo que chamamos de influência do design urbano, da ecologia do crime, para a percepção social de maior ou menor segurança", completa.

Neste sentido, a atuação da prefeitura na iluminação pública, sobretudo em áreas consideradas perigosas, na poda de árvores e na melhoria dos pontos de ônibus já são ações que combatem a violência, pois reduzem as oportunidades para a prática de crimes. Mas há outras medidas, mais direcionadas ao enfrentamento direto, que também podem ser adotadas.

> "Municípios são protagonistas na prevenção social das violências"
> *Eduardo Pazinato*

"O município pode e deve qualificar um plano municipal de segurança, elaborar projetos e captar recursos via Fundo Nacional de Segurança, além de investir em tecnologias que possam racionalizar o emprego do efetivo da guarda e dos demais profissionais que atuam na área. Também é preciso produzir dados sobre a dinâmica da violência e do crime que possam subsidiar a atuação das demais forças de segurança", diz Pazinato.

Sancionado em 2018, o Susp estabelece a integração dos órgãos de segurança e inteligência e a padronização de dados e de sistemas da área. Porém, o sistema único nunca entrou em vigor de fato.

Joana Monteiro, coordenadora do Centro de Ciência Aplicada à Segurança da FGV, também aponta a importância da regulação do espaço urbano na garantia da segurança pública. Dentro da realidade do Rio, isso significa uma atenção especial à ocupação fundiária e ao transporte.

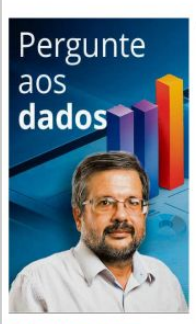
"Eles muitas vezes são portas de entrada para mercados ilegais", diz a especialista. Investigações já revelaram que os dois são usados no Estado para ampliar o poder econômico e domínio territorial de milícias e facções criminosas.

"Na prática, a prefeitura tem um papel enorme. No processo de prevenção e tornar os espaços urbanos mais seguros, tem a Guarda Municipal, que é um dos instrumentos do município para fazer isso. Mas não é único", diz Monteiro, que cita também a integração e acesso às câmeras de vigilância de rua e leitores de placas de carro para multas.

Entre os principais candidatos à prefeitura, três defendem o armamento parcial ou total da guarda. São eles: Paes, Ramagem e o também bolsonarista Rodrigo Amorim (União Brasil). Esses dois últimos já disseram publicamente que querem transformar o efetivo em uma "polícia municipal".

Já Tarcísio Motta (Psol) e Marcelo Queiroz (PP), que se colocam como alternativas mais à esquerda e ao centro, respectivamente, são contra a guarda ter direito ao porte e à posse de armas. Os dois defendem uma valorização do agente e uma integração maior entre município e Estado.

"Ao contrário do que parece a lógica, o Rio de Janeiro, em especial, não deveria armar a guarda", diz Monteiro. "O Rio é um ambiente que tem pouco controle dos agentes públicos, e ao dar uma arma ao guarda municipal, se estará dando um poder de polícia que, aqui, pode ser mal usado. Ele pode entender que deve se comportar igual à polícia e, com isso, perder a lógica de que deve se preocupar com a preservação do espaço urbano. Na maioria das vezes é uma função de estar ocupando aquele lugar, interagindo com as pessoas. Para isso não precisa estar armado."



César Felício

Alinhamento nacional não se repete nas capitais

O PT e o PL, partidos que encarnam a polarização nacional entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro estão relativamente isolados no mapa de alianças majoritárias das principais siglas nas capitais, conforme mostra o registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que encerrou nessa quinta-feira.

Somente dois partidos, o PSB e o Republicanos, na maioria dos casos repetiram no plano local o mesmo alinhamento nacional. O PSB compartilha a mesma coligação com o PT em 13 capitais. O Republicanos está na mesma aliança com o PL em 12. Nem mesmo o Psol e o Novo, que estão em extremos ideológicos opostos, buscaram essa composição. No caso destes dois partidos, a preferência foi por lançar candidatura própria. O Psol conta com 17 nomes nas 26 capitais, recorde entre os partidos. Esta conta inclui Samuel Costa, candidato do Rede em Porto Velho, que é um partido federado. O Novo lançou em 14.

As outras grandes siglas de direita, como União Brasil, PP, PSD e MDB optaram na maioria dos casos por construir alianças entre si ou mesmo com partidos do polo oposto. Casos típicos, por exemplo, são os de Manaus e Cuiabá, onde dois candidatos do União Brasil, Roberto Cidade e Eduardo Botelho, presidentes das respectivas Assembleias Legislativas, formaram grandes coligações patrocinadas pelos governadores Wilson Lima (União Brasil-AM) e Mauro Mendes (União Brasil-MT). O PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin está com o União Brasil nessas duas capitais, em parceria ainda com o Republicanos e o PP.

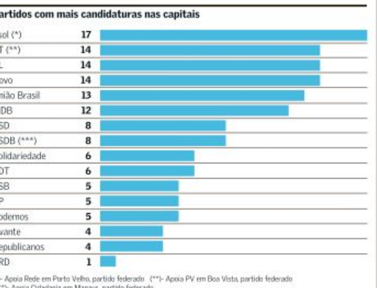
Não é o único caso de parceria heterodoxa. Em Porto Alegre, Juliana Brizola (PDT) recebeu o apoio do União Brasil e do PSDB do governador Eduardo Leite. A neta do ex-governador Leonel Brizola terá a difícil missão de tentar romper a polarização entre Sebastião Melo (MDB) e Maria do Rosário (PT), que nesse caso repetem a bipolaridade nacional. Melo conta com PSD e PP e tem o aval do PL.

O União Brasil concorre fora dos dois polos em 16 capitais, e com candidatura própria em 13 delas. São raríssimas suas alianças com o PT. Se juntaram em duas cidades, Recife e São Luís, apoiando nomes do PSB. Já com o PL há alianças em oito dessas cidades, sendo que recebe o apoio da sigla em três (Salvador, Porto Velho e Natal) e a apoia em três (Maceió, Palmas e Porto Velho). O fato de não caminhar junto com o PL, contudo, nem sempre significa estar longe do bolsonarismo. Rodrigo Amorim (União Brasil) no Rio de Janeiro é tão ou mais alinhado à extrema direita do que Alexandre Ramagem (PL).

O Mapa das Alianças nas capitais

Apenas PSB e Republicanos repetem alinhamento nacional





(*)- Apoia Rede em Porto Velho, partido federado (**)- Apoia PV em Boa Vista, partido federado
(***)- Apoia Cidadania em Manaus, partido federado

O PSD pende ligeiramente mais para Lula. Uniu-se ao PT em oito capitais. No Rio de Janeiro, Eduardo Paes tem o apoio dos petistas. Em Fortaleza, Teresina e Cuiabá, é o PSD que apoia o PT. Nas demais, ambos estão juntos em torno de outros candidatos. No caso do PL, há aliança com o PSD em seis capitais, sendo que em nenhuma a sigla faz apoio direto a um nome do partido de Bolsonaro. O PL apoia o PSD em Florianópolis, com Topazio Neto; e em Curitiba, com Eduardo Pimentel.

No caso do MDB há seis alianças com o PL e sete com o PT. O partido apoia nomes do PL no Rio de Janeiro e em Palmas e do PT em Fortaleza, Teresina e Natal. Recebe aval bolsonarista em São Paulo, Porto Alegre e Boa Vista e suporte do PT em Rio Branco, Salvador e Maceió.

O PP planeja uma federação com o Republicanos após as eleições e os dois partidos demonstraram que esse cenário é possível em suas alianças nas capitais. Estão juntos em 14 das 26 cidades. Em sete delas, também está o PL. Mas em Fortaleza apoiam Evandro Leitão, do PT.

As alianças se justapõem em São Luís, palco de uma exceção: é a única capital em que PT e PL estão juntos, apoiando Duarte Júnior, do PSB. Na capital maranhense o voto bolsonarista deve migrar para Yglesio Moyses, do PRTB. O prefeito Eduardo Braide (PSD), contudo, é favorito para se reeleger.

PT, PL, MDB, PSD e Republicanos foram os únicos partidos que se posicionaram em todas as capitais. Nas demais siglas há lacunas em algumas destas cidades. É o caso por exemplo de Macapá, onde o União Brasil do senador Davi Alcolumbre (AP) não integra nenhuma coligação majoritária. Também está fora do mapa das alianças na cidade o PDT do ex-governador e ministro do Desenvolvimento Regional Waldez Góes, aliado de Alcolumbre. O Solidariedade do governador Clécio Luís, que foi prefeito de Macapá durante oito anos e que chegou ao cargo com apoio de Góes e Alcolumbre, também não se coligou.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Política

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30919	29.044	30.255	30455	27723	23429	26.704	28.786	27886	29682
Importações	23279	22.333	21.851	21.886	20492	18.225	20.512	19463	19097	20.501
Saldo	7640	6.711	8.404	8.568	7230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	mai/24		**abr/24**		**mai/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**49,1**	**-2,76**	**50,5**	**-0,88**	**47,8**	**4,34**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	-	0,30	2,82	4,72	4,45	-	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia ago/24 0,33% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana ago/24 0,14%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-39,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadação Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

EUA Presidenciável democrata fica à frente de Trump em sondagem, mas republicanos levam vantagem em questões ligadas à economia

Kamala chega à convenção embalada por pesquisa

Bloomberg

Kamala Harris chega à convenção do Partido Democrata nesta segunda surfando uma onda favorável, enquanto os republicanos trabalham em ataques à nova agenda de compromissos econômicos da candidata, para tirar proveito de um front no qual têm vantagem entre os eleitores.

No domingo, uma pesquisa mostrou Kamala pouco à frente do republicano Donald Trump, por 49% a 45% dos eleitores registrados em todo o país. No início de julho, a mesma pesquisa, realizada pelo "The Washington Post", ABC News e Ipsos, havia mostrado empate quando o candidato era o presidente Joe Biden. Os resultados estão alinhados com outras pesquisas recentes, que mostram como a troca de Biden por Kamala sacudiu a corrida presidencial e energizou os democratas.

Ainda assim, tanto esta pesquisa quanto outras mostram que os eleitores confiam mais nos republicanos na esfera econômica: 46% confiam mais em Trump, em comparação com 37% para Kamala. Na esfera da inflação, os números são parecidos. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo.

"A coisa mais absurda que Kamala diz em seus comícios é: 'No primeiro dia, vou enfrentar a crise [de preço] dos alimentos e da habitação neste país'", disse J. D. Vance, a escolha de Trump para vice-presidente, no programa de TV "Fox News Sunday". "O primeiro dia de Kamala Harris foi há três anos e meio, e tudo o que ela fez piorou o problema."

Na sexta, em aceno aos eleitores da classe média e baixa, Kamala pediu o fim de práticas de exploração de preços pelos supermercados e propôs novos benefícios tributários e subsídios para ajudar os que tentam comprar suas primeiras casas e casais com filhos.


AP PHOTO/JULIA NIKHINSON

Kamala Harris, com seu candidato a vice Tim Walz ao fundo, em campanha

"Ela está seguindo a cartilha da União Soviética para baixar os preços, chamada 'controle de preços'", disse o senador Lindsey Graham, republicano da Carolina do Sul, no domingo, no "Meet the Press", da rede de TV NBC.

Em termos gerais, a tendência da inflação é de queda, uma vez que a economia vai lentamente reduzindo a marcha. O núcleo do índice de preços ao consumidor — que exclui os custos de alimentos e das fontes de energia — teve alta de 3,2% em 12 meses até julho, ante pico de 6,6% em 2022.

Graham, que já criticou algumas das táticas de Trump na corrida presidencial, disse que os republicanos podem vencer se falarem sobre propostas, em especial, econômicas. A preocupação dele é que Trump — que em comício no sábado chamou Kamala de "lunática" e afirmou ser mais bonito que ela — possa fazer diferente. "As políticas dele são boas para os EUA, e se você tiver um debate presidencial de propostas, ele vence", disse Graham. "Donald Trump, o soldado raso — o provocador, o showman — pode não vencer esta eleição."

As propostas de Kamala foram anunciadas pouco antes da convenção em Chicago, com o tema "Para o Povo, Para o Nosso Futuro". O evento contará com um elenco de ex-presidentes e líderes do partido, como Bill Clinton e Barack e Michelle Obama.

A cidade também se prepara para protestos em massa de manifestantes contra a guerra de Israel na Faixa de Gaza e o apoio dos EUA a ela.

No domingo, Kamala e seu companheiro de chapa, o governador de Minnesota, Tim Walz, estavam em campanha na Pensilvânia.

Em entrevistas às vésperas da convenção, democratas de alto escalão elogiaram o desempenho de Kamala desde que ela se tornou candidata — e argumentaram que seus planos econômicos são tanto sólidos quanto populares. "[Kamala] sabe com o que as pessoas estão tendo dificuldade e quer lhe ajudar a ficar com mais dinheiro no bolso", disse a governadora Gretchen Whitmer, de Michigans, à NBC.

(Tradução de Sabino Ahumada)

49%
Intenções de voto em Kamala, contra 45% para Trump

Crise imobiliária é questão crucial para eleitores

Martha Muir
Financial Times, de Washington

Em uma eleição marcada pela preocupação com o alto custo de vida nos EUA, a estagnação do mercado imobiliário do país representa um obstáculo para os democratas em sua busca para conquistar o apoio de eleitores indecisos.

Embora se acredite que a partir de setembro o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) começará a reduzir os juros, seus dois anos de esforços para conter a inflação tornaram a compra de imóveis ainda mais difícil para muita gente. No relatório mais recente do índice de preços ao consumidor, as despesas relacionadas à moradia representaram quase 90% da inflação registrada em julho.

"Parte do sonho americano é ter casa própria. E para muitas pessoas, o sonho americano se tornou um pesadelo", diz Antjuan Seawright, estrategista democrata.

Na sexta, a candidata democrata Kamala Harris anunciou a proposta de oferecer créditos tributários de até US$ 25 mil para os que queiram comprar sua primeira casa — uma iniciativa para persuadir os eleitores de que ela está disposta a enfrentar a crise do custo de vida, que corroeu o apoio à candidatura de Joe Biden à reeleição antes de ele se retirar da corrida.

Ela também propôs novas isenções tributárias para as construtoras que fizerem casas para esse público-alvo, além de uma ofensiva mais fiscalizadora contra práticas injustas de empresas donas de propriedades e investidores que se dedicam a comprar grandes números de imóveis.

"Não sou nova nesse assunto", disse. "Sei como lutar por pessoas que estão sendo exploradas no mercado imobiliário, e sei o que ter uma casa própria significa." Kamala disse que quer ver 3 milhões de imóveis novos construídos em quatro anos. "Vou trabalhar em parceria com o setor [de construção] para construir as moradias de que precisamos, tanto para alugar quanto para comprar."

Segundo pesquisa do Center for Popular Democracy, 84% dos eleitores nos chamados Estados-pêndulo dizem que o custo de moradia é uma grande questão.

"Qualquer coisa que possa ajudar a acelerar o aumento da oferta de habitação será útil", diz Bob Triest, economista da Northeastern University. "Isso pode consistir em permitir reformas para tentar acelerar a emissão de licenças ou em reformas de zoneamento que permitam maior densidade habitacional em certas áreas."

Donald Trump havia aberto vantagem sobre Biden nas pesquisas no quesito da economia, aproveitando a preocupação dos eleitores com a inflação e o alto custo de vida. Kamala agora vem encurtando essa diferença —, embora o candidato republicano ainda tente associar a inflação a ela, ao mesmo tempo que promete seus próprios planos para reduzir os custos.

A plataforma republicana de 2024 promete permitir a construção de imóveis novos em terras federais, e assim como Kamala, também ofereceria alívio tributário para quem comprar sua primeira casa.

Embora os juros dos financiamentos imobiliários tenham começado a diminuir — a taxa fixa de 30 anos caiu para 6,47% —, isso foi antecedido nos últimos anos por fortes aumentos.

Os proprietários que gozam de baixos juros, em contratos assinados antes de o Fed ter começado a elevar os custos de captação há dois anos, também relutam em se mudar de casa, pois precisariam entrar em um financiamento mais caro. Esse é um dos motivos pelos quais, desde agosto de 2019, os estoques de casas à venda no país caíram 27%, segundo dados da corretora imobiliária Redfin.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Ícone francês do cinema Alain Delon morre aos 88 anos



ARTHUR MOLA/INVISION/AP

Alain Delon, um ícone do cinema francês (na foto, no festival de Cannes em 2019), morreu aos 88 anos, segundo comunicado de seus filhos no domingo. Ele havia sido diagnosticado com linfoma de células B, um tipo de câncer. O ator nasceu em Seaux, ao sul de Paris, e foi adotado depois da separação de seus pais quando tinha 4 anos. Aos 17, juntou-se à Marinha e foi enviado à Indochina. De volta à França, trabalhou como garçom ou entregador antes de começar a atuar. Teve seu auge nos anos 1960 e 70, quando tornou-se símbolo sexual. Estreou no cinema em 1957 e teve seu primeiro grande papel como Tom Ripley no clássico "O Sol por Testemunha", de 1959, que o cineasta francês René Clément baseou em livro de Patricia Highsmith. Delon também atuou nos cultuados "Rocco e Seus Irmãos" e "O Leopardo", de Luchino Visconti, e "O Eclipse", de Michelangelo Antonioni. Foi uma presença inesquecível nas telas tanto interpretando heróis depravados quanto protagonistas românticos.

Escândalo de rival peronista atrasa cobranças a Milei

Ciara Nugent
Financial Times, de Buenos Aires


FRANCESCA VOLPI/BLOOMBERG

O movimento peronista da Argentina, de esquerda, foi envolvido em um escândalo que deve beneficiar o libertário presidente Javier Milei e ampliar a paciência da população com seu doloroso programa de austeridade.

Procuradores federais indiciaram o ex-presidente Alberto Fernández por violência doméstica na quarta-feira, em consequência de acusações de sua ex-mulher Fabiola Yañez de que ele a espancava repetidamente quando os dois moravam na residência presidencial da Argentina, entre 2019 e 2023.

Os meios de comunicação argentinos divulgaram com muito destaque fotos vazadas que mostram Yañez com hematomas no olho e no braço. Ela confirmou a autenticidade das imagens, embora tenha dito que não queria que fossem publicadas.

Os procuradores tomaram conhecimento das alegações de abuso na semana passada, enquanto investigavam acusações de que Fernández tinha desviado indevidamente negócios lucrativos de corretagem de seguros do Estado para um amigo quando era presidente.

Em uma entrevista ao jornal espanhol "El País", na semana passada, o ex-presidente disse que "nunca bateu em Fabiola [nem] em nenhuma mulher" e acredita que "alguém com outros motivos a incentivou" a acusá-lo. Ele acrescentou que o governo Milei está "explorando" as acusações.

O escândalo, em rápida evolução, aprofundou uma crise mais generalizada do peronismo, o movimento trabalhista que dominou a política argentina por 80 anos e se deslocou fortemente para a esquerda nas últimas duas décadas, sob a influência da ex-presidente Cristina Kirchner. O peronismo continua a ser a maior força no Congresso, mesmo depois da eleição de Milei, em novembro.

Já com dificuldades para encontrar um novo líder e uma nova mensagem na esteira da derrota eleitoral, o movimento se defronta agora com acusações de hipocrisia por parte dos eleitores, porque uma das bandeiras do governo de Fernández era justamente a defesa dos direitos das mulheres.

"Ele dizia todas aquelas coisas sobre igualdade de gênero e batia na mulher. O que se pode dizer disso? É o maior mentiroso da Argentina", disse Manuel, de 75 anos, no bairro de classe média de Chacarita, em Buenos Aires. Ele se identifica como peronista, mas anulou o voto nas eleições de 2023 porque estava enfurecido com a profunda crise econômica do país.

Milei tem se aproveitado das acusações para justificar sua autodeclarada "batalha cultural" contra os movimentos feministas e de defesa dos direitos humanos da Argentina, que o levou até a extinguir o Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade.

"Todas essas coisas estavam acontecendo enquanto os meios de comunicação nos diziam que eles eram os mocinhos e aqueles de nós que querem que a Argentina seja livre éramos os vilões", escreveu ele no X.

Depoimentos detalhados da ex-primeira-dama aos procuradores e uma série de vazamentos — entre eles o de um vídeo em que Fernández declara seu amor por uma apresentadora de rádio 25 anos mais nova que ele no gabinete presidencial — inundaram os meios de comunicação argentinos.

Nos próximos meses, o ex-presidente terá de comparecer aos tribunais para audiências relativas aos processos por violência doméstica e por corrupção.

Fernández, que já era profundamente impopular, renunciou na quarta-feira à presidência do Partido Justicialista (peronista), em meio à pressão de parlamentares.

Analistas dizem que o timing do escândalo é muito oportuno para Javier Milei

Analistas dizem que o timing do escândalo é muito oportuno para Milei, um ex-comentarista de TV que baseou sua campanha à Presidência na promessa de varrer a "casta política corrupta" que ele responsabiliza pela inflação altíssima da Argentina.

O programa de austeridade extrema de Milei conseguiu baixar a taxa de inflação mensal do seu pico de 26% em dezembro para 4% em julho, mas também provocou sofrimento para os argentinos: consumo das famílias despencou e mais de 175 mil empregos formais foram eliminados desde que ele assumiu o governo.

Segundo Lucas Romero, diretor do instituto de pesquisas Synopsis, o apoio ao presidente segue surpreendentemente estável, mas começou a mostrar "sinais de estresse", em meio à volatilidade da principal taxa de câmbio do mercado paralelo do peso. Ele disse que nos últimos dois meses o número dos que desaprovam Milei aumentou 5 pontos porcentuais, para 49,2%.

Os escândalos em torno de Fernández não melhoram necessariamente a avaliação do presidente, mas "lhe darão mais tempo, tornarão as pessoas mais pacientes", avaliou Romero. "Isso alimenta a indignação contra a classe política que garantiu a eleição de Milei."

O escândalo de tráfico de influência se concentra em uma ordem que Fernández deu para que a contratação de seguros do governo fosse feita apenas com uma empresa que tinha como um dos corretores o marido de sua secretária.

Em fevereiro, Fernández disse que a decisão "não foi nenhuma transação corrupta", em entrevista a uma rádio local. "Eu não roubei nada nem participei de nenhuma transação fraudulenta."

"É enfurecedor ouvir sobre [malversação de] dinheiro quando estamos passando por um momento tão difícil economicamente", reclamou Anália, uma vendedora de produtos de limpeza de 51 anos. "Todos os nossos governos devoraram nosso dinheiro", afirmou ela. "Não concordo com tudo o que Milei faz, mas realmente acho que ele tem um ponto de vista diferente."

O peronismo, que começou nos anos 40, com uma aliança entre o general Juan Domingo Perón e sindicatos, continua poderoso. Sua coligação, Unión por la Patria, controla 46% das vagas no Senado argentino e 39% na Câmara dos Deputados, em comparação com 10% e 15%, respectivamente, da coligação La Libertad Avanza, de Milei.

Mas analistas dizem que os peronistas não têm conseguido se unificar em torno de um líder ou de uma mensagem para os eleitores desde sua derrota nas eleições, o que limita sua capacidade de bloquear a agenda legislativa de Milei ou mobilizar grandes protestos de rua.

49,2%
é a desaprovação de Milei hoje

Valor ECONÔMICO

Aquecimento global exige dos países uma união ainda distante

Os últimos 13 meses foram notáveis em termos de mudanças climáticas. Houve seguidos recordes de calor e uma série de eventos climáticos extremos, que estão se tornando cada vez mais frequentes. Além disso, pela primeira vez a média de temperatura global ficou 1,5°C acima do período pré-industrial, que é o limite de aquecimento fixado pelo Acordo de Paris para o fim deste século. Alguns cientistas temem que esteja ocorrendo uma aceleração no processo de aquecimento global. E justamente num momento em que a disposição de colaboração entre os governos pelo mundo se encontra num nível excepcionalmente baixo.

Em 21 de julho o planeta teve sua maior média diária, até então, de temperatura do ar na superfície, desde que esses registros começaram. Os dados são do Serviço Copernicus de Mudança Climática (C3S, na sigla em inglês), da União Europeia. O pico anterior havia sido em 6 de julho de 2023. O novo recorde, porém, durou apenas 24 horas, e 22 de julho é agora oficialmente o dia mais quente já registrado. Como um todo, a temperatura média global em julho ficou 0,04°C abaixo do recorde de julho de 2023, relatou o C3S. Isso encerrou um período excepcional de 13 meses seguidos com temperaturas recordes. Mas agosto ameaça retomar essa série. Este ano caminha para bater recorde de calor, superando 2023. Nas últimas semanas, a Antártida vem experimentando uma onda de calor inédita, em pleno inverno austral, com temperaturas até 28°C acima do normal para esta época do ano.

Formalmente, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), a principal autoridade das Nações Unidas sobre o tema, considera, para efeito de comparação, a média dos últimos 20 anos, que está abaixo de 1,5°C. Isso porque o dado anual pode ser distorcido por causas temporárias, por exemplo um fenômeno El Niño particularmente forte, como vem sendo o caso desde 2023. Ainda assim, não era esperado que a temperatura atingisse esse média anual tão cedo.

"O que é realmente impressionante é quão grande é a diferença entre a temperatura dos últimos 13 meses e os recordes anteriores de temperatura. Estamos agora em território desconhecido", afirma o diretor do C3S, Carlo Buontempo. Isso ficou evidente para a população de muitas regiões do Brasil, que praticamente não sentiram o inverno neste ano.

E não é apenas o ar que está esquentando. Ainda segundo o C3S, a temperatura média da superfície dos oceanos foi recorde em fevereiro, superando agosto de 2023. Esse novo valor recorde foi repetido em março. Neste mês, o Mar Mediterrâneo igualou o recorde de temperatura na superfície d'água, registrado também em 2023.

Esses aumentos sem precedentes das temperaturas no planeta vêm gerando um intenso debate no meio científico. Para uma parte dos especialistas, o aumento é compatível com as projeções climáticas feitas nas últimas décadas e não há indícios claros de uma aceleração maior do processo de aquecimento global. Mas há também aqueles que temem que as elevações recentes de temperatura estejam superando as projeções.

Seja como for, esse aquecimento possivelmente está relacionado a uma série de eventos climáticos extremos registrada nos últimos meses, como as piores enchentes da história do Rio Grande do Sul, a inundação na desértica Dubai, as ondas de calor na Índia e no Mediterrâneo, o início precoce da temporada de furações no Atlântico Norte e incidentes graves de turbulência em aviões.

Esse aparente agravamento do processo de mudanças climáticas ocorre num momento em que a relação deteriorada entre as principais potências globais dificulta a cooperação e a adoção de políticas eficazes e coordenadas pela comunidade internacional.Esse cenário pode se tornar ainda mais complexo se o republicano Donald Trump vencer as eleições presidenciais de novembro nos EUA. Ele é um cético do aquecimento global. Uma das pouquíssimas propostas de governo feitas por Trump no seu discurso na convenção do Partido Republicano, em julho, foi justamente anular medidas climáticas adotadas pelo governo de Joe Biden. No discurso, ele voltou a chamar a crise climática de "fraude verde".

Talvez por ter perdido espaço na agenda política global nos últimos anos, a questão do combate às mudanças climáticas vem recebendo uma atenção insuficiente no debate público. Problemas imediatos, como guerras, crises políticas, eleições, rivalidades globais, estão desviando o foco do aquecimento, que é um tema aparentemente de longo prazo. Mas essa percepção é equivocada.

Como já foi provado cientificamente, o aquecimento global é causado pela humanidade. E terá de ser contido pela humanidade. O modo mais adequado de enfrentar esse problema ainda é um debate em aberto. Haverá custos, que devem ser distribuídos o mais justamente possível. Mas o custo da inação será maior, como mostra a tragédia deste ano do Rio Grande do Sul. E o forte aumento recente das temperaturas é um sinal de alerta de que a questão não pode ser jogada para baixo do tapete. Evitar o assunto não fará o termômetro parar de subir.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luiza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel/Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel/Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel/Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel/Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel/Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Tecnologia pode ampliar participação de grupos historicamente marginalizados. Por **Ricardo Freitas**

Inovação tecnológica e fortalecimento da democracia

A inovação tecnológica pode contribuir com o aperfeiçoamento do regime democrático, usada com o propósito de nos levar a uma sociedade inteligente ou do futuro, sustentável, inclusiva, em que as pessoas se sintam importantes e contempladas pelo sistema político, ouvidas e respeitadas?

Sim. É possível ampliar e desenvolver novas formas de participação popular, de estímulo à cidadania, integração social, pertencimento e empoderamento, aumentando a autoestima e o bem estar geral, convergindo para um ambiente de maior felicidade.

A implementação de aplicativos móveis que facilitem o acesso a essas plataformas pode ampliar a participação de grupos historicamente marginalizados. Além disso, a tecnologia pode ser utilizada para realizar consultas públicas sobre temas locais e nacionais, permitindo que as vozes da população influenciem diretamente as decisões políticas.

Este estímulo à participação política e social, empoderando o eleitor, promoveria maior interesse e comprometimento, referendando e legitimando o sistema e os governos, reduzindo o distanciamento, as desigualdades ou o abismo social.

Para criar um sistema político eleitoral que faça com que as pessoas se sintam importantes e contempladas é necessário adotar uma abordagem multifacetada. Em primeiro lugar, é importante promover a educação cívica para que os cidadãos compreendam seus direitos e deveres, além de como participar ativamente do processo político.

A digitalização do sistema eleitoral pode ser um grande passo, utilizando tecnologias além das urnas eletrônicas seguras, plataformas de votação online e consultas públicas digitais, que permitam uma participação mais ampla e acessível. Ferramentas como aplicativos de feedback cidadão podem ser desenvolvidas para que as pessoas possam expressar de forma contínua suas opiniões sobre propostas e políticas públicas.

Fomentar a participação direta, como o uso de referendos e plebiscitos para decisões importantes, pode dar aos cidadãos um papel mais ativo. Além disso, a transparência governamental deve ser aumentada, com a disponibilização de informações claras e acessíveis sobre como as decisões são tomadas e como os recursos são alocados.

Programas de gamificação para engajamento cívico podem incentivar a participação política de maneira lúdica e educativa. Aplicativos que recompensem os cidadãos por participar de debates públicos ou por votar em iniciativas comunitárias podem aumentar o envolvimento. Outro exemplo é a utilização de realidade aumentada em espaços públicos para educar sobre processos políticos e históricos, criando um maior senso de pertencimento e responsabilidade cívica.

A inovação tecnológica poderia criar um sistema político-eleitoral onde o cidadão votaria em planos de metas, projetos e propostas. A criação de uma plataforma digital permitiria votar em projetos específicos e acompanhar o andamento em tempo real até a sua implementação.

Ferramentas como blockchain podem ser usadas para garantir a transparência e a segurança dos votos. Isso permitiria que os cidadãos avaliassem a eficiência das políticas públicas e tomassem decisões nas eleições, mais informados.


GERD ALTMANN POR PIXABAY

Os debates eleitorais seriam estruturados em torno de plataformas digitais interativas onde os candidatos apresentariam e defenderiam seus planos de ações, enquanto os cidadãos comentariam e questionariam em tempo real. A inteligência artificial pode ser usada para moderar debates e garantir que todas as questões importantes sejam abordadas, promovendo uma discussão mais focada em soluções práticas e menos em retórica política e em personalismo.

Os planos aprovados em votação popular teriam força de lei. A estruturação deste modelo quanto ao que deve ser colocado em votação deve contar com ampla sistematização, com o auxílio do Parlamento, do Executivo e de consulta à própria população. Neste método, as campanhas eleitorais focariam no debate de temas e planos em votação, diminuindo a polarização política.

Iniciativas para promover maior participação das pessoas na condução de seus destinos podem partir de diversas fontes, incluindo o Estado, organizações da sociedade civil e o setor privado. No entanto, o Estado tem um papel fundamental como facilitador e regulador. Ele pode implementar políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a participação cidadã, como plataformas de consulta pública, sistemas de votação digital e ferramentas de transparência governamental.

Além disso, o Estado pode fomentar parcerias público-privadas para criar soluções tecnológicas de inclusão e acessibilidade. Essas iniciativas também podem ser impulsionadas por ONGs e movimentos sociais, que frequentemente atuam como catalisadores de mudanças, pressionando o Estado e o setor privado a adotarem práticas mais participativas.

É possível estabelecer parâmetros ou princípios tecnológicos para organizar as demandas sociais. Primeiramente, é essencial garantir a transparência em todas as etapas do processo, desde a coleta de demandas até a implementação das decisões. Segurança e privacidade também são cruciais, assegurando que os dados dos cidadãos sejam protegidos. Acessibilidade é outro princípio vital, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização, tenham acesso às plataformas de participação.

Inclusividade é necessária para garantir que todas as vozes sejam ouvidas, como minorias e grupos marginalizados. A usabilidade das plataformas deve ser considerada, facilitando a navegação e a compreensão para pessoas de diferentes níveis de alfabetização digital. Deve haver responsabilidade e prestação de contas, permitindo que os cidadãos acompanhem o progresso das demandas e das decisões tomadas.

Finalmente, é essencial promover um ambiente de diálogo e respeito, onde as opiniões dos cidadãos são valorizadas e consideradas na formulação de políticas públicas. Isso pode ser alcançado através de audiências públicas, fóruns de discussão online e mecanismos de consulta que garantam que todos os segmentos da sociedade tenham vozes nas decisões que os afetam diretamente.

Ricardo Freitas é especialista em inovação e tecnologia com formação e XBA pela Hebrew University Jerusalém.

Au revoir, Paris!

Ana Maria Diniz



No domingo, dia 11, nos despedimos da 33ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, realizada na deslumbrante capital francesa. Como toda Olimpíada, foi um espetáculo! Dá para imaginar algo mais icônico do que o vôlei de praia aos pés da Torre Eiffel, o basquete na Place de La Concorde e a chegada da maratona no Les Invalides? No início, o evento tropeçou. A cerimônia de abertura, em prol da inclusão e da diversidade, foi a mais infame e excludente da história. Mas nem isso ofuscou o brilho dos 10.500 atletas de 200 países que disputaram 45 modalidades, iluminando o palco olímpico. Eles foram as estrelas da festa, que no fim foi linda!

O Brasil levou 274 atletas para os jogos deste ano, competindo em 39 categorias. Foi uma alegria ver todos eles, medalhistas ou não, dando um show aos olhos do mundo, transformando o impensável em realidade. Dizer que eles são heróis é um enorme clichê, no entanto, não há outro termo para descrevê-los. Praticamente todos têm origem humilde e vêm das regiões mais vulneráveis e negligenciadas do Brasil. Lutaram contra adversidades gigantescas para chegar na elite mundial do esporte.

Sem muita determinação, resiliência e um pouco de sorte não teriam como chegar lá num país que não tem nenhuma ação estratégica para promover o esporte. Infelizmente, eles são casos isolados, pontuais, vencedores improváveis de um país que não identifica e desenvolve seus talentos como deveria. O jornal Washington Post destacou a trajetória de superação de Rebeca Andrade, que começou a vida na pobreza e, mesmo assim, chegou perto de ameaçar a hegemonia de Simone Biles.

No quadro geral, infelizmente, ficamos aquém do esperado, em 20º lugar, atrás de "potências" como Quênia e Uzbequistão. Ao todo foram 20 medalhas: 3 ouros, 7 pratas e 10 bronzes. Para efeito de comparação, em Tóquio, onde performamos o melhor em uma Olimpíada, alcançamos a 12ª posição, com 21 medalhas: sete de ouro, seis de prata e oito de bronze. No geral, pioramos em modalidades básicas como natação, atletismo, basquete, handebol, lutas, vôlei e polo aquático.

Não adianta culpar o vento e as ondas, nem dizer que muitos atletas quase chegaram lá, como fez o COI em seu balanço geral. Numa competição olímpica não existe quase, e, convenhamos, as condições climáticas não entram na equação. Tivemos poucas medalhas nos Jogos de Paris porque não conseguimos formar jovens em esportes que poderiam ser trabalhados nas escolas públicas, parques e complexos esportivos desde cedo e sem a necessidade de investimentos grandiosos.

Para se ter uma ideia, de acordo com a Pesquisa Nacional da Educação Física Escolar, realizada pelo Instituto Península em dezembro de 2023, menos da metade das escolas de ensino básico possuem instalações esportivas adequadas. De cada dez professores brasileiros de educação física, oito já tiveram que usar seu próprio salário para comprar materiais para dar aulas e 95% consideram que a estrutura escolar é insuficiente. Sediamos uma edição dos Jogos Olímpicos em nosso país, em 2016, e mesmo assim não conseguimos evoluir quase nada na promoção do esporte brasileiro.

O esporte no Brasil segue a mesma mentalidade que predomina em outras áreas, como a cultura e a educação, e se resume a "precisamos de mais dinheiro público". É a solução padrão no país, fruto de uma mentalidade incapaz de planejar e pensar estrategicamente em soluções além de verbas, qualquer solução além de verbas, que não são tão escassas assim. Em 2023, o Comitê Olímpico Brasileiro repassou R$ 201 milhões para as confederações esportivas por meio da chamada Lei das Loterias, acima dos R$ 165 milhões de 2022. Este ano, foram R$ 225 milhões.

Não há dúvida de que os atletas precisam do apoio financeiro para alcançarem o alto desempenho, mas não é só isso, trata-se de intencionalmente valorizar o esporte como política de desenvolvimento. Estimular a prática esportiva da população desde a infância, dando ênfase aos que têm menos condições financeiras para frequentar clubes e academias, é o único meio para o Brasil se transformar em potência olímpica.

Relatório da Unesco mostrou que a cada US$ 1 aplicado em esporte há um retorno social de quatro vezes esse valor

O país que ocupa o topo do quadro de medalhas em Paris pode servir de inspiração neste sentido. O esporte faz parte da vida dos americanos desde a infância, que são incentivados a participarem das atividades de educação física na escola como parte fundamental do currículo. As crianças que se destacam nas olimpíadas escolares têm um caminho claro a seguir até a universidade, chamado de "athlete pathway". Muito disso se deve à NCAA, entidade que organiza o esporte universitário no país. Ela coordena competições esportivas e distribui bolsas de estudo para os atletas.

Os franceses costumam dizer que medalhas olímpicas são um sinal de que a sociedade está fazendo coisas importantes da maneira certa. No artigo "What the Olympic medal table really tells us", publicado no Financial Times, o jornalista Simon Kuper elabora este argumento. A maioria das pessoas nos países ricos tem a oportunidade de praticar esporte e algumas acabam com medalhas olímpicas. Em países pobres, poucas têm. Como escreveu Kuper: "Tente achar um lugar para praticar atividade física em uma cidade brasileira, indiana e africana. As autoridades raramente os fornecem".

Essa é uma via de mão dupla, pois o esporte também é um caminho para o desenvolvimento. Um relatório recente da Unesco mostrou que a cada US$ 1 investido em esporte em um país há um retorno social de quatro vezes esse valor. É um investimento que melhora a saúde e o bem-estar da população, a inclusão social, e melhora os níveis educacionais, aumentando a frequência escolar de 11% a 20%, o bom comportamento dos alunos em até 60% e as notas nas provas em até 40%.

O que estamos esperando para promover o esporte em todas as escolas do Brasil?

Ana Maria Diniz é fundadora do Instituto Península, que atua na formação de professores; empresária e conselheira do Todos pela Educação e Parceiros pela Educação.

Experiência recente indica que há estratégias viáveis para combatê-lo. Por **Jan-Werner Mueller**

O verão perdido do populismo

Volte um pouco no tempo, para o fim de junho e início de julho. Na França, a extrema direita era favorita para ganhar uma eleição parlamentar antecipada. Nos Estados Unidos, juízes trumpistas vinham resolvendo convenientemente os problemas jurídicos do ex-presidente, que parecia planar rumo à vitória após o desempenho desastroso do presidente do país, Joe Biden, no debate eleitoral. E, no Reino Unido, embora os trabalhistas estivessem chegando ao governo, um novo partido contra a imigração comandado por Nigel Farage, o chefe da turma do Brexit, havia obtido avanços sem precedentes. Diante de tudo isso, especialistas advertiam que uma onda de raiva populista contrária aos políticos no poder estava varrendo as democracias do mundo.



Desde então, novas fontes de esperança política devem ter atenuado a perspectiva sombria dos comentaristas. Não só há poucas evidências de uma "onda populista" — uma metáfora que evoca imagens de partidos de extrema direita inevitavelmente chegando ao poder em muitos países —, mas a experiência recente indica que existem estratégias viáveis para combater essas forças.

Uma lição dos últimos meses pode soar como um truísmo: todos os partidos que valorizam a democracia precisam se unir para enfrentar ameaças antidemocráticas. Foi o que ocorreu na França, para surpresa de muitos especialistas. Partidos de esquerda formaram a Nova Frente Popular, evocando memórias da luta contra o fascismo nos anos 1930, quando o líder socialista Léon Blum liderou uma coalizão de comunistas, socialistas e liberais para defender a república.

Após a surpreendente decisão do presidente Emmanuel Macron de dissolver a Assembleia Nacional, a esquerda foi criativa, enquanto o Reunião Nacional, de extrema direita, liderado por Marine Le Pen, foi pego de surpresa. Ainda mais importante, porém, foi o fato de a Nova Frente Popular não ter feito apenas um apelo a valores democráticos abstratos; também chamou repetidamente a atenção para os planos pró-empresas da extrema direita, deixando claro que o Reunião Nacional não é o partido pró-trabalhador que reivindica ser.

Partidos de extrema direita estão se tornando normalizados porque mais políticos de centro-direita copiam sua retórica e fazem coalizões com eles. Uma postura de defesa da democracia é necessária, mas não suficiente; é preciso oferecer também uma visão positiva

Uma segunda lição vem dos Estados Unidos, onde poucos previram o entusiasmo e a efusão de alegria que saudariam a nova chapa democrata. A vice-presidente Kamala Harris, um nome do atual governo, se apresentou de forma magistral como uma representante da mudança, em contraste tanto com o ex-presidente Donald Trump quanto com o atual presidente, Biden. Sua escolha para vice-presidente, o governador de Minnesota, Tim Walz, deliciou muita gente ao caracterizar o par republicano e, particularmente, o vice de Trump, J. D. Vance, como "esquisito". Parece que, enfim, os democratas estão jogando com o tipo de retórica agressiva que a direita sempre usou.

Claro, centristas autoproclamados que pregam um discurso civil não estão tão satisfeitos assim. Eles recordam aos democratas que os comentários de Hillary Clinton sobre os "deploráveis" voltaram para assombrar a campanha dela em 2016. Ainda assim, condenar o rótulo de "esquisito" como um insulto infantil foge da questão principal. Na luta contra o populismo de extrema direita, esse epíteto em particular pode ser especialmente eficaz.

Afinal, ao dizer que falam em nome dos "verdadeiros cidadãos" ou da "maioria silenciosa", os populistas de extrema direita se apresentam como os representantes da normalidade. Na Alemanha, um dos lemas do partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha é: "Deutschland, aber normal" (em alemão, Alemanha, mas normal. A suposta base dos populistas inclui o que sempre é apresentado como "pessoas comuns", que são ameaçadas por elites nefastas e pelos perigosos "Outros". É assim que os populistas incitam o medo em relação a minorias já vulneráveis, sejam refugiados ou pessoas transgênero.

Os antipopulistas mais antenados devem concentrar seu fogo retórico nos líderes populistas, e não nos apoiadores deles. Vance é "esquisito" porque está obcecado em controlar o corpo das mulheres e em punir quem não tem filhos, e porque ele parece ter simpatia por monarquistas e outras figuras da chamada "alt-right", a direita alternativa. O Partido Republicano hoje defende muitas posições que estão totalmente fora de sintonia com as tradições políticas dos EUA; a admiração aberta por autocratas é um exemplo óbvio.

É possível dar destaque a tudo isso sem sugerir que os eleitores republicanos são esquisitos. A questão é contestar a reivindicação de normalidade por parte de líderes que são tudo menos normais.

Os populistas de extrema direita que dizem falar pela maioria silenciosa, na verdade, representam uma minoria ruidosa. Não há nada de errado nisso por si só; muitos movimentos progressistas começaram da mesma maneira. No entanto, movimentos que fingem falar pela maioria enquanto demonizam todos os demais representam uma ameaça à democracia. Não é por acaso que, quando perdem nas urnas, muitos populistas recorrem a acusações de fraude. Como supostamente representam a maioria silenciosa, uma derrota eleitoral só pode ser atribuída a um jogo sujo, em geral das "elites liberais" que, supostamente, de alguma forma silenciaram a maioria.

Os antipopulistas deveriam reconhecer que as maiorias não apoiam, de fato, as forças populistas de extrema direita. As primeiras semanas do novo governo do Partido Trabalhista no poder no Reino Unido confirmaram essa percepção salutar. O país viveu seus piores distúrbios em mais de dez anos, diante de desinformações que alimentaram a violência racista. Embora tomando o cuidado de não endossar diretamente a violência, Farage tentou fazer parecer como se os manifestantes tivessem reivindicações legítimas, compartilhadas pela maioria silenciosa. As pesquisas de opinião pública, contudo, mostram que apenas um em cada três britânicos apoia os protestos anti-imigração de forma geral, enquanto a oposição aos distúrbios é esmagadora.

Enquanto a extrema direita reivindica falsamente um monopólio sobre a normalidade, a verdade é que os partidos de extrema direita estão se tornando normalizados porque mais políticos de centro-direita copiam sua retórica ou fazem coalizões com eles. Uma postura com foco na defesa da democracia é necessária, mas não suficiente, para enfrentar essa tendência; é preciso oferecer também uma visão positiva. Foi isso que a esquerda francesa e o Partido Trabalhista do Reino Unido fizeram neste verão europeu.

Aqueles que fazem campanha para Kamala serão questionados sobre o que ela realmente defende, além de ser uma alternativa à esquisitice de Trump e Vance. É um questionamento legítimo, e para o qual os antipopulistas precisam ter uma boa resposta. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Jan-Werner Mueller é professor de ciências políticas na Universidade de Princeton. Seu livro mais recente é "Democracy Rules" (regras da democracia, em inglês), pela Farrar, Straus and Giroux, 2021 e pela Allen Lane, 2021.

Frase do dia

"O esforço de todos foi enorme, mas o resultado foi pífio. A queima e a destruição foram muito aquém do que a gente previa".

Do ambientalista Roberto Klabin, sobre incêndios no Pantanal

Cartas de Leitores

Venezuela

O presidente Lula está bastante confuso, sem saber o que dizer a respeito de Nicolás Maduro. Maduro é considerado um ditador pela maioria das pessoas um pouco mais esclarecidas em todo o planeta. Certamente o regime governamental da Venezuela não é uma democracia.

O país está destruído e sua população está visivelmente descontente. Apesar da grande reserva de petróleo, a Venezuela tem um povo pobre, que necessita até de comida. No início de 2023, Lula recebeu Maduro em Brasília e fez pose para diversas fotografias abraçado ao tirano. O chefe de Estado do Brasil não pode fechar os olhos e fazer de conta que não tem nada de errado acontecendo em Caracas. Necessitamos de um pronunciamento claro e assertivo contra os despautérios das últimas eleições venezuelanas.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

•

Um primor o artigo do jornalista Humberto Saccomandi no **Valor**. Ele aborda como ninguém "o colapso da política externa do presidente Lula". Cita o caminho florido que Lula percorreu, mas também mostra os espinhos nessa caminhada. Vai da influência que Lula tinha na América Latina e era cortejado pelo mundo e que acabou. O Lula atual está ultrapassado, desgastado, fato que ficou exposto nas viagens pelo mundo, até a revista francesa L'Express em junho/23, dizer que Lula não era mais Lula.

Isso vem sendo visto na forma como Lula se comporta com relação ao Hamas, Putin e Nicolás Maduro, sem contar a torcida contra Javier Milei, presidente da Argentina, e o claro antiamericanismo apostando na derrota de Trump. Lula olha para fora e se esquece de olhar para dentro, que foi para isso eleito. É preciso desmistificar o discurso simplista do presidente que tem como finalidade agradar a torcida. Tudo tem limite.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

•

O presidente Lula disse que a Venezuela não é uma ditadura , é um regime com viés autoritário, mas não é uma ditadura.

Depois da democracia relativa, Lula lança a ditadura relativa.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

•

É consenso mundial (com exceção de Vladimir Putin, Xi Jinping) que Nicolás Maduro trapaceou nas eleições de 28 de julho. Lula da Silva, fiel escudeiro de Nicolás, ficou em cima do muro, aguardando a divulgação das "atas" para aceitar a sua vitória eleitoral, mas como Nicolás não quer ou não tem como mostrar as "atas", e Lula, sob muita pressão, sugeriu libertar os mais de mil presos políticos e, com a presença da comunidade internacional, nova eleição ainda em 2024. Maduro afirma ser vencedor e não aceita nova eleição.

Humberto Schuwartz Soares

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial



Arca de Noé: As onças-macho Divino e Tamburé buscam abrigo do Sol e do solo queimado nas manilhas da Caimân; uma delas divide o espaço com uma jaguatirica em um acordo de paz entre presa e predador

Ambiente Proprietários perfuram poços, compram legumes para salvar os bichos que sobreviveram, resgatam fauna e se preparam para 'novo normal' do bioma

Empresários se unem para tentar impedir incêndio histórico no Pantanal

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O Pantanal, a maior área úmida do mundo, está secando. As chuvas de alguns dias atrás deram uma trégua e a porção sul do bioma parou de queimar intensamente, mas incêndios continuaram ao norte e as temperaturas voltaram a subir. O fogo devastou mais de 1,5 milhão de hectares ou 10% do bioma — até agora. A preocupação é que a temporada de incêndios supere a de 2020, que queimou 26% do ecossistema e matou mais de 17 milhões de animais. Teme-se o que vem pela frente: o pico da estação seca ocorre em setembro e outubro. "A situação é muito grave, mas vamos lutar para salvar o Pantanal", diz Teresa Bracher, ambientalista, proprietária de terras na região e apaixonada pelo bioma.

Ao usar o sujeito da frase no plural, Teresa fala por um grupo de empresários que viram suas fazendas queimar, de novo, este ano — e, resilientes, nem pensam em desistir do lugar. "O esforço de todos foi enorme, mas o resultado foi pífio. A queima e a destruição foram muito além do que a gente previa", reconhece Roberto Klabin, ambientalista e proprietário da Caimân, famoso refúgio ecológico do Pantanal. Em Nhecolândia e Miranda, o Pantanal Sul, como dizem, perderam-se mais de 300 mil hectares que queimaram em dez dias. "O fogo parece ser o novo normal da nossa região. E fogo é esterilizante. Temos que nos preparar: o jeito que estamos fazendo não é suficiente", diz Klabin.

Proprietários de 12 fazendas no Pantanal Sul já haviam se reunido em 2022 na Aliança 5P, entidade criada com o objetivo de formar um dos maiores corredores privados de vida selvagem do planeta. Além de Klabin e Teresa e Candido Bracher (acionista e ex-presidente do Itaú Unibanco), estão Lilian e André Esteves (BTG Pactual), Camilla Schweizer (Fazenda Barranco Alto), Alexandre Bossi (Pandhora Investimentos) e outros.

Eles investem em poços para alimentar açudes na seca e ter água para os animais e os caminhões-pipa. Articulam brigadas integrando o combate ao fogo com bombeiros e governos federal e estaduais. Usam drones para ver para onde o incêndio caminha. Compram grandes volumes de frutas e legumes para os animais herbívoros que sobreviveram, mas não têm o que comer. "Os governos estão atentos, os pantaneiros estão atentos, os proprietários estão atentos. Mas temos que nos organizar melhor", diz Bossi, presidente da SOS Pantanal. "O Brasil nunca sofreu desse jeito, com incêndios dessas proporções. Temos que aprender."

Um caminho, acredita, é o país ter uma legislação "premium" para se adequar ao futuro. Seria inspirada nas de Canadá, Austrália, Portugal, Grécia e outros países que convivem com grandes incêndios florestais. Outra frente, defende, será abrir novas discussões públicas. "Temos de usar retardante em vez de jogar só água, uma tecnologia usada na Europa e no Canadá, mas não no Brasil."

Bossi lembra que o país vive uma estiagem recorde e, porque fica muito tempo sem chover, qualquer foco se torna um incêndio de grandes proporções. Cita avanços em relação ao desastre que o Pantanal viveu em 2020. "Os dois governos estaduais, principalmente o de Mato Grosso do Sul, e o governo federal estão muito sensíveis ao que vem acontecendo. Isso é positivo e em 2020 não existia", registra. "Agora temos aviões e há uma articulação entre governos", diz.

Há 15 dias o presidente Lula sancionou a lei que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. "Indica que se pode manejar o fogo na época certa", segue Bossi. No Pantanal chove de novembro a abril. A seca começa em maio e chega ao auge em setembro e outubro. "A ideia é queimar matéria orgânica logo depois da cheia e tirar combustível para o fogo não se alimentar depois."

A tragédia que devasta o Pantanal desde junho tem cenas de arca de Noé para os animais que sobreviveram ao fogo e à fumaça. Sem ter o que comer e fugindo do sol e do solo quente, os bichos machucados se refugiam onde podem. Nos 30 quilômetros de uma estrada que sai da Caimân há 11 manilhas colocadas para que as águas escoem na cheia. Em épocas normais, e com sorte, encontra-se ali uma onça abrigada nas horas mais quentes do dia. Depois do fogo, Mario Haberfeld, fundador do Onçafari, percorreu a estrada à procura de animais machucados.

Das 11 manilhas, oito tinham onças pintadas. "Como queimou muito e não havia mais sombra, os bichos não tinham onde ficar. Escolheram as manilhas como refúgio porque são mais frescas. Vimos coisas inacreditáveis, como duas onças-machos dividindo a mesma manilha. Depois um saiu e foi para a manilha ao lado, onde já estava uma jaguatirica. Rosnaram e se aquietaram, uma coisa incrível."

Ele conta que resgataram duas antinhas, uma delas com seis meses de idade, a Melancia. "A mãe provavelmente morreu no incêndio. Estava com as patas queimadas e não se mexia. Se a encontrássemos meia hora depois, teria morrido", diz. Uma onça, a Itapira, ficou três dias sem sair de uma manilha. Queimou as quatro patas e exige tratamento longo. Salvaram jabutis, cotias, tucanos e quem encontraram pela frente. "Não adianta ficar chorando. Temos que fazer tudo para ajudar os que sobreviveram." Abrem mais poços para os bichos terem água na seca, e os brigadistas apagaram o fogo.

Outra campanha tem sido comprar legumes e frutas, prepará-los e espalhá-los em vários pontos para os herbívoros. Fazem isso nas instalações da Caimân, fechada por dois meses apesar de estar lotada de reservas. "Não tem pasto, nem folha, nem nada para quem sobreviveu", conta Haberfeld. Os bichos que não morreram queimados ou sufocados correm o risco de sucumbir à fome e à sede.



"Se os brasileiros não se unirem para salvar o Pantanal, o bioma será lambido pelo fogo"
Teresa Bracher

A Caimân já havia sofrido com um fogo forte em 2019, provocado pelo funcionário de uma fazenda que queimou lixo. "Foi o caos, mas ali aprendemos um pouco. Imaginamos que tinha sido a coisa mais catastrófica do mundo até ter experimentado esse fogo agora", conta. Em 26 de julho, um caminhão que levava suprimentos para a reforma da escola em fazenda recém-adquirida por Teresa Bracher atolou em um areal. Nos esforços para tirá-lo de lá, o velho motor soltou uma faísca. Foi o suficiente. "Queimou à esquerda, à direita, ao norte e ao sul, uma coisa dantesca". O fogo andou 80 quilômetros e chegou à Caimân em 1º de agosto. Queimou a reserva, os pastos, os capões, as cordilheiras, só poupou a casa. "O pior de tudo é o efeito nos animais. É dramático."

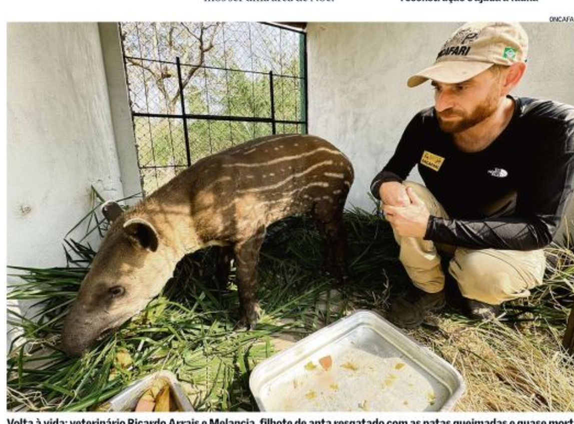
Dentro da Caimân há três institutos: o Onçafari, o Arara Azul e o do tamanduá-bandeira. "Estão todos, com a nossa ajuda, recolhendo animais para fazer o primeiro socorro. Além disso, a equipe prepara frutas e legumes e os distribui em 15 pontos na fazenda, que vamos aumentar para 30. A fauna ficou sem ter o que comer. Tentamos dar energia para os animais para que possam sobreviver até que o lugar esteja verde de novo. O objetivo da Caimân é ser uma fazenda de produção da natureza. Queremos ser uma arca de Noé."

Neste ano, Teresa Bracher sofreu com incêndios em duas fazendas. Em maio, um extrativista foi apanhar mel em uma árvore e acendeu fogo para espantar as abelhas. A secura do ar e do solo criou um incêndio de grandes proporções que durou duas semanas e queimou 20 mil hectares do lado oeste da Santa Teresa, que está às margens do rio Paraguai, na fronteira com a Bolívia. Em julho, soldados bolivianos de um destacamento vizinho à porção oriental da propriedade atearam fogo para queimar lixo. O fogo se alastrou, mas, como se trata de espaço aéreo boliviano, os aviões ficaram parados em Corumbá, sem poderem agir. "O que resolveu foi a chuva que chegou. Mas aí queimou a outra metade da fazenda", conta ela.

Em 2020, o fogo já havia queimado meia fazenda; em 2021, o incêndio queimou a outra metade. E em 2024 o fogo atingiu a fazenda inteira. "Baixa umidade do ar, seca extrema do solo, temperatura alta por conta da mudança climática e ventos fortes: quando se juntam estes quatro ingredientes, o que se tem é o inferno na terra. O fogo faz parte do bioma, mas não desse jeito. Se os brasileiros não se unirem para salvar o Pantanal, o bioma será lambido pelo fogo." Klabin concorda: "Vamos nos reerguer, estamos trabalhando para isso. Agora, quanto tempo essa região vai aguentar, sinceramente, não sei".

"Há uma expressão em inglês, 'canary in the coal mine', e o Pantanal é isso", diz Teresa Bracher. A frase remete ao hábito de carvoeiros ingleses levarem um canário em uma gaiola ao descerem às minas. O passarinho desmaiaria com vazamento de gás inodoro e letal. "Esse era o alerta para todos saírem correndo. O Pantanal é nosso canário na gaiola. É o aviso que estamos no caminho da destruição", diz. "Temos de parar de emitir. O mundo tem de entrar em outra rota".

No site recuperapantanal (recuperapantanal.com.br) pode-se doar para ações de reconstrução e ajuda à fauna



Volta à vida: veterinário Ricardo Arrais e Melancia, filhote de anta resgatado com as patas queimadas e quase morta

Vôlei de praia
Como Ana Patrícia e Duda organizam o trabalho em equipe
B2

Aviação
Tragédia no RS e desvalorização do real afetam resultados da Gol e da Azul no 2º tri B5



Marketing
Olimpíada de Paris ajuda a puxar gastos com publicidade no 1º semestre B8

Tecnologia
Sob pressão da UE, o popular jogo da Epic volta aos celulares B9

Agronegócio
Importação de pneus cresce e afeta cultura da borracha natural B10

Construção Manutenção da Selic é ponto de atenção para o setor, mas demanda tem respondido bem

Lucro e vendas das incorporadoras sobem no 2º tri, com ajuda do Minha Casa, Minha Vida

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Os juros mais altos do que inicialmente previstos, a desvalorização do real e a tragédia do Rio Grande do Sul que afetaram a maioria das empresas de capital aberto no segundo trimestre tiveram pouco ou nenhum efeito sobre as incorporadoras. De forma geral, o setor apresentou um segundo trimestre positivo, tanto nos resultados financeiros quanto nas vendas, com o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) favorável às companhias, mesmo diante dos juros elevados para financiar um imóvel.

Levantamento realizado pelo **Valor Data** com 30 companhias de capital aberto, listadas e não listadas, mostra aumento 67% no lucro líquido dessas empresas, na comparação com o segundo trimestre de 2023, para R$ 1,3 bilhão. A receita líquida avançou 26% no mesmo intervalo, somando R$ 13,86 bilhões.

As vendas líquidas avançaram 29% entre as incorporadoras do segmento econômico, que comercializam no MCMV, e 24% no segmento de média e alta renda — esses dados correspondem ao consolidado de 22 companhias do setor, que divulgaram suas prévias operacionais.

Os lançamentos cresceram 37% entre as empresas do MCMV, mas caíram 14% no médio e alto padrão. Para André Mazini, analista de real estate do Citi Brasil, os novos projetos em São Paulo foram atrapalhados pela demora na regulamentação da outorga onerosa, taxa paga à prefeitura para construir acima do limite básico, segundo o Plano Diretor revisado da cidade. Sem conseguir aprovar empreendimentos pelo novo plano, mais vantajoso, as empresas tiveram de aguardar.

A Cyrela foi uma das companhias de médio e alto padrão que reduziu lançamentos no trimestre, em 59%. Bruno Mendonça, analista do Bradesco BBI, lembra que a empresa também tinha empreendimentos na fila para serem lançados no Rio Grande do Sul, que tiveram de ser adiados pelas enchentes de maio.


DIVULGAÇÃO
André Mazini, analista do Citi: Novos projetos em SP sofreram com a demora na regulamentação da outorga onerosa

67%
foi a alta no lucro líquido das empresas

Mesmo assim, a companhia foi mais uma vez o destaque desse segmento do mercado, com lucro líquido "incrível", segundo Mazini, de R$ 412 milhões, alta de 47% no ano. A empresa está "melhor do que a média do mercado", de acordo com o analista.

As enchentes também afetaram a incorporadora gaúcha Melnick, que adiou todos os lançamentos do trimestre e teve prejuízo de R$ 29 milhões. Em nota, a Melnick destaca que fez três lançamentos em julho, dos quais 40% já estão vendidos, e que o ritmo de suas obras já se aproxima do pré-enchente, "sinalizando o retorno à normalidade das operações".

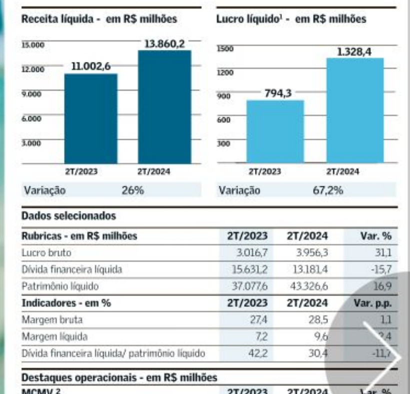
Foi má notícia para o setor de média e alta renda a decisão do Copom de manter a Selic em 10,5% ao ano, com risco de elevação. A expectativa anterior era que a redução paulatina da taxa básica de juros levaria a uma queda no custo do financiamento imobiliário, importante para o segmento. Agora, Mendonça afirma que "dificilmente" a taxa deva cair, mesmo em 2025 — ele ressalta que a opinião é pessoal, e não do banco.

Para o analista, o segmento está "bem, apesar de um monte de poréns", e resta a dúvida de quanto ainda será possível subir o preço dos lançamentos. Mazini concorda que uma taxa mais alta pode segurar o crescimento do setor de média e alta renda.

Fora do radar de quem acompanha as grandes incorporadoras de São Paulo, a Moura Dubeux tem conseguido destaque. A empresa atua no Nordeste, com menos competição, e faz parte dos seus projetos pelo sistema de condomínio fechado, no qual os compradores pagam o valor total da unidade durante a obra, o que diminuiu o impacto dos juros sobre o negócio.

Havia uma preocupação sobre a "profundidade" do público para condomínio fechado, lembra Mendonça, mas a Moura já ultrapassou, e muito, sua meta do IPO, em 2020, de fazer R$ 400 milhões ao ano em lançamentos no formato: chegou a R$ 1 bilhão no ano passado. "Ela tem entregado absolutamente tudo o que prometeu no IPO e mais", afirma o analista do Bradesco BBI.

Desempenho geral
Os resultados das incorporadoras no 2º trimestre



Dados selecionados

Rubricas - em R$ milhões	2T/2023	2T/2024	Var. %
Lucro bruto	3.016,7	3.956,3	31,1
Dívida financeira líquida	15.631,2	13.181,4	-15,7
Patrimônio líquido	37.077,6	43.326,6	16,9
Indicadores - em %	**2T/2023**	**2T/2024**	**Var. p.p.**
Margem bruta	27,4	28,5	1,1
Margem líquida	7,2	9,6	2,4
Dívida financeira líquida/ patrimônio líquido	42,2	30,4	-11,7

Destaques operacionais - em R$ milhões

MCMV [2]	2T/2023	2T/2024	Var. %
Lançamentos (VGV) [3]	5.747,0	7.895,3	37,4
Vendas líquidas	6.153,5	7.959,4	29,3
MAP [4]			
Lançamentos (VGV) [3]	6.179,7	5.341,9	-13,6
Vendas líquidas	5.516,8	6.826,9	23,7

Fontes: CVM, release de resultados do segundo trimestre de 2024 de 30 companhias (29 para dívida financeira e patrimônio líquido) selecionadas e com dados disponíveis. Para os dados operacionais, os valores apresentados correspondem à soma das rubricas de 22 empresas (informações extraídas das prévias operacionais das companhias). Elaboração: Valor Data. [1] Atribuído a sócios da empresa controladora [2] Minha Casa Minha Vida. [3] Valor geral de vendas. [4] Médio e Alto Padrão

No segmento do MCMV, Cury e Direcional se mantêm como destaques positivos, a primeira elogiada pelos incrementos de volume de operação e a segunda pela velocidade de venda crescente, sem perder margem. Mazini nota que o sistema usado pela Cury para compra de terrenos, que privilegia permutas e pagamento apenas após a aprovação do projeto, tem se espalhado pelo setor, por preservar o caixa. Tenda e MRV relataram privilegiar novas compras nesse modelo.

"Segmento de média e alta renda vai bem, apesar da série de poréns"
Bruno Mendonça

Ambas tentam retomar a lucratividade. O caminho parece mais fácil para a Tenda, aponta Mazini, mas quem aposta contra a MRV também corre riscos. "Se acontece a transação da Resia, a ação sobe 20% em um dia", diz.

Resia é a subsidiária americana da MRV&Co, e a diretoria da holding tem dito há meses que busca um "parceiro estratégico" para o negócio, grande consumidor de caixa nos últimos trimestres. O mercado lê essa afirmação como a busca por um comprador. Mazini afirma que transações desse tipo têm ocorrido com mais frequência no "sun belt" (cinturão do sol) americano, no sul e sudoeste do país, que é a área de atuação da Resia. "Tem gente alocando capital no setor".

Destaques

Cerveja zero nos esportes

A tendência global da moderação no consumo de álcool vem transformando o setor de cervejas, fazendo com que as fabricantes invistam mais nesse tipo de bebida. Não por acaso duas grandes marcas de cerveja sem álcool se tornaram patrocinadoras de eventos internacionais como Jogos Olímpicos e Fórmula 1. A Corona Cero, da Ambev, foi a patrocinadora global da Olimpíada de Paris e também está patrocinando os Jogos Paralímpicos, que começam em 28 de agosto e vão até 8 de setembro. A cerveja sem álcool Heineken 00 vem patrocinando a Fórmula 1 há cinco anos. A campanha "Para todos os momentos de Ouro" foi desenvolvida pela agência Grey e estreou em mais de 40 países, incluindo o Brasil, com formatos variados — de filmes a ações em pontos de venda.

Anac e Voepass

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) afirmou na sexta-feira (16) que vai intensificar a vigilância e monitoramento dos serviços prestados pela Voepass, antiga Passaredo, informou a Folhapress. A decisão foi comunicada durante reunião entre diretores da agência e representantes da empresa uma semana após o acidente em Vinhedo (SP), que causou a morte de 62 pessoas. "No atual contexto pós acidente aéreo, e considerando aspectos de fatores humanos, a agência entende ser importante a intensificação da vigilância continuada e do monitoramento do serviço prestado pela empresa, estabelecendo parâmetros para evitar anormalidades na operação", diz a nota da Anac. A agência informou ainda iniciar uma operação assistida para "manter a prestação do serviço da Voepass em condições adequadas".

Venda de imóveis novos na cidade de SP sobe 15%

De São Paulo

De janeiro a junho, o número de imóveis novos vendidos na cidade de São Paulo subiu 15,3%, segundo pesquisa da consultoria imobiliária Brain. Já no mercado geral, de novos e usados, o crescimento de transações foi de 12,5%, aponta o Ranking da Demanda Imobiliária, elaborado pela plataforma Loft com dados de pagamento de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis).

Na cidade, foram vendidos 47,1 mil imóveis novos no primeiro semestre, alta de 15%, a um preço total de R$ 26,1 bilhões, incremento de 19%.

A participação do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) subiu nas vendas de imóveis novos. As unidades do programa responderam por 37,6% do total que foi comercializado, ante 30% no primeiro semestre de 2023, e por 18% do valor geral de venda (VGV), contra 13% há um ano.

Os lançamentos de unidades cresceram 5,1% no semestre, para 41,5 mil. O valor total lançado no intervalo atingiu R$ 20 bilhões, 14,4% mais do que no primeiro semestre de 2023.

Desse total, 54% das unidades lançadas foram do MCMV, que quase dobrou sua participação na cidade — de janeiro a junho de 2023, o programa do governo federal respondia por apenas 28% dos lançamentos.

"Bairro do Ipiranga se destacou por ter preços mais atraentes"
Fábio Takahashi

O valor das unidades lançadas no MCMV em São Paulo subiu 138,6% no semestre, para R$ 6 bilhões, um aumento superior ao crescimento das unidades lançadas. É reflexo do ganho de preço desse tipo de lançamento, já que, no ano passado, o preço máximo para as unidades do programa passou de R$ 264 mil para R$ 350 mil na capital paulista.

O bairro paulistano com mais unidades lançadas no primeiro semestre foi a Barra Funda, com 2.648 novos imóveis.

Entre os imóveis novos e usados, as vizinhanças da capital que mais registraram transações foram a Vila Andrade, com 998 imóveis, o Bela Vista, com 818, e o Tatuapé, com 768.

O levantamento da Loft apontou ainda quais bairros mais viram aumentar o volume de vendas de imóveis, que totalizou 27.045 unidades, na comparação com o primeiro semestre de 2023. No Brooklin, o aumento foi de 61,8%, para 704 transações. O segundo lugar ficou com o Morumbi, com 58,6% de aumento (276 imóveis), e o terceiro com o Ipiranga, com 46,7% de alta (550 imóveis).

Fábio Takahashi, gerente de dados da Loft, analisa que Brooklin e Morumbi se beneficiaram do "prolongamento da [avenida] Chucri Zaidan", que recebeu novos empreendimentos corporativos de alto padrão, residenciais e multiuso. Já o Ipiranga se destaca por ter preços mais atraentes do que os vizinhos Chácara Klabin e Vila Mariana, na sua visão, "além de ter um bom mix de casas e prédios, o que atrai diferentes perfis de habitantes". *(ALT)*

CBN Professional O presidente da produtora de aço ArcelorMittal Brasil, Jefferson de Paula, é o convidado do episódio desta semana do podcast

‘Inovação requer uma cultura de melhoria contínua’

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

“Pé no chão e cabeça na lua”. Esse é um dos lemas da carreira de Jefferson De Paula, presidente da produtora de aço ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração Latam. “Pé no chão é ter governança, gestão, metas de curto prazo e projetos de melhoria. Seguir e performar”, explica. “Mas não podemos só pensar neste ano ou no próximo. [Com a cabeça na lua], é preciso pensar além.”

A teoria do executivo nascido em Volta Redonda (RJ) tem dado certo. Com 40 anos de experiência na indústria siderúrgica, sendo 33 deles somente na ArcelorMittal, De Paula lidera 20 mil funcionários no Brasil. O grupo é responsável por 42% de todo o aço produzido no mercado nacional, tem unidades industriais em oito estados e anunciou investimentos de R$ 25 bilhões no país até 2026, considerado o maior aporte em curso no setor.

“Trabalhei a vida inteira em siderurgia”, diz o presidente, em depoimento a Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Juliana Prado, da “CBN”, no novo episódio do podcast CBN Professional, uma parceria do **Valor** com a rádio “CBN”. “A gente sabe o que fazer. Mas fazer ‘tecnicamente’ não é suficiente. É necessário gestão e relacionamentos.”

A experiência de gestor de De Paula foi forjada em uma trajetória que combina visão privilegiada de cenários internacionais com ascensão profissional em um ambiente de negócios complexo e competitivo — a produção mundial de aço bruto dos 71 países que reportam dados da indústria siderúrgica marcou 135,7 milhões de toneladas em dezembro de 2023, segundo a entidade global Worldsteel Association.

De gerente de fábrica, em 1991, à presidência da companhia no Brasil desde 2001, ele ocupou posições executivas na Argentina, Estados Unidos, Canadá e México. Foi o primeiro vice-presidente e CEO brasileiro da ArcelorMittal na Europa, liderando fábricas em mercados como Espanha, Luxemburgo e República Tcheca. “Com 29 anos, virei diretor de planta”, lembra o graduado em engenharia metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense (UFF). “Em 1999, meu ex-chefe disse que a empresa havia comprado a maior siderúrgica de aços longos na Argentina e me mandou para coordenar o ‘turnaround’ [reformulação que empreendimentos em crise enfrentam para se recuperar]. Nunca tinha pensado em trabalhar fora do Brasil, mas quando ele perguntou se eu queria ir, não pensei nem por um minuto.”

O projeto no país vizinho, que ia durar três anos, se estendeu. “Acabei ficando oito anos”, diz. “O negócio estava numa situação difícil, mas conseguimos ‘virar’ em três anos e a unidade ganhou uma altíssima rentabilidade.”

O desafio gigante, continua, foi enriquecedor no campo pessoal e profissional. “Aprendi desde o início que é preciso escutar as pessoas”, destaca ele, que na temporada argentina construiu relações com o sindicato da categoria e equipes de produção. O sucesso da empreitada sul-americana o levaria para outro continente. “Um chefe liga e fala: ‘Jefferson, estamos te convidando para ser o primeiro vice-presidente brasileiro na Europa’”, lembra. Em pouco tempo, com a esposa e as duas filhas, desembarcou em Madri. “Viajei muito e tinha muitos ‘países’ sob a minha responsabilidade.”

O executivo viveu quatro anos na Europa e aprendeu, no dia a dia, a lidar com diferentes tipos de administração. “Cada país tem uma forma de trabalhar”, reflete o dirigente que cuidava de operações completamente distintas, em países como Polônia e Marrocos. “O francês é diferente do espanhol, que difere do luxemburguês e do polonês. A experiência foi rica.”

> “A gente sabe o que fazer. Mas fazer ‘tecnicamente’ não é suficiente. É necessário gestão e relacionamentos”

Na volta do giro europeu, assumiu a região das Américas. “Fui responsável pelas operações da ArcelorMittal nos Estados Unidos, Canadá, México, América Central e do Sul”, detalha ele sobre o conglomerado que soma 127 mil funcionários no mundo. “Isso me ajudou a entender ainda mais de gente, ter empatia”. É preciso conhecer o negócio que você dirige, mas sempre estaremos tratando com pessoas, ensina.

A atenção com a inovação também não pode sair do radar, acrescenta. “Inovação é buscar melhorias”, diz. “Temos que usar a tecnologia para eliminar a ineficiência. A maior dificuldade para garantir inovação não é comprar um equipamento ou introduzir a inteligência artificial na empresa. É [estabelecer] uma cultura de melhoria contínua. Inovar para ‘performar’ melhor.”

De Paula diz que o “jeito” nativo de atuar o acompanhou nas missões mundo a fora. “O brasileiro age rápido. Desde que nascemos, o país vai bem por dois anos, depois muda, entra em recessão”, diz. “Esse jeitão do Brasil ajuda os executivos locais a terem mais flexibilidade, tomar decisões e trabalhar bem em crises.”

Além da facilidade de adaptação a novas exigências profissionais, o desenvolvimento de talentos nunca saiu da agenda de De Paula, conhecido por reservar tempo para mentorias. As duas coisas que mais me motivam no trabalho são fazer inovação e formar jovens com brilho nos olhos, diz ele, que ainda se dedica ao conselho diretor do Instituto Aço Brasil, entidade que representa as produtoras brasileiras de aço; e ao conselho executivo da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero).

Nas conversas com times em começo de carreira, gosta de falar sobre resiliência. Muita gente pensa que chegar à presidência da ArcelorMittal Brasil e comandar fábricas em vários lugares é tranquilo, brinca. “Passamos por dificuldades, tombos e falhas”, garante.

Recentemente, em parceria com a diretoria de recursos humanos, apoiou uma seletiva com 50 candidatos de 25 a 35 anos que receberam, durante dois anos, treinamentos sobre liderança e empatia. “Os encontros eram a cada trimestre e participei de todas as reuniões com eles”, afirma. “Desses, 47% já foram promovidos na companhia.”

Para ouvir o episódio completo é só acessar o site da “CBN”, as principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts, ou assistir pelo YouTube do **Valor** e da “CBN”.

Como Ana Patrícia e Duda organizam o trabalho em equipe

LUIZA MORAES/COB



A dupla brasileira Duda e Ana Patricia venceu a final e conquistou o ouro

Vôlei olímpico

Rafaela Zampolli*
De São Paulo

Na sexta-feira, 9 de agosto, o Brasil conquistou ouro no vôlei de praia feminino. A medalha não vinha para o país nesta modalidade desde 1996. A responsável por garantir esse triunfo depois de 28 anos foi a dupla Ana Patrícia Ramos e Duda Lisboa. “Ninguém faz nada sozinho”, diz Ana Patrícia em entrevista exclusiva ao **Valor**. “Ela briga por mim e eu brigo por ela, como uma família”, acrescenta a medalhista olímpica.

Duda Lisboa se sente em sintonia com o estilo de vida e a essência de “Pati” — como ela gosta de se referir a Ana Patrícia. Duda também descreve a relação entre as duas como saudável, motivante e respeitosa. “Eu falo que eu quero terminar minha carreira com a Ana Patrícia. Eu não me vejo com outra parceira. Nós temos uma amizade que vai para além das quadras”, disse Duda em coletiva de imprensa no dia 13.

No início da carreira, Ana Patrícia disse ter ouvido muito que não se deve desenvolver amizade com a parceira de quadra. Entretanto, discorda desse conselho. “Fui amiga de todas as minhas parceiras. Não tem como dar certo se você não está verdadeiramente feliz com quem está ali todos os dias”, diz.

Em casos de conflito na equipe, as medalhistas recomendam empatia. “A comunicação é um dos princípios mais difíceis. Acho que se você perguntar o que a pessoa está passando facilita muito o caminho”, analisa Duda. Já para Ana Patrícia é importante se fazer presente nos momentos de dor dos colegas. “Ninguém joga mal porque quer, ninguém está errando porque quer”, lembra.

Ainda de acordo com as atletas, a proximidade também se mostra importante para decidir a hora de cobrar um pouco mais e de detectar ocasiões nas quais é preciso dar espaço à outra. “O mais importante é escolher bem as pessoas que estão do seu lado para te parabenizar nos momentos felizes, mas principalmente para te ajudar a se reerguer nos momentos difíceis”, diz Ana Patrícia. Segundo ela, são mais lutas do que vitórias, e embora os momentos bons sejam mais raros, eles são mais intensos e duradouros. “Os momentos bons coroam os ruins”, afirma.

> “Não tem como dar certo se você não está verdadeiramente feliz com quem está ali todos os dias”
> *Ana Patrícia Ramos*

Compartilhando um pouco da rotina, as campeãs revelam ter uma vida intensa: se preparam para competir de 20 a 24 campeonatos por ano. “Isso é muita coisa”, avalia Ana Patrícia.

Com apenas 13 anos, Duda começou a trabalhar no esporte; Ana começou com 16. “As coisas aconteceram muito rápido na nossa vida”, conta Ana Patrícia ao **Valor**. “Eu acho que a gente precisava viver essas experiências, foi exatamente como tinha que ser”, complementa a medalhista. “Acredito que foi tudo feito da melhor forma possível”, finaliza Duda Lisboa.

*(*sob supervisão de Stela Campos)*

Precisamos falar sobre o impacto do cansaço

Banda Executiva



Sofia Esteves

Ano após ano, a pesquisa Carreira dos Sonhos, da Cia de Talentos, constata um fato: o desenvolvimento é apontado pelos jovens como o principal motivo que torna uma empresa um lugar dos sonhos para se trabalhar. Esse aspecto se destaca há 23 anos, desde a criação do estudo, e aparece em primeiro lugar na lista das preferências das pessoas entrevistadas nos últimos 14.

Essa deveria ser uma excelente notícia para as organizações com programas de desenvolvimento interno. Mas o que a pesquisa mostra é que de nada adianta oferecer esse tipo de prática se o cansaço e a preocupação tomam conta do ambiente de trabalho. Vou explicar melhor a questão.

Primeiro, preciso dizer que, infelizmente, estamos em um movimento preocupante de piora no estado emocional das pessoas, em especial daquelas que são jovens. De acordo com o nosso levantamento, 63% do público jovem diz sentir cansaço sempre ou frequentemente — em 2019, 52% compartilhavam desse sentimento. A mesma dinâmica se repete em outro fator: em 2024, 69% afirmaram experimentar preocupação sempre ou frequentemente no trabalho, versus 46% em 2019.

Tal cenário também foi observado nos demais grupos de respondentes (média gestão e alta liderança), porém, chama a atenção como os indivíduos que estão no começo da carreira e, supostamente, cheios de energia sofrem de um quadro de fadiga extrema. Mais do que isso, se destaca o impacto que o aumento da exaustão gera no nível de satisfação com o desenvolvimento oferecido pela empresa — e isso nos leva ao meu segundo ponto.

Analisando os dados atuais, percebemos que pessoas jovens que sentem fadiga costumam estar menos satisfeitas com o apoio da organização na sua jornada de desenvolvimento: 37% de quem sente exaustão afirma que a organização oferece apoio no desenvolvimento. Quem não demonstra grande cansaço tem mais facilidade de perceber o investimento em ações que ampliam o conhecimento e as habilidades.

Aqui, vale explicar que não avaliamos se as empresas oferecem de fato práticas para as pessoas se desenvolverem, e sim se os indivíduos sentem que têm apoio nesse processo. Estamos falando de percepção e entender essa realidade é relevante, porque ações voltadas para o desenvolvimento são extremamente valorizadas.

Ou seja, se a sua organização deseja atrair e cultivar talentos, é recomendado não só ter práticas nessa linha, mas ajudar as pessoas a verdadeiramente usufruírem desse benefício. A diferença pode parecer sutil, mas é importantíssima.

Disponibilizar atividades que ajudam a adquirir novas habilidades, aprimorar competências e ampliar o conhecimento não é suficiente. Mais do que isso, as pessoas precisam conseguir absorver o conteúdo ensinado, algo difícil quando falta energia e ânimo.

Pode parecer óbvio afirmar que o cansaço é uma barreira para o aprendizado, mas os dados indicam é que muitas organizações estão se esquecendo disso. Não à toa, o debate sobre qualidade de vida continua em destaque.

Quando perguntamos para 93.550 participantes da pesquisa o que é mais importante em suas vidas, tanto jovens quanto média gestão e alta liderança elegem a qualidade de vida como a sua prioridade. Depois aparecem relacionamento familiar, segurança financeira, trabalho e carreira e impacto positivo na sociedade.

Investigando melhor essa questão, chegamos a três fatores que as pessoas entendem como fundamentais para uma melhor qualidade de vida: ter um estilo de vida saudável, com tempo para exercício, alimentar-se bem e ter uma boa noite de sono; investir no bem-estar emocional e mental; e conseguir desfrutar de momentos de descanso de qualidade, sem trabalhar com frequência fora do horário.

Não estou sugerindo que a equação é simples. Como se bastasse investir em promoção de qualidade de vida para, então, melhorar a percepção sobre o desenvolvimento e, consequentemente, ter um alto desempenho em toda a empresa.

Meu terceiro e último ponto é que precisamos repensar questões mais profundas nas organizações, como a produtividade. Quando entendemos que o rendimento no trabalho está ligado a rotinas extenuantes, podemos contribuir para um estado generalizado de fadiga, o que impacta a corporação para além das consequências óbvias.

A exaustão não é só inimiga da saúde, da capacidade de ter boas ideias, da criatividade… O cansaço extremo impacta — e muito — no nível de satisfação das pessoas com o trabalho, a empresa e o apoio dado ao desenvolvimento.

Sofia Esteves é presidente do conselho da Cia de Talentos

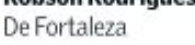
Energia Apesar de a lei trazer maior segurança jurídica, setor ainda tem questões para resolver

Marco legal do hidrogênio de baixo carbono abre perspectiva de investimento



DIVULGAÇÃO

Luis Viga, presidente da australiana Fortescue no Brasil, está definindo o financiamento do projeto de R$ 20 bilhões para produção de hidrogênio verde no Ceará



Robson Rodrigues
De Fortaleza

A sanção do marco legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, chamado de hidrogênio verde ou de baixa emissão, em agosto, deve ajudar a tirar da gaveta projetos que ainda esperavam um amparo legal para virar realidade. Mas embora o novo ambiente regulatório ofereça maior segurança jurídica aos investidores, ainda há pontos de atenção que não foram endereçados na lei, como a alocação dos incentivos ao setor com recursos do Tesouro Nacional, proposta que divide opiniões; a destinação da produção, que inicialmente tende a ser apenas para o mercado externo; e como se dará o processo de certificação do hidrogênio em conformidade com os padrões internacionais, principalmente o europeu.

Só no Ceará, no Porto de Pecém, há 36 memorandos de entendimentos, sendo que seis empresas — Fortescue, Casa dos Ventos, Qair, Voltalia, FRV e AES Brasil — estimam investimentos que somam US$ 30 bilhões. Os dados são da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), com base no estudo da consultoria americana IXL com participação de especialistas de Harvard e do MIT.

Dos investimentos já garantidos, a Fortescue tem um projeto de R$ 20 bilhões. "[Para este investimento] tem equity e alavancagem, que pode vir do BNDES, BNB e de bancos internacionais (...). Estamos no processo de sindicato de bancos para escolher o 'financial advisor', que é o banco que vai coordenar outros bancos para financiar o investimento", disse o presidente da companhia, Luis Viga.

A mineradora australiana já recebeu a primeira licença prévia do "hub" cearense e iniciou as obras de terraplanagem na área de 100 hectares. A meta da empresa é produzir 837 toneladas de hidrogênio verde por dia, a partir de 2027. Para isso, planeja um consumo de 2,1 GW de energia renovável.

A Casa dos Ventos tem assegurado o terreno junto à Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Porto de Pecém e as licenças ambientais. Lucas Araripe, diretor-executivo da empresa, diz que tem R$ 200 milhões em recursos garantidos para a finalização dos estudos. O objetivo é a exportação de amônia verde para os principais mercados mundiais.

> A amônia verde, derivada do hidrogênio, pode servir o agronegócio no Matopiba

"Na frente comercial, estamos mantendo diálogos com os principais consumidores de hidrogênio verde na Europa e na Ásia (...). A TotalEnergies, como acionista da Casa dos Ventos, está atuando conjuntamente conosco para o desenvolvimento do projeto, utilizando sua expertise em moléculas verdes e acesso ao mercado europeu e global", diz Araripe.

O presidente da Fiec e vice-presidente da CNI, Ricardo Cavalcante, destaca que além das vantagens naturais do Ceará para a geração de energia renovável com baixo custo marginal, o Estado apostou na construção de uma infraestrutura portuária, tecnológica e logística que o conecta ao restante do mundo.

Segundo a consultoria Mirow & Co., a cadeia do hidrogênio verde no Brasil tem cerca de 40 potenciais projetos em diferentes momentos de desenvolvimento, a maior parte deles em estágios iniciais de análises. Se os projetos saírem do papel e ganharem escala, este mercado pode ser uma das apostas para destravar mais investimentos no setor elétrico, já que cria uma nova demanda por energia renovável no Brasil.

O presidente AECIPP, associação que representa as empresas do Complexo do Pecém, Eduardo Amaral, acredita que o Ceará pode se transformar um centro global de energia limpa, dada a localização privilegiada, próxima à Europa. Nos cálculos de Amaral, a cadeia produtiva gerada pelas empresas pode ter um impacto social na criação de 50 mil empregos, diretos e indiretos, somente durante a fase de implantação.

Como o Nordeste reúne as condições ideais para produzir muito hidrogênio verde e o Brasil tem pouco potencial para consumo no curto prazo, a produção no Porto de Pecém tende a ser inicialmente toda voltada para o mercado externo, conforme afirmou o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), em entrevista ao **Valor**.

Com 30% de participação em Pecém, o Porto de Roterdã, o maior da Europa, é candidato a absorver toda a produção inicial. O objetivo seria contribuir para a descarbonização da economia europeia, muito dependente de fontes consideradas poluentes. Um terço da energia consumida na Alemanha, por exemplo, passa por Roterdã, sendo predominantemente não renovável.

A diretora executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (Abihv), Fernanda Delgado, diz que o Brasil precisa dar um segundo passo para o setor virar realidade: a inserção dos incentivos com recursos do Tesouro Nacional. A Câmara dos Deputados aprovou um crédito fiscal de R$ 18,3 bilhões passível de ser concedido de 2028 a 2032. A torcida da dirigente é para que o texto tenha trâmite rápido no Senado.

Mas a proposta divide opiniões. Como hoje não há um mercado doméstico para o hidrogênio verde, alguns analistas dizem que não faz sentido o Brasil dar incentivos para descarbonizar a indústria internacional.

Ao mesmo tempo, companhias como a ArcelorMittal Pecém, unidade do grupo ArcelorMittal instalada no litoral do Ceará, que utiliza carvão siderúrgico importado, são cobradas a serem mais ambiciosas na descarbonização. Isso criaria uma demanda interna e a siderúrgica poderia adotar tecnologias mais limpas em suas operações domésticas.

Contudo, não há uma decisão tomada pela empresa sobre a transição energética com hidrogênio. O CEO da companhia, Erick Torres, diz que é necessário amadurecer os processos industriais na siderurgia. Até isso ocorrer, a produtora de aço está realizando adaptações no alto-forno para utilizar gás natural, embora o custo elevado do insumo ainda seja um desafio.

> **US$ 30**
> **bi em investimento potencial em Pecém**

Outra alternativa para o mercado interno é utilizar a infraestrutura da ferrovia Transnordestina para transportar amônia verde, derivada do hidrogênio, ao setor agroindustrial na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Sócia do Rolim Goulart Cardoso Advogados, Maria João Rolim colaborou diretamente nas discussões da lei e destaca que o principal avanço foi a atuação conjunta do setor, que resultou na eliminação de subsídios no setor elétrico e na alocação dos incentivos fiscais a partir de recursos de política pública.

No entanto, Rolim alerta para pontos que ainda dependem de regulamentação, com destaque para a questão da certificação do hidrogênio que precisa estar em conformidade com os padrões internacionais, em particular o europeu. Ela também enfatiza a importância de um modelo de elegibilidade para os incentivos que seja eficiente na alocação de recursos públicos, privilegiando projetos com menor emissão de carbono e maior retorno público sobre o investimento.

O repórter viajou a convite da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec)

'O mercado é louco para a gente escorregar', diz CEO da Petz

Varejo

Adriana Mattos
De São Paulo

A Petz anunciou na sexta-feira (16) avanços no plano de fusão com a Cobasi, com definições frente ao comunicado, em abril. O principal ponto trata da estimativa de ebitda incremental de R$ 220 milhões a R$ 330 milhões após a integração.

Esse valor, que mede lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação, foi visto como ambicioso pelo Citi, e, na visão da XP, são sinergias relevantes, mas que precisarão ser perseguidas num ambiente concorrencial mais complexo.

A Cobasi teve ebitda de R$ 197 milhões em 2023 e a Petz, R$ 267 milhões. O valor incremental equivale a até 70% do ebitda combinado.

A Petz comunicou a assinatura do acordo definitivo entre as redes na sexta-feira. Na prática, pelo que disse o CEO da Petz, Sergio Zimerman, em teleconferência com analistas, as empresas seguirão a cartilha básica das sinergias geradas em fusões de varejo, em que custos pesam na estrutura das lojas, na logística, e na mão de obra. Ainda saem ganhando com o maior poder de escala frente à indústria. Mas haverá mais, na troca de competências (para alguns, a Cobasi parece gerir melhor as lojas, e a Petz, é mais ágil e rentável).

Cerca de 85% das sinergias projetadas devem ser capturadas em até três anos, começando entre 2025 e 2026. "Acreditamos que a estratégia da administração parece focada em capturar sinergias por meio de maior eficiência de custo/despesa do que por um ambiente competitivo mais racional ou maior poder de barganha com a indústria", escreveram, em relatório, Felipe Reboredo e João Pedro Soares, analistas do Citi.

Sobre esse aspecto, Zimerman disse que a nova empresa, ainda sem nome, não fará aumento de preços como forma de ampliar margem. Esse é um ponto que sempre surge quando varejistas se juntam, e pode travar fusões no Cade. A ideia é que os ganhos de custos sejam repassados ao cliente, e a empresa ganhe mais sendo produtiva e eficiente. Não é algo muito fácil de ser verificado, mesmo em empresas de capital aberto, e na prática, as empresas têm total autonomia para gerir seus ganhos.

"Nunca nos juntaríamos para elevar preço, não faz sentido. O mundo hoje é on-line, se você faz bobagem em preço, o nosso concorrente abocanha o nosso cliente", disse o empresário. "O mercado não tem mais barreira, as lojinhas vendem tudo pela internet, pelo "marketplace", e neste sentido, o "marketplace" tem mérito porque democratiza [o setor]". "Mas o mercado é louco para a gente escorregar, errar e pegar nosso cliente, então temos que ficar bem atentos a isso de preço."

O Cade deve olhar, por exemplo, se há eventual risco ao fechamento do setor a uma maior competição, caso o tamanho da rede criada torne o mercado pouco atraente, ou se criará danos à saudável concorrência. O **Valor** apurou que o Cade deve aplicar restrições, e as redes estão cientes disso. A questão é o tamanho da dose. Petz e Cobasi teriam 11% do mercado nacional — em São Paulo, praça mais rica, a taxa é maior.

Na sexta-feira, na abertura do pregão na B3, a ação da Petz chegou a subir 29% pela manhã, mas fechou o dia em alta de 9,2%.

Zimerman disse que movimentações erradas podem custar vendas, mesmo com maior poder comercial — a empresa combinada tem vendas de R$ 7 bilhões anuais. Isso porque há um ambiente altamente competitivo. A tese é que as grandes redes sentem a concorrência de lojas de bairro, de sites especializados, das varejistas de outros segmentos, e de marketplaces estrangeiros.

Sobre o acordo, há algumas mudanças em relação ao acertado em abril. A Petz agora será incorporada por Cobasi, e esta passará a ser listada em bolsa, com novo código. Na estrutura de capital, a Petz aumentou a participação na empresa combinada para 52,6% (frente a divisão de 50% para cada). Os acionistas da Cobasi ficarão com 47,4%.

No entanto, os acionistas da Petz receberão parcela em dinheiro menor, de R$ 400 milhões (o valor anterior era de R$ 450 milhões) dos quais R$ 130 milhões serão distribuídos como dividendos antes do fechamento da operação. E R$ 270 milhões corrigidos pela taxa CDI até o fechamento da operação. Os ajustes foram feitos após análise mais profunda dos valores de cada rede.

O novo conselho de administração terá maioria indicada pela família Nassar (fundadora da Cobasi), com cinco cadeiras, e quatro indicados por Zimerman. Cada parte terá dois independentes. Acordo de acionistas será assinado entre Zimerman e os Nassar, com prazo de 8 anos, e eles votarão em bloco. Os Nassar serão os maiores acionistas, com 42,6%, e Zimerman terá 16,5%. A gestora Kinea somará 3,7%.

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações: 16/08/24	Há uma semana	Fim de julho	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em %: Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses: Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.293,5	2.263,0	2.252,0	2.335,5	2.089,0	1,35	1,84	-1,80	9,79	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.342,5	2.318,5	2.297,0	2.382,0	2.144,0	1,04	1,98	-1,66	9,26	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.478,0	2.495,0	2.527,0	1.550,0	1.598,0	-0,68	-1,94	59,87	55,07	1.450,0	2.755,0
Três meses	2.370,0	2.370,0	2.380,0	1.550,0	1.652,0	0,00	-0,42	52,90	43,46	1.503,0	2.560,0
Chumbo											
Disponível	1.975,0	1.990,0	2.024,0	2.031,0	2.123,0	-0,75	-2,42	-2,76	-6,97	1.905,0	2.314,0
Três meses	2.015,0	2.030,0	2.060,0	2.068,0	2.125,0	-0,74	-2,18	-2,56	-5,18	1.959,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	8.938,0	8.805,0	9.014,5	8.476,0	8.132,0	1,51	-0,85	5,45	9,91	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.052,0	8.922,0	9.152,0	8.580,0	8.194,0	1,46	-1,09	5,50	10,47	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	31.560,0	31.900,0	29.610,0	25.175,0	24.730,0	-1,07	6,59	25,36	27,62	22.910,0	35.685,0
Três meses	31.650,0	31.800,0	30.025,0	25.500,0	25.300,0	-0,47	5,41	24,12	26,10	23.275,0	35.360,0
Níquel											
Disponível	15.905,0	16.085,0	16.255,0	16.300,0	19.850,0	-1,12	-2,15	-2,42	-19,87	15.470,0	21.275,0
Três meses	16.175,0	16.360,0	16.505,0	16.570,0	20.175,0	-1,13	-2,00	-2,38	-19,83	15.825,0	21.650,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.694,0	2.697,0	2.634,5	2.640,5	2.282,0	-0,11	2,26	2,03	18,05	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.751,0	2.738,0	2.687,0	2.654,0	2.290,0	0,47	2,38	3,65	20,13	2.282,0	3.342,5
Petróleo - US/barril (2)	**16/08/24**	**Há uma semana**	**Fim de julho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	75,54	75,61	76,84	71,84	79,02	-0,09	-1,69	5,15	-4,40	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	78,87	78,92	80,84	76,91	83,02	-0,06	-2,44	2,55	-5,00	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Clínica de Estética Llux Carneiro Ribeiro Ltda., Nome Fantasia La Finesse Estética Avançada -** CNPJ: 40.472.753/0001-14 - Endereço: Rua Antonio Camardo, 727, Bairro Vila Gomes Cardim - Requerente: Clínica de Estética Llux Carneiro Ribeiro Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé, São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Epiaço Comércio de Ferro e Aço Ltda. -** CNPJ: 10.915.900/0001-12 - Endereço: Av. Presidente Vargas, 3279, Centro, Presidente Epitácio/sp - Requerente: Br Steel Indústria e Comércio de Aço Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Bras Top Center Confecções de Roupas Ltda. -** CNPJ: 25.116.798/0001-62 - Endereço: Rua Muller, 102, Sala 12, Bairro do Brás - Administrador Judicial: Ala Consultoria e Administração Eireli Epp, Representada Pela Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Sampaio de Melo Comércio Ltda. -** CNPJ: 12.302.253/0001-07 - Endereço: Av. Barão de Atalaia, 705, Centro - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. Felipe Gomes de Barros Costa - Vara/Comarca: 6a Vara de Maceió/AL - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Rm Comércio e Transporte de Frutas Cítricas Ltda., Nome Fantasia Frutax Brasil -** CNPJ: 10.432.306/0001-70 - Endereço: Rua Manoel Fumeiro, 245, Bairro Jardim São Francisco - Requerente: Marka Veiculos Ltda. - Vara/Comarca: Vara Única de Monte Azul Paulista/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Jvl Gestão de Benefícios Eireli -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Jvl Policlínica e Odontologia Eireli -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Radmed Serv Comércio Radiologia Ltda. -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **São Caetano Futebol Ltda. -** CNPJ: 06.038.055/0001-77 - Endereço: Rua Francesco Di Martini,549, Bairro Osvaldo Cruz - Vara/Comarca: 5a Vara de São Caetano do Sul/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Martins Ribeiro Participações Ltda. -** CNPJ: 06.069.438/0001-02 - Endereço: Av. Jataí, S/nº, Quadra 04, Lote 01, Sala 01, Mesa 01, Parque Industrial Aparecida, Vice Presidente José D, Aparecida de Goiânia/go - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Upj Cível de Goiânia/GO

Empresa: **Novo Mundo Amazônia S/A -** CNPJ: 13.530.973/0001-84 - Endereço: Av. Cinco, 01, Quadra E, Módulo 01, Lote 01, Distrito Industrial, São Luís/ma - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Upj Cível de Goiânia/GO

Empresa: **Novo Mundo S/A -** CNPJ: 01.534.080/0001-28 - Endereço: Alameda Dos Sibipirunas, 101, Quadra Qc3, Lote 01, Sala C. D., Convivência, Sít. Recr. Man Bernardo Sayão, Goiânia/go - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: 1a Upj Cível de Goiânia/GO

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Empresas

Aviação Resultados do 2º trimestre também foram afetados pela desvalorização cambial e por atrasos nas entregas de aviões, em meio à falta de motores

Aéreas perdem juntas R$ 500 milhões com crise climática no RS

Cristian Favaro
De São Paulo

A desvalorização do real contra o dólar, somada à crise no Rio Grande do Sul, trouxe turbulência às companhias aéreas do Brasil no segundo trimestre. Juntas, Latam, Azul e Gol tiveram quase meio bilhão de reais de impacto negativo nos números, com os gaúchos praticamente desaparecendo do mercado aéreo.

Com esse cenário, a Gol registrou prejuízo líquido de R$ 3,9 bilhões, a maior perda desde o início da série história do **Valor Pro**, em 2008. Já a Azul teve seu maior prejuízo desde o primeiro trimestre de 2020, com um resultado negativo de R$ 3,8 bilhões. O câmbio teve fator central, mas isso não significa efeito imediato no caixa, já que se trata de um ajuste em reais do valor da dívidas em dólar, boa parte com vencimento no longo prazo.

Juntas, as três maiores aéreas do Brasil tiveram receita de R$ 24,9 bilhões no trimestre, alta de 17% no ano, sobretudo com o avanço da Latam, que cresceu em volume e também com a diferença entre o câmbio nos períodos. Gol e Azul, entretanto, viram as receitas caírem 5% e 2,3%, respectivamente. No total, as empresas transportaram 33,2 milhões de passageiros, alta de 6,2%.

O yield (preço pago para voar um km) caiu 3,4% no trimestre, para R$ 0,452, sobretudo com os gaúchos fora do mercado. Os viajantes do Estado costumam ter um ticket médio mais elevado.

"Cerca de 10% da demanda no Brasil desapareceu no trimestre", disse John Rodgerson, CEO da Azul, em conversa com jornalistas. A empresa foi a mais afetada por causa das chuvas, com R$ 200 milhões a menos no balanço.

Outro fator a comprometer os resultados foram os atrasos nas entregas de aviões, reflexo da cadeia de suprimentos ainda complexa. Com isso, a Azul viu sua oferta de assentos em voos internacionais cair em 8% no segundo trimestre, na comparação anual. A aposta da Azul é de melhora na oferta para fora do Brasil, com a chegada de mais aviões. O grupo espera receber mais duas aeronaves Airbus A330 em setembro e outros dois no início de 2025.

O cenário de oferta de aviões, entretanto, deve demorar a se normalizar. "As coisas pioraram ao invés de melhorar. Todos estão com esse problema. A questão de falta de motores vai demorar mais de cinco anos para se resolver", disse Rodgerson.

Alexandre Wagner Malfitani, diretor vice-presidente financeiro e de relações com investidores da Azul, destacou ainda que a empresa iniciou conversas com os arrendadores numa tentativa de renegociar vencimentos.

Uma reestruturação de US$ 800 milhões fechada pela Azul com arrendadores prevê parte dos pagamentos com emissão de ações a R$ 36, mas hoje o papel é negociado a R$ 7. Os pagamentos começam no terceiro trimestre deste ano, com total de R$ 240 milhões no semestre. Uma conversão, neste cenário, representaria uma ampla diluição dos acionistas da empresa.

A Gol, que atravessa uma recuperação judicial nos Estados Unidos, viu suas perdas dispararem. A receita trimestral da empresa totalizou R$ 3,937 bilhões, queda de 5% em um ano. No trimestre, foram transportados 6,7 milhões de passageiros, baixa de 4%. A empresa tem sido mais comedida em suas manifestações desde o início da reestruturação, e não realiza mais teleconferência para comentar os resultados.

Beneficiada por um "Chapter 11" no meio da pandemia, a Latam tem conseguido crescer no mercado brasileiro e, hoje, responde por mais de 40% da demanda por voos domésticos.

Em conversa recente com jornalistas, Jerome Cadier, presidente da Latam Brasil, destacou o salto de destinos no país, de 43 antes da pandemia para 56 agora. Apenas o mercado doméstico do Brasil representou 35% da receita de passageiros da empresa.

Cadier destacou que a Latam adicionou um milhão de assentos no mercado doméstico do Brasil no primeiro semestre, quando comparado com o ano passado. "Estamos firmes com a meta de colocar, neste ano, três milhões de assentos a mais do que voamos em 2023", disse.

Todo o setor acendeu um sinal de alerta com os debates sobre a reforma tributária, e seus efeitos na aviação. Segundo Cadier, o atual desenho do texto pode levar a tarifa aérea no Brasil a subir entre 15% e 20%. O executivo destacou que, mesmo com o benefício à aviação regional, a nova tributação vai continuar "violentíssima" para as companhias.

Embora tenha hoje uma situação financeira melhor que suas pares, a Latam também tem uma crise para lidar: a queda do voo da Voepass em Vinhedo, interior de São Paulo, que matou 62 pessoas. A Latam é parceira da aérea e o voo envolvido no acidente era operado dentro de um acordo de compartilhamento ("codeshare") entre as duas empresas.

A ligação entre Latam e Voepass entrou na mira de clientes, que chegaram a pedir o fim da parceria, ao passo que a Latam mantém firme a operação. Nos bastidores, fontes destacaram que a sobrevivência da empresa está de novo nas mãos da Latam.

A aérea com sede no Chile ajudou a parceira em uma emissão de debêntures conversíveis, que dão direito à Latam de converter seu investimento em até 30% das ações do grupo Voepass.

O negócio foi uma forma de salvar a Voepass depois do fracasso na negociação com a Gol, que tentou comprar a marca MAP da Voepass por cerca de R$ 120 milhões — sendo R$ 90 milhões apenas de dívidas.

O negócio tinha como pano de fundo os planos da Gol de crescer no Aeroporto de Congonhas, uma vez que todos os slots do grupo Voepass na época, 26, seriam transferidos junto com a MAP. A negociação não prosperou e a Gol encerrou a parceria com a Voepass (de compra de capacidade, ou CPA) em 2023.

"Falta de motores deve demorar mai s de cinco anos para ser resolvida"
John Rodgerson

No Ar
Setor perdeu R$ 459 milhões ante chuvas no Rio Grande do Sul

Latam (R$ mi)

	2º tri/23	2º tri/24	Variação - %
Receita líquida	12.871,6	16.841,2	**30,8**
Lucro/Prejuízo	698,4	809,0	**15,8**
Ebitda	2.687,1	3.439,3	**28,0**
Yield (R$)	0,4	0,5	**11,6**
Dívida Líquida	25.113,0	29.228,9	**16,4**
Passageiros (mi)	17,1	19,1	**11,7**

Azul (R$ mi)

	2º tri/23	2º tri/24	Variação - %
Receita líquida	4.269,0	4.172,0	**-2,3**
Lucro/Prejuízo	497,9	-3.898,0	-
Ebitda	1.156,9	1.052,6	**-9,0**
Yield (R$)	0,5	0,4	**-5,9**
Dívida Líquida	17.719,0	24.627,0	**39,0**
Passageiros (mi)	7,2	7,4	**3,1**

Gol (R$ mi)

	2º tri/23	2º tri/24	Variação - %
Receita líquida	4.146,0	3.937,0	**-5,0**
Lucro/Prejuízo	556,0	-3.908,0	-
Ebitda	947,0	410,0	**-56,7**
Yield (R$)	0,47	0,45	**-4,0**
Dívida Líquida	20.522,0	25.852,0	**26,0**
Passageiros (mi)	7,0	6,7	**-4,3**

Fonte: Balanço Aéreas. * Latam considera os dados globais ** Conversão da Latam no 2º tri 23 por dólar a R$ 4,8 e R$ 5,6 no 2º tri 24.

Curtas

Venda da Farmax

Os fundos Lazuli Partners e Vydia fecharam, na quinta-feira (15), a aquisição de 50% da fabricante de cosméticos e produtos de cuidados pessoais Farmax, cuja fatia pertencia à Vinci, em transação de R$ 500 milhões. Do total, R$ 200 milhões vão para o caixa da empresa que agora vai assinar cheques mais gordos nas aquisições. "Devemos comprar ativos maiores. Nosso olhar continua sendo para saúde e beleza por causa do envelhecimento da população e para atender demandas específicas", disse Ronaldo Ribeiro, presidente da Farmax. As duas últimas aquisições foram fechadas em 2023, com a compra da Sanavita, de suplemento nutricional, por R$ 70 milhões, e da Negra Rosa, marca de produtos voltados à mulheres negras, por valor não revelado.

CVM pune Coteminas

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspendeu o registro da Coteminas e da Springs Global devido ao descumprimento, há mais de um ano, da obrigação de prestarem informações à autarquia. Com a decisão, as duas não podem ter valores mobiliários, como ações ou debêntures, admitidos à negociação em bolsa ou balcão até que a situação seja regularizada.

Memória Morre, aos 93 anos, o empresário e comunicador que se definia como um vendedor — ajudou a construir a TV brasileira

Silvio Santos, personalidade ímpar no palco e nos negócios

João Luiz Rosa
De São Paulo

Silvio Santos, empresário, apresentador e ícone da televisão brasileira, morreu no sábado, dia 17, em São Paulo. Ele tinha 93 anos. A causa da morte foi broncopneumonia após infecção por H1N1, confirmou o Hospital Israelita Albert Einstein, onde ele estava internado desde o início de agosto.

Durante seis décadas, o apresentador conduziu o "Programa Silvio Santos", que estreou em 2 de junho de 1963 e se tornou um dos mais longevos na história da TV mundial. Ao lado das "colegas de trabalho", como gostava de chamar as frequentadoras de seu auditório, Silvio embalou o domingo de sucessivas gerações de brasileiros, com quadros como "Show de Calouros", "Qual é a Música" e "Porta da Esperança".

As duas personas — de empresário e animador de TV — sempre se sobrepuseram. O homem-sorriso que aparecia à frente das câmeras, com microfone colado ao peito e bordões como "Quem quer dinheiro?" e "Máh, Oê!", imprimiu sua marca pessoal também aos negócios. No SBT(Sistema Brasileiro de Televisão), rede de TV que construiu a partir dos anos 80, ele contratava talentos, tirava e colocava programas no ar, mudava os horários de exibição — às vezes, de uma noite para outra. Acima de tudo, se definia como um vendedor.

Filho de um casal de imigrantes judeus sefarditas — Alberto, grego, e Rebecca, turca — Silvio passou a infância na Travessa Bem Te-Vi, uma ruazinha no bairro da Lapa, zona central do Rio. Nascido Senor Abravanel, tinha cinco irmãos: Beatriz, Perla, Sara, Léo e Henrique. Nos anos 1940, escapou por pouco de um incidente grave. Silvio e Léo gostavam de frequentar os cinemas da Cinelândia, onde tentavam entrar sem pagar. Um dia, porque Silvio estava febril, foram proibidos pela mãe de sair de casa. Aceitaram a contragosto. Mais tarde, correu a notícia de que a sala aonde pretendiam ir se incendiara, deixando muitas crianças feridas.

Em 1946, quando ainda era adolescente, Silvio viu a oportunidade de trabalhar como camelô, vendendo capinhas plásticas para título de eleitor como forma de ajudar a família. Deixava apenas uma peça visível, que dizia ser "a última", para criar um senso de urgência no consumidor. As demais ficavam escondidas.

Silvio evitava o "rapa" trabalhando no horário de almoço dos fiscais. Mas o confronto com um deles acabou por levá-lo à vida artística. Em 1948, um diretor de fiscalização que o observava ficou tão impressionado com a voz do jovem camelô que sugeriu que ele participasse de um concurso para locutor de rádio. Conselho aceito, Silvio bateu 300 candidatos, incluindo futuras estrelas como Chico Anysio.

A vitória lhe assegurou uma vaga como locutor na Rádio Guanabara, mas o trabalho durou apenas um mês. O motivo? Dinheiro. Enquanto o salário na rádio era de 960 cruzeiros fixos por mês, nas ruas a renda chegava a 1,3 mil cruzeiros em um bom dia.

A vida de camelô acabou aos 18 anos, quando Silvio entrou na Escola de Paraquedistas em Deodoro, no Rio, para prestar o serviço militar. Encerrado esse período, trabalhou nas rádios Mauá, Tupi e Continental. Para chegar a essa última, tinha de viajar até Niterói. A rotina lhe rendeu uma ideia — um serviço de alto-falante na barca, em que anunciava produtos entre as músicas.

Foi em São Paulo, para aonde se transferira definitivamente em 1954, que Silvio se deparou com o que viria a ser a semente de seu futuro conglomerado. Ele trabalhava na Rádio Nacional quando foi procurado, no fim de 1958, por Manoel de Nóbrega, de quem se tornara amigo e companheiro de trabalho.

Radialista, jornalista, ator e escritor, Nóbrega tinha uma sociedade com dois comerciantes alemães para vender uma arca de brinquedos, em 12 prestações. Mas os sócios fugiram sem honrar compromissos. À beira da falência, ele pediu ajuda a Silvio, que passou a reformular o negócio, investindo na venda de carnês, que oferecia em praça pública, e diversificando os produtos oferecidos. Era o Baú da Felicidade, registrado em 1959.

A entrada na TV se daria no início dos anos 1960. A população brasileira superava 70 milhões de habitantes, mas só havia 200 mil televisores em funcionamento. Silvio comprou espaço na TV Paulista, numa faixa de horário então quase desprezada: as tardes de domingo. A estreia foi com "Vamos Brincar de Forca", em 1961. Mas o movimento mais importante viria com o "Programa Silvio Santos", que entrou no ar em 2 de junho de 1963.

Dirigido por Luciano Callegari, o programa era marcado pela farta distribuição de prêmios e funcionava como canal para o Baú. Inicialmente restrito à cidade de São Paulo, o programa ganhou exibição nacional com a Globo, em 1969, quatro anos depois de o grupo da família Marinho adquirir a TV Paulista. Silvio ficava oito horas no ar aos domingos.

A transição de apresentador para empresário da comunicação começou nos anos 70. Depois de vencer uma concorrência pelo canal 11 do Rio de Janeiro, no governo do general Ernesto Geisel (1907-1996), Silvio montou a TVS, que entrou no ar em 14 de maio de 1976. No mesmo ano, ele costurou outro acordo, adquirindo 50% da Rede Record, que pertencia à família do empresário Paulo Machado de Carvalho. Essa participação foi vendida ao bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, em 1989.

> "O sorriso é a melhor arma para inspirar confiança. O homem que sorri é um homem confiante"
> *Silvio Santos*

O passo seguinte marcou a gênese de um plano ambicioso: montar sua própria rede de TV. O general João Baptista Figueiredo (1918-1989), que sucedera a Geisel na presidência da República, tinha aberto uma licitação para a concessão de duas redes.

A pedido do Brigadeiro Délio Jardim de Matos (1916-1990), então ministro da Aeronáutica, Silvio ajudou a dupla Dom e Ravel, que fazia sucesso com o hino ufanista "Eu Te Amo Meu Brasil". O caso foi mencionado pelo próprio Silvio, em 1988, numa conversa por telefone com o militar, transmitida ao vivo em seu programa. Ele contou que Dom, que então o processava na esfera trabalhista, havia trabalhado para ele como relações públicas, ajudando-o a conseguir o canal.

Silvio também pediu ao jornalista Carlos Renato, jurado de seu programa de calouros, que interviesse a seu favor junto à primeira-dama Dulce Figueiredo, de quem Renato era primo, e se comprometeu a criar o quadro "A Semana do Presidente".

"Sou muito grato. Se não fosse ele [Figueiredo], eu estava vendendo caneta na praça da Sé", disse Silvio em 2017, conforme observou em artigo o jornalista Mauricio Stycer, autor da biografia "Topa Tudo por Dinheiro".

Silvio ganhou quatro emissoras do antigo conglomerado de Assis Chateaubriand em 1981, dando origem ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). A primeira transmissão ocorreu em 19 de agosto daquele ano. Atualmente, a rede é composta por 114 emissoras e cobre 70 milhões de lares, segundo o site da empresa.

No campo político, outra esfera determinante na carreira de Silvio, a simpatia exibida na frente das câmeras cedeu lugar a uma imagem cercada de polêmicas.

Desde o regime militar, ele fez afagos a todos os presidentes da República. Em 1988, em entrevista à "Folha de S.Paulo", quando lhe perguntaram se tinha alguma observação sobre o governo José Sarney, respondeu: "Eu sou um concessionário, um 'office boy' de luxo do governo. Faço aquilo que posso para ajudar o país e respeito o presidente, qualquer que seja o regime", relata Stycer em seu livro.

Além dessa posição, que sempre lhe valeu críticas, Silvio fez incursões acidentadas na carreira política. Foram duas tentativas. Em 1988, ele recebeu convite do PFL (que se transformou no DEM em 2007 e, em 2021, deu origem ao União Brasil) para concorrer à Prefeitura de São Paulo. Fez do episódio um espetáculo: no "Show de Calouros", perguntou aos jurados se devia ou não aceitar, e consultou por telefone, ao vivo, o então prefeito Jânio Quadros (1917-1992) — "pouca gente deve conhecer essa cidade como o senhor", respondeu Jânio. Silvio manteve o suspense. Dias depois, aceitou o convite, mas acabou desistindo por motivos de saúde.

Em 1989, seu nome foi cogitado para a primeira eleição presidencial pós-ditadura, um ano após a promulgação da nova Constituição. O convite foi feito por um grupo de políticos do PFL — Edison Lobão, Marcondes Gadelha e Hugo Napoleão — que tinham abandonado a candidatura do correligionário Aureliano Chaves. Silvio assumiu de última hora a candidatura pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB), legenda de aluguel hoje extinta.

A indicação tumultuou a corrida presidencial, disputada por Fernando Collor de Melo (pelo então PRN, atual Agir), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e Leonel Brizola (1922-2004, PDT). A campanha de Silvio durou dez dias antes de ser impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que fora acionado por partidos adversários. Silvio seria cogitado mais uma vez para a Prefeitura de São Paulo em 1992, mas a candidatura não chegou a ser lançada.

No início da década passada, um revés de outra natureza abalaria a vida de Silvio Santos e seu conglomerado — o escândalo do Banco PanAmericano.

Desde muito cedo, Silvio percebeu que precisava atuar no setor financeiro. Em 1969, comprou uma empresa chamada Real Sul, rebatizada de Baú Financeira. Em 1990, depois de receber permissão para atuar como banco múltiplo, a companhia adotou o nome de Banco PanAmericano.

A Caixa Econômica Federal ingressou como sócia em 2009, quando comprou 35% do capital total por R$ 739 milhões. O controle permaneceu nas mãos do Grupo Silvio Santos. Um ano depois, em 2010, o Banco Central detectou um rombo na instituição, inicialmente avaliado em R$ 2,5 bilhões. A investigação revelou um esquema para fraudar resultados e omitir prejuízos, sob um inquérito de 2 mil páginas.

O banco manipulava a contabilidade para esconder sua situação financeira real e obter linhas de crédito. Ao todo, 17 executivos foram acusados de gestão fraudulenta e desvio de dinheiro — sete foram condenados em 2018, com direito a recorrer em liberdade. Luiz Sandoval, que fora presidente do grupo durante quase três décadas, recebeu pena de seis anos e meio em regime semiaberto.

Silvio Santos, que não estava envolvido no esquema, tomou a frente das negociações para evitar que o PanAmericano fosse liquidado. Pediu empréstimo ao Fundo Garantidor de Créditos, que socorre instituições em dificuldades, dando como garantia as 44 empresas que então formavam o grupo. O rombo se revelaria muito maior que o estimado inicialmente: R$ 4,3 bilhões. Em 2011, Silvio vendeu o banco — com a diretoria renovada e rebatizado de Pan — ao BTG Pactual, por R$ 450 milhões.

Não há dados financeiros consolidados sobre o Grupo Silvio Santos, fundado em 1972. O SBT fechou o ano de 2023 com receita de R$ 1,149 bilhão e lucro líquido de R$ 31,1 milhões, segundo demonstrações financeiras reunidas pelo **Valor** Data. A fabricante de cosméticos Jequiti, cujo controle está sendo negociado, teve receita de R$ 397 milhões e lucro líquido de R$ 31,5 milhões no período.

Em seus programas, Silvio retratava sua família de maneira leve e divertida. Fazia piada sobre as seis filhas, que contava nos dedos como se não soubesse quantas eram ou recordasse seus nomes. Em 2001, dois episódios — o sequestro de Patricia Abravanel, uma de suas filhas, e a invasão de um criminoso à sua mansão, onde ele foi mantido como refém, mobilizaram o país, numa amostra de sua popularidade.

O empresário se casou duas vezes. A primeira união, com Maria Aparecida Vieira Abravanel, a Cidinha, durou de 1962 a 1977, quando ela morreu de câncer. O casal teve duas filhas. Cíntia, a primogênita, é artista plástica e comandou o Teatro Imprensa, fechado em 2011. Ela é mãe do ator e cantor Tiago Abravanel. Já Silvia é apresentadora, diretora e produtora no SBT. Entre 2015 e 2022, comandou o infantil "Bom Dia & Cia".

Em 1981, viúvo, Silvio se casou com Íris Abravanel, com quem permaneceu unido até o fim da vida. Juntos, tiveram Daniela, Patrícia, Rebeca e Renata.

À medida que o empresário envelhecia, cresciam as especulações sobre quem seria seu sucessor. Esse processo avançou gradativamente, sem que fosse nomeado um herdeiro único, tanto do ponto de vista artístico como empresarial.

Patrícia Abravanel apresentou diversas atrações no SBT antes de substituir o pai à frente do "Programa Silvio Santos", carro-chefe da rede. Silvio se afastou das gravações entre 2019 e 2021, no pico da pandemia de covid-19. Retornou depois disso, mas em setembro de 2022 se afastou novamente, desta vez de maneira definitiva.

Daniela Beyruti atuou como diretora executiva do SBT entre 2008 e 2010, e como diretora artística de 2010 a 2015. Ela integra o Conselho de Administração do Grupo Silvio Santos. No ano passado, foi nomeada vice-presidente do SBT.

Rebeca fez aparições em programas da emissora e comandou o "game show" Roda a Roda Jequiti. É diretora executiva da marca de cosméticos.

Renata Abravanel, frequentemente apontada como sucessora do pai nos negócios, é presidente do conselho do Grupo Silvio Santos. O comando das operações está nas mãos de José Roberto Maciel, que assumiu como presidente executivo em abril de 2022, substituindo Guilherme Stoliar.

Silvio Santos foi tema de biografias, peça de teatro ("Silvio Santos Vem Aí"), série de streaming ("O Rei da TV"), enredo de escola de samba (a Tradição, em 2001), filme de cinema ("Silvio", que será lançado em setembro). São todos retratos de um homem multifacetado, que marcou o imaginário popular brasileiro das últimas décadas. Ele deixa mulher, 6 filhas, 14 netos e 4 bisnetos.



DIVULGAÇÃO

Silvio Santos embalou o domingo de sucessivas gerações de brasileiros

Repercussão

"Silvio Santos ajudou a escrever também a história da Globo. De 1965 a 1969, o 'Programa Silvio Santos' foi exibido pela TV Globo para a cidade de São Paulo e depois, até 1976, foi levado para todo Brasil. É com carinho que me recordo também da relação de amizade, admiração e respeito mútuos que tinha com meu pai, Roberto Marinho, com quem compartilhou três grandes paixões: a comunicação, a televisão e o Brasil. À família, aos amigos, aos colegas do SBT e aos fãs, a nossa solidariedade. Ao Silvio, nosso muito obrigado."

João Roberto Marinho, presidente do Grupo Globo

"Silvio Santos é dono de um carisma único. É com tristeza que recebemos a notícia de sua morte, mas sua alegria, tino empresarial, e uma boa relação com a família são marcas que ficarão para sempre na história."

Margareth Menezes, ministra da Cultura

"Ser humano querido e profissional tão admirado, Senor Abravanel foi exemplo de vitória e superação e Silvio Santos referencial de carisma e humildade e sinônimo de alegria para os brasileiros que acompanharam seu sorriso na tela do SBT por tantos anos."

Tarcísio Gomes de Freitas, governador de São Paulo

"Silvio Santos foi a maior personalidade da história da televisão brasileira, e um dos grandes comunicadores do país. Com seu talento e carisma lançou e deu apoio a muitos talentos da televisão, do humor e do jornalismo. Era uma das pessoas mais conhecidas e queridas do nosso país."

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

"Um dos maiores comunicadores do Brasil, Silvio Santos tem história de sucesso empresarial que sempre será exemplo. Deixa marca eterna na comunicação por sua conexão única com o público e que atravessou gerações."

Luiz Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal

"Silvio Santos, sem jamais perder seu jeito natural e expansivo, transmitiu alegria aos lares do país durante décadas. Seu legado é gigante."

Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados

"Não há ninguém que se compare a Silvio Santos, por isso essa grande manifestação nacional de solidariedade aos familiares, aos fãs."

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

"Adeus, amigo. Foram 70 anos de amizade e uma saudade que será eterna."

Carlos Alberto de Nóbrega, apresentador

Genialidade caótica, o modelo de gestão de um inovador

Análise

Guilherme Ravache
De São Paulo

Mais que um hábil comunicador, Silvio Santos sempre foi um inovador apostando em novas tecnologias e modelos de negócio. Na juventude, implementou um sistema de alto-falantes em uma barca do trajeto Rio-Niterói. Com música e publicidade, o negócio posteriormente evoluiu para um bar na barca para Paquetá, no qual quem comprasse um determinado número de bebidas, concorreria em um bingo.

Com o negócio do Carnê no Baú, que cobrava parcelas dos clientes para que pudessem trocar por presentes no Natal, percebeu uma oportunidade de negócio e o aprimorou ao usar os elementos dos espetáculos circenses para reduzir o "custo do lead" para vender os carnês. Tudo isso décadas antes do conceito de marketing de conteúdo ser popularizado.

Mas a iniciativa mais visionária de Silvio foi perceber que a TV era um veículo de massa, e principalmente, o mais eficiente meio de vendas. Foi nela que com oportunismo, e uma rara capacidade de entender o que o público queria, o empresário uniu seu tino para negócios com a nova tecnologia que entrava nos lares brasileiros.

Da reinvenção dos programas de auditório, com o Topa Tudo por Dinheiro com aviõezinhos com notas de dinheiro e câmeras escondidas, ao lançamento dos formatos de reality no Brasil, Silvio foi revolucionário. Pode-se argumentar que ele nem mesmo inventou estes formatos, mas foi decisivo ao moldá-los e popularizá-los no país.

Os mais jovens talvez imaginem que a Globo e o Big Brother Brasil sejam os pioneiros dos reality shows no Brasil, mas meses antes do BBB estrear, o SBT lançou de surpresa a Casa dos Artistas, confinando celebridades em uma casa vigiada por câmeras 24 horas por dia. A Casa dos Artistas foi um fenômeno de audiência.

Silvio conheceu o BBB em uma de suas temporadas nos Estados Unidos e inclusive chegou a negociar os direitos com os holandeses da Endemol, mas desistiu da negociação vencida pela Globo. Antes que a rival colocasse o BBB no ar, Silvio produziu a Casa dos Artistas em dois meses, sob sigilo, e colocou seu reality no ar de surpresa, sem qualquer divulgação prévia. Durante o período de pré-produção, Silvio também foi sequestrado e mantido refém por sete horas pelo criminoso que havia sequestrado sua filha, Patrícia.

A Casa dos Artistas foi um sucesso, mas a atração foi marcada pelo caos desde sua origem. O programa teve três temporadas, e tinha como uma de suas características a constante mudança de regras enquanto a atração ia ao ar. Alexandre Frota, um dos destaques da casa, chegou a desistir do programa, mas depois foi autorizado a retornar para o confinamento. Silvio também entrou na casa para informar os participantes de que havia mudado as regras e a votação deixaria de ser entre os participantes e passaria a ser feita por telefone pelos espectadores.

> Do 'Topa Tudo por Dinheiro' ao lançamento dos reality shows no Brasil, Silvio foi revolucionário

O reality pioneiro do SBT é um de muitos exemplos da genialidade caótica de Silvio Santos. A final da Casa dos Artistas foi a maior audiência já alcançada por um programa fora da Globo, um recorde que persiste há mais de duas décadas.

De certa forma, a Casa dos Artistas também revela as limitações do modelo de gestão do apresentador. Enquanto o BBB segue para a edição 25 batendo recordes de receita, a Casa dos Artistas parou em sua quarta edição após disputas legais pelos direitos do programa.

O fato é que nem todo o brilhantismo de Silvio foi suficiente para livrá-lo de erros estratégicos. Para muitos seu ponto fraco foi escolher alguns pupilos duvidosos. Meritocracia não foi o forte do apresentador, e afinidade era um fator determinante nas escolhas.

Após o PanAmericano quebrar com uma fraude fiscal bilionária cometida pelos executivos do próprio banco, Luiz Sebastião Sandoval, que trabalhou mais de 40 anos com Silvio Santos e esteve por 28 anos na presidência da holding que controlava as empresas do apresentador, afirmou não compreender a admiração de Silvio por Rafael Palladino, presidente do PanAmericano na época. "Eu não conseguia entender essa admiração do Silvio por ele. O Palladino sempre foi um patife", disse Sandoval à revista "Piauí" em 2001. Ainda segundo a publicação, quando soube do rombo, Silvio Santos fez uma única pergunta a Sandoval: "Eu fui roubado?" A resposta foi sim. Depois, na Polícia Federal, Silvio culpou seu ex-pupilo, Palladino, de tudo: "Ele era o cabeça do negócio."

De 17 acusados de fraude financeira no caso, em 2010, sete foram condenados, entre eles Palladino e Sandoval, segundo decisão de 2018 da 6ª Vara Criminal Especializada em Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional em Lavagem de Valores de São Paulo.

Funcionários, como o ator Ivo Holanda, por exemplo, têm contrato vitalício com o SBT. Ou seja, Silvio se comprometeu a jamais demiti-los. "Eu sou vitalício no SBT, dou graças a esse homem, Silvio Santos. Eu tiro o chapéu para ele e adoro esse homem", disse Holanda em entrevista ao podcast Inteligência Ltda em 2022.

Mito ou realidade, alguns funcionários seriam intocáveis nas empresas de Silvio, o que gera desconforto entre aqueles que buscam uma organização mais ágil e eficiente para os tempos digitais.

O legado de Silvio Santos também é complexo no SBT e empresas do grupo. Por muitos anos ele tentou inserir as filhas nos negócios, mesmo tendo afirmado em diferentes ocasiões que elas não estariam qualificadas para sucedê-lo. Atualmente, Daniela Beyruti, a filha número 3, é quem dá as cartas no SBT. A executiva enfrentou resistência na alta cúpula e demitiu diversas lideranças, algumas trabalharam por décadas com Silvio. Todas as filhas do apresentador participam do conselho do grupo ou estão ligadas a áreas artísticas do SBT.

Beyruti e as irmãs têm uma missão difícil. Além do declínio da mídia tradicional, ainda enfrentam desconfiança internamente no SBT. A emissora também tem encontrado dificuldades em renovar sua programação. Uma aposta em influenciadores digitais para novas atrações da casa não teria atingido a meta de publicidade e público. As irmãs descartam vender o SBT.

Nos tempos áureos do Google sob a liderança de Erich Schmidt, o CEO explicava que a gigante de buscas não dizia aos seus funcionários como inovar; ela gerencia o caos inventivo deles. O segredo? Misturar ideias fluidas com tomada de decisões disciplinada.

> O apresentador deixou um legado difícil de ser replicado porque gênios como ele são raros, muito raros

Silvio era uma caldeirão de ideias e tomava todas as decisões, mesmo que mais por intuição do que propriamente disciplina. As constantes e repentinas mudanças na grade de programação eram um exemplo visível disso. Essa flexibilidade o tornou um comunicador e empresário formidável. Talvez com mais disciplina, como no caso do Google, tivesse evitado tropeços como o PanAmericano ou sua frustrada carreira política.

O problema da gestão de Silvio Santos é que este modelo deixou um legado difícil de ser replicado porque gênios como ele são raros, muito raros.

Nada disso seria possível sem o carisma e uma impressionante habilidade de Silvio Santos para entender as pessoas e o que as move. Fosse vendendo Tele-Sena, a versão moderna do Baú, ou motivando seus funcionários, seu poder de entender os desejos das pessoas é lendário. Silvio foi tão eficiente no sentido de conhecer seus clientes e comunicar que tinha as soluções que eles estavam procurando, que o apresentador se tornou uma marca por si só.

Enquanto empresas contratam estudos para entender sua audiência, Silvio fazia suas pesquisas qualitativas todos os domingos ao passar o dia interagindo com seu público, ou as "colegas de trabalho", como ele chamava as participantes do auditório.

Silvio não pode ser imitado, e reinventar seus negócios será o grande desafio de quem o suceder e quiser preservar seu legado.

A trajetória de Silvio Santos

1930 **Nasce no Rio de Janeiro Senor Abravanel, primeiro dos seis filhos dos imigrantes Alberto (grego) e Rebecca (turca)**

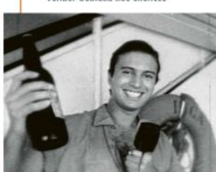


1940 Tem o primeiro contato com comércio ao vender doces para os colegas na hora do recreio da escola Celestino da Silva

1946 Começa a trabalhar como camelô, vendendo capinhas plásticas para título de eleitor nas ruas do Rio. Deixava apenas uma delas à mostra, dizendo se tratar da última, para convencer o público a comprar. Um dia, um fiscal ficou encantado com sua voz e sugeriu que ele fizesse um teste para locutor de rádio. Silvio foi aprovado pela Rádio Guanabara, mas só ficou um mês no emprego. O trabalho nas ruas era mais rentável. A vida de ambulante durou até os 18 anos

1948 Presta serviço militar na Escola de Paraquedistas em Deodoro, no Rio

1952 **Instala um sistema de alto-falante na barca que liga o Rio de Janeiro a Niterói para fazer anúncios. Faz parceria com a Antarctica para vender bebidas aos clientes**



1954 **Transfere-se definitivamente para São Paulo, onde passa a trabalhar na Rádio Nacional**



1959 **Assume o Baú da Felicidade, que fora criado pelo radialista Manoel de Nóbrega. Originalmente, os clientes pagavam uma mensalidade para receber, no fim do ano, um baú de brinquedos. Como o negócio ia mal, Nóbrega pediu ajuda ao amigo. Silvio fez modificações importantes: passou a oferecer produtos como eletrodomésticos e criou um sistema de carnê**



1961 Chega à TV, com o programa "Vamos Brincar de Forca", na TV Paulista

1962 Casa-se com Maria Aparecida Vieira, a Cidinha. Abre a agência Publicidade Silvio Santos para fazer a comunicação do Baú, que passa a sortear casas

1963 **Estreia o "Programa Silvio Santos", no dia 2 de junho. Dirigido por Luciano Callegari, e marcado pela farta distribuição de prêmios, sua exibição estava restrita a São Paulo**



1964 Ganha o Troféu Imprensa na categoria de melhor animador. Cinco anos depois adquire os direitos da premiação e passa a exibi-la em 1971.

1969 O "Programa Silvio Santos" passa a ter exibição nacional com a Globo, que quatro anos antes comprara a TV Paulista, que se tornou a TV Globo São Paulo

1972 Cria o Grupo Silvio Santos, holding controladora de suas empresas. Compra 50% da TV Record



1974 Lança planos de previdência privada. Tenta adquirir a TV Excelsior, mas o pedido é negado pelo governo militar. Contrata Augusto Liberato, mais conhecido como Gugu, para ser seu produtor. Mais tarde, Gugu se torna um dos principais apresentadores do SBT, de onde saiu em 2009

1975 Obtém a concessão do canal 11, no Rio de Janeiro. Adquire equipamentos de transmissão no leilão da TV Continental. Abre uma corretora e adquire a Liderança Capitalização

1976 Faz a primeira transmissão do canal 11, no Rio, que passa a se chamar TVS. Deixa a Rede Globo

1977 Morre a esposa, Cidinha, de câncer no sistema digestório

1979 Funda a Organização Médica (Omed), responsável pelo primeiro plano de saúde combinado com capitalização. Mais tarde, a empresa é vendida para a Blue Life

1980 Passa a transmitir o programa "Chaves"

1981 **Ganha a concessão de quatro emissoras, o que dá origem ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). A primeira transmissão ocorre em 19 de agosto. Silvio se casa com Íris Abravanel. Vai ao ar o programa do palhaço "Bozo"**



1986 A apresentadora Hebe Camargo estreia no SBT, onde permaneceu até 2010

1987 Estreia de "A Praça da Alegria", que viria se chamar "A Praça é Nossa", e do "Show Maravilha", com Mara Maravilha

1988 **Estreia de Jô Soares no SBT com "Viva O Gordo" e depois "Jô Soares Onze e Meia"**



1989 Candidata-se à presidência da República, mas o Tribunal Superior Eleitoral caça a sua candidatura por não ter sido o nome do partido nas convenções estaduais

1990 Quase vai à falência com a crise econômica aprofundada pelo Plano Collor e pela queda do mercado publicitário. Vende fazendas, sua participação na Record para Edir Macedo e a Tamakavy para as Casas Bahia. Transforma o Baú Financeira em Banco PanAmericano

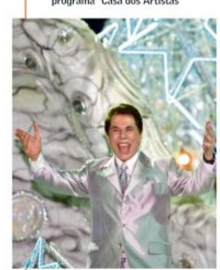
1991 Cria o título de capitalização Tele Sena. Estreia do "Programa Livre", com Serginho Groisman, e do telejornal "Aqui Agora"

1993 Estreia do programa "Bom dia & Cia", com Eliana

1994 Estreia da novela "Éramos Seis", de Silvio de Abreu. No ano seguinte, o folhetim recebe o Troféu Imprensa de melhor novela

1999 Estreia do programa "Show do Milhão"

2001 **É sequestrado, em um episódio que comove o país. Recebe homenagem da escola de samba Tradição como tema do desfile. Estreia do programa "Casa dos Artistas"**



2006 Abre a Jequiti, empresa de cosméticos. Inaugura o hotel Sofitel Guarujá Jequitimar

2007 **Tira do mercado o carnê de mercadorias Baú da Felicidade e converte as lojas em operação tradicional de varejo**



2010 **O Banco Central descobre operações suspeitas no Banco PanAmericano. A instituição obtém empréstimo de R$ 2,5 bilhões do Fundo Garantidor de Crédito para equilibrar as contas**

2011 Vende o PanAmericano para o BTG Pactual. Fecha o Teatro Imprensa e volta a sua atenção para o SBT, para a Liderança Capitalização – responsável pela Tele Sena – e para a Jequiti.

2020 **Afasta-se do "Programa Silvio Santos" por causa da pandemia de covid-19**



2021 Volta a apresentar o "Programa Silvio Santos"

2022 Afasta-se novamente da programação

2023 Seu patrimônio é calculado em R$ 1,6 bilhão segundo a revista "Forbes"

2024 **Morre aos 93 anos, em São Paulo**



Empresas

Marketing Até julho, os investimentos dos clientes das sete das 10 maiores agências cresceram 18,6%

Olimpíada aumenta gastos em publicidade

Luana Dandara e Natália Flach
De São Paulo

No mundo da publicidade, a primeira metade do ano costuma ser mais fraca em termos de investimentos. Mas não foi o que aconteceu em 2024. Estima-se que os gastos na compra de espaço publicitário tenham crescido um percentual de dois dígitos, em consonância com o bom desempenho do primeiro trimestre, quando houve aumento de 23%, para R$ 4,5 bilhões, segundo o Cenp-Meios. Ao longo de 2023, esse indicador oscilou entre 7% e 10%.

De janeiro a julho, os investimentos dos clientes das sete das 10 maiores agências do país cresceram 18,6%, segundo cálculo feito pelo **Valor**. Foram ouvidas Mediabrands, BETC Havas, Artplan, WMcCann, EssenceMediaCom, Galeria e Africa Creative.

Muito desse resultado tem a ver com campanhas atreladas à Olimpíada de Paris — ainda que o evento só tenha começado em julho. Os patrocinadores anteciparam as ações publicitárias, de olho no engajamento do público. "O melhor da festa é esperar por ela", brinca o presidente do Cenp, Luiz Lara.

Pesou o cenário macroeconômico, com juros e desemprego caindo. Com esse contexto, os anunciantes aceleraram os investimentos. É bom lembrar que a comparação é com os primeiros meses do governo Lula, quando boa parte das empresas pôs o pé no freio.

"Deve ser um ano muito bom para o mercado, acompanhando o crescimento do produto interno bruto brasileiro", diz Lara. Levantamento da consultoria Statista, em parceria com a agência Dentsu, mostra que o investimento em publicidade no país pode crescer mais de 8% em relação a 2023.

Responsável pelo filme da campanha de 100 anos do Itaú com a Madonna, outro evento que marcou o primeiro semestre, a Africa Creative teve um crescimento de 45% sobre o primeiro semestre do ano passado. A agência também conquistou clientes como a cerveja Corona, da Ambev, e as marcas Pão de Açúcar e Extra, do GPA. "Os eventos influenciaram, mas a agência tem muito do impacto da performance dos clientes", diz o diretor financeiro João Valente.

A Galeria, agência que também participou do projeto do Itaú, teve uma expansão de 20% no primeiro semestre, com novos clientes como Havaianas e Totvs. "De modo geral, temos visto um mercado bastante ativo, principalmente em mídia externa [out-of-home]", diz o CEO e sócio-fundador Eduardo Simon, que está otimista em relação aos próximos meses, com destaque para a Black Friday.

Para o diretor de receita do Publicis Groupe no Brasil, Marcelo Mejlachowicz, o segundo semestre deve ser ainda mais positivo. "O Rock in Rio também é palco para ações de marcas e ajuda a fortalecer esse cenário." De acordo com balanço da empresa, a América Latina gerou € 92 milhões em receita entre abril e junho, com alta de 18,9% em base anual. A região teve o maior crescimento, em base anual, entre todas as subsidiárias do grupo. No Brasil, o Publicis Groupe conta com dez empresas, incluindo as agências Publicis, DPZ, Talent, Leo Burnett e LePub.

> "De modo geral, temos visto um mercado bastante ativo"
> *Eduardo Simon*

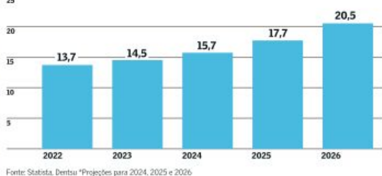
A Artplan, agência que integra o grupo Dreamers, criadora do Rock in Rio, aumentou o quadro de funcionários em 15% nos primeiros seis meses deste ano, para 480 pessoas. A empresa ganhou as contas da Samsung, Bob's, Gerdau e Família, resultando em um crescimento de 20% no primeiro semestre, valor similar aos das expectativas para a segunda metade do ano.

GASPAR NÓBREGA/COB



Clientes de grandes agências começaram a veicular anúncios atrelados à Olimpíada mesmo antes do evento começar,

Investimentos em publicidade
Valor gasto no Brasil em US$ bilhões *



Fonte: Statista, Dentsu *Projeções para 2024, 2025 e 2026

Outro movimento do setor neste ano é a dança das cadeiras. A Talent, por exemplo, contratou três novas lideranças de mídia, criativo e operações, segundo a CEO da agência, Lica Bueno. O mercado de trabalho aquecido tem levado algumas agências a ter dificuldade em aumentar a rentabilidade, por conta de fatores como custos de operação e pressão salarial.

"Hoje o maior desafio é a captação e a retenção de talentos, não só de criativos. O mercado voltou a se movimentar nesse sentido, com crescimentos dos salários em um período pós-pandemia. Isso pressiona muito os custos, assim como a adaptação dos serviços às novas tecnologias, como a inteligência artificial", diz o copresidente da BETC Havas, Diego Alonso.

Neste ano, a agência teve crescimento de 11% no primeiro semestre. A agência perdeu as contas de GPA e Amil (que reativou sua agência interna). Para o segundo semestre, a estimativa é de expansão de 15% em comparação a 2023, com a chegada de novos contratantes como Sephora, Iberia e Vitru Educação, além de grandes campanhas programadas como as de Santander e Assaí.

A WMcCann apresentou crescimento de 2% no período e projeção entre 5% e 10% no segundo semestre. "O cenário econômico ainda é desafiador, apesar da previsão do crescimento do PIB na casa de 2%. Temos que estar atentos aos efeitos da alta do dólar, especialmente na inflação e na taxa de juros", diz o diretor geral e financeiro da agência, Vitor Lieff.

A Mediabrands teve aumento de 15% nos primeiros seis meses do ano sobre o mesmo período de 2023, e prevê o mesmo número para o segundo semestre. Diretor geral da unidade de negociação e inteligência da agência, João Dabbur cita maior investimento de clientes em publicidade. Para ele, "o aquecimento da economia refletiu de forma muito mais forte do que os eventos pontuais".

A Ogilvy cresceu 12% no período de janeiro a junho. E para a segunda metade do ano, a expectativa fica em 5%. "É preciso levar em consideração as eleições municipais no segundo semestre que, de certa forma, captam a atenção do público, e é mais um item dentro do calendário para as marcas disputarem atenção", disse o CEO da Ogilvy, Fernando Musa.

ALEX FERRO / O GLOBO



Rio Gastronomia está sendo realizado no Jockey Club Brasileiro, no Rio de Janeiro, e tem o patrocínio de marcas como Santander, Naturgy, Claro e Light Stella Pure Gold, Maturatta, Refit 70 anos, BYD

No Rio Gastronomia, comida e música

Entretenimento

Ana Carolina de Souza e Júlia Pinna
O Globo, do Rio

O primeiro fim de semana de Rio Gastronomia terminou ao som do gênero mais carioca que há. Ontem (18) à noite, o grupo Samba Que Elas Querem, formado apenas por mulheres, fez o público no Jockey Club Brasileiro, na Gávea, cantar e dançar com um repertório caprichado, incluindo clássicos de nomes como Zeca Pagodinho.

"É importante para gente estar aqui. Nossa primeira vez no Rio Gastronomia, um festival grande! É legal ver o samba com esse cartaz. A gente viu que vão ter outras rodas aos domingos, é superimportante para a gente do gênero", festejou Mariana Solis, uma das integrantes do grupo.

Foram quatro dias com ofertas variadas de comidas, shows, aulas de chefs renomados e outras atrações. Ontem, Elia Schramm, que comanda as cozinhas do Babbo e do Si-chou, esteve com os filhos, Olivia e Benjamin, e a irmã, Sarah, no encontro "Molho pomodoro do papai: cozinhando em família", no Auditório Senac. "Foi o primeiro prato que meu pai me ensinou a fazer e a primeira receita que fiz para minha filha", contou o chef, animado diante da plateia no auditório. "Meu pai é educador, professor de carreira, e minha mãe é médica. Eu fui educado para ser inteligente, tinha que estudar. Conhecimento é para ser compartilhado, guardado não resolve nada", disse.

O tempo bom que fez nos últimos dias no Rio, com céu azul todas as tardes e noites frescas, deu um sabor especial ao primeiro fim de semana do festival gastronômico, o maior do gênero no país.

Na quinta-feira que vem, haverá a segunda parte do festival no Pião do Prado, no Jockey, onde está montado o evento. A 14ª edição do Rio Gastronomia vai até o dia 1º de setembro, sempre de quinta-feira a domingo. A programação reserva ainda as apresentações de nomes como Toni Garrido (dia 22), Blitz (dia 23), Diogo Nogueira (dia 24), Maria Rita (dia 29) e Xande de Pilares (dia 30). Nos auditórios Senac e Santander, onde acontecem as aulas, são aguardados ainda os chefs Jimmy Ogro (dia 23), Flávia Quaresma (dia 24) e João Paulo Frankenfeld (dia 25), campeão deste ano na categoria Melhor Chef no Prêmio Rio Show de Gastronomia, entre tantos outros.

> "Fui educado para ser inteligente. Conhecimento é para ser compartilhado, guardado não resolve nada"
> *Elia Schramm*

Realizado pelo jornal "O Globo", o Rio Gastronomia 2024 tem apresentação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Sesc RJ e Senac RJ; tem o Governo do Estado do Rio de Janeiro como estado anfitrião e Cidade do Rio de Janeiro como cidade anfitriã; patrocínio master do Santander, Naturgy, Claro e Light, patrocínio de Stella Pure Gold, Maturatta, Refit 70 anos, BYD, Rio Jogos, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa através de Lei Estadual de Incentivo à Cultura; apoio da Secretaria de Estado de Turismo, Rede D'Or, Garrafaria, Chandon, Água Pouso Alto, Andorinha, Colégio pH, Prezunic, Coca-Cola, Matte Leão, Tron, Président e Planos de Saúde SulAmérica; participação de Getnet, Arpo Gin, Granado, Musquée, Granfino, Frescatto, Três Corações, Quero Chuva, Aperol e Combrasil; Produção RKF; Shopping Oficial Rio Sul; Hotel Oficial Fairmont Rio; parceria do SindRio; Radio Oficial CBN e Rádio Globo.

O podcast chega aos 20 anos

QUEM INVENTOU

História
De São Paulo

O ex-apresentador da MTV americana Adam Curry foi responsável por reproduzir, em 13 de agosto de 2004, o primeiro podcast do mundo. Ao inserir um áudio no dispositivo digital que ele mesmo criou — chamado de iPodder, em referência ao iPod, da Apple —, Curry usou o formato RSS como base. A ferramenta que faz a distribuição de informações em tempo real, inclusive, de som, havia se tornado popular graças ao seu colega e desenvolvedor Dave Winer. Assim, a gravação de Curry tinha algo que nenhuma outra tinha: a sincronização automática.

Em 15 de setembro daquele mesmo ano, foram registrados os primeiros domínios relacionados ao termo, como Podcasting.net, dando início ao que se conhece hoje como podcast.

O curioso é que o nome surgiu antes mesmo da mídia ser criada. O termo foi utilizado pela primeira vez em 12 de fevereiro de 2004 pelo jornal britânico "The Guardian". A palavra foi cunhada pelo jornalista Ben Hammersley, que misturou os termos pod (uma contração de dispositivo portátil) e radiodifusão em artigo publicado intitulado "Revolução Audível", na qual falava sobre o avanço do áudio amador, mas sem fazer referência à sincronização automática.

Assim, os episódios são reproduzidos um atrás do outro automaticamente e os conteúdos podem ser ouvidos sem precisar se conexão com a internet. Segundo a consultoria Statista, em outubro de 2023, havia 3,2 milhões podcasts no mundo, que foram responsáveis pelo lançamento de mais de 178 milhões de episódios. *(NF)*

Tecnologia Fortnite havia sido retirado das lojas da Apple e do Google após uma batalha que mostra o crescente poder dos reguladores

Sob pressão da UE, o popular jogo da Epic volta aos celulares

Michael Acton
Financial Times, de San Francisco

O aplicativo do popular jogo para celulares Fortnite voltou aos iPhones na Europa e aos dispositivos com sistema Android em todo o mundo, quatro anos depois de ter sido retirado das lojas de aplicativos da Apple e do Google em uma batalha antitruste de grande visibilidade.

O retorno de um dos games mais populares do mundo às duas plataformas dominantes de telefonia móvel, acompanhada do lançamento da loja de aplicativos de sua desenvolvedora, a Epic Games, mostra como a regulamentação da União Europeia já começa a afetar grandes empresas de tecnologia.

O executivo-chefe (CEO) da Epic, Tim Sweeney, atribuiu o mérito disso à Lei de Mercados Digitais da UE, que obriga os "gatekeepers" (grupos controladores que dominam áreas cruciais da atividade digital) a abrirem suas plataformas para rivais. Ele afirmou que "a maré está virando", pois tanto a Apple como o Google estão sob pressão das agências reguladoras e dos tribunais ao redor do mundo.

A nova loja da Epic Games oferece o Fortnite e os jogos Fall Guys e Rocket League Sideswipe para o sistema iOS na Europa e para os dispositivos com Android em todo o mundo. Os títulos também estão disponíveis em outras lojas de aplicativos como Aptoide e AltStore, lançadas na UE depois da entrada em vigor da Lei de Mercados Digitais (em março).

"Queremos ajudar todas as lojas que ofereçam excelentes termos para os desenvolvedores a alcançar usuários", disse Sweeney. "Levaremos todos os nossos jogos para elas e tentaremos estabelecer um espírito de ajudar todos os desenvolvedores e de reconhecer que quando a maré sobe, ela levanta todos os barcos."

A Apple limitou-se a uma declaração mais genérica: "A Lei de Mercados Digitais exige que ativemos novos recursos para desenvolvedores na UE e temos trabalhado para torná-los tão fáceis quanto possível aos usuários, ao mesmo tempo em que tentamos proteger sua privacidade e segurança." O Google não se pronunciou.

Sete anos depois de ser lançado, o Fortnite continua muito popular. Dados da Ampere Analysis mostram que 35 milhões de pessoas jogaram Fortnite por mais de 600 milhões de horas em julho no Xbox e no PlayStation. Para o analista Piers Harding-Rolls, isso faz desse jogo gratuito "de longe, o maior game nesses consoles".

A Apple e o Google tiraram os jogos da Epic da App Store e da Play Store em agosto de 2020, quando a produtora, que tem sede na Carolina do Norte, entrou com processo contra os dois nos Estados Unidos, acusando-os de práticas monopolistas. A remoção aconteceu logo depois que a Epic deliberadamente passou por cima dos sistemas de pagamento obrigatórios nos aplicativos das plataformas, em protesto contra suas taxas sobre as compras digitais. O Fortnite e outros títulos da Epic continuam banidos da App Store da Apple e da Play Store do Google em todo o mundo.

> Regulamentação da União Europeia começa a impactar gigantes como Apple e Google

A Lei de Mercados Digitais da UE obriga os "gatekeepers" a mudarem suas práticas comerciais — disposições destinadas a abrir os sistemas operacionais de telefonia móvel para lojas de aplicativos rivais, assim como para outros métodos de distribuição e pagamento. As empresas tinham até março para se adaptar às novas regas.

Hoje a UE investiga a Apple e o Google para verificar se os planos de conformidade de suas lojas de aplicativos atendem aos requisitos das novas regras. O não cumprimento da lei pode resultar em multas de até 10% do faturamento mundial das empresas.

Empresas, incluindo a Spotify, criticam a Apple em particular por uma nova estrutura de taxas na UE, que tem o objetivo de captar gastos feitos fora da App Store para comprar aplicativos nela. Eles dizem que esse esquema impedirá os desenvolvedores de buscar canais de distribuição alternativos.

Segundo a Epic, a Apple e o Google introduziram "intencionalmente experiências de instalação de baixa qualidade, cheias de múltiplas etapas, configurações de dispositivo confusas e telas com mensagens assustadoras".

Em seu site, a Apple informa que são necessárias cinco etapas para instalar uma loja de aplicativos alternativa no iOS na Europa.

Em março, a Apple bloqueou por um curto período a conta de desenvolvedor da Epic na App Store. Depois voltou atrás quando a UE investigou a medida. "A Comissão Europeia interveio várias vezes para impedir que a Apple adotasse iniciativas maliciosas para nos impedir de competir com ela", diz Sweeney. "A Apple tem nos obstruído de uma maneira horrível."

Nos EUA, a Epic ainda está envolvida em uma batalha jurídica com a Apple, sobre se a fabricante do iPhone está cumprindo a liminar de um juiz da Califórnia que proíbe desenvolvedores de direcionar clientes a sair de seus aplicativos para fazer pagamentos digitais. A Epic perdeu a parte principal de seu processo contra a Apple, mas venceu em um ponto da lei da Califórnia.

Mas em dezembro a Epic teve uma grande vitória, quando convenceu um júri federal da Califórnia que o Google esmagou a concorrência no mercado de aplicativos para o sistema Android. O Google vai recorrer e espera que o juiz do caso decida que sanções aplicará. Na quarta-feira, o juiz disse que emitiria essa parte da sentença nas próximas semanas. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

Saída de X do Brasil dificulta atuação do STF contra rede social

Internet

Flávia Maia
De Brasília

A saída da empresa X do Brasil pode trazer consequências à execução das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), como o tempo de cumprimento e a subordinação à legislação estrangeira, de acordo com Ângelo Prata de Carvalho, advogado e professor de direito digital. Além desses aspectos relacionados a determinações do STF, a medida tomada pelo X no sábado dificulta a própria fiscalização da companhia.

Carvalho explica que, caso a empresa mantenha alguma forma de representação no Brasil, como um escritório de advocacia ou outro representante oficial, as decisões continuam sendo executadas como ocorre atualmente, com a empresa sendo notificada no país.

Porém, se não mantiver mais nenhuma representação no Brasil, as ordens da Suprema Corte brasileira serão enviadas aos Estados Unidos, país sede da empresa. Esse envio ocorre por meio de acordos de cooperação internacional e com o intermédio do Ministério da Justiça. Dessa forma, o cumprimento da sentença poderá ser mais demorado, uma vez que envolve todo o trâmite de acordos internacionais.

Vale lembrar que, em muitos casos, o ministro Alexandre de Moraes pediu ao X a retirada de conteúdo em prazos exíguos, de 24 horas ou 48 horas, o que ficaria mais complicado por meio de um acordo de cooperação.

Outro ponto levantado por Carvalho é que quando a Justiça americana recebe um pedido de cooperação judicial internacional do Brasil, esse pedido vai ser interpretado sob a luz da legislação local. "A ameaça de sair do Brasil, diante da indisponibilidade do X de cumprir as ordens do ministro Alexandre de Moraes, é uma ameaça de tornar ainda mais difícil a execução desse tipo de ordem, ou seja, o oferecimento das informações que o ministro Alexandre procura obter", explicou.

Carvalho ressalta que submeter as decisões à jurisdição americana não é uma garantia de que a rede não terá que cumprir as decisões. "Existe um voto de confiança de que o ordenamento jurídico americano adota essa concepção mais liberal sobre liberdade de expressão e vai continuar adotando, mesmo nesses casos concretos.

Mas não existe exatamente uma garantia. Existe uma tendência, mas vai depender de como são apresentadas essas ordens, a forma como elas são interpretadas e até a própria conduta desses agentes."

A rede de Elon Musk informou no sábado que vai encerrar as operações no Brasil em reação a decisões judiciais de Moraes. A empresa cita um despacho em que Moraes teria ameaçado multar e prender a responsável pelo escritório da companhia no Brasil, Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, por descumprimento de determinações judiciais. A empresa afirma, contudo, que o serviço continuará disponível para os usuários no país. Procurado, o STF não se manifestou sobre o assunto.

Cenários Com preços pouco atrativos, produtores têm abandonado a atividade; em São Paulo, que lidera a produção, cana já ocupa áreas de seringais

Importação de pneus cresce e pressiona cadeia da borracha natural

Rafael Walendorff
De Brasília

Entre 2017 e 2023, as importações brasileiras de pneus de carga e de passeio cresceram 117%, passando de 16,9 milhões para 36,8 milhões de unidades. Esse forte aumento desencadeou uma crise na indústria nacional de pneus, o que tem pressionado a cadeia de produção de borracha natural, matéria-prima em que o Brasil tem tradição e do qual o país já foi o maior produtor e exportador global.

Produtores têm abandonado seringais e, em alguns casos, até arrancado as árvores para abrir espaço para outras culturas, como a cana-de-açúcar em São Paulo, Estado que lidera a produção de borracha natural no país. Segundo estimativas do segmento, na safra 2023/24, a colheita nacional caiu de 15% a 20%.

Em São Paulo, a área de colheita, que havia sido de 115,2 mil hectares em 2022/23, caiu para 113,3 mil hectares em 2023/24, estima o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado (IEA-SP). A queda no Estado, que responde por mais de 60% da produção nacional, é inédita. No mesmo intervalo, a colheita paulista passou de 282,1 mil toneladas para 273,5 mil toneladas.

"Desde a instalação da cultura no Estado, isso nunca tinha ocorrido. É consequência do preço baixo e da falta de capitalização do produtor para reinvestir no seringal", diz Marli Mascarenhas, pesquisadora do IEA-SP.

Segundo ela, o crescimento das importações nos últimos anos fez com que os estoques das usinas ficassem lotados. Com isso, as indústrias deixaram de comprar cerca de 120 mil toneladas de borracha no campo, o que acentuou o declínio das cotações do produto.

Como consequência dos preços achatados, pela primeira vez na história, os heveicultores não conseguiram escoar a safra. Eles precisaram de apoio governamental para amenizar parte do prejuízo.

"Alguns produtores estão cortando os seringais para erradicar as plantas e sair da cultura", lamentou José Fernando Canuto Benesi, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Borracha Natural (Abrabor). "É uma situação de caos para a cadeia. As medidas necessárias para salvar o setor são governamentais".

Hoje, os seringais ocupam 257 mil hectares no Brasil, dos quais 163 mil hectares estão em produção. Os dados oficiais da colheita nas últimas duas safras ainda não estão disponíveis. Em 2022, o país produziu 416,9 mil toneladas de borracha natural, e o valor dessa produção foi de R$ 1,8 bilhão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Agosto é o período da entressafra da cultura. O trabalho dos "sangradores" nos seringais começa em setembro, mês que marca o início da colheita. Em outubro, a borracha começa a chegar às usinas beneficiadoras.

Produtores e indústria consideram "desleal" a entrada no Brasil de pneus importados, principalmente asiáticos. Segundo os integrantes da cadeia, os produtos chegam ao país com preços abaixo do custo de produção local e menores também que os valores praticados no mercado internacional. Esse quadro, afirmam, derrubou as vendas das empresas nacionais, que estão com estoques abarrotados nas fábricas e ao menos 2,5 mil funcionários de licença.

A indústria de pneus, que consome 80% da borracha que o Brasil produz, pediu ajuda ao governo. A cadeia quer a elevação, de 16% para 35%, por 24 meses, da alíquota de importação dos pneus, medida que pode entrar em votação na Câmara de Comércio Exterior (Camex) na próxima semana.

Os fabricantes também cobram reforço nas medidas antidumping que já existem e ações em três outras frentes: uma contra os subsídios dos países exportadores; uma para evitar a falsificação de origem e triangulação dos produtos; e a terceira, para restringir a entrada no país de pneus com preços abaixo do custo de produção, com a verificação do preço de referência na entrada das importações.

No intervalo entre 2017 e 2023, quando as importações cresceram 117%, as vendas de pneus da indústria nacional caíram 18%. A quantidade de borracha natural nos itens importados mais do que dobrou nesse período, passando de 55,9 mil toneladas para 125,1 mil toneladas. Esse é o volume de matéria-prima estrangeira que competiu diretamente com a borracha brasileira.

Na primeira metade deste ano, a participação de mercado dos itens importados já foi maior (54%) que a produção local (46%). A fabricação dos pneus de carga e de passeio não diminuiu no Brasil no período, já que o custo de uma indústria parada é mais alto.

Estudo da LCA Consultoria Econômica encomendado pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) mostra que, em 2023, os pneus de carga importados entraram no Brasil ao custo médio de US$ 2,9 por quilo, valor bem menor do que a média internacional, de US$ 4,2. No Brasil, os valores foram 69% inferiores à média global.

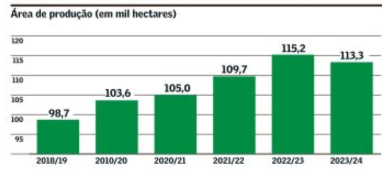
"Essa variação absurda mostra que os países asiáticos aproveitam a falta de proteção tarifária no Brasil para exportar seus produtos a preços desleais", afirma Klaus Curt Müller, presidente executivo da Anip. "O mercado mundial cresceu e as empresas nacionais encolheram".

Países como Estados Unidos e México elevaram significativamente as alíquotas nos últimos anos para proteger as indústrias nacionais. No Brasil, a taxa estava zerada e passou a 16% em 2023, o que não surtiu efeito. "Se essa indústria morrer, morreremos junto", disse Fernando do Val Guerra, diretor-executivo da Abrabor.

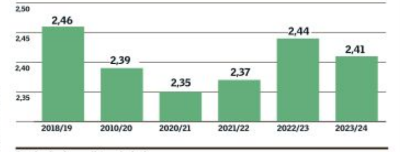
"Se a indústria nacional de pneus morrer, nós vamos morrer junto"
Fernando do Val Guerra

Borracha natural em São Paulo
Estado responde por mais de 60% da produção nacional

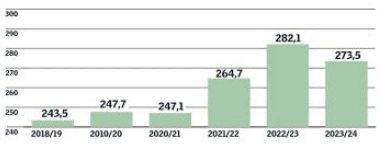
Área de produção (em mil hectares)



Rendimento (em toneladas/hectare)



Produção (em mil toneladas)



416,9 mil toneladas
foi a produção brasileira em 2022. O valor da produção foi de R$ 1,8 bilhão

Fontes: IEA-SP, Abrabor e IBGE

Índice paulista alcança preços mais atrativos para os produtores

De Brasília

Desde 2020, um projeto conjunto do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo (IEA-SP) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apura mensalmente o preço de referência nas importações de borracha natural.

O objetivo da iniciativa é oferecer um parâmetro para as negociações entre os produtores do coágulo que sai das seringueiras e as usinas de beneficiamento. No cálculo de formação de preço, IEA-SP e CNA incluem itens que ficam de fora de outro índice vigente no mercado.

Coordenadora do projeto, a pesquisadora Marli Mascarenhas diz que o índice atende todas as variáveis que integram o processo de importação — o mercado asiático é a origem de referência. "Os preços eram subestimados, não cobriam os custos de produção, e a rentabilidade caiu", explica. Com as contas no vermelho, os heveicultores seguraram investimentos e amargaram queda na produtividade e na produção.

O índice do IEA-SP remunera os custos de produção e pode dar até certa rentabilidade, afirma ela. A questão, que deve chegar a Brasília, é articular com o restante da cadeia para considerar tais preços nas negociações de comercialização da borracha natural.

Para agosto, o preço do indicador é de R$ 14,12 por quilo de borracha importada, valor 36,7% maior que o do índice GEB-10 Mercado, que é de R$ 10,33. Em julho, os produtores de São Paulo receberam, em média, R$ 3,71 por quilo, em um quadro em que o custo de produção ficou próximo de R$ 6 por quilo de coágulo.

Se o índice de IEA-SP e CNA fosse seguido à risca, o produto sairia por R$ 5,62, afirma a pesquisadora. A diferença, prossegue ela, mina a rentabilidade do produtor e "causa problema gravíssimo na sustentabilidade da cultura a longo prazo". *(RW)*

Produtor eleva pedidos de recuperação judicial

Conjuntura
Nayara Figueiredo
De São Paulo

Os pedidos de recuperação judicial feitos por produtores rurais que atuam como pessoa física dispararam no primeiro trimestre. Ao todo, houve 106 solicitações no período, segundo levantamento da Serasa Experian, número bem superior aos 17 pedidos que ocorreram nos três primeiros meses do ano passado.

A queda dos preços das commodities, quebras de safra decorrentes de problemas climáticos e os gastos com insumos são as principais razões para o desequilíbrio nas contas dos produtores.

Apesar do forte crescimento do número de pedidos judiciais no campo, Marcelo Pimenta, que lidera a área de agronegócio da Serasa Experian, acredita que esse quadro está muito longe de caracterizar uma crise no setor. "O número de pedidos é baixo [em relação ao contingente total de produtores], e a maior parte dos proprietários rurais continua atuando normalmente", disse.

A região Centro-Oeste concentrou o maior número de solicitações. Mato Grosso liderou o ranking, com 53 pedidos, e Goiás apareceu em segundo, com 16.

Segundo a estimativa mais recente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2023/24, a produção de grãos do Centro-Oeste deve ter uma queda de 11,4%, em razão de episódios de seca e das altas temperaturas. Em Mato Grosso e Goiás, o declínio deverá ser de 8%.

O Paraná foi o Estado com o terceiro maior número de pedidos de recuperação judicial no primeiro trimestre, com 12 solicitações. Na sequência apareceu o Rio Grande do Sul, com seis.

Como o levantamento considerou apenas os dados do primeiro trimestre, a Serasa Experian ainda não apurou o reflexo das fortes chuvas no Rio Grande do Sul sobre o número de pedidos de recuperação judicial — as enchentes ocorreram entre o fim de abril e todo o mês de maio. Advogados consultados pelo **Valor** acreditam que as solicitações tendem a aumentar no segundo semestre, a depender da dimensão dos estragos das inundações.

No primeiro trimestre, os produtores rurais que não têm propriedades — arrendatários de terras e grupos econômicos ou familiares — lideraram o número de solicitações de recuperação judicial, de acordo com a Serasa Experian, com 39 pedidos. Depois, pela ordem, ficaram grandes (39 requisições), médios (22) e pequenos produtores (21).

Com 'supercana', Eike Batista apresenta sua aposta no agro

Estratégia
Camila Zarur
Do Rio

O empresário Eike Batista, que chegou a ser a sétima pessoa mais rica do mundo, mas sofreu derrocada ao ser preso durante o curso da Operação Lava-Jato, tenta agora se reerguer. Na sexta-feira (16/8), ele pôde sentir um pouco do gosto da louvação do passado ao apresentar sua nova aposta empreendedora: as "supercanas".

O empresário participou do 23º Fórum Econômico do Lide. Em uma apresentação que durou cerca de dez minutos, o presidente do Grupo EBX falou de seus projetos, dos quais, pouco a pouco, ele teve que se desfazer em virtude da crise que se seguiu às denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro e manipulação de mercados contra o empresário.

Mas, antes mesmo de ele abrir sua participação, Luiz Fernando Furlan, presidente do Lide, o interrompeu para dizer que a presença de Eike no evento era um "resgate". "Esse moço pensou grande. O erro dele foi querer começar grande", disse Furlan, que foi ministro do Desenvolvimento Econômico no primeiro governo Lula. "Eu sempre penso, Eike. A gente pensa grande, começa pequeno e anda rápido".

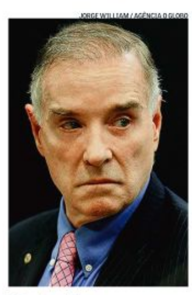
Os anos que Eike passou longe dos holofotes o fizeram perder um pouco o traquejo nos palcos. A apresentação no evento do Lide foi apressada — muito em decorrência do próprio atraso da programação — e ocorreu em dessincronia com a exibição dos slides.

Ainda assim, o empresário vendeu seu novo projeto como uma "revolução de transição energética". Segundo ele, o investimento no projeto foi de R$ 350 milhões.

"É o novo projeto, [no qual] estou envolvido há nove anos. Rebatizamos o projeto de cana celulose, [que] terá impacto nacional. Meu pai sempre me provocou: 'Eike, busque coisas que tenham impacto nacional'", disse ele, em menção ao empresário Eliezer Batista.

Segundo Eike, o projeto trata de uma cana com melhoramento genético capaz de produzir até três vezes mais etanol por hectare e de sete a 12 vezes mais bagaço. Desse tipo de planta, pode-se aproveitar do bagaço à palha para a produção de plástico biodegradável.

"Em 2024, temos 17 espécies da supercana. Estão patenteadas. Esperamos que nos próximos cinco, dez, 15 anos o Brasil faça uma revolução. [São] três vezes mais etanol e potencialmente até 12 vezes mais biomassa", disse. "Com a biomassa, ao invés de queimar isso [o bagaço da cana] a US$ 20 dólares, o Brasil pode substituir o plástico do planeta. Meu pai diria que isso aqui é dar caviar para crocodilo".


JORGE WILLIAM / AGÊNCIA O GLOBO

"Rebatizamos o projeto de cana celulose. Ele vai ter um impacto nacional"
Eike Batista

Energia
Marco legal do hidrogênio de baixo carbono abre perspectiva de investimento no país
B4

Gestão de recursos Gouvêa, Molina Neto e Zylberstajn são os novos sócios da Mag Investimentos para a área imobiliária C8



Bancos digitais A US$ 45 bi, avaliação do Revolut desafia valor atribuído ao rival Nubank C3

Fintech Investida de Bezos, Stark Bank tem aval para ser instituição de pagamento C2

Crise climática Volume total de pedidos de indenização chegou a R$ 5,6 bilhões desde maio

Desastre no RS tem impacto de R$ 122 mi para seguradoras

Rita Azevedo
De São Paulo

O desastre no Rio Grande do Sul, provocado pelas fortes chuvas nos primeiros dias de maio, teve um impacto de mais de R$ 122 milhões no lucro das seguradoras no segundo trimestre. A análise leva em consideração os dados divulgados pelas companhias do setor listadas em bolsa: BB Seguridade, Caixa Seguridade e Porto.

O montante apesar de alto, ficou abaixo do que era previsto pelo mercado no ápice da tragédia, quando as enchentes destruíram cidades inteiras. Analistas que acompanham as empresas, como os do BTG, pontuaram em relatório que as empresas tiveram um desempenho acima do esperado, com boa margem.

O lucro combinado das companhias chegou a R$ 1,87 bilhão no período de abril a junho, 1,6% acima do apurado nos mesmos meses de 2023. O cálculo foi feito a partir do resultado gerencial em acordo com a norma CPC 11, que foi substituída por uma nova regra contábil neste ano, mas que ainda é adotada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Entre as empresas, a que registrou o maior impacto no lucro, em termos nominais, foi a Porto (antiga Porto Seguro), de R$ 87,2 milhões. O volume de sinistros pagos chegou a R$ 255 milhões, sendo que as resseguradoras devem cobrir entre R$ 3 milhões e R$ 4 milhões, disse Celso Damadi, diretor financeiro, de controladoria e investimentos, em entrevista após a divulgação dos resultados.

A cobertura, segundo ele, será concentrada nas carteiras empresarial e residencial, já que a Porto não faz resseguro da carteira de veículos. O número de veículos com sinistro após a tragédia no Sul chegou a 3,8 mil, conforme a companhia.

Na Caixa Seguridade, o impacto das chuvas na última linha da demonstração de resultados foi de R$ 34,7 milhões. Segundo a empresa, o valor considera a participação nas empresas Caixa Residencial, CNP Seguros e Too Seguros. "Caso as nossas seguradoras não tivessem esses contratos e esse pacote de resseguro [...], o efeito sobre o lucro líquido teria sido muito maior, visto que o total de sinistros avisados e que foi objeto de provisão no segundo trimestre passou de R$ 461 milhões", disse Eduardo Oliveira, diretor financeiro da Caixa Seguridade, em teleconferência com analistas.

Os sinistros relacionados à tragédia somaram R$ 461,3 milhões, sendo que R$ 349,7 milhões foram cobertos pelo resseguro. Os ramos habitacional e residencial foram os mais afetados, conforme a empresa. No trimestre, foram 10,8 mil acionamentos.

Na BB Seguridade, apesar do aumento da sinistralidade de duas seguradoras controladas, "não houve impactos significativos no resultado", conforme o relatório que acompanha as demonstrações financeiras trimestrais. Em teleconferência com analistas, o diretor-presidente da companhia, André Haui, disse que, no período mais crítico de calamidade, a empresa recebeu pouco mais de 5 mil acionamentos.

As despesas com sinistros relacionados ao evento foram de cerca de R$ 225 milhões. "Esse número, apesar de robusto, apresenta, por meio da nossa estratégia de resseguro, um impacto líquido menor em nosso resultado", afirmou.

Cerca de 80% do volume de sinistros foi no segmento agrícola ou no penhor rural, em que a empresa tem "um mecanismo bastante robusto de proteção de carteira de seguro", afirmou o diretor financeiro da BB Seguridade, Rafael Sperendio, aos analistas.

"Inicialmente, esses R$ 225 milhões agregaram na nossa sinistralidade algo como 3%, mas depois da recuperação e acionamento dessas cláusulas de proteção que eu mencionei, o impacto final deve ser da ordem de 1% na sinistralidade, que não é nada muito material", afirmou o diretor financeiro.

A única empresa a apresentar redução na taxa de sinistralidade no segundo trimestre foi a BB Seguridade. O índice ficou em 27,2% no segundo trimestre de 2024. No mesmo intervalo de 2023, foi de 28,2%.

Na Porto, o índice de sinistralidade da unidade de negócio de seguro avançou 3,2 pontos percentuais, ante o mesmo intervalo de 2023, e ficou em 52,5%. Excluindo os impactos das enchentes, a sinistralidade seria de 48,8%. No auto, a sinistralidade avançou 4,7 pontos percentuais para 59,0% e teria sido de 54,6% se excluídos os efeitos climáticos no sul do país.

Na Caixa Seguridade, o índice cresceu 38,8 pontos percentuais, na comparação anual, atingindo 59,4%, não apenas por causa das enchentes, mas também pelo recebimento tardio de uma base de clientes falecidos titulares de operações de crédito. Se fossem desconsiderados os eventos, o indicador seria de 24,2%.

De forma geral, as seguradoras acreditam que os resultados dos próximos trimestres não serão tão afetados pelo desastre no Sul como foi o período de abril a junho.

> "Cerca de 70% do evento ficou no 2º trimestre. Podemos esperar alguma coisa, mas não terá um efeito grande"
> *Marcos Falcão*



Celso Damadi, diretor-financeiro da Porto: 99,9% do efeito do desastre no Rio Grande do Sul na contabilidade ficou no segundo trimestre do ano

Sperendio, da BB Seguridade, disse que não vê hoje indícios de que a empresa tenha que elevar a provisão de sinistros além do que já está no balanço do segundo trimestre. Oliveira, da Caixa Seguridade, afirmou a analistas que "a partir de agora, a questão do Rio Grande do Sul, sob uma ótica financeira, não deve impactar mais".

Em conversa com jornalistas, Damadi, da Porto, afirmou que 99,9% do efeito ficou no segundo trimestre. "Pode aparecer algum veículo ou outro, mas nada material que vá afetar os números do terceiro trimestre", disse.

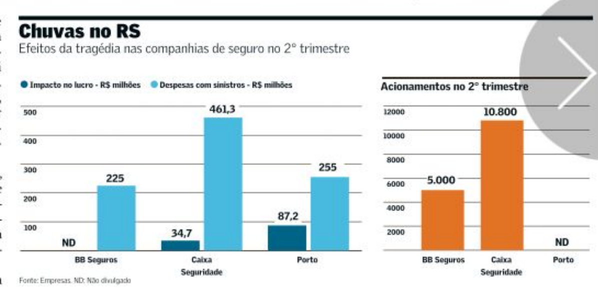
Já a administração da Caixa disse em relatório que o impacto sobre os resultados financeiros deve permanecer "em patamar pouco significativo" no decorrer dos próximos trimestres.

Os impactos podem ser mais persistentes nos resultados das resseguradoras, uma vez que os sinistros geralmente têm um efeito tardio. Na IRB(Re), única listada, o esperado é que até o fim do ano possa aparecer algum efeito da tragédia, mas o peso para a empresa não deve ser grande. "Cerca de 70% do evento ficou no segundo trimestre", disse o diretor-presidente da companhia, Marcos Falcão, ao **Valor**. "Pode acontecer algum resquício até o fim do ano, mas o que vem é em tamanho menor. Podemos esperar alguma coisa, mas não é um efeito grande para a empresa", disse o executivo.

Segundo o presidente do IRB (Re), o mês de junho contribuiu com apenas R$ 5 milhões no resultado, enquanto os dois meses anteriores somaram R$ 60 milhões. "Esse foi o impacto que a gente sentiu na última linha."

A expectativa do mercado era que as enchentes no Rio Grande do Sul tivessem um efeito maior do que foi, segundo Falcão. A questão é que a resseguradora absorve o risco das seguradoras, mas acaba dividindo o risco com outras resseguradoras, na figura do retrocessionário.

O volume total de pedidos de indenizações de seguros relacionados às enchentes chegou a R$ 5,6 bilhões considerando o período do início das chuvas — entre o fim de abril e o começo de maio — até o início de agosto, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg). No início do mês, o presidente da CNSeg, Dyogo Oliveira, disse em comunicado que os números mostram desaceleração nas solicitações, o que indica que os dados estão perto do valor final.



Apesar do receio inicial, impacto no balanço dos bancos foi mínimo

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

O impacto das chuvas no Rio Grande do Sul para os balanços dos bancos foi mínimo até agora. No início, temeu-se que a situação pudesse ter efeitos substanciais no sistema financeiro, com o Estado representando algo entre 5% e 6% do crédito total, mas a recuperação da atividade foi mais rápida que o esperado. Além disso, o Banco Central (BC) adotou medidas para facilitar as renegociações e, no agronegócio, boa parte das colheitas já estava bem avançada e tinha seguro.

Nem mesmo para o Banrisul, que concentra quase a totalidade das suas operações no Estado, o efeito parece ter sido tão significativo. O lucro do segundo trimestre teve alta anual de 9,2%, a R$ 247,3 milhões. A inadimplência ficou em 2,31%, de 2,39% no primeiro trimestre e 1,98% no segundo trimestre do ano passado. O banco revisou suas projeções para este ano, prevendo aumento maior da carteira de crédito e menor da margem financeira.

O presidente do Banrisul, Fernando Lemos, observou que o banco "se manteve operacional" em todo o período de enchentes e destacou as medidas que foram tomadas para mitigação da crise, como repactuação de dívidas, isenção de tarifas, adiamento de faturas de cartão de crédito, prorrogação de empréstimos consignados, de parcelas de crédito imobiliário e de financiamento rural e disponibilização de capital de giro. Segundo o banco, o intervalo para o crédito foi revisado por causa das medidas adotadas diante da calamidade pública ocorrida neste ano. "A ampliação do crédito, contudo, não representa aumento dos níveis de risco, preservando a qualidade da carteira", informa a instituição.

No ABC Brasil, que tem forte exposição ao agro, inicialmente também havia entre os analistas o receio de um impacto maior da situação gaúcha. No entanto, Ricardo Moura, diretor de relações com investidores, M&A (fusões e aquisições) proprietário e estratégia, diz que o efeito foi imaterial, como o banco havia previsto já na divulgação dos resultados do primeiro trimestre. "O Estado representa menos de 5% da nossa carteira total e temos uma diversificação muito boa, em termos de geografia e de culturas."

No Banco do Brasil, até houve aumento na inadimplência no agronegócio (para 1,32%, de 1,19% no primeiro e 0,58% no segundo trimestre do ano passado), mas isso não está relacionado à situação no Rio Grande do Sul. Em teleconferência, executivos do banco explicaram que as normas permitem que os créditos ao setor sejam repactuados e não entrem nem mesmo na carteira renegociada. De qualquer forma, o BB espera que agora, com o início do novo Plano Safra, os agricultores regularizem seus débitos para ter direito a novas créditos, suavizando assim a inadimplência no segmento.

Em maio, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu relaxar exigências de capital e de recolhimento de depósitos compulsórios dos bancos em operações no Rio Grande do Sul. O objetivo era incentivar a oferta de crédito e atenuar o impacto econômico da situação de calamidade enfrentada. Uma das medidas permitiu que as instituições financeiras não registrassem como ativos problemáticos as operações de crédito de clientes gaúchos afetados pelas chuvas que foram renegociadas.

Entre os poucos executivos que comentaram a questão nos balanços do segundo trimestre, o CEO do Itaú, Milton Maluhy, admitiu que houve um pequeno impacto na receita de conta corrente. Segundo ele, a queda é, em grande parte, explicada pela isenção de cobrança aos gaúchos. "Dois terços da queda se deve à isenção que fizemos para clientes pessoas físicas e jurídicas no Rio Grande do Sul." No período, as receitas de conta corrente somaram R$ 1,6 bilhão, queda de 4,1% no trimestre e de 6,8% em 12 meses.

Os dados do BC não mostram indícios de impacto significativo no crédito. O ritmo anual de crescimento, que era de 8,83% em março — antes das chuvas — acelerou sequencialmente em abril, maio e junho, chegando a 9,9%. O movimento ocorreu tanto no crédito livre (que passou de 6,68% para 7,76%) quando no direcionado (de 12,00% para 13,04%). Na inadimplência, houve estabilidade, permanecendo em 3,2%. No Relatório Trimestral de Inflação (RTI), em junho, o BC já apontava para sinais de retomada no Estado.

Ibovespa
Em pontos

133.953
126.954
29/jul/24 16/ago/24

Queda de **0,15%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 16/ago24 - em %

Dow Jones	0,24
S&P 500	0,20
Euronext 100	0,47
DAX	0,77
CAC-40	0,35
Nikkei-225	3,64
SSE Composite	0,07

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Política monetária Declarações de diretores disparam revisões no cenário de instituições locais

Tom duro do BC reforça aposta em alta da Selic

Gabriel Roca, Victor Rezende e Anaís Fernandes
São Paulo

O tom mais duro utilizado por autoridades do Banco Central (BC) nos últimos dias, em especial pelo diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, reforçou a percepção dos agentes financeiros de que a Selic vai voltar a subir no curto prazo. Ainda que os preços dos ativos já incorporassem a perspectiva de uma retomada do aperto monetário, o movimento ficou ainda mais claro no fechamento da sexta-feira, e a alta da taxa de juros passou a fazer parte do cenário-base de um número ainda maior de instituições importantes do mercado.

Após a ata da última reunião ter sublinhado que o Comitê de Política Monetária (Copom) não hesitaria em elevar os juros se necessário, membros do BC buscaram transmitir, em declarações recentes, mensagens de maior preocupação com o cenário atual para a inflação. Entre elas, as de Galípolo chamaram a atenção do mercado — especialmente pelo fato de ele ser o nome mais cotado para assumir a presidência da autarquia a partir do ano que vem.

Os preços dos ativos passaram a refletir, com ainda mais clareza, a expectativa de que o aperto será retomado no curto prazo. Pela precificação da curva de juros (as taxas em diversos vencimentos), no fechamento de sexta, os agentes esperavam altas de 0,33 ponto percentual na reunião de setembro; 0,40 ponto em de novembro; e 0,41 ponto em dezembro — o que totaliza uma Selic de 11,5% no fim do ano. O ciclo de aperto continuaria até o primeiro trimestre de 2025, chegando a 12%. Além disso, o mercado de opções digitais de Copom apontava apenas 31,5% de probabilidade de a Selic ser mantida nos 10,5%, contra 38% de chance de alta de 0,25 ponto e 29% de chance de uma elevação de 0,5 ponto.

De acordo com o economista-chefe da Legacy Capital, Pedro Jobim, os sinais de que a atividade econômica se mantém resiliente, em meio ao cenário de inflação crescente e a expectativas desancoradas, já pediam que o BC começasse a preparar o terreno para uma alta de juros. Isso foi feito na ata da última reunião do Copom, e as comunicações mais recentes de membros da autoridade apenas reforçaram a perspectiva de que o aperto monetário deve ser retomado já em setembro.

Assim, a Legacy passou a esperar três elevações de juros de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões do BC, o que deve levar a Selic a 12% no fim do ano. "Embora a nossa projeção de PIB seja de 2,5%, há um claro risco que ele venha a ser mais próximo de 3%. As expectativas de inflação estão perto de 4% em 2025, mais próximas do teto do que do centro da meta. Um dos argumentos que existiam para justificar a estratégia de Selic parada era o da inflação corrente, mas ela também vem subindo recentemente e a média dos núcleos já está mais próxima de 4%. Com essa postura fiscal do governo, de crescimento real de despesas elevado, com a atividade econômica forte e uma inflação escapando, precisamos trabalhar com juros mais altos", afirma.

> "A pior coisa que a autoridade pode fazer é sinalizar uma alta de juros e acabar não cumprindo" *Pedro Jobim*


Kanczuk: ASA aposta em "miniciclo" de alta da Selic para ajudar a conter parte da piora das expectativas

Ana Paula Paiva/Valor

Segundo ele, boa parte das incertezas que pairavam em torno da condução da política monetária foram dissipadas nos últimos dias, com os membros do Copom demonstrando, de modo coeso, que estão dispostos a retomar o aperto.

"Do ponto de vista da política monetária, a pior coisa que a autoridade pode fazer é sinalizar uma alta de juros e acabar não cumprindo. E é melhor que isso seja feito com um ritmo mais intenso no início. Se fosse começar por uma alta de 0,25 ponto, seria necessário acelerar o ritmo depois. Na nossa visão, três altas de 0,5 ponto podem melhorar as projeções, as expectativas de inflação e limitar o processo de depreciação do câmbio", diz.

Em movimento semelhante, os economistas do ASA passaram a projetar um ciclo de elevação da taxa básica de juros, terminando com a Selic em 12% no início do próximo ano.

A casa, que tem o ex-diretor do BC Fabio Kanczuk como diretor de investimentos, espera uma elevação de 0,25 ponto em setembro, seguida de duas altas de 0,5 ponto em novembro e em dezembro, e um fim de ciclo com mais um aumento de 0,25 ponto em janeiro de 2025. "Apostamos em um miniciclo de elevação de juros, suficiente para ajudar a conter parte da piora das expectativas, mas insuficiente para reancorá-las na meta de 3%."

O movimento, na visão dos economistas do ASA, "deve ocorrer a despeito de uma redução [dos juros] nos EUA, de três cortes de 0,25 p.p. neste ano, que deve ajudar a criar um ambiente local mais positivo". Não por acaso, a gestora reduziu sua projeção para a taxa de câmbio no fim deste ano de R$ 5,50 para R$ 5,35 por dólar, enquanto a expectativa para a cotação da moeda americana no fim de 2025 passou de R$ 5,60 para R$ 5,45.

A Genoa Capital, por sua vez, tem adotado uma retomada do aperto monetário como cenário-base há algum tempo, e a expectativa da gestora também é de um aumento inicial de 0,25 ponto percentual em setembro, seguido de duas altas de 0,5 ponto em novembro e em dezembro, o que levaria a Selic para 11,75% no fim deste ano. A asset também espera mais uma elevação de 0,25 ponto nos juros no começo de 2025, com a taxa básica em 12% no fim do ciclo.

Outra gestora que revisitou suas projeções para Selic foi a WHG. A casa espera, agora, uma alta de 0,25 ponto na reunião de setembro; duas altas seguidas de 0,5 ponto nas reuniões de novembro e dezembro; e mais um ajuste de 0,25 ponto em janeiro. Assim, a Selic, no início do ano que vem, estaria nos 12%. Com juros mais elevados, também houve algum espaço para uma melhora na estimativa para o câmbio, que passou dos R$5,40 para os R$ 5,30 no fim do ano.

Ao mesmo tempo, a elevação dos juros no curto prazo abriria espaço para a retomada do ciclo de afrouxamento no ano que vem e a Selic encerraria 2025 aos 9,5%. A gestora aponta, no entanto, que o cenário de cortes está condicionado à capacidade do governo de entregar um controle de despesas, o que incluiria a discussão sobre o Orçamento de 2025, a desaceleração no crescimento do gasto público e o sucesso no pente-fino nos benefícios sociais.

Já o banco ABC Brasil passou a esperar três altas de 0,25 ponto nas próximas reuniões do Copom, o que levaria a Selic a 11,25% ao fim do ano. Os gatilhos para a revisão foram as surpresas com a atividade econômica, reforçadas pela divulgação do IBC-Br de julho, a desancoragem das expectativas e os discursos recentes de membros do BC.

Stark Bank recebe aval do BC para atuar como instituição de pagamento

Adriana Cotias
De São Paulo

Pouco mais de dois anos depois de ter atraído para o seu capital o Bezos Expedition, veículo de investimentos da gestora de fortunas de Jeff Bezos, fundador da Amazon, o Stark Bank obteve a licença do Banco Central (BC) para atuar como instituição de pagamento.

O aval permite à fintech alçar voos mais altos no seu intuito de ser um banco corporativo completo e morder um quinhão mais expressivo das transações do setor bancário tradicional. A autorização contempla emissão de moeda eletrônica, credenciador de cartões, emissor de instrumentos de pagamento pós-pago e iniciador de pagamentos.

O banco já havia anunciado em abril a sua estreia no mercado de credenciamento de lojistas do universo do comércio eletrônico, tendo a Rede, do Itaú, como parceira. Estuda incrementar a ferramenta "tap to pay", de pagamento por aproximação com o uso de aplicativo de celular, e assim chegaria ao mundo físico.

Escalar no crédito via cartões é o passo para que o grupo dispute a preferência das companhias brasileiras em suas necessidades de pagamentos e recebimentos, da velha ou da nova economia. A base, com mais de 600 clientes, inclui nomes como Gol, Localiza, Ultragaz, Loft e Daki.

Como já atingiu o equilíbrio financeiro, roda com lucro e tem disponibilidade de caixa, não está no radar levantar mais dinheiro com investidores, diz Rafael Stark, que fundou a empresa como é conhecida hoje em 2018. Mas num horizonte de cinco a dez anos ele considera uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), seguindo o caminho de outras fintechs como Nubank e Stone, que listaram ações no exterior.

Esse é um plano para quando o negócio atingir uma avaliação de mercado na casa dos US$ 10 bilhões, ainda longe dos US$ 250 milhões da capitalização de 2022, quando recebeu US$ 45 milhões, numa rodada liderada pela Ribbit Capital e que teve a participação do family office de Bezos. No início do ano, mapeamento da plataforma de inovação Distrito colocava o Stark Bank como uma das 20 startups da América Latina que poderiam alcançar o status de "unicórnio", com um valor de mercado de US$ 1 bilhão.

"[A saída dos investidores] Provavelmente vai ser num IPO porque vender a empresa, a gente não vai. Não tem um prazo específico, tem muito o que crescer ainda", diz Stark, ao compartilhar sua visão para o negócio com o **Valor**. "Por ora, o capital é suficiente para fazer os investimentos que precisa, a gente não está procurando novos investidores, mas se encontrar durante a jornada alguém que possa ajudar a acelerar esses planos, trazer sócios que agreguem algum conhecimento, é possível avaliar."

No ano passado, o Stark Bank movimentou R$ 155 bilhões em pagamentos, três vezes mais que em 2022 e o lucro líquido somou R$ 71,5 milhões, saindo de R$ 6,6 milhões no exercício anterior. Trata-se de um desempenho pouco comum a novatas, que costumam levantar recursos, investir na operação, mas que gastam mais do que faturam nos anos iniciais e rodam no vermelho, descreve Stark. É justamente o perfil que não sai queimando caixa que gestoras de "venture capital" têm privilegiado em tempos de juros altos.

Stark começou desenvolvendo aplicativos para iOS e Android, criou a sua empresa de software em 2014, a Hummingbird Product Studio, no mesmo CNPJ do que viria a ser a Stark Instituição de Pagamento. Foi uma demanda da Colgate, de criar um sistema para reembolsar clientes por qualquer defeito em seus produtos, a semente para o negócio atual. Ele criou um fluxo de aprovação para que os bancos depois fizessem o pagamento para diferentes contas. "Não encontrei nenhum banco que permitisse a conexão entre o sistema que estava desenvolvendo e o banco", lembra.

Antes de inovações como o Pix ganharem o mercado durante a pandemia, já estava embutido ali o conceito do "open banking", que permite olhar as movimentações financeiras e saldos como um todo. "Ninguém fazia, decidi montar", diz Stark. No Pix, ele calcula ter uma fatia de mercado entre 8% e 10%, expurgando da conta a parcela que seus pares fazem na pessoa física.

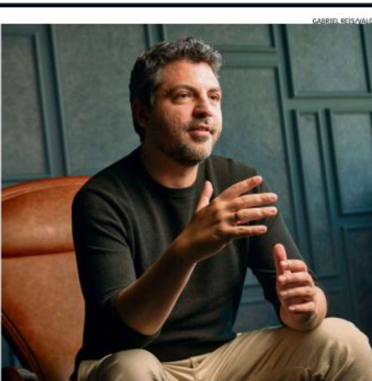
> **US$ 10 bi** é a avaliação de mercado que a fintech mira para plano de IPO

O cartão de crédito corporativo vem casado com a conta empresarial e permite, além do Pix, a emissão de boletos de cobrança, recebimentos, pagamento de contas e a definição de limites e regras de uso para cada colaborador por tipo de despesa. A companhia cria a política e o Stark Bank garante que seja respeitada.

A ferramenta de fluxo de caixa permite programar pagamentos e identificar pessoas e centros de custos que mais gastam. "Em resumo, além do transacional que todo o banco tem, a gente dá um software muito melhor do que qualquer outro sistema que a empresa tenha", diz Stark.

Está em teste a operação para que os clientes possam receber pagamentos via cartão de crédito. Com esse dinheiro, as companhias podem pagar a folha, impostos e fornecedores. Todo banco tem, mas Stark assegura que a experiência no seu sistema é diferente, permitindo, por exemplo, quitar contas com a foto de um boleto, jogando-o no internet banking, mesmo que a imagem esteja ruim, em vez de digitar o código de barras.

No crédito, a intenção é avançar na linha de cartões, já que a base é composta por grandes empresas e startups que estão capitalizadas, diz Stark. "Não é um gargalo. A gente está muito mais na tese de aumento da produtividade, eficiência, controle e gestão, que é o que todo mundo sente falta."


Stark: laços com Bezos abrem portas e Amazon no Brasil é um alvo futuro

Gabriel Reis/Valor

Outro serviço que pretende incorporar é o de operações de câmbio e, eventualmente, adicionar o bitcoin — "que podem virar uma reserva de valor em alguns países", ao lado do dólar e do ouro, e ser usado em transações de pagamento internacionais. Na base de clientes já há corretoras "cripto" como Bits, Transfero e Mercado Bitcoin, cita. Uma possibilidade seria integrar o seu internet banking com cada uma delas, servindo como um marketplace de moedas digitais.

Em investimentos, a oferta é restrita a títulos do Tesouro Direto e não há intenção de ampliar muito a grade, já que o banco só atende empresas e não vai atrás do público de varejo.

Os laços financeiros com Bezos abrem portas no relacionamento. Ele conta que levou ao camarote do banco no Allianz Parque o empresário britânico Richard Branson, fundador da Virgin, que tem negócios que vão do turismo espacial a banco digital, para o show do tenor italiano Andrea Bocelli.

Mas é lógico que há também sinergias potenciais com a operação da Amazon no Brasil. "A gente vai chegar lá, mas está em 'beta' [fase piloto] ainda, precisa estar mais robusto para abordar a Amazon", diz Stark. A oportunidade estaria em oferecer vantagens para os milhares de lojistas que vendem produtos pelo site.

No seu cartão de crédito Amazon Prime, a empresa usa o Bradesco como emissor, casado com a bandeira Mastercard, convertendo o seu uso num programa de recompensas para os clientes. Os pontos podem ser usados para qualquer compra na Amazon.com.br, mas não para assinaturas do serviço de streaming.

Banco digital Fintech britânica opera em quase 40 países e atrai atenção de investidores, apesar de não ter prazo para IPO

Avaliado em US$ 45 bi, Revolut desafia métricas do Nubank

Bancos digitais
Principais indicadores operacionais e de crescimento

	Nubank	X	Revolut
Clientes	104,5 milhões		45 milhões
Receita*	US$ 8,0 bilhões		US$ 2,2 bilhões
Lucro*	US$ 1,0 bilhão		US$ 0,4 bilhão
Receita por cliente*	US$ 85,5		US$ 60,7
Lucro por cliente*	US$ 11,0		US$ 11,6
Países onde opera	3		38
Valorização	US$ 65,9 bilhões		US$ 45 bilhões
Fundação	2013		2015

Fonte: Elaboração Valor *Como o Revolut ainda não divulgou dados de 2024, para fins de comparação foram usados aqui os dados de 2023 para ambos

Álvaro Campos
De São Paulo

Com um "valuation" (avaliação) recém-alcançado de US$ 45 bilhões, o neobanco britânico Revolut apresentou métricas contábeis e de desempenho que desafiam o valor de mercado atribuído ao rival brasileiro Nubank, hoje da ordem de US$ 65,9 bilhões na bolsa, à frente de instituições financeiras tradicionais como Itaú e Bradesco.

Os dois são bancos digitais que operam sem agências, mas com modelos de negócio de origem distinta — o Revolut surgiu com transferências internacionais e o Nubank, com cartão de crédito sem anuidade. Ambos vêm expandido a oferta de produtos e conquistando novos mercados, disputando um espaço que era dos bancos tradicionais. Os dois usaram a tecnologia para "disruptar" mercados que pareciam inacessíveis para pequenas startups, priorizando a experiência e a satisfação do cliente.

Enquanto o Nubank tem 104,5 milhões de clientes, o Revolut soma 45 milhões. A receita por cliente do brasileiro é de US$ 85,5 e a do britânico, de US$ 60,7. Já o lucro é parecido — US$ 11 contra US$ 11,6 por pessoa atendida.

Revolut e Nubank, de certa forma, disputam os mesmo investidores globais e chegaram a fazer rodadas de aporte próximas. Quando o brasileiro foi realizar sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), esse foi um dos pares que fundos internacionais usaram para ajudar a determinar o valor do Nubank.

O Revolut vem há algum tempo falando de um IPO, mas não está claro quando isso poderia acontecer. Em julho, a instituição finalmente obteve sua licença bancária no Reino Unido, após três anos de batalhas. Sua série E foi em 2021, e se tornou lucrativo em 2022. Diferentemente de alguns pares globais, ao não captar mais recursos nos últimos anos, não teve de aceitar quedas ("downturns") na sua avaliação. No "valuation" atual, já vale mais do que o Nubank quando se listou em Nova York, em 2021, precificado a US$ 42 bilhões.

Enquanto o Nubank sempre dependeu muito do crédito, inicialmente com cartão e depois com empréstimo pessoal e outros produtos, o Revolut tem suas receitas vindas essencialmente de tarifas, cartões de pagamentos, transferências internacionais e outros produtos que vêm implementando ao longo do tempo, inclusive criptoativos. Seu fundador nasceu e cresceu na Rússia, mas se mudou para Londres no início dos anos 2000. Trabalhou no Lehman Brothers e no Credit Suisse, e depois se juntou ao ucraniano Vlad Yatsenko para criar a fintech.

A carteira de crédito do Nubank era de US$ 18,2 bilhões ao fim de 2023, enquanto a do Revolut se aproximava de US$ 640 milhões. No geral, o Nubank concentra quase 95% da sua receita no Brasil, mas vem apostando bastante na expansão no México e, em um estágio mais inicial, na Colômbia. Já o Revolut tem uma diversificação maior, sendo 29% da receita no Reino Unido, 20% no oeste da Europa, 18% no Leste da Europa, 14% no Norte da Europa, 13% no sul da Europa e 7% em outros países.

Sem dar detalhes, o Revolut afirmou que teve um crescimento anual de 80% na receita no primeiro trimestre deste ano. O site diz que é o aplicativo de finanças mais baixado em 11 países e está se aproximando do top 3 em outros 21 países.

Ainda fora bolsa, o "valuation" do Revolut foi conhecido na semana passada com a venda secundária de ações, o que permitiu que os funcionários vendessem parte de suas participações na fintech. Ao mesmo tempo, a operação atraiu uma mistura diversificada de investidores. A rodada foi liderada por Coatue, D1 Capital Partners e o investidor existente Tiger Global que ampliou sua fatia. "Ficamos felizes em proporcionar aos nossos funcionários a oportunidade de fazer parte do sucesso coletivo da empresa. É o trabalho árduo, a inovação e a dedicação deles que nos impulsionaram a nos tornar a empresa de tecnologia privada mais valiosa da Europa", disse em nota Nikolay Storonsky, fundador e CEO do Revolut.

> "Dedicação dos funcionários nos tornou empresa privada de tecnologia mais valiosa da Europa"
> *Nik Storonsky*

"Temos um alto nível de convicção na missão do Revolut de democratizar o acesso aos serviços financeiros globalmente. A capacidade comprovada de escalar em dezenas de mercados é um testemunho", afirma Philippe Laffont, fundador da Coatue.

No Brasil, o Revolut chegou em 2023, mas começou a operar mesmo somente em 2024. A instituição não abre quantos clientes tem no país, mas diz que vive um bom momento. Recentemente, Glauber Mota, CEO da operação brasileira, disse ao **Valor** estar entusiasmado ao ver a adoção dos produtos no Brasil e a enorme oportunidade que existe no mercado local. "Tivemos o nosso lançamento, avançamos no entendimento das necessidades dos nossos clientes e estamos preparados para darmos passos mais largos e trazermos cada vez mais soluções e funcionalidades do nosso produto global para os nossos clientes brasileiros."

Já o Nubank, com sua base de mais de 100 milhões de clientes, é uma das maiores fintechs do mundo, perdendo apenas para algumas asiáticas e americanas. No mês passado, ganhou os holofotes ao se tornar mais valioso que o PayPal, ganhando de alguns o posto de "maior fintech do mundo", apesar de não haver consenso sobre isso. A companhia de pagamentos americana tem mais de 425 milhões de usuários. Em termos de valor, o ranking do site Companies Market Cap mostra o Nubank no 34º lugar entre as maiores companhias do mundo no setor financeiro, atrás de fintechs como Intuit, FiServ, Ant Financial e Tencent.

Recentemente, o Goldman Sachs resolveu estudar para quais outros mercados o Nubank poderia se expandir. Os analistas selecionaram mercados com população adulta superior a 30 milhões, penetração de cartão de crédito abaixo de 50% e população de renda mediana. Eles chegaram a oito candidatos: Indonésia, Filipinas, Índia, Vietnã, Tailândia, África do Sul, Nigéria e Turquia. Ou seja, a Ásia se destaca nessa lista.

Eles também avaliaram a possibilidade de o Nubank se expandir para os Estados Unidos, que obviamente é um mercado gigante, mas muito mais desenvolvido e concorrido do que outros países onde o banco opera. "Mercados desenvolvidos representariam um novo desafio para a empresa, considerando a maior penetração bancária, menor rentabilidade estrutural e maior concorrência. Ainda assim, o baixo custo unitário do Nubank e gestão de riscos podem ser uma vantagem competitiva se replicáveis em outras regiões."

No fim de 2021, o banco digital alemão N26 saiu dos EUA, onde tentava se estabelecer havia dois anos e meio, mostrando que o mercado americano é difícil de se penetrar. A fintech alemã também saiu do Brasil e de vários outros países.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 16/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.108,3528600	0,01	0,42	5,94
IRF-M	1+**	20.554,4730030	0,01	1,28	3,07
IRF-M	Total	18.641,0158260	0,01	0,99	3,89
IMA-B	5***	9.414,5186650	-0,23	0,59	4,88
IMA-B	5+****	11.719,0931470	-0,28	3,01	0,98
IMA-B	Total	10.186,0990680	-0,26	1,83	2,82
IMA-S	Total	6.825,9701250	0,04	0,48	6,82
IMA-Geral	Total	8.333,9677720	-0,04	0,99	4,83

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	02/08	01/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,48	31,99	31,50	29,63	30,07	32,36
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,20	24,67	25,63	24,96	25,31	25,00
Conta garantida pré - a.a.	36,70	35,95	48,69	38,67	39,77	49,31
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,79	21,20	20,78	21,70	21,70	27,47
Vendor pré - a.a.	15,92	15,86	15,28	15,28	16,26	18,42
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,73	16,30	16,96	16,30	17,30	19,89
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,14	18,11	19,55	18,30	18,06	17,33
Conta garantida pós - a.a.	24,65	24,38	24,60	24,76	24,78	28,80
ACC pós - a.a.	7,85	7,77	8,30	8,30	8,33	8,30
Factoring - a.m.	3,25	3,23	3,25	3,25	3,26	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	16/08/24	15/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3400	5,3800	5,3500	5,3000
1 mês	-	5,3532	5,3535	5,3512	5,3434	5,2300
3 meses	-	5,3666	5,3647	5,3612	5,3570	5,1434
6 meses	-	5,3932	5,2921	5,3905	5,3883	4,9921
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6630	3,6530	3,6620	3,6540
1 mês	-	3,6686	3,6683	3,6681	3,6673	3,5141
3 meses	-	3,7546	3,7705	3,7943	3,8307	3,3547
6 meses	-	3,8576	3,8659	3,8781	3,8970	3,0805
1 ano	-	3,9125	3,9123	3,9106	3,9003	2,1059
Euribor ***						
1 mês	-	3,599	3,618	3,630	3,601	3,623
3 meses	-	3,549	3,557	3,647	3,678	3,798
6 meses	-	3,375	3,437	3,579	3,620	3,964
1 ano	-	3,117	3,176	3,390	3,503	4,116
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,34	5,33	5,38	5,37	5,34	5,36
T-Bill (3 meses)	5,22	5,22	5,21	5,27	5,34	5,45
T-Bill (6 meses)	4,97	5,00	4,95	5,09	5,19	5,52
T-Note (2 anos)	4,06	4,10	4,05	4,26	4,44	4,97
T-Note (5 anos)	3,76	3,79	3,80	3,91	4,08	4,41
T-Note (10 anos)	3,88	3,91	3,94	4,03	4,18	4,25
T-Bond (30 anos)	4,14	4,17	4,22	4,31	4,38	4,35

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,47	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,67	11,50
CDI	0,47	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,67	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,99	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,89	8,37
IMA-B	1,83	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,82	4,38
IMA-S	0,48	0,94	0,81	0,83	0,90	0,88	6,82	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	4,94	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-0,17	4,68
Índice Small Cap	5,02	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-9,26	-13,36
IBrX 50	4,71	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	1,40	6,82
ISE	6,50	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-1,59	-4,44
IMOB	6,81	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-6,89	-8,60
IDIV	3,64	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	2,01	11,06
IFIX	0,59	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,22	5,25
Dólar Ptax (BC)	-3,51	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	12,85	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-3,29	1,18	6,46	1,09	3,54	0,88	12,88	19,56
Euro (BC) (4)	-1,98	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	12,25	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,47	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	12,27	17,68
Ouro (BC)	-0,65	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	36,28	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 16/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 13/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.657.034,83					20.542,79	43.192,55	302.791,05	272.703,61
RF Indexados (2)	147.463,59	0,18	1,07	4,53	7,83	-110,35	-243,96	-9.921,83	-14.641,61
RF Duração Baixa Soberano (2)	699.911,25	0,04	0,33	6,03	10,52	7.283,31	13.144,86	52.826,63	41.188,32
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	880.537,61	0,04	0,37	6,88	12,01	1.816,41	8.079,48	74.371,22	78.719,99
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	188.863,48	0,04	0,05	6,96	12,07	781,87	2.758,87	80.116,85	84.867,81
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.160,74	0,07	0,61	5,88	9,41	119,66	397,28	-3.584,71	-5.042,56
RF Duração Livre Soberano (2)	221.978,54	0,07	0,56	5,87	10,03	1.408,45	2.191,38	-9.428,01	-28.082,84
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	659.762,03	0,06	0,52	6,31	10,81	5.366,26	5.917,77	-25.853,90	-41.975,48
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	390.130,51	0,08	0,71	6,56	11,36	938,02	4.030,69	99.324,66	141.921,83
Ações	634.373,37					-204,52	-1.780,63	4.175,38	38.639,53
Ações Indexados (2)	10.767,43	0,95	3,84	-1,23	11,75	84,04	263,92	383,06	-870,86
Ações Índice Ativo (2)	31.209,58	0,77	4,06	2,03	8,76	-97,67	-450,21	-5.765,78	-5.288,20
Ações Livre	232.440,55	0,69	3,66	0,58	8,93	-222,06	-1.155,65	-675,05	-5.777,92
Fechados de Ações	124.982,35	0,29	1,22	-3,61	-2,60	8,00	-12,14	-1.935,89	29.638,97
Multimercados	1.652.418,63					368,76	-15.483,73	-117.007,45	-242.507,77
Multimercados Macro	139.975,48	0,19	0,70	2,87	6,56	-201,25	-3.382,33	-39.549,51	-60.953,25
Multimercados Livre	629.039,35	0,08	0,71	5,76	10,16	479,84	-1.492,24	-16.525,95	-75.148,56
Multimercados Juros e Moedas	47.904,17	0,11	0,50	6,14	10,94	47,50	-954,80	-10.253,58	-15.442,35
Multimercados Invest. no Exterior (2)	753.498,68	0,08	0,10	6,94	12,26	77,06	-9.429,40	-51.552,09	-86.437,73
Cambial	6.706,85	-0,78	-2,86	16,52	18,07	23,29	526,68	-154,36	-791,81
Previdência	1.464.515,14					494,09	2.214,91	25.392,69	40.636,35
ETF	44.780,76					102,70	554,34	-1.962,89	-2.436,01
Demais Tipos	2.078.718,63					3.517,04	6.470,47	75.222,57	72.796,18
Total Fundos de Investimentos	**7.459.829,58**					**21.327,11**	**29.224,11**	**284.883,64**	**106.243,90**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.795.445,45**					**1.197,29**	**7.925,46**	**93.978,00**	**151.310,36**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.305.756,49**					**22.524,40**	**37.149,58**	**298.861,65**	**257.554,26**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades de ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	16/08/24	15/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,95
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9450
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,12
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9577
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,62	10,58	10,53	10,50	10,46	12,76
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,06	10,99	10,90	10,83	10,64	12,16
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,44	10,42	10,42	10,42	13,07
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,52	10,49	10,47	10,45	10,44	12,94
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,62	10,58	10,54	10,50	10,46	12,77
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,76	10,71	10,65	10,59	10,50	12,55
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,04	10,96	10,88	10,81	10,63	12,18
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,53	11,41	11,37	11,38	10,95	11,08

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 16/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.568,63	10,411	405.687	10,408	10,416	10,414
Vencimento em out/24	98.743,76	10,468	544.781	10,450	10,474	10,472
Vencimento em nov/24	97.833,20	10,558	15.719	10,530	10,558	10,558
Vencimento em dez/24	97.064,97	10,677	28.352	10,645	10,690	10,675
Vencimento em jan/25	96.196,44	10,834	610.474	10,775	10,850	10,840
Vencimento em fev/25	95.277,80	10,981	896	10,905	10,970	10,970
Vencimento em mar/25	94.425,68	11,127	679	11,080	11,145	11,130
Vencimento em abr/25	93.619,67	11,238	210.442	11,120	11,250	11,235
Vencimento em mai/25	92.785,08	11,318	3.666	11,260	11,325	11,305
Vencimento em jun/25	91.913,90	11,389	83	11,325	11,395	11,375
Vencimento em jul/25	91.077,66	11,464	414.443	11,305	11,480	11,455
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	5.480,09	-0,25	254.300	5.445,50	5.494,50	5.485,00
Vencimento em out/24	5.496,66	-0,25	3.510	5.470,00	5.505,00	5.493,00
Vencimento em nov/24	5.516,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.533,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.552,51	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	6.042,97	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.070,22	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.101,09	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	136.149	-0,16	86.040	136.035	137.050	136.150
Vencimento em dez/24	138.352	-0,16	5	138.685	138.685	138.685
Vencimento em fev/25	140.443	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 16/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4626	5,4632	-0,03	-3,51	12,85	9,76
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4672	5,4678	-0,28	-3,29	12,88	9,86
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4924	5,6724	-0,33	-3,17	12,38	9,46
Euro (BC) - (R$/€)	6,0061	6,0073	0,05	-1,98	12,25	10,69
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0276	6,0282	0,19	-1,47	12,27	11,19
Euro Turismo (R$/€)	6,0807	6,2607	0,13	-1,61	11,65	10,60
Euro (BC) - (US$/€)	1,0995	1,0996	0,09	1,58	-0,52	0,84
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	438,0593	438,1075	1,41	-0,65	36,28	44,01
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.507,17	2,02	2,51	21,40	32,43
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.462,15	0,24	1,76	19,38	29,12

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 16/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	133.953	-0,15	4,94	-0,17	15,88
IBrX	56.555	-0,16	4,91	0,19	16,28
IBrX 50	22.527	-0,15	4,71	1,40	18,08
IEE	92.660	0,02	3,90	-2,42	7,56
SMLL	2.135	-1,43	5,02	-9,26	-5,12
ISE	3.704	-0,43	6,50	-1,59	6,45
IMOB	941	-1,26	6,81	-6,89	-0,34
IDIV	9.256	-0,24	3,64	2,01	18,80
IFIX	3.385	0,33	0,59	2,22	5,37
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.519	-0,11	8,76	-11,54	5,58
IBrX	10.352	-0,13	8,73	-11,22	5,94
IBrX 50	4.123	-0,11	8,52	-10,15	7,58
IEE	16.961	0,06	7,68	-13,53	-2,01
SMLL	391	-1,40	8,84	-19,59	-13,56
ISE	678	-0,40	10,38	-12,79	-3,02
IMOB	172	-1,22	10,70	-17,49	-9,21
IDIV	1.694	-0,20	7,41	-9,60	8,23
IFIX	620	0,36	4,26	-9,41	4,00

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	06/08/24	365.776
jan/24	353.563	07/08/24	365.067
fev/24	352.705	08/08/24	365.211
mar/24	355.008	09/08/24	365.760
abr/24	351.589	12/08/24	365.954
mai/24	355.560	13/08/24	367.023
jun/24	357.827	14/08/24	367.554
jul/24	363.282	15/08/24	368.347

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	16/08/24	15/08/24	14/08/24	13/08/24	12/08/24	09/08/24
Índice	2.152,03	2.152,06	2.155,33	2.153,71	2.147,98	2.146,75
Var. no dia	0,00%	-0,15%	0,08%	0,27%	0,06%	0,27%
Var. no mês	1,00%	1,00%	1,16%	1,08%	0,81%	0,75%
Var. no ano	4,20%	4,21%	4,36%	4,29%	4,01%	3,95%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 16/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,7500	34,8000	0,15700	0,15720
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4626	5,4632
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5851	36,6768	0,1489000	0,1493000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7793	0,7964
Colon (Costa Rica)	516,6200	522,7700	0,010450	0,010570
Coroa (Dinamarca)	6,7845	6,7850	0,8051	0,8052
Coroa (Islândia)	138,5100	138,8000	0,03936	0,03944
Coroa (Noruega)	10,7265	10,7300	0,5091	0,5093
Coroa (Rep. Tcheca)	22,9090	22,9200	0,2383	0,2385
Coroa (Suécia)	10,4925	10,4952	0,5205	0,5207
Dinar (Argélia)	134,0615	134,6340	0,04057	0,04075
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	17,8458	17,8536
Dinar (Líbia)	4,7805	4,8028	1,1374	1,1428
Direitos Especiais de Saque ***	1,3375	1,3375	7,3062	7,3070
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6732	1,4872	1,4876
Dirham (Marrocos)	9,7696	9,7746	0,5589	0,5592
Dólar (Austrália)***	0,6648	0,6649	3,6315	3,6325
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4626	5,4632
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6867	2,7341
Dólar (Canadá)	1,3705	1,3706	3,9856	3,9863
Dólar (Cayman)	0,8200	0,8300	6,5814	6,6624
Dólar (Cingapura)	1,3174	1,3182	4,1440	4,1470
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4626	5,4632
Dólar (Hong Kong)	7,7961	7,7962	0,7007	0,7008
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6033	0,6036	3,2956	3,2976
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7526	6,8260	0,8003	0,8091
Euro (Comunidade Européia)***	1,0995	1,0996	6,0061	6,0073
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0014	3,0615
Franco (Suíça)	0,8685	0,8686	6,2890	6,2904
Guarani (Paraguai)	7576,5200	7591,2100	0,0007196	0,0007211
Hryvnia (Ucrânia)	41,1900	41,3000	0,1323	0,1326
Iene (Japão)	148,1300	148,1400	0,03687	0,03688
Lev (Bulgária)	1,7781	1,7784	3,0716	3,0725
Libra (Egito)	48,8500	48,9500	0,1116	0,1118
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2905	1,2906	7,0495	7,0508
Naira (Nigéria)	1540,0000	1640,0000	0,00333	0,00355
Lira (Turquia)	33,6862	33,6976	0,1621	0,1622
Novo Dólar (Taiwan)	32,2480	32,2760	0,16920	0,16940
Novo Sol (Peru)	3,7445	3,7461	1,4582	1,4590
Peso (Argentina)	941,0000	941,5000	0,00580	0,00581
Peso (Chile)	932,8800	933,5800	0,005851	0,005856
Peso (Colômbia)	4018,3800	4022,0700	0,001358	0,001360
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2276	0,2276
Peso (Filipinas)	57,1030	57,1230	0,09563	0,09567
Peso (México)	18,6197	18,6300	0,2932	0,2934
Peso (Rep. Dominicana)	59,5400	59,9300	0,09115	0,09176
Peso (Uruguai)	40,3300	40,3600	0,13530	0,13550
Rande (África do Sul)	17,8820	17,8870	0,3054	0,3055
Rial (Arábia Saudita)	3,7526	3,7528	1,4556	1,4558
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001300	0,0001301
Ringgit (Malásia)	4,4280	4,4350	1,2317	1,2338
Rublo (Rússia)	89,4455	89,4545	0,06107	0,06108
Rúpia (Índia)	83,8770	83,9320	0,06508	0,06513
Rúpia (Indonésia)	15685,0000	15695,0000	0,0003480	0,0003483
Rúpia (Paquistão)	278,7400	279,0500	0,01958	0,01960
Shekel (Israel)	3,6766	3,6807	1,4841	1,4859
Won (Coréia do Sul)	1354,2000	1355,4400	0,004030	0,004034
Yuan Renminbi (China)	7,1644	7,1655	0,7623	0,7625
Zloty (Polônia)	3,8778	3,8791	1,4082	1,4088

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2493,49	0,01247	438,0593	438,1075

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	16/08/24	15/08/24	No fim de jul/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	173.310,03	172.661,46	164.489,50	173.997,89	0,38	5,36	-0,40
Valor-Coppead Mínima Variância	104.195,93	104.202,15	101.224,36	93.533,91	-0,01	2,94	11,40

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data de vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	6,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
IIP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 16/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 16/08/24

Índice	16/08/24	15/08/24	Em 31/07/24	29/12/23	16/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,67	186,12	185,23	165,54	152,62	0,30	0,78	12,77	22,31
S&P BNY Emergentes	363,55	359,90	350,11	312,75	287,52	1,01	3,84	16,25	26,44
S&P BNY América Latina	199,22	199,43	189,19	225,28	196,31	-0,08	5,35	-11,53	1,53
S&P BNY Brasil	198,82	198,75	186,11	232,95	193,95	0,09	6,88	-14,61	2,56
S&P BNY México	301,23	301,82	295,36	331,67	323,40	-0,20	1,99	-9,18	-6,86
S&P BNY Argentina	253,32	255,85	223,58	178,27	150,69	-0,99	13,30	42,10	68,11
S&P BNY Chile	139,50	139,93	139,05	162,12	165,34	-0,31	0,32	-13,95	-15,63
S&P BNY Índia	3.067,02	3.042,25	3.096,48	2.923,01	2.770,78	0,81	-0,95	4,93	10,69
S&P BNY Ásia	220,50	218,20	218,49	189,60	172,49	1,05	0,92	16,30	27,84
S&P BNY China	322,37	312,31	306,01	336,11	332,17	3,22	5,34	-4,09	-2,95
S&P BNY África do Sul	218,98	211,76	221,65	199,87	193,77	3,41	-1,20	9,56	13,01
S&P BNY Turquia	35,65	35,65	36,85	22,45	22,45	0,01	-3,26	58,76	58,79

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	16/08/24	15/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.659,76	40.563,06	0,24	-0,45	7,88	16,95	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.508,52	19.490,15	0,09	0,75	15,94	31,14	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.631,72	17.594,50	0,21	0,18	17,46	30,85	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.554,25	5.543,22	0,20	0,58	16,45	26,11	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.054,61	23.032,72	0,10	-0,24	10,00	15,86	18.737,39	[illegible]
México	Cidade do México	IPC	54.083,78	54.264,82	-0,33	1,78	-5,75	0,48	48.197,88	[illegible]
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.361,01	1.360,00	0,07	1,14	13,87	19,02	1.046,70	[illegible]
Venezuela	Caracas	IBVC	88.934,69	89.188,31	-0,28	-1,39	53,78	145,97	36.157,07	[illegible]
Chile	Santiago	IPSA	6.444,38	Feriado	0,61	0,06	3,98	3,72	5.407,50	[illegible]
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.657,15	28.952,53	-1,02	-2,98	10,39	25,15	21.451,73	[illegible]
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.649.329,41	1.643.874,97	0,33	9,39	77,40	192,89	514.073,77	[illegible]
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.472,30	1.465,35	0,47	-1,14	5,50	9,06	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.322,40	18.183,24	0,77	-1,01	9,38	16,04	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.449,70	7.423,37	0,35	-1,09	-1,24	2,61	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.040,81	Feriado	2,20	-2,14	8,86	17,29	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.075,78	4.081,66	-0,14	-1,32	9,93	11,84	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.738,72	2.760,36	-0,78	-0,47	19,93	26,94	2.059,59	2.953,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.949,70	10.885,60	0,59	-1,04	8,39	17,10	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.431,88	Feriado	0,62	-3,13	10,73	11,87	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	905,67	905,86	-0,02	-1,62	15,11	19,66	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.282,10	71.673,12	0,85	-2,39	19,24	30,88	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.690,74	Feriado	2,84	0,41	7,94	22,94	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.655,90	6.627,04	0,44	-0,78	4,06	10,72	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.002,12	1.006,88	-0,47	-6,91	-7,51	-1,23	980,70	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.533,09	2.522,81	0,41	-2,92	5,63	16,17	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.188,73	12.150,22	0,32	-1,04	9,44	10,88	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.821,96	9.982,98	-1,61	-7,68	31,48	28,19	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.039,20	-	2,06	8,71	9,39	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	82.824,44	82.228,44	0,73	0,07	7,71	10,56	69.451,97	82.824,44
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.062,67	36.726,64	3,64	-3,66	13,74	19,82	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.189,90	8.083,80	1,31	-1,57	4,60	10,50	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.548,93	1.553,55	-0,30	-3,84	-15,72	-21,28	1.433,10	1.984,30
China	Xangai	SSE Composite	2.879,43	2.877,36	0,07	-2,02	-3,21	-8,59	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.697,23	Feriado	1,99	-2,65	1,58	6,79	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.430,16	17.109,14	1,88	0,49	2,25	-4,91	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.436,84	Feriado	1,68	-1,60	11,35	22,73	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.432,09	7.409,50	0,30	2,43	2,19	7,70	6.642,42	7.438,04
Tailândia	Bangcoc	SET	1.303,00	1.289,84	1,02	-1,35	-7,97	-14,25	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.349,33	21.895,17	2,07	0,68	24,64	35,89	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de arvores, para fins de implantação de rede de distribuição de energia, no município de São Pedro do Paraná.

HOLDING BENEVIX S/A

CNPJ nº. 29.491.641/0001-78

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem, em 1ª convocação, no dia 27/08/2024, às 10:00 (dez) horas, e em 2ª convocação, no dia 05/09/2024, às 10:00 (dez) horas na sede da companhia, situada na Rua Professor Carlos de Carvalho, 164, 8º Andar, Conjunto 81 e 82, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04531-080. Os acionistas também poderão participar comparecendo às dependências da sede da controlada da companhia, situada na Avenida Doutor Olívio Lira, 353 – Térreo, 18º andar, Shopping Praia da Costa, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-260, onde haverá sistema de videoconferência com interconexão com a sede. A presente Assembleia Geral tem como objetivo deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1 - Formalização da renúncia de membro do Conselho de Administração;
2 - Eleição de membro do Conselho de Administração, para exercício do cargo até o fim do mandato da composição atual;
3 - Instalação da Comissão de Investigação Concorrencial (Artigo 36 do Estatuto Social);
4 - Assuntos gerais de interesse da companhia.

São Paulo/SP, 16 de agosto de 2024.
Thiago dos Santos Sestini
Presidente do Conselho de Administração



Entrevista Para Kalish, economista-chefe global da Deloitte, risco para economias está em eventual aumento das tensões geopolíticas

'Alta da produtividade dá espaço para Fed iniciar corte de juros'



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Kalish, da Deloitte: se a produtividade aumenta, as empresas podem elevar os salários sem repassar para os preços

Eduardo Magossi
De São Paulo

O crescimento da produtividade do mercado de trabalho dos EUA deve permitir que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) comece a cortar os juros em breve. A avaliação é do economista-chefe global da consultoria Deloitte, Ira Kalish. Em entrevista exclusiva ao **Valor**, durante rápida passagem pelo Brasil, Kalish disse que a produtividade cresceu rapidamente em três dos últimos quatro trimestres, o que contribui para reduzir a inflação.

O economista também vê o cenário mundial de forma positiva com queda da inflação nas principais economias, mas alerta sobre o perigo das tensões geopolíticas. Veja abaixo os principais pontos da entrevista:

Produtividade americana

A produtividade cresceu 4,6% no terceiro trimestre de 2023, 3,5% no quarto trimestre, ficou praticamente estável no primeiro trimestre de 2024 com alta de 0,4% e alta de 2,3% no trimestre encerrado em junho, segundo dados do Departamento de Trabalho.

"O Fed está preocupado com o aumento dos salários como fonte inflacionária, mas se a produtividade está aumentando, as empresas podem elevar os salários de seus empregados sem repassar esta elevação de custo para os preços de seus produtos e serviços, e isso é benéfico para inflação", disse ele.

Kalish projeta uma queda da inflação para abaixo da meta de 2% para o ano que vem. Segundo ele, o que pressiona a inflação atualmente é a inflação de serviços. "O setor de serviços é de trabalho intensivo e os preços estão subindo por conta do mercado de trabalho ainda apertado. Mas se o mercado de trabalho desacelerar um pouco como está dando sinais e a produtividade continuar a aumentar, a inflação de serviços cairá e o Fed ficará confortável em cortar os juros".

Outro sinal de que o Fed deve começar a cortar os juros em breve, cada vez mais provável que seja em setembro, é a migração do foco do banco central da inflação para o mercado de trabalho. "Quando a inflação estava elevada, o Fed deixou claro que estava focado na inflação, principalmente porque o mercado de trabalho estava aquecido. Agora que o mercado de trabalho está mais fraco, eles estão indicando que olham para seus dois mandatos, estabilidade de preços e pleno emprego, o que sinaliza que eles devem começar a cortar os juros em breve."

Recessão

O tamanho do primeiro corte esperado pelos investidores para setembro tem variado à medida que novos dados econômicos são divulgados. Para Kalish, o mais importante da próxima reunião do Fed de setembro não é o tamanho do corte, de 0,25 ponto percentual ou 0,50 ponto, mas a linguagem que usará após o encontro para sinalizar o caminho a seguir. O economista acredita que a atividade econômica global vai bem, sem sinais de recessão nem nos EUA nem na Europa, mas o Fed tem que ter cuidado com a linguagem que usará para não criar um sentimento negativo nos investidores que, com suas ações, poderão criar uma recessão.

"A economia global está em boa forma, com crescimento bom nos EUA, recuperação do crescimento na Europa, estabilização em níveis modestos na China, a inflação está diminuindo", disse. Kalish não vê sinais de recessão nem nos EUA nem na Europa. "O que aconteceu foi que o relatório de empregos de julho foi pior que o esperado, mas ele não veio ruim. Ele ficou mais lento do que o registrado no último ano, mas ainda saudável. E foi surpreendente o impacto que ele causou no mercado [com bolsas, dólar e rendimento dos Treasuries recuando de forma expressiva] já que é um índice que olha para o passado", avalia o economista. Segundo ele, os índices de gerentes de compras (PMIs) — que medem a força da atividade — mostram uma economia que segue resiliente. "Os gastos dos consumidores seguem em boa forma. Eles podem enfraquecer, mas não ao ponto de provocar uma recessão. Muitas pessoas apontam o aumento da dívida e da inadimplência de cartões de crédito como motivo de preocupação, mas, mesmo com a alta, eles ainda estão abaixo dos níveis registrados antes da pandemia".

> "Com mercado de trabalho mais fraco, Fed indica olhar para dois mandatos: a estabilidade de preços e o pleno emprego"

Para o economista, o corte esperado nos juros pelo Fed vai ter um impacto positivo na economia principalmente ao liberar investimentos que estão represados por conta das taxas elevadas. "Muitas empresas de private equity possuem muitos recursos prontos para investir em novos negócios e só estão aguardando a queda nas taxas, assim como operações de fusões e aquisições deverão ser impulsionadas", afirmou.

Tensões geopolíticas

Embora Kalish veja o cenário econômico mundial de forma positiva, ele avalia que existem grandes riscos vindos de tensões geopolíticas: tensão entre China e Ocidente, guerra entre Ucrânia e Rússia, a situação do Oriente Médio. Porém, o maior de todos os riscos é a tensão entre China e o Ocidente porque uma crise maior poderá ter um impacto econômico global expressivo. "Se a relação entre eles se desestabilizar, em virtude de uma ação de qualquer um dos lados, isso poderia levar a uma quebra das cadeias de abastecimento, forçar empresas globais a acelerarem sua saída da China. E isso seria negativo para economia e teria custos elevados", afirmou.

Europa

Kalish também avalia que, no curto prazo, houve uma mudança de expectativas sobre o caminho da política monetária entre EUA e Europa. Há um ano se esperava que os juros americanos ficariam mais elevados que a Europa por um longo tempo, o que impulsionou o dólar. "Com os choques provocados pelo payroll, agora o sentimento é de que o Fed cortará mais rapidamente que o BCE". Além disso, ele ressalta que a zona do euro pode encontrar obstáculos na recuperação do crescimento porque não teve a iniciativa dos EUA e da China em apostar em inovação e novas tecnologias. Segundo ele, existem discussões na Europa sobre como eles vão enfrentar esse problema em um momento em que a Alemanha observa uma queda na produção industrial. "A Guerra da Ucrânia elevou os preços de energia e reduziu a competitividade de alguns setores, especialmente a indústria pesada, como química e siderurgia e automóveis, bases da indústria alemã, que costumava ser muito competitiva globalmente porque tinha acesso à energia barata da Rússia. E agora perdeu sua competitividade. Os investimentos estão, agora, indo para EUA e China e não para Alemanha, que também está sofrendo com a desaceleração econômica de seu principal comprador, a China", avaliou o economista.

MAG tem 3 novos sócios para área imobiliária



DIVULGAÇÃO

Zylberstajn: uso de IA em modelos

Liane Thedim
Do Rio

A MAG Investimentos, que tem mais de R$ 16 bilhões sob gestão, está criando uma área dedicada ao mercado imobiliário e incluindo três novos sócios, entre eles, Eduardo Zylberstajn, que liderou a criação do índice FipeZap e hoje é consultor da Fipe. Ele integrará o comitê de investimentos. Tomaz de Gouvêa, que foi de Itaú BBA, XP e Safra, e Nilton Molina Neto, que era da consultoria Binswanger Brazil, serão sócios-diretores de investimentos imobiliários.

Zylberstajn continuará como CEO de sua empresa de soluções em inteligência artificial, a Kognita Lab, que vai desenvolver com exclusividade para a MAG modelos sistemáticos a serem aplicados na gestão dos fundos. O primeiro a ser lançado será um multiestratégia listado na B3 até o fim do ano. A ideia do fundo misto, com empreendimentos físicos, títulos de dívida, cotas de outros fundos e, eventualmente ações, é aproveitar a experiência diversa dos três.

"Eu e Molina vamos ficar 100% dedicados à nova vertical, com o amparo do Eduardo, que nos trará a inteligência artificial", diz Gouvêa. Segundo o executivo, a composição da carteira buscará diversificação geográfica como diferencial, já que grande parte dos fundos concentra sua carteira em São Paulo e Rio. Há ainda o projeto de montar um fundo fechado de participação em projetos imobiliários residenciais e de uso misto, e de originar Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Criada em 2013 com o objetivo de administrar os recursos do Grupo MAG, joint venture entre Mongeral e Aegon, a gestora ampliou sua atuação e hoje tem fundos abertos, exclusivos, offshore e carteiras administradas a clientes institucionais (como fundos de pensão e RPPS), empresas, plataformas digitais e distribuidores (como bancos e family offices).

Gouvêa diz que a nova área começa em um momento desafiador para captação, diante da manutenção dos juros altos por mais tempo e até da perspectiva de elevação da Selic e depois de um primeiro semestre forte em ofertas de fundos imobiliários na bolsa. Por outro lado, comenta, há muitas oportunidades para investir, com vários projetos em andamento e empresas do setor aproveitando o bom momento para emitir.

Levantamento do Santander mostra que, de janeiro a junho, foram mais de R$ 20 bilhões em ofertas de fundos imobiliários listados em bolsa. A previsão do banco é de que o ano terá entre R$ 35 bilhões e R$ 45 bilhões em operações, agora mais concentradas em "follow-ons" de fundos mais líquidos de papel.

O que são fundos sistemáticos?

Consultório financeiro

O que são os fundos de investimento do tipo sistemáticos? Para quem eles são mais adequados e quais os riscos?

Marcos J. R. Miranda, CFP, responde:

É comum que os investidores, experientes ou iniciantes, sejam bombardeados com uma variedade de estratégias e alternativas de investimentos — oriundas de uma indústria financeira cada vez maior e mais complexa —, cada uma delas alegando melhorar os retornos e reduzir o risco.

No âmbito do planejamento financeiro, é importante pesquisar e estudar o máximo possível para conhecer os produtos financeiros e ativos disponíveis, a fim de verificar questões de adequação aos objetivos do investidor, faixa de renda e perfil. Oportuna, portanto, a dúvida do(a) leitor(a).

A melhor forma de tratar o assunto é fazendo uma análise comparativa entre algumas abordagens de investimento conduzidas pelos gestores de fundos de investimento.

Os termos "quantitativo" — ou simplesmente "quant" — e "sistemático" são frequentemente usados de forma indistinta, ainda que possuam uma pequena diferenciação. Fundos sistemáticos são fundos quantitativos, mas nem todos os fundos "quants" são sistemáticos. Não obstante, ambos representam uma abordagem de investimento que é frequentemente considerada em oposição direta a uma abordagem tradicional.

Nos fundos tradicionais — que representam a grande maioria da indústria de fundos brasileira —, a definição das estratégias pelo gestor se apoia na sua experiência de mercado, na sua própria intuição, além da teoria macroeconômica. Os gestores tomam a decisão final, embora possam utilizar diversas ferramentas (até mesmo quantitativas) para auxiliar no seu processo de decisão. No final, porém, é uma pessoa que gera a ideia e a implementa — e não um algoritmo.

Já um fundo quantitativo é aquele em que a gestão seleciona os ativos que compõem a carteira utilizando modelos matemáticos e estatísticos projetados por uma equipe de analistas de dados, objetivando identificar padrões e tendências no mercado. Todas as decisões são tomadas baseadas nesse padrão, sob a mentoria de um gestor. Não se utiliza uma abordagem sistemática, portanto não existem regras pré-definidas. O gestor, com base em dados e análises estatísticas e matemáticas, define as estratégias de seleção e alocação dos ativos.

Os fundos sistemáticos, por sua vez, seguem um conjunto de regras ou algoritmos pré-definidos — que são, obviamente, concebidos por humanos — para executar decisões de investimento. (Para simplificar, pode-se pensar em "algoritmo" como uma modelagem computacional de uma receita de bolo).

As decisões refletem os comandos dados pelos algoritmos de forma automática, sem interferência humana (é aqui que se diferenciam dos fundos "quants"). Por isso, um grande diferencial da gestão de um fundo sistemático é não se basear apenas no julgamento humano. Embora tal julgamento tenha sido usado para projetar, revisar e, em muitos casos, definir as regras para implementação das estratégias, no momento da decisão o modelo não é influenciado por questões comportamentais, como preconceitos de disposição.

Por exemplo, o algoritmo não irá necessariamente manter negociações perdedoras (viés de aversão à perda), sendo incapaz de sentir arrependimento. E, em períodos de maiores tensões no mercado, manterá a "cabeça fria".

Enfim, os fundos sistemáticos são um "tipo característico" dos fundos quantitativos, só que neles não há interferência humana no momento da tomada de decisão, não há impacto emocional nem viés comportamental momentâneo, pois eles seguem a "receita de bolo" pré-definida, que são os algoritmos matemáticos pré-programados que dizem como devem se posicionar.

Não se trata, porém, de um fundo "caixa-preta", em que a decisão foi tomada pelo sistema sem uma motivação. Tudo foi definido e programado antecipadamente por uma equipe de experts em ciência da computação/engenharia coordenada por um gestor humano. O fundo, então, opera conforme as definições de alocação do modelo e avalia se os resultados estão de acordo com o que foi projetado.

Os investidores devem tomar cuidado com declarações dos gestores, tais como: "Não é possível revelar como o modelo funciona porque se trata de informação proprietária". Todos os algoritmos precisam ser explicáveis.

As abordagens de investimento quantitativo, sistemático e discricionário não são opostas. Todas perseguem o mesmo objetivo e podem até utilizar dados semelhantes, mas de formas diferentes, para tentar melhorar o desempenho dos investimentos. Não se pode afirmar, a priori, que nenhuma delas seja necessariamente melhor que a outra.

Marcos J. R. Miranda é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: marcosjrmiranda@hotmail.com

TRT-SP
Trabalhador que não foi contratado por estar acima do peso será indenizado
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Aumento do teto das RPVs é urgente e necessário
E2

Supremo
Ministros julgarão contrato de trabalho intermitente
valor.globo.com/legislacao



Fiscal Julgamento, da 1ª Seção, facilitou pedidos de restituição ou compensação de valores do imposto pagos a maior no regime de substituição tributária

Decisão do STJ destrava R$ 2,4 bilhões de ICMS-ST para varejistas

Marcela Villar
De São Paulo

Quatro das principais redes de varejo têm, juntas, R$ 2,4 bilhões de ICMS-ST a recuperar nos próximos anos, segundo apurou o **Valor** a partir dos últimos balanços contábeis, publicados em junho. Esse crédito estará agora mais ao alcance desses contribuintes com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na semana passada, que facilitou pedidos de restituição ou compensação de valores do imposto estadual pagos a maior no regime de substituição tributária para frente, quando a base de cálculo da operação for inferior à presumida.

O Carrefour tem o maior valor: R$ 1,3 bilhão, a ser compensado nos próximos 10 anos, de acordo com a empresa. Também do setor de alimentos, o Assaí contabiliza R$ 953 milhões em estoque, a serem usados nos próximos cinco anos. Já a Petz pretende utilizar R$ 116 milhões em créditos até 2025. E a Raia Drogasil tem R$ 41,5 milhões a restituir. Porém, não detalhou o prazo.

Outras empresas, como a Casas Bahia, Pague Menos, Magazine Luiza e Grupo Pão de Açúcar (GPA), também têm cifras bilionárias de ICMS a serem recuperadas, mas não especificam quanto do montante se refere à sistemática de substituição tributária. Juntas, elas têm R$ 5,7 bilhões de ICMS a receber dos Estados.

A decisão unânime da 1ª Seção do STJ, da quarta-feira passada, facilitou muito a recuperação do ICMS, segundo advogados. Os ministros afastaram a aplicação do artigo 166 do Código Tributário Nacional (CTN), que determina o cumprimento de requisitos para a devolução. O dispositivo exige que a empresa prove ter assumido o encargo financeiro, ou, se transferiu a terceiro — no caso, o consumidor final —, que haja autorização expressa dele para a restituição (Tema 1191).

Na prática, o artigo tornava inviável o recebimento do tributo pago a maior. "A partir do momento que esse dispositivo é afastado pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, isso acaba facilitando a produção dessa prova para fins de repetição de indébito", diz o tributarista Renato Silveira, sócio do Machado Associados, que tem cerca de uma dezena de casos no escritório sobre o tema. Antes, havia um "esforço probatório" muito grande, acrescenta. "Acabava incentivando o aumento do contencioso sobre a matéria."

O GPA foi um dos grupos de varejo que teve dificuldade no ressarcimento. No último balanço, afirma ter sido autuado pelo Estado de São Paulo, pelo não cumprimento de obrigações acessórias na restituição. A empresa recorreu judicialmente e os processos somavam provisão de R$ 354 milhões. O montante foi reduzido para R$ 17 milhões após adesão ao Acordo Paulista, edital de transação tributária da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A empresa tem R$ 411 milhões de ICMS a serem compensados nos próximos cinco anos, sendo quase metade — R$ 206 milhões — em um ano.

Segundo Silveira, a restituição do valor pago a maior pelo ICMS-ST é assegurado pelo artigo 10 da Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir. Os Estados, contudo, "buscavam uma interpretação desse dispositivo em conjunto com o artigo 166 do CTN". "Muitas vezes, o contribuinte, diante da dificuldade de produzir essa prova, acaba não apresentando toda a documentação que a Fazenda entende ser suficiente para reconhecer aquele crédito e, a partir daí, surge a discussão", afirma.

O objetivo da substituição tributária é concentrar o recolhimento do tributo em uma só etapa da cadeia. Os Estados presumem uma base de cálculo e cobram o imposto dos primeiros contribuintes — importadores e a indústria. A estimativa, porém, nem sempre coincide com o valor real do produto vendido ao consumidor final. "Tem situações em que o varejista adquire o produto com uma base de cálculo presumida, mas acaba dando a saída por um valor menor, vendendo abaixo do preço que comprou", diz Silveira.

André Menon, sócio tributarista do Machado Meyer, afirma que a decisão do STJ é importante para evitar que o Estado termine por receber o ICMS duas vezes. Além disso, "viabiliza o que antes não era viável". "Para o varejo, a comprovação é uma problemática imensa, porque são milhares de operações mensais pulverizadas", diz. "Além de toda a questão burocrática, tornava inviável a sistemática", completa.

DIVULGAÇÃO

"Antes, havia um esforço probatório muito grande"
Renato Silveira

Em nota, a Pague Menos afirma que "julga positiva a recente decisão do STJ", pois "deve destravar significativamente a monetização do saldo" de ICMS-ST. No último balanço, indicou ter R$ 768,2 milhões a receber de ICMS e de ICMS-ST. Ao **Valor**, diz que os créditos "referem-se principalmente ao ICMS-ST". A empresa vinha fazendo a compensação dos valores administrativamente "após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado". Ela ainda tem R$ 522 mil provisionados por discussões sobre o tributo no Ceará.

O Carrefour, por sua vez, afirma que o direito de restituir decorre da manutenção de centros de distribuição que recebem mercadorias com ICMS-ST pré-pagos pelos fornecedores ou pelo grupo. Desde a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2016 (RE 593849), que reconheceu o direito de ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, diz que "os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo grupo aumentaram". E que cumpria os "procedimentos requeridos pelos Estados".

Antes da decisão do STJ, ela obteve uma decisão favorável na qual foi reconhecido o direito de restituir o ICMS-ST e também a correção monetária, "cujo valor principal foi reconhecido em períodos anteriores". Ela estima que isso possa acrescer em R$ 367 milhões no total de créditos da controladora e R$ 533 milhões no consolidado.

O Assaí menciona, no balanço, que os Estados "têm modificado substancialmente suas legislações internas", ampliando a sistemática do ICMS-ST "para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo". Deve recuperar quase metade dos créditos — R$ 455 milhões — em um ano.

O Magalu, com R$ 2,4 bilhões a receber de ICMS e ICMS-ST, diz que já cumpria o artigo 166 do CTN, portanto, os créditos não seriam afetados pelo julgamento do STJ. Também informou que faz a compensação mensalmente e estima usar o estoque entre 18 e 36 meses.

A Casas Bahia, que tem R$ 2,165 bilhões em crédito pelas duas sistemáticas, afirma que o ressarcimento é feito "mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos as operações realizadas que geraram para a companhia o direito ao ressarcimento". A empresa também vendeu R$ 890 milhões de créditos de ICMS, que serão transferidos até o fim do ano.

Procuradas pelo **Valor**, a Raia Drogasil e a Petz não quiseram comentar o assunto. Assaí e GPA disseram acompanhar o tema via entidade setorial. Carrefour e Casas Bahia não deram retorno até o fechamento da edição.

Empresa vence discussão sobre 'tese do século'

Beatriz Olivon
De Brasília

Um contribuinte conseguiu escapar do limite temporal (modulação) adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na "tese do século" e vai poder recuperar valores de PIS e Cofins pagos nos cinco anos anteriores ao julgamento, realizado no dia 15 de março de 2017. A decisão foi dada recentemente pelo desembargador Marcelo Saraiva, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

O caso é da Realmix Agregados Minerais, que ajuizou a ação exatamente no dia do julgamento do mérito. Na modulação, definida em 2021, os ministros estabeleceram que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da Cofins, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferida a decisão.

No entendimento da Fazenda Nacional, porém, esse limite temporal abrangeria o dia da sessão que definiu o mérito. Para as ações que ficaram fora da modulação, é possível recuperar valores referentes aos cinco anos anteriores à data de ajuizamento do processo. Para as posteriores ao corte determinado pelos ministros, o entendimento vale a partir da data de julgamento.

A discussão é importante, segundo o advogado Jean Fernandes, sócio do escritório Maciel, Fernandes, Basso e Dumas Advogados (MFBD), que representou a empresa no TRF-3, porque "muitas empresas protocolaram ação exatamente no dia do julgamento, até após o veredicto do STF".

De acordo com a Fazenda Nacional, 78% dos processos sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins foram ajuizados depois do marco definido pelos ministros do STF — a data do julgamento de mérito.

No caso da empresa, que propôs a ação exatamente no dia 15 de março, inicialmente o desembargador Marcelo Saraiva a colocou no grupo afetado pela modulação, o que permitiria o aproveitamento da decisão só a partir de 2017. Contudo, após recurso (agravo interno) apresentado pela empresa, ele acatou o pedido. A decisão transitou em julgado (processo nº 0000971-76.2017.4.03.6108).

Em recurso, a empresa alegou que a primeira decisão do desembargador não havia aplicado o marco temporal da modulação fixada pelo Supremo, impedindo o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos. O que foi acatado por Saraiva. Ele afirma que, considerando que a ação foi ajuizada em 15 de março de 2017, a modulação não seria aplicável e deveria ser declarado o direito à compensação.

DIVULGAÇÃO



"Muitas empresas protocolaram ação no dia do julgamento do STF"
Jean Fernandes

"Resta inaplicável a modulação determinada nos embargos de declaração no RE nº 574.706. Assim, no caso, deve ser declarado o direito à compensação, observada a prescrição quinquenal, na forma da legislação de regência, que deverá ser realizada com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, observando-se o disposto no artigo 170-A do CTN, e com a incidência de correção monetária e juros, apenas pela taxa Selic, sobre os valores a serem compensados junto ao Fisco desde o recolhimento indevido", diz na decisão.

Segundo Fernandes, chamou a atenção o desembargador, inicialmente, ter acatado o pedido da Fazenda Nacional. Para ele, o fato de a Procuradoria-Geral (PGFN) alegar que há um pico de ações propostas nos dias de julgamentos tributários relevantes não justificaria a limitação. "Se tivesse prevalecido a primeira decisão, a empresa não poderia rever os valores apurados no passado", afirma o advogado.

Em nota ao **Valor**, a PGFN informa que possui uma política institucional de respeito aos precedentes dos tribunais superiores. Acrescenta que, especificamente no caso da exclusão do ICMS na base do PIS e da Cofins, o seu entendimento vai ao encontro do que foi decidido no caso concreto. "Não se trata de entendimento a ser aplicado a qualquer caso de modulação, pois sempre dependerá dos critérios adotados pelo tribunal", diz.

Destaque

Exclusão de sócio

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a retirada de valores do caixa da sociedade, contrariando o que foi deliberado em reunião, configura motivo justo para que a empresa peça judicialmente a exclusão do sócio responsável. Na origem da demanda, um dos sócios de uma fábrica de móveis teria antecipado a distribuição de lucros sem a autorização dos demais membros da sociedade. A atitude levou a empresa a ajuizar ação para excluir o responsável pela iniciativa do quadro societário, mas o pedido foi rejeitado pelo juízo de primeiro grau, que não reconheceu a gravidade dos atos praticados. De forma diversa, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reconheceu a ocorrência de falta grave por desrespeito à regra prevista em contrato social. O TJSP avaliou que um dos sócios não pode embolsar valores de forma totalmente contrária à votação feita em reunião. Ao STJ, o sócio alegou que a discussão do processo diz respeito a uma simples discordância sobre a gestão da sociedade. Para o relator do caso, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, porém, "a conduta da parte recorrente violou a integridade patrimonial da sociedade e concretizou descumprimento dos deveres de sócio, em evidente violação do contrato social e da lei, o que configura prática de falta grave, apta a justificar a exclusão de sócio" (REsp 2142834).

Aumento do teto das RPVs é urgente e necessário

Opinião Jurídica

Fábio Scolari Vieira

A quitação dos precatórios, dívidas governamentais decorrentes de sentenças judiciárias, tem afetado milhares de brasileiros e se tornou uma das grandes questões das finanças públicas. Os Estados, Distrito Federal e municípios, que estavam em atraso com seus pagamentos em março de 2015, terão até o dia 31 de dezembro de 2029 para quitar seus débitos, caso não ocorra uma nova moratória, o que mostra a morosidade que esses pagamentos são feitos.

Só neste ano, o Poder Judiciário já enviou para o Governo do Estado de São Paulo incorporar no orçamento de 2025 quase R$ 8 bilhões em precatórios. Entre os meses de janeiro e abril deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo liberou mais de R$ 4 bilhões em precatórios para mais de 37.862 credores. No entanto, as projeções do governo estadual indicam que o estoque de precatórios continuará crescendo, chegando a R$ 34 bilhões em 2029, e um dos principais motivos é a redução das chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

Estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal, o pagamento das dívidas da Fazenda Pública é realizado pelo sistema dos chamados precatórios. Entretanto, para toda regra existem exceções e, nesse caso, são as chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs), que devem ser pagas em até 60 dias de sua requisição e não entram para a lista dos precatórios.

Embora, no âmbito federal, o valor limite da RPV esteja fixado em 60 salários mínimos, os Estados e municípios têm autonomia para estabelecer seus próprios limites. No caso de São Paulo, o governo do Estado, por decreto, diminuiu o valor do limite para essas requisições, que passou de R$ 30.119,20, em 2019, para R$ 11.678,90, em 2019. Essa alteração tem feito o número de precatórios no Estado crescer. Atualmente, o Estado de São Paulo tem uma dívida de mais de R$ 36 bilhões. São cerca de 309 mil credores na fila de espera entre 208 mil precatórios.

Isso demonstra que a redução representa um retrocesso, principalmente diante da inflação e das necessidades reais dos credores. Essa limitação impõe que qualquer valor acima deste montante seja submetido ao regime de precatórios, cujo pagamento pode levar mais de uma década para ser efetivado. Isso não apenas desafia a razoabilidade e a justiça, mas também contraria os princípios de eficiência que devem guiar a administração pública.

O aumento da RPV, também não traz economia para as contas públicas, ou seja, não beneficia nem mesmo o próprio Estado, uma vez que cedo ou tarde esse pagamento terá de ser realizado, com valor corrigido. Assim, os beneficiários que recebiam esses créditos de até R$ 30 mil passam a aguardar o pagamento do precatório e irão receber esse valor anos depois, com uma taxa Selic elevada contemplando juros e correção do montante.

No ano passado, o Estado de Goiás, por exemplo, ampliou o seu limite máximo das RPVs de 20 para 40 salários mínimos. A nova regra permitiu que os autores das RPVs recebessem mais rapidamente e também reduziu a quantidade de precatórios pagos nas condenações contra o Estado.

Seguindo esse precedente, a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) também propôs a ampliação do teto da RPV para R$ 50 mil. A iniciativa não só representa um avanço significativo na agilidade da Justiça, mas também é crucial para garantir direitos constitucionais fundamentais de milhares de cidadãos.

É inegável que a proposta de elevação para R$ 50 mil facilitará o acesso à Justiça para uma vasta gama de credores, muitos dos quais são idosos, portadores de doenças graves ou com deficiência física. Para esses cidadãos, o pagamento em até 60 dias pode significar não apenas o cumprimento de uma decisão judicial, mas também a garantia de dignidade e qualidade de vida.

Ademais, a redução drástica da RPV em cerca de 60% representou um retrocesso injustificável. Restaurar esse valor é não apenas uma correção de uma injustiça passada, mas também um passo fundamental para alinhar a legislação às reais necessidades dos cidadãos.

Do ponto de vista da economia, o pagamento dos precatórios foi responsável por movimentar positivamente mais de 1% do PIB. Além do fato de que uma a cada três pessoas que recebem seus créditos automaticamente destinam parte desse valor ao consumo, regressando ao cofre estadual parte dessa quantia na forma de ICMS.

Além disso, sobre o valor recebido também, muitas vezes, incide o Imposto de Renda e, por determinação constitucional, essa quantia retida de seus servidores também se destinará em benefício do Estado. Ou seja, de um jeito ou de outro, esses pagamentos irão injetar recursos diretamente na veia da economia de forma significativa.

Aumentar o teto das RPV não impacta apenas os servidores públicos, mas qualquer cidadão. Atualmente, o prazo para recebimento de qualquer indenização pleiteada que exceda o valor de R$ 15 mil — seja em decorrência de um acidente ou mesmo referente à reposição salarial de servidor — pode se estender por mais de dez anos, o que burocratiza o processo e onera as finanças públicas, já que o valor é corrigido de acordo, ao longo dos anos.

Sendo assim, é importante ressaltar que a aprovação desse projeto de lei não é apenas uma questão de justiça social. A mobilização e o apoio da classe são essenciais para que possamos garantir que essa proposta seja transformada em lei, beneficiando não apenas os cidadãos comuns, credores de precatórios, como também as finanças públicas e a sociedade como um todo.

Fábio Scolari Vieira é sócio do escritório Scolari Neto & Oliveira Filho e membro da Comissão de Assuntos relativos aos Precatórios Judiciais da OAB-SP

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 227ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20F0734290) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 227ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 227ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de junho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 227ª Série da 1ª Emissão – (IF 20F0734290), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 31ª EMISSÃO (IF CRA022003E9) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 31ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 31ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 31ª Emissão – (IF CRA022003E9), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 285ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855277) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de julho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 285ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0855277), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 365ª E 366ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F1076950 / 21F1076974) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 365ª e 366ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 365ª e 366ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 365ª e 366ª Séries da 1ª Emissão - (IF 21F1076950 / 21F1076974), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 338ª E 345ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0099843/ 21F0136519) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21F0099843/ 21F0136519), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 247ª E 248ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882396/19L0882417) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão – (IF 19L0882396/19L0882417), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36





MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O segundo trimestre de 2024 apresentou números sólidos, em concordância com aqueles reportados no primeiro trimestre, com margens consistentes e destaque para o forte desempenho da atividade de destinação final.

Nesse ano, temos solidificado um novo patamar de resultados que incorporará ainda as opcionalidades que temos desenvolvido ao longo dos últimos períodos, seja no âmbito da evolução dos projetos de créditos de carbono, biogás e biometano ou ainda no amadurecimento dos projetos de beneficiamento e economia circular.

Registramos um crescimento de 6% no volume de resíduos e 10% na receita operacional líquida em relação ao mesmo período de 2023, atingindo R$ 215,1 milhões, principalmente impulsionado pela performance da destinação final de resíduos em nossos ecoparques, onde verificamos ganhos de volume e preço. O EBITDA alcançou R$ 99,8 milhões, representando um aumento de 17% em relação ao 2T23. Esses resultados confirmam que estamos, a cada dia, melhorando nossa performance nos ativos recém-adquiridos.

Adicionalmente, temos executado o plano de implantação das atividades de valorização em nossos ecoparques com o aumento do número de ativos com plantas de biogás, registros dos projetos de créditos de carbono e implantação dos projetos de biometano, além da execução do projeto de *waste-to-energy*.

De forma prática, no mês de aniversário do Marco do Saneamento, na qual o manejo de resíduos teve um capítulo específico, podemos afirmar que estamos caminhando, a passos largos, para a construção de uma empresa ainda mais completa de destinação e valorização de resíduos, sendo um dos protagonistas da agenda nacional de encerramento dos lixões, transição energética e logística reversa. As iniciativas da OrizonVR somadas ao ambiente regulatório e socioambiental extremamente favorável, permitirão que a Companhia alcance resultados ainda melhores no médio e longo prazo.

Para o segundo semestre, continuaremos perseguindo nossos objetivos, focados em fortalecer nossas operações, expandir geograficamente, e esperamos novos marcos de implantação de nosso plano estratégico.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, e conselheiros pelo apoio contínuo e confiança em nossa gestão.

Atenciosamente,

Milton Pilão Jr.
CEO

Leonardo Santos
CFO e DRI

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2T24

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações trimestrais (ITR) consolidadas auditadas da Companhia relativa aos períodos findos em 31 de junho de 2024 e 2023. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	2T24	AV%	2T23	AV%	AH%
Receita operacional líquida	215.047	100,00%	196.245	100,00%	9,58%
Custos dos serviços prestados	-121.121	-56,32%	-129.705	-66,09%	-6,62%
Lucro Bruto	93.926	43,68%	66.540	33,91%	41,16%
Despesas gerais e administrativas e com vendas	-34.590	-16,08%	-24.601	-12,54%	40,60%
Outras receitas (despesas) líquidas	2.538	1,18%	-1.013	-0,52%	n.a.
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	61.874	28,77%	40.926	20,85%	51,19%
Resultado de equivalência patrimonial	2.332	1,08%	3.062	1,56%	-23,84%
Resultado financeiro	-36.100	-16,79%	-36.949	-18,83%	-2,30%
Receitas Financeiras	12.609	5,86%	8.653	4,41%	45,72%
Despesas Financeiras	-48.709	-22,65%	-45.602	-23,24%	6,81%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	28.106	13,07%	7.039	3,59%	299,29%
Imposto de renda e contribuição social	-16.947	-7,88%	-9.890	-5,04%	71,35%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-17.467	-8,12%	-10.457	-5,33%	67,04%
Imposto de renda e contribuição social diferido	520	0,24%	567	0,29%	-8,29%
Resultado do período	11.159	5,19%	-2.851	-1,45%	n.a.

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do trimestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R$215.047 mil comparativamente a R$196.245 mil no mesmo trimestre de 2023, o que representou aumento de R$18.802 mil ou 9,58%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

I. Tratamento e destinação final: aumento de R$12.090 mil ou 8% entre o trimestre findo em 30 de junho de 2024 e o mesmo trimestre de 2023, passando de R$148.257 mil no trimestre findo em 30 de junho de 2023 para R$160.347 mil no mesmo trimestre de 2024, devido ao aumento de volume de resíduos do Ecoparque Paulínia, Maceió, Itapevi, Barra Mansa e outros ativos em *ramp up* (Ecoparque Porto Velho). Houve também uma variação positiva no preço médio de destinação final de resíduos em alguns contratos, que teve um impacto positivo.

II. Energia, biogás e créditos de carbono: aumento de R$6.499 mil ou 24% entre o trimestre findo em 30 de junho de 2024 e o mesmo trimestre de 2023, passando de R$ 27.481 mil no trimestre findo em 30 de junho de 2023 para R$33.980 mil no mesmo trimestre de 2024;

III. Beneficiamento de resíduos e WtE: aumento de R$481 mil ou 4% entre o trimestre findo em 30 de junho de 2024 e o mesmo trimestre de 2023, passando de R$13.420 mil no trimestre findo em 30 de junho de 2023 para R$13.901 mil no mesmo trimestre de 2024.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no trimestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R$121.121 mil comparativamente a R$129.705 mil no mesmo trimestre de 2023, o que representou uma redução de R$8.584 mil ou 6,62%. O custo dos serviços prestados representou 56,32% e 66,09% da receita líquida nos trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, respectivamente. Essa redução pode ser atribuída a, uma gestão mais eficaz dos recursos e ativos utilizados na prestação dos serviços.

Lucro Bruto

No trimestre findo em 30 de junho de 2024, o lucro bruto atingiu R$93.926 mil, em comparação com R$66.540 mil no mesmo trimestre de 2023, resultando em um aumento de R$27.386 mil ou 41,16%. Esse lucro bruto representou 43,68% da receita líquida em 2024, em comparação com 33,91% em 2023. Essa variação foi principalmente devido (i) a aumento no preço médio e no volume dos resíduos recebidos; e (ii) melhora nas atividades de beneficiamento de resíduos.

Despesas gerais, administrativas e com vendas

No trimestre encerrado em 30 de junho de 2024, as despesas gerais, administrativas e com vendas foram de R$ 34.590 mil, um aumento de R$ 9.989 mil em comparação com os R$24.601 mil registrados no mesmo trimestre de 2023, representando um aumento percentual de 40,60%. Essas despesas constituíram 16,08% da receita operacional líquida em 2024 e 12,54% em 2023, e abrangem os custos administrativos, comerciais e operacionais, tanto diretos quanto indiretos.

Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas (despesas), líquidas, no trimestre findo em 30 de junho de 2024 somaram R$2.538 mil comparativamente a R$1.013 mil do mesmo trimestre de 2023. Esse aumento é atribuído principalmente a despesas tributárias e taxas.

Resultado financeiro, líquido

No trimestre findo em 30 de junho de 2024, o resultado financeiro líquido foi de R$36.100 mil, uma queda de R$849 mil ou 2,30% em comparação com os R$36.949 mil registrados no mesmo trimestre de 2023. O resultado financeiro líquido representou 16,79% da receita operacional líquida em 30 de junho de 2024, em comparação com os 18,83% registrados em 30 de junho de 2023.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no trimestre findo em 30 de junho de 2024 foi positivo em R$2.332 mil comparativamente a R$3.062 mil no mesmo trimestre de 2023, o que representou uma redução de R$730 mil. Essa redução se deve aos resultados de suas investidas.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no trimestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R$28.106 mil comparativamente ao lucro de R$7.039 mil de 2023, o que representou um aumento de R$21.067 mil. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 13,07% da receita operacional líquida no trimestre findo em 30 de junho de 2024. Esse aumento reflete os efeitos acima mencionados.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no trimestre findo em 30 de junho de 2024 foram de R$16.947 mil comparativamente a R$9.890 mil do mesmo trimestre em 2023, o que representou um aumento de R$7.057 mil ou 71,35%. Em termos percentuais, o imposto de renda e contribuição social representaram 7,88% da receita líquida em 2024 e 5,04% em 2023.

Resultado do período

O resultado do trimestre foi positivo em R$11.159 mil comparativamente ao prejuízo de R$ 2.851 mil de 2023, o que representou uma reversão de R$14.010 mil no resultado. O lucro líquido de período findo em 30 de junho de 2024 representou 5,19% da receita operacional líquida. Esse aumento é atribuído substancialmente aos itens destacados acima.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o período findo em 30 de junho de 2024. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da ITR relativa ao trimestre findo em 30 de junho de 2024.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/06/2024**	**31/12/2023**	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**66**	36.299	**304.604**	289.426
Títulos e valores mobiliários	4	-	16.506	**4.983**	33.608
Contas a receber de clientes	5	-	-	**209.745**	184.168
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	**4.599**	4.175	**37.837**	30.042
Outros ativos	8.a	**993**	2.106	**70.199**	55.392
Total do ativo circulante		**5.658**	59.086	**627.368**	592.636
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	**56.329**	48.572
Partes relacionadas	7	**401.058**	360.011	**5.192**	3.006
Depósitos judiciais e cauções	17.c	-	-	**5.568**	10.938
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	-	-	**77.275**	76.287
Investimentos	9	**920.253**	839.952	**101.856**	98.957
Imobilizado	10	-	-	**1.080.851**	920.767
Intangível	11	-	-	**452.934**	465.870
Direito de uso	12	-	-	**45.004**	40.670
Outros ativos	8.a	-	-	**6.094**	4.641
Total do ativo não circulante		**1.321.311**	1.199.963	**1.831.103**	1.669.708
Total do ativo		**1.326.969**	1.259.049	**2.458.471**	2.262.344

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/06/2024**	**31/12/2023**	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**56.284**	-	**139.500**	45.583
Arrendamentos	12	-	-	**34.249**	29.057
Fornecedores	13	**295**	1.295	**66.999**	59.533
Outorgas a pagar	14	-	-	**12.099**	14.818
Salários e encargos sociais	15	**2.014**	1.278	**34.013**	25.248
Impostos e contribuições a recolher	6.b	**781**	787	**37.032**	37.120
Parcelamento de impostos	16	**502**	564	**21.669**	19.011
Adiantamento de clientes	18	-	-	**5.755**	3.976
Contas a pagar	19	-	-	**17.887**	18.394
Outros passivos circulantes	8.b	**16**	15	**2.856**	5.691
Total do passivo circulante		**59.892**	3.939	**372.059**	258.431
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**465.166**	487.076	**1.133.232**	1.079.806
Arrendamentos	12	-	-	**20.191**	23.329
Parcelamento de impostos	16	**12.336**	13.845	**57.926**	63.901
Provisão para perdas em investimentos	9	-	-	**158**	158
Partes relacionadas	7	**38.415**	44.045	**3.619**	20.949
Provisão para contingências	17.a	-	-	**18.396**	21.477
Pis e Cofins diferidos	6.e	**4.139**	4.139	**4.139**	4.139
Contas a pagar	19	-	-	**13.748**	22.463
Outros passivos não circulantes	8.b	-	-	**26.384**	23.098
Total do passivo não circulante		**520.056**	549.105	**1.277.793**	1.259.320
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	**1.091.127**	1.091.127	**1.091.127**	1.091.127
Reserva para investimentos		**453.262**	453.262	**453.262**	453.262
Ajuste de avaliação patrimonial	20.c	**10.359**	10.359	**10.359**	10.359
Prejuízos acumulados		**(814.394)**	(848.743)	**(814.394)**	(848.743)
Outros resultados abrangentes		**6.667**	-	**6.667**	-
		747.021	706.005	**747.021**	706.005
Participação de controladores		**747.021**	706.005	**747.021**	706.005
Participação de não controladores		-	-	**61.598**	38.588
Total do patrimônio líquido		**747.021**	706.005	**808.619**	744.593
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.326.969**	1.259.049	**2.458.471**	2.262.344

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidados - Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital									
	Nota	**Capital social**	**Custo na emissão de ações**	**ágio na emissão de novas ações**	**Instrumentos patrimoniais**	**Outras reservas**	**Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído**	**Prejuízos acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total Patrimônio líquido**
Saldos em 1° de janeiro de 2023		844.323	(31.146)	3.023	297.518	297.254	10.359	(888.858)	18.018	550.491	30.976	581.467
Emissão de novas ações e conversão de instrumentos patrimoniais		246.804	(8.390)	-	(297.518)	192.521	-	-	(27.300)	106.117	-	106.117
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	9.282	9.282	-	9.282
Aquisição parcial de participação societária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.328	9.328
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	(50.222)	-	(50.222)	4.191	(46.031)
Saldos em 30 de junho de 2023	20	1.091.127	39.536	3.023	-	489.775	10.359	939.080	-	615.668	44.495	660.163
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**1.091.127**	**(39.536)**	**3.023**	**-**	**489.775**	**10.359**	**(848.743)**	**-**	**706.005**	**38.588**	**744.593**
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial		-	-	-	-	**6.667**	-	-	-	**6.667**	**(425)**	**6.242**
Aumento de capital de sócio não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	-	**16.431**	**16.431**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	**34.349**	-	**34.349**	**7.004**	**41.353**
Saldos em 30 de junho de 2024	20	**1.091.127**	**39.536**	**3.023**	**-**	**496.442**	**10.359**	**814.394**	**-**	**747.021**	**61.598**	**808.619**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/06/2024**	**30/06/2023**	**30/06/2024**	**30/06/2023**
Receita operacional líquida	21	-	-	**424.193**	385.090
Custo dos serviços prestados	22	-	-	**(233.693)**	(276.276)
Lucro bruto		-	-	**190.500**	108.814
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	**(10.283)**	(6.439)	**(72.437)**	(60.764)
Outras (despesas) receitas, líquidas		**5.192**		**10.158**	1.732
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**(5.091)**	(6.439)	**128.221**	49.782
Resultado de equivalência patrimonial	9	**73.043**	(17.570)	**6.802**	6.035
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	**1.165**	10.933	**20.311**	13.231
Despesas financeiras	23	**(34.768)**	(37.146)	**(95.291)**	(97.976)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**34.349**	(50.222)	**60.043**	(28.928)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	6.c	-	-	**(19.678)**	(18.271)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	6.c	-	-	**988**	1.168
Lucro líquido (prejuízo) do período		**34.349**	(50.222)	**41.353**	(46.031)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		-	-	**7.004**	4.191
Controladores		-	-	**34.349**	(50.222)
Lucro básico /diluído por ação		**0,41**	(0,61)	**0,50**	(0,55)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**01/04/2024 a 30/06/2024**	**01/04/2023 a 30/06/2023**	**01/04/2024 a 30/06/2024**	**01/04/2023 a 30/06/2023**
Receita operacional líquida	21	-	-	**215.047**	196.245
Custo dos serviços prestados	22	-	-	**(121.121)**	(129.705)
Lucro bruto		-	-	**93.926**	66.540
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	**(6.598)**	(3.198)	**(34.590)**	(24.601)
Outras (despesas) receitas, líquidas		**5.202**	-	**2.538**	(1.013)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**(1.396)**	(3.198)	**61.874**	40.926
Resultado de equivalência patrimonial	9	**28.243**	10.890	**2.332**	3.062
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	-	5.321	**12.609**	8.653
Despesas financeiras	23	**(18.041)**	(18.162)	**(48.709)**	(45.602)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**8.806**	(5.149)	**28.106**	7.039
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	6.c	-	-	**(17.467)**	(10.457)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	6.c	-	-	**520**	567
Lucro líquido (prejuízo) do período		**8.806**	(5.149)	**11.159**	(2.851)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		-	-	**2.353**	2.298
Controladores		-	-	**8.806**	(5.149)
Lucro básico /diluído por ação		**0,11**	(0,06)	**0,13**	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	**30/06/2023**	**30/06/2024**	**30/06/2023**
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**34.349**	(50.222)	**41.353**	(46.031)
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial	**6.667**	-	**6.667**	-
Total de outros resultados abrangentes do resultado, líquidos de tributos	**41.016**	(50.222)	**48.020**	(46.031)
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores	-	-	**7.004**	4.191
Controladores	-	-	**41.016**	(50.222)

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2024 a 30/06/2024	**01/04/2023 a 30/06/2023**	**01/04/2024 a 30/06/2024**	**01/04/2023 a 30/06/2023**
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**8.806**	(5.149)	**11.159**	(2.851)
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial	**6.667**	-	**6.667**	-
Total de outros resultados abrangentes do resultado, líquidos de tributos	**15.473**	(5.149)	**17.826**	(2.851)
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores	-	-	**2.353**	2.298
Controladores	-	-	**15.473**	(5.149)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	**30/06/2023**	**30/06/2024**	**30/06/2023**
Receitas	-	-	**483.236**	432.754
Serviços prestados	-	-	**484.803**	437.772
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	-	-	**(1.567)**	(5.018)
Insumos adquiridos de terceiros	**3.202**	(1.724)	**(125.986)**	(131.946)
Custo dos serviços prestados	-	-	**(114.048)**	(116.080)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**3.202**	(1.724)	**(11.938)**	(15.866)
Valor adicionado bruto	**3.202**	(1.724)	**357.250**	300.808
Retenções	-	-	**(69.112)**	(101.331)
Depreciação e amortização	-	-	**(67.478)**	(95.861)
Provisão para fechamento de aterro	-	-	**(1.634)**	(5.470)
Valor adicionado líquido produzido	**3.202**	(1.724)	**288.138**	199.477
Valor adicionado recebido em transferência	**74.265**	(5.693)	**30.369**	21.955
Resultado de equivalência patrimonial	**73.043**	(17.570)	**6.802**	6.035
Receitas financeiras	**1.222**	11.877	**23.567**	15.920
Valor adicionado total a distribuir	**77.467**	(7.417)	**318.507**	221.432
Distribuição do valor adionado	**77.467**	(7.417)	**318.507**	221.432
Pessoal	**7.470**	3.904	**80.765**	77.943
Remuneração direta	**6.677**	2.130	**60.610**	53.857
Benefícios	-	-	**5.678**	5.473
FGTS	-	-	**4.907**	4.792
Outros	**793**	1.774	**9.570**	13.821
Impostos, taxas e contribuições	**880**	1.755	**97.400**	82.559
Federais	**880**	1.755	**74.577**	62.232
Estaduais	-	-	**2.425**	1.833
Municipais	-	-	**20.398**	18.494
Remuneração de capital de terceiros	**34.768**	37.146	**98.989**	106.961
Aluguéis	-	-	**3.698**	8.985
Despesas financeiras	**34.768**	37.146	**95.291**	97.976
Remuneração de capitais próprios	**34.349**	(50.222)	**41.353**	(46.031)
Lucro (Prejuízo) do período	**34.349**	(50.222)	**34.349**	(50.222)
Participação de não controladores	-	-	**7.004**	4.191

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	**30/06/2023**	**30/06/2024**	**30/06/2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**34.349**	(50.222)	**41.353**	(46.031)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Resultado de equivalência patrimonial	**(73.043)**	17.570	**(6.802)**	(6.035)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	**1.567**	5.018
Provisão para contingências	-	-	**(2,735)**	(3.190)
Ajuste a valor presente	**1.207**	-	**2.337**	3.351
Variação cambial líquida	-	177	**(5.188)**	3.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	**(988)**	(1.168)
Depreciações e amortizações	-	-	**67.478**	95.861
Provisão para fechamento de aterro	-	-	**1.634**	5.470
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	**33.167**	34.347	**80.215**	80.624
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	**(25.356)**	[illegible]
Impostos a recuperar	**(424)**	(1.067)	**(7,795)**	[illegible]
Depósitos judiciais e cauções	-	-	**1.013**	[illegible]
Adiantamentos	**1.113**	(50)	**(16.260)**	(6.730)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	**(1.000)**	(3.528)	**6.931**	[illegible]
Outorgas a pagar	-	-	**(2,719)**	365
Salários e encargos sociais	**736**	(133)	**8.765**	5.467
Impostos e contribuições a recolher	**(6)**	(3.455)	**13.526**	3.776
Adiantamentos de clientes	-	-	**1.779**	(4.043)
Contas a pagar	-	(69)	**(12.137)**	(6.920)
Parcelamento de impostos	**(1.571)**	5.113	**(3.317)**	6.161
Outros	**1**	(142)	**(1.183)**	(20.690)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(5.471)**	(1.459)	**142.118**	112.913
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	**(13.614)**	(15.453)
Juros pagos	-	-	**(69.313)**	(66.724)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(5.471)**	(1.459)	**59.191**	30.736
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de participação societária, líquida dos caixas adquiridos	-	-	-	(10.519)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(591)**	-	**10.570**	(749)
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	**(195.847)**	(98.099)
Títulos e valores mobiliários	**16.506**	5.910	**28.625**	(11.054)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**15.915**	5.910	**(156.652)**	(120.421)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos Captados	-	-	**160.000**	-
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	**(22.250)**	(20.750)
Arrendamentos pagos	-	-	**(21.601)**	(16.593)
Partes relacionadas	**(46.677)**	(151.472)	**(3.510)**	6.140
Pagamento baseado em ações, liquidado em caixa	-	(718)	-	(718)
Emissão de novas ações	-	87.488	-	87.488
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(46.677)**	(64.702)	**112.639**	55.567
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(36.233)**	(60.251)	**15.178**	(34.118)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**36.299**	138.827	**289.426**	168.875
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**66**	78.576	**304.604**	134.757
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(36.233)**	(60.251)	**15.178**	(34.118)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia") é uma companhia aberta (ORVR3), constituída em dezembro de 2009 e sede na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, Torre Oeste, 8° andar, Brooklin, município e estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins, sendo que, em 30 de junho de 2024, o principal ativo da Companhia é o investimento direto na Orizon Meio Ambiente S.A. ("Orizon Meio Ambiente"). A Companhia detém 100% das ações da Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), entidade detentora, através da Foxx Inova, de (i) 67% do ecoparque de João Pessoa (PB) e (ii) 80% da Unidade de Recuperação Energética ("URE") de Barueri, primeiro projeto de geração de energia elétrica a partir da queima de resíduos *(waste-to-energy)* da América Latina, em fase pré-operacional, tendo a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP") como acionista com participação de 20% no capital social da Barueri Energia Renovável S.A.. A Companhia detém 100% das ações Orizon Energia e Gás Renovável ("BioE"), entidade detentora de 100% de participação nas investidas Orizon Biometano Paulínia 1, Orizon Biometano Paulínia II, Orizon O&M, Orizon Locação de Equipamentos, Orizon Biometano Rosário do Catete, Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes, Orizon Biometano João Pessoal, Orizon Biometano Cuiabá e Orizon Biometano Tremembé. A Companhia detém 100% das ações da Orizon Economia Circular (anteriormente denominada Orizon Compostagem), entidade detentora de 50% do Consórcio Orizon Tera, além da Gestora Orizon. A Companhia detém, em 30 de junho de 2024, 15 aterros sanitários para destinação final de resíduos não-perigosos (distribuídos em 10 estados), 02 transbordas, 04 unidades de tratamento e destinação de resíduos perigosos, 1O plantas de exploração de biogás, 07 projetos de créditos de carbono registrados, 01 planta de biometano, 04 plantas de beneficiamento de resíduos, 01 projeto de *waste-to-energy* e 01 usina termelétrica a partir do biometano, que em 2023, receberam cerca 8,3 milhões de toneladas de resíduos. As empresas controladas e controladas em conjunto são aqui definidas como "Grupo Orizon" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia. O contexto operacional das controladas diretas é como segue: Controladas diretas: *a) Orizon Meio Ambiente:* A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: *Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos:* A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 14 (quatorze) aterros sanitários para resíduos não-perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia e Mato Grosso, recebendo cerca de 23.000 toneladas diárias de resíduos. *Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas:* Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 46.000 Nm3 por hora de biogás em 08 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 86MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia e parte queimando em *flare*. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo, no formato *take-or-pay*, com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia elétrica incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa produz biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente participa de *joint venture* (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Em Paulínia, o aterro sanitário, adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. No último trimestre de 2023, a Companhia iniciou, através de suas controladas, a queima do biogás em *flare* nos ecoparques de Maceió e Rosario do Catete. Por fim, no que tange à exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente, suas controladas e a Foxx URE-JP, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 3 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa[1]. [1]Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. *Beneficiamento de Resíduos:* Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 30 de junho de 2024, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) 01 joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderurgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderurgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada e (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia. *Exploração da produção de biometano nos Ecoparques:* A Companhia submeteu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, através de sua controlada Orizon Energia e Gás Renovável Limitada ("BioE"), a aprovação da operação que consiste na constituição de duas novas sociedades ("Sociedades") em parceria com a GN Verde Participações S.A. ("GN Verde"), para a produção de biometano nos Ecoparques Nova Iguaçu e São Gonçalo. A produção inicial estimada é de 180.000 m3/dia. As partes estão em fase avançada de discussão dos documentos finais da operação. BioE e GN Verde terão, cada sócio, 50% de participação das Sociedades. *Engenharia Ambiental:* A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros. A Companhia está em fase de desmobilização dessa atividade. *Aproveitamento de biogás para geração de energia:* Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. ("Asja Brasil"), tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Conforme detalhado na nota 26, a Orizon Meio Ambiente S.A. possui opção de compra da Asja Pernambuco, desenvolvedora do projeto de energia no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção. b) Foxx *Holding:* A Foxx Holding é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Foxx Inova Ambiental S.A., é uma holding de participações subsidiária integral da Foxx Holding, que tem como investimentos: (i) participação majoritária (67%) da Foxx URE JP, que detém a concessão do aterro sanitário de João Pessoa, e (ii) (80%) da Barueri Energia Renovável S.A., que detém a concessão, em formato de Parceria Público Privada, do projeto de geração de energia a partir dos resíduos *(waste-to-energy)* que será implantado no município de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo. c) Orizon Energia: A Orizon Energia é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Companhia detém 100% das ações Orizon Energia e Gás Renovável ("BioE"), entidade detentora de 100% de participação nas investidas Orizon Biometano Paulínia 1, Orizon Biometano Paulínia II, Orizon O&M, Orizon Locação de Equipamentos, Orizon Biometano Rosário do Catete, Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes, Orizon Biometano João Pessoa, Orizon Biometano Cuiabá e Orizon Biometano Tremembé. d) Orizon Economia Circular (anteriormente denominada Orizon Compostagem): A Orizon Economia Circular é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Companhia detém 100% das ações da Orizon Economia Circular, entidade detentora de 50% do Consórcio Orizon Tera, além da participação de 100% na Gestora Orizon. O contexto operacional das controladas indiretas é como segue: Controladas indiretas: *a) Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI"):* A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins. • As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: Obra/Serviço: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. -Início: 15 de dezembro de 2000. -Término: 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. Adicionalmente, a CTRNI disponibiliza entre 10.000 e 12.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera créditos de carbono. A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão. b) Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. *("CTRA"):* A CTRA desempenha as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tanguá, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR") para disponibilidade e fornecimento de biogás. A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. *Termo de composição e ajuste de entendimentos:* Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante a CTRA e o reequilíbrio econômico- financeiro do contrato de concessão PMSG n.0 001/2004. Em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram aditivo ao termo de composição de ajuste de entendimentos, convencionando entre as partes que a quantia estimada de R$22.427 será liquidada de forma diferida em parcelas mensais de R$300 desde a homologação do instrumento de aditivo até a liquidação integral do montante. No primeiro trimestre de 2024, a Companhia recebeu a quinta parcela do acordo. c) Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. *("CTRBM"):* Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. A CTRBM recebe entre 500 e 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para planta de geração termoelétrica com capacidade instalada de 2MW, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. *d) ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho):* A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não-perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTRNI. *e) Foxx Inova:* A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objeto a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. *f) Barueri Energia Renovável S.A. ("Barueri Energia"* - anteriormente denominada Foxx *URE-BA):* A Barueri Energia é uma sociedade por ações, formada pela Foxx Inova e Sabesp, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, comercialização da energia oriunda da reciclagem energética, créditos de carbono e créditos de reciclagem. A Barueri Energia é pioneira na implantação de waste-to-energy na América Latina. Nos exercícios de 2021 e 2022, a Barueri Energia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A Barueri Energia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de tratamento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 07 de agosto de 2024, a Barueri Energia concluiu sua primeira emissão de debentures no valor de R$ 395.000 para financiamento da implantação do projeto, que tem previsão de início de operação em janeiro de 2027. *g) Orizon Pantanal*

continua...

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas 30 de junho de 2024 - (Em milhares de reais)

(Antiga "Orizon Locações Ltda.") A Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas do Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. *h) Foxx URE-JP*: A Foxx URE-JP é concessionária junto ao município de João Pessoa, recebendo os resíduos de vários municípios na região com volume da ordem de 2.000 toneladas diárias, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos não-perigosos, incluindo a eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. A Foxx URE-JP atua também na geração de energia a partir do biogás em consórcio firmado com a ASJA. Em 30 de maio de 2023, a Foxx URE-JP celebrou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com a Autarquia Especial Municipal de João Pessoa, prorrogando o prazo de contrato de concessão por 20 anos, cuja nova vigência será até 29 de maio de 2043. i) UTM Jaboatão dos Guararapes LDTA ("UTM Jaboatão"): Unidade de triagem mecanizada em *Pernambuco*: Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada ("UTM") instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3º trimestre de 2022 e tem capacidade de recebimento de 500.000 toneladas anuais de resíduos. j) *Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda ("CGR Cuiabá) e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental")*: Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas, têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário. j) SPEs UP/s Estre ("UP/s *Estre*"): Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através de sua controlada Orizon Meio Ambiente, a aquisição de participação societária integral de 07 (sete) UPI Aterros da Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial ("Ativos"), quais sejam: SPE Paulinia Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itapevi Ambiental S.A., SPE Itaboraí Ambiental S.A., Rosário do Catete Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A.. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Estre, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. Estre. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da SPE Maceio, aterro sanitário localizado no estado de Alagoas, passando a deter 08 ativos anteriormente de propriedade do Grupo Estre. *k) Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia")*: Em 05 de abril de 2022, foi constituída a Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia"), cujo objeto social é a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista nas investidas listadas abaixo:

Empresa	Objeto
Orizon Biometano Paulinia Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Paulinia II Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon O&M Ltda.	Operação e manutenção de equipamentos
Orizon Locação de equipamento Ltda.	Locação de equipamentos
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano João Pessoa Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Cuiabá Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Tremembé Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon GD Itapevi 1 Ltda.	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 2 Ltda.	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 3 Ltda.	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 4 Ltda.	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 5 Ltda.	Planta para geração de energia elétrica

1) *CTR Porto Velho ("CTR PV")*: Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu através da controlada Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. No último trimestre de 2023, o CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região, e ratificando a estratégia do projeto. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)*: A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CTR Porto Velho foram alocados conforme previsto pelo CPC15/ IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

Patrimônio liquido da CTR Porto Velho	**19.039**
% participação adquirida	**51%**
Total adquirido	**9.710**
Ativos liquidos identificáveis a valor justo	**290**
Preço de aquisição - Contraprestação	**10.000**

Controladas em conjunto e coligadas: a) *UTE* Paulinia Verde Participações S.A. *("UTE Paulinia")*: A UTE Paulinia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e a Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulinia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulinia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulinia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercurio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW médios, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulinia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. *b) SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec")*: A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. c) Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. *("Vamtec Orizon")*: A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderurgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. d) CTR Santa Luzia ("CTR SL"): Em 1O de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A. e espanhola Urbaser S.A.. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1° trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. e) Biometano Verde *Paulinia*: Sociedade para produção de biometano em Paulinia: Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade para a produção de biometano no Ecoparque de Paulinia em conjunto com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. Formação de investida para produção de biometano em Paulinia: No contexto da transação, a Compass investirá até R$ 355.000, sendo R$ 235.000 no estágio inicial da parceria, dos quais R$ 100.000 aportados na Biometano Verde Paulinia S.A. e R$ 135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R$ 120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A OMA por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulinia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Nota 25). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Compass com 51% de participação na Biometano Verde Paulinia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em R$ 400 milhões, o início da operação da planta de Biometano de Paulinia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - *"Interim Financial Reporting"*, emitida pelo *"International Accounting Standards Board - IASB"*. A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi concedida em 14 de agosto de 2024. Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2024 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de junho de 2024. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:		30/06/2024	31/12/2023
Orizon Meio Ambiente S.A	Controlada direta	**100**	**100**
Foxx Holding S.A	Controlada direta	**100**	**100**
FIDC Orizon 1	Controlada direta	**100**	**100**
Orizon Energia e Gás Renovável Lida	Controlada direta	**100**	**100**
Orizon Economia Circular Lida.	Controlada direta	**100**	**100**
Controladas e coligadas da Orizon Meio Ambiente:			
CTRNI	Controlada indireta	**100**	100
CTRA	Controlada indireta	**100**	100
CTRBM	Controlada indireta	**100**	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	**50**	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	**100**	100
UTM Jaboatão	Controlada indireta	**100**	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	**50**	50
UTE Paulinia	Controlada em conjunto	**33,33**	33,33
SPE Itaboraí	Controlada indireta	**100**	100
SPE Itapevi	Controlada indireta	**100**	100
SPE Rosário do Catete	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Sorocaba Blendagem	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Tremembé Ambiental	Controlada indireta	**100**	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada indireta	**100**	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	**50**	50
SPE Maceió	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Pantanal	Controlada indireta	**100**	100
CTR Porto Velho	Controlada indireta	**51**	51
CTR Santa Luzia	Controlada em conjunto	**50**	75
Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Lida.	Controlada indireta	**100**	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Lida	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Holding Ceará Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Biometano Verde Paulinia	Controlada em conjunto	**49**	49
Controladas da Foxx Holding:			
Foxx Inova Ambiental S.A	Controlada indireta	**100**	100
Foxx URE JP Ambiental S.A	Controlada indireta	**67**	67
Barueri Energia Renovável S.A	Controlada indireta	**80**	80
Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.			
GD1 Itapevi[2]	Controlada indireta	**100**	100
GD2 Itapevi[2]	Controlada indireta	**100**	100
GD3 Itapevi[2]	Controlada indireta	**100**	100
GD4 Itapevi[2]	Controlada indireta	**100**	100
GD5 Itapevi[2]	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Paulinia Lida	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Paulinia II Lida	Controlada indireta	**100**	100
Orizon O&M Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Locação de equipamento Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Rosário do Catete Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano João Pessoa Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Cuiabá Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Tremembé Lida.	Controlada indireta	**100**	100
Controladas da Orizon Economia Circular Ltda.			
Consório Orizon Tera	Controlada indireta	**50**	50
SPE Biovalore I S.A	Controlada em conjunto	**30**	30
SPE Biovalore II S.A	Controlada em conjunto	**30**	30
Gestora Orizon	Controlada indireta	**100**	100

[1] O FIDC Orizon está sem operações. [2] As GDs Itapevi referem-se basicamente a empresas criadas para eventual futura geração de energia no ecoparque Itapevi.

2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira - conversão de saldos e transações em moeda estrangeira: As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo. **2.6. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor:** As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.15 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa	**1**	1	**45**	1
Bancos	**65**	484	**70.771**	43.686
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	35.814	**233.788**	245.739
Total	**66**	36.299	**304.604**	289.426

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	16.506	**4.983**	33.608

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs").

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	30/06/2024	31/12/2023
Faturados	**308.183**	300.033
A faturar (1)	**115.042**	88.291
	423.225	388.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(157.151)	(155.584)
Total	**266.074**	232.740
Circulante	**209.745**	184.168
Não circulante	**56.329**	48.572

(1) O saldo de contas a receber a faturar refere-se a (i) créditos de carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) a apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	30/06/2024	31/12/2023
A vencer	**68.211**	66.396
Vencidos até 30 dias	**16.402**	15.849
Vencidos de 31 a 60 dias	**15.596**	7.346
Vencidos de 61 a 90 dias	**2.959**	8.455
Vencidos de 91 a 180 dias	**10.842**	13.281
Vencidos de 181 a 360 dias	**15.170**	22.843
Vencidos acima de 360 dias	**179.003**	165.863
Total	**308.183**	300.033

Dos saldos a receber da controlada indireta CTRAjunto a PMSG, no montante de R$43.792, sendo R$12.068 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de junho de 2024 é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Saldoem1ºdejaneiro	**(155.584)**	(162.610)
(Provisão) Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.567)	7.026
Saldo no fim do período	**(157.151)**	(155.584)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de junho de 2024. Conforme detalhado na Nota 1.b, há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à PMSG, com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Movimentação do acordo	
Saldo em 1º de janeiro e 2023	14.660
Parcelas recebidas em 2023	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.460
Parcelas recebidas em 2024	**(300)**
Saldo em 30 de junho de 2024	**13.160**

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

Empresa	Período de geração de créditos	Quantidade de CER's (tCO2eq)	Saldo
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	**13.775**
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	**10.331**
Orizon Meio Ambiente	01-01-21 a 31-12-21	491	**12.005**
Foxx URE-JP	01-01-21 a 31-12-21	114	**4.435**
			40.546

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos no início de 2023, o montante correspondeu R$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 30 de junho de 2024. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA) e Foxx URE-JP. O montante atualizado para 30 de junho de 2024, considerando o efeito da variação cambial é de R$40.546 (R$33.877 em 31 de dezembro de 2023). Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: 1) Desenvolvimento do projeto; 2) Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etcs); 3) Envio do projeto para a nova entidade; 4) Revisão do projeto pela nova entidade; 5. Certificação do projeto. Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como Verified Carbon Standard (Verra) ou Gold Standard. Em 14 de março de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque João Pessoa (Foxx URE-JP), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Adicionalmente, foram emitidos os créditos de carbono referentes aos períodos de 2021, 2022 e primeiro bimestre de 2023[2]. [2] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais.

6. IMPOSTOS A CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:

Impostos a recuperar	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	**4.586**	4.162	**24.990**	18.176
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	-	-	**1.936**	1.637
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	**2.136**	1.412
Programa de Integração Social (PIS) (1)	-	-	**718**	752
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	-	-	**3.104**	3.304
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	**108**	106
Outros impostos a recuperar	**13**	13	**424**	424
Subtotal - tributos federais	**4.599**	4.175	**33.416**	25.811
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	**34**	77
Subtotal - tributos estaduais	-	-	**34**	77
Imposto sobre Serviços (ISS) (2)	-	-	**4.387**	4.154
Subtotal - tributos municipais	-	-	**4.387**	4.154
Total	**4.599**	4.175	**37.837**	30.042

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras, cujo aumento se deve ao aumento no montante do saldo de aplicações financeiras oriundo dos recuras captados no IFC (Nota 12). (2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**3**	-	**2.689**	2.741
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**9**	17	**11.100**	11.109
Programa de Integração Social (PIS)	**3**	4	**1.999**	2.183
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	**2.513**	3.069
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	**5.749**	7.317
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	-	-	**5.255**	5.266
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	-	-	**997**	961
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	**766**	766	**766**	766
Outros impostos (.)	-	-	**5.964**	3.708
Total	**781**	787	**37.032**	37.120

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

SUDENE - Incentivo fiscal obtido: Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., Foxx URE-JP Ambiental S.A., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A.. Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 1O anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora 30/06/2024	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 30/06/2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**34.349**	(50.222)	**60.043**	(28.928)
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(11.679)**	17.075	**(20.415)**	9.836
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**24.835**	(5.974)	**2.313**	2.052
Doações	-	-	**450**	450
Multa e juros	**65**	-	**1.535**	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(13.221)**	(11.101)	**(2.573)**	(29.441)
Total do Imposto de renda e contribuição social	-	-	**(18.690)**	(17.103)
Alíquota efetiva (*)	**0%**	0%	**-31%**	59%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	**(19.678)**	(18.271)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	-	**988**	1.168

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

	Controladora 01/04/2024 a 30/06/2024	Controladora 01/04/2023 a 30/06/2023	Consolidado 01/04/2024 a 30/06/2024	Consolidado 01/04/2023 a 30/06/2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**8.806**	(5.149)	**28.106**	7.039
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(2.994)**	1.751	**(9.556)**	(2.393)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**9.603**	3.702	**793**	1.041
Doações	-	-	-	450
Multa e juros	**52**	-	**192**	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(6.661)**	(5.453)	**(8.376)**	(8.988)
Total do Imposto de renda e contribuição social	-	-	(16.947)	(9.890)
Alíquota efetiva (*)	**0%**	0%	**-60%**	-141%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	**(17.467)**	(10.457)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	-	**520**	567

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como segue:

	Consolidado	
Ativo	30/06/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**158.600**	158.600
Diferenças temporárias		
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	**53.431**	52.899
Provisão para contingências	**6.255**	7.302
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	**(70.562)**	(71.077)
	147.724	147.724
Passivo		
Diferenças temporárias		
Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009	**(21.417)**	(21.417)
Ajuste a valor presente/ valor justo e outras diferenças temporárias	**(49.032)**	(50.020)
	(70.449)	(71.437)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	**77.275**	76.287

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023, a Orizon Meio Ambiente incorporou sua controlada SPE Paulinia. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

2025	**2.824**
2026	**5.490**
2027	**8.633**
2028	**10.821**
2029	**12.690**
2030	**14.103**
2031	**15.986**
2032	**17.319**
2033	**19.339**
2034	**40.519**
Total	**147.724**

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados liquidos e são como segue: *Ativo fiscal diferido (Consolidado)*

	Consolidado 30/06/2024			Consolidado 31/12/2023		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Efeito liquido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Efeito liquido
Orizon Meio Ambiente (*)	**147.724**	**(70.449)**	**77.275**	147.724	(71.437)	76.287
Orizon	**30.260**	**(30.260)**	-	30.260	(30.260)	-

(*) Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado. Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos possuía em 31 de dezembro de 2023, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social no montante total de R$241.929. Este montante não está registrado nas demonstrações financeiras pela ausência da expectativa de realização em prazo estimável.

e) PIS e COFINS diferidos: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

Descrição	Controladora e Consolidado 30/06/2024	Controladora e Consolidado 31/12/2023
Instrumento financeiro mensurado à valor justo	**89.001**	89.0[illegible]1
PIS e COFINS diferidos passivos	**4.139**	4.139

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Partes relacionadas - Ativo	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Orizon Meio Ambiente (1)	**304.497**	340.419	-	-
Foxx Holding (1)	**56.804**	16.641	-	-
CTR Nova Iguacu (1)	**1.828**	1.828	-	-
Orizon Energia e Gás Renovável	**37.199**	800	-	-
CGR Cuiabá	**125**	125	-	-
Orizon Economia Circular	**605**	196	**1.122**	293
Biometano Paulinia Verde	-	2	-	-
SPE Metropolitana	-	-	**925**	1.405
LS Participações (2)	-	-	**2.992**	1.155
Gera Energia Brasil	-	-	**153**	153
Total	**401.058**	360.011	**5.192**	3.006

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. Na Orizon Meio Ambiente, o saldo se originou principalmente na aquisição da SPE Maceio, uma vez que, no âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterros, a Controladora entregou 4.636.353 ações para a Jive, perfazendo o montante de R$184.064, o que gerou um saldo a receber da sua controlada Orizon Meio Ambiente. Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2023, a OVR realizou transferências para a OMA, principalmente de recursos captados na oferta subsequente de ações, para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento. (2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com o acionista não controlador da Foxx URE-JP e da LS Participações.

Partes relacionadas - Passivo	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
CTR Barra Mansa (1)	**18.113**	18.113	-	-
CTR Alcântara (1)	**8.632**	8.632	-	-
Barueri Energia (1)	5.217		-	-
Foxx Inova (1)	**11.670**	11.670	-	-
Orizon Energia e Gás Renovável (1)	-	413	-	-
Ecofort Amazon (1)	-	-	**414**	296
SABESP (3)	-	-	-	16.430
UTE Paulinia Verde (2)	-	-	**3.205**	4.223
Total	**38.415**	44.045	**3.619**	20.949

(1) Referem-se a transações de conta corrente para investimentos manutenção do capital de giro. Em 30 de junho de 2024, a Companhia optou pela baixa do saldo junto à sua controlada. (2) Refere-se à antecipação de dividendos; (3) Refere-se à aportes da SABESP na controlada indireta Barueri Energia Renovável para investimentos na construção da planta de WtE.

Transações de Conta-Corrente: Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 12. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas no consolidado do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 30 de junho de 2024 e 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Remuneração do pessoal-chave da Administração	**4.111**	4.059

Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Formação de investida para produção de biometano em Paulinia: A Companhia concluiu a transação com a Compass para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulinia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 25).

8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros ativos:

	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	**5.850**	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	-	-	**5.447**	4.292
Adiantamentos a fornecedores (3)	**430**	2.106	**23.372**	22.133
Adiantamentos para aquisição de novos negócios (4)	-	-	**26.946**	17.703
Outros (5)	**563**	-	**14.678**	10.055
Total	**993**	2.106	**76.293**	60.033
Circulante	**993**	2.106	**70.199**	55.392
Não circulante	-	-	**6.094**	4.641

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores pleiteados, a receber, junto a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se a empréstimos realizados no contexto da aquisição do ecoparque de Porto Velho, dos quais R$14.037 estão em aberto, com remuneração de IPCA+1% a.m. Adicionalmente, em agosto de

continua...

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36





Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas 30 de junho de 2024 - (Em milhares de reais)

2023, a Companhia formalizou processo para aquisição de aterro sanitário localizado em Juazeiro do Norte no Ceará com pagamento de adiantamento no montante de R$4.800, além destes, ocorreram outros aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos. (5) O saldo em aberto se refere à controlada indireta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente à potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação. Além disto, há transações referentes a estoques de almoxarifado e apólices de seguro contratadas para as operações.

b) Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Aquisições a pagar (1)	-	-	3.126	4.471
Outros títulos a pagar (2)	16	15	1.426	1.263
Provisão para fechamento aterro (3)	-		24.688	23.055
Total	16	15	29.240	28.789
Circulante	16	15	2.856	5.691
Não circulante	-	-	26.384	23.098

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental. (2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados. (3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

9. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Controladora - 30/06/2024	31/12/2023	Aumento de capital/ Outros	Resultados abragentes (*)	Resultado de equivalência patrimonial	30/06/2024
Orizon Meio Ambiente	698.302	(9)	6.667	42.320	747.280
Foxx Holding	61.414	-	-	5.552	66.966
Orizon Energia	80.706	-	-	24.260	104.966
Orizon Economia Circular	(470)	600	-	911	1.041
Total	839.952	591	6.667	73.043	920.253

(*) Refere-se ao reconhecimento de equivalência proporcional de investida não controlada, pelo aporte de fração residual de terreno, gerando um ganho de investimento reflexo.

Controladora - 31/12/2023	31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2023
Orizon Meio Ambiente	709.571	(11.269)	698.302
Foxx Holding	45.250	16.164	61.414
Orizon Energia	17.154	63.552	80.706
Orizon Economia Circular	-	(470)	(470)
Total	771.975	67.977	839.952

Consolidado - 30/06/2024	31/12/2023	Reclassificações/ Dividendos	Resultados abragentes (*)	Resultado de equivalência patrimonial	30/06/2024
Ses Haztec	(158)	-	-	-	(158)
Vamtec Orizon	2.738	(993)	-	241	1.986
UTE Paulinia (i)	9.814	(9.577)	-	3.615	3.852
Metropolitana Serviços Ambientais	12.618	-	-	601	13.219
CTR Santa Luzia (*)	24.087	-	6.667	870	31.624
Biometano Verde Paulinia	49.700	-	-	1.475	51.175
Total	98.799	(10.570)	6.667	6.802	101.698

(*) Refere-se ao reconhecimento de equivalência proporcional de investida não controlada, pelo aporte de fração residual de terreno, gerando um ganho de investimento reflexo.

Consolidado- 31/12/2023	31/12/2022	Aumento capital/ AFAC/ Aquisições/ Reclassificações	Ganho na mensuração do investimento a valor justo	Resultado de equivalência patrimonial	30/06/2024
Ses Haztec	(158)	-	-	-	(158)
Vamtec Orizon	2.317	993	-	(572)	2.738
UTE Paulinia (i)	30.940	(30.703)	-	9.577	9.814
Metropolitana Serviços Ambientais	10.827	1.102	-	689	12.618
CTR Santa Luzia	-	23.421	-	666	24.087
Biometano Verde Paulinia	-	-	49.000	700	49.700
Total	43.926	(5.187)	49.000	11.060	98.799

(i) No exercício de 2023, houve devolução de AFAC da UTE Paulínia para sua controlada Orizon Meio Ambiente.

Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

Investimento	Orizon Meio Ambiente	Foxx	Vamtec Orizon (i)	SES Haztec (i)	UTE Paulinia (ii)	SPE Metroeolitana	Orizon Energia	Biometano Verde Paulinia	CTR Santa Luzia	Economia Circular
Patrimônio líquido em:										
30/06/2024	747.280	66.966	4.763	(316)	11.540	26.438	104.966	103.768	63.248	2.880
31/12/2023	698.302	61.414	5.476	(316)	29.752	25.236	80.706	101.439	33.286	(794)
Resultado do período/exercício findo em:										
30/06/2024	42.320	5.552	(484)	-	10.820	1.202	24.260	3.010	1.740	2.086
31/12/2023	(11.269)	16.164	(1.144)	-	28.731	1.378	63.552	1.474	1.332	(793)

(i) A Ses Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON. A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 33,33% na UTE Paulínia.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Investimentos	920.253	839.952	101.856	98.957
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(158)	(158)
Total, líquido	920.253	839.952	101.698	98.799

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Imobilizado, líquido (Consolidado)	Terrenos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)	Edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações (2)	Mais Valia	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.572	10.027	10.121	4.474	7.240	97.974	1.415.692	50.875	1.632.975
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	20.950	-	20.950
Adições	7	981	-	109	985	5.497	247.314	-	254.893
Baixas	(2.314)	(423)	-	(686)	-	-	(100)	-	(3.523)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	(35.391)	-	(35.391)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	6.120	6.120
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.265	10.585	10.121	3.897	8.225	103.471	1.648.465	56.995	1.876.024
Adições	-	11	-	-	246	4.552	191.157	-	195.966
Baixas	-	(102)	-	-	-	(400)	-	-	(502)
Reclassificações	3.566	-	-	(3.566)	-	7.330	(8.162)	(3)	(835)
Saldo em 30 de junho de 2024	37.831	10.494	10.121	331	8.471	114.953	1.831.460	56.992	2.070.653
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	(9.799)	(8.637)	(483)	(5.132)	(70.083)	(744.650)	(9.112)	(847.896)
Adições	-	(872)	(146)	(14)	(276)	(11.126)	(89.190)	(6.624)	(108.248)
Baixas	-	520	-	270	3	-	94	-	887
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(10.151)	(8.783)	(227)	(5.405)	(81.209)	(833.746)	(15.736)	(955.257)
Adições	-	(97)	(145)	(5)	(114)	(2.478)	(29.628)	(3.252)	(35.719)
Baixas	-	99	-	-	-	240	-	-	339
Reclassificações	-	-	-	1	-	-	836	-	835
Saldo em 30 de junho de 2024	-	(10.149)	(8.928)	(233)	(5.519)	(83.447)	(862.538)	(18.988)	(989.802)
Imobilizado, líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.265	434	1.338	3.670	2.820	22.262	814.719	41.259	920.767
Saldo em 30 de junho de 2024	37.831	345	1.193	98	2.952	31.506	968.922	38.004	1.080.851

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula. Nesta rubrica também está classificado o montante de R$190.083 e R$78.770 referentes aos projetos para construção da unidade de WtE e UTM (nota 1) das controladas indiretas Barueri Energia e UTM Jaboatão, respectivamente.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Intangível, líquido	Consolidado 30/06/2024	31/12/2023
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	35.235	35.235
Carteira de clientes	85	172
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	8.065	8.065
ETR Gramacho (i)	2.731	2.731
SPEs UPI Estre		
Licenças	342.522	353.498
Carteira de clientes	2.217	2.350
CGR Cuiabá/CGR Ambiental		
Licenças	55.219	56.447
Provisão para fechamento de aterro	(2.045)	(2.045)
Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	444.029	456.453
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	6.538	6.844
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	754	902
Subtotal - concessões	7.292	7.746
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	764	813
Software	849	858
Total	452.934	465.870

(ii) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis.

A movimentação dos intangíveis é como se segue:	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	525.522
Adição de intangíveis	441
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	(24.927)
Reclassificação	(1.321)
Provisão para redução ao valor recuperável	(32.671)
Amortização dos intangíveis de concessão	(907)
Amortização de outos intangíveis	(267)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	465.870
Adição de intangíveis	45
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	(12.424)
Amortização dos intangíveis de concessão	(454)
Amortização de outos intangíveis	(103)
Saldo em 30 de junho de 2024	452.934

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeira relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2023, a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

UGC	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2023	Metodologia Utilizada
Plastimassa	5%	15%	8.065	Valor em uso
Ecopesa	5%	15%	80.860	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	5%	15%	26.413	Valor em uso

No encerramento do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reavaliará as UGCs e eventuais impactos sobre necessidade de constituição para provisão ao valor recuperável.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora 30/06/2024	31/12/2023
Orizon Meio Ambiente (i)	Debêntures	26/12/2032	CDI+ 2,5% a.a.	543.202	510.035
Custos com emissão de debêntures	Debêntures			(1.173)	(1.173)
Ajustes a valor justo/ presente	Debêntures			(20.579)	(21.786)
Total				521.450	487.076
Circulante				56.284	
Não circulante				465.166	487.076

(i) Valor decorrente das debêntures da Orizon adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente. Em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, extendendo o prazo com novos fluxos de pagamentos, conforme detalhado nesta nota.

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado 30/06/2024	31/12/2023
Banco ABC do Brasil	Capita de giro	11/10/2024	CDI+ 0,2141% a.m.		
		12/01/2026	CDI + 2,9183% a.a.	14 060	18 872
Banco do Brasil	Capital de giro	10/04/2026	CDI + 2,21% a.a.		
		10/06/2027	CDI + 2,27% a.a.	65 149	-
Debêntures	Debêntures	30/11/2028	CDI + 2,6% a.a.	401.948	402.128
Debêntures	Debêntures	15/11/2035	CDI + 3,8% a.a.	250.335	253.197
Debêntures	Debêntures	15/11/2031	IPCA + 6,76% a.a	282.072	277.066
Custos na emissão de debêntures				(32.624)	(32.624)
Banco Safra	Capital de giro	03/06/2024	CDI + 0,19% a.m.		
		26/05/2026	8,11% a.a.	30.000	5.040
Ajuste a valor justo - MTM swap			CDI + 2,3% a.a.	(1.774)	-
Banco Votorantim	Capital de giro	22/07/2024	CDI + 2,6% a.a.		
		02/04/2026	CDI + 2,26% a.a.	67.047	10.652-
Banco Bradesco	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	90.994	86.060
Ajuste a valor presente				(22.664)	(23.860)
Financiamento International Finance Corporation ("IFC")	Corporativo Atrelado a Projetos	15/04/2031	CDI + 2,9% a.a.	133.563	134.043
Custos na captação de dívidas				(4.201)	(4.012)
Custos na captação de recursos				(1.173)	(1.173)
Total				1.272.732	1.125.389
Circulante				139.500	45.583
Não circulante				1.133.232	1.079.806

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de Janeiro	487.076	418.912	1.125.389	1.015.154
Encargos financeiros	33.166	69.709	77.213	154.450
Ajuste a valor presente/ MTM Swap	1.207	(1.428)	(578)	(409)
Captações de recursos	-	-	160.000	130.000
Custos na captação de recursos	-	(117)	(189)	(4.131)
Pagamento de principal	-	-	(22.250)	(36.750)
Pagamento de juros	-	-	(66.853)	(132.925)
Saldos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023	521.449	487.076	1.272.732	1.125.389

Cronograma de pagamentos:

Em 30 de junho de 2024, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2025	63.523
2026	269.821
2027	287.001
2028	181.854
2029 em diante	331.033
Total	1.133.232

CTRNI - Banco ABC Brasil (Consolidado): Em 11 de junho de 2021, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$15.000 junto ao Banco ABC Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI+ 0,2141% a.m. A dívida será quitada em 40 parcelas de R$375, sendo a primeira com vencimento em 12 de julho 2021 e a última em 11 de outubro 2024. O empréstimo não possui garantias e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos estão relacionadas ao atendimento dos mesmos índices não financeiros já descritos na seção que trata de recurso captado pela Orizon Meio Ambiente junto ao ABC. Adicionalmente, em 08 de dezembro de 2022, a controlada indireta CTRNI assinou com o Banco ABC do Brasil Cédula de Crédito Bancário (CCB), no montante de R$20.000. A dívida será liquidada em 8 parcelas semestrais de R$5.000, vencendo a primeira em 09 de janeiro de 2023 e a última em 12 de janeiro de 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI+ 2,9183% a.a. Os juros serão pagos mensalmente a partir do pagamento da primeira parcela de principal. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. A dívida possui alguns *covenants* não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos; dentre outros itens menos relevantes. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTRNI - Banco Safra (Consolidado):* Em 30 de maio de 2022, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$20.000 junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única. O montante será remunerado por 100% do CDI+0,19% a.m. A dívida será quitada em 4 parcelas semestrais de R$5.000, ocorrendo o primeiro vencimento em 05 de dezembro de 2022 e o último em 03 de junho de 2024. O saldo da dívida foi integralmente quitado no 2º trimestre de 2024. Em 04 de junho de 2024, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$30.000 (USD5.718 convertido a taxa de R$5,25 na data de contratação) junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única de crédito internacional. O montante será remunerado por 8,11% a.a. A dívida será quitada em 8 parcelas trimestrais de R$3.751 (USD715), ocorrendo o primeiro vencimento em 03 de setembro de 2024 e o último em 26 de maio de 2026. Por se tratar de dívida em moeda estrangeira, a Companhia firmou contrato de swap para proteção de oscilações cambiais durante a vigência da dívida, a taxa contratada foi CDI+2,3% . A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) Declaração de falência; (2) Protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R$15.000; dentre outros itens menos relevantes. • A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser igual ou inferior a 4x a 3,5x escalonada até 2025; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *CTR NI - Banco doBrasil (Consolidado):* Em 29 de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$15.000 junto ao Banco do Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 2,21% a.a. A dívida será quitada em 18 parcelas mensais de R$833, sendo a primeira com vencimento em 10 de abril 2024 e a última em 11 de março 2026. Em 24 de junho de 2024, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$50.000 junto ao Banco do Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI+ 2,27% a.a. A dívida será quitada em 3 parcelas anuais de R$16.667, sendo a primeira com vencimento em 10 de junho 2025 e a última em 10 de junho 2027. As dívidas possuem alguns *covenants* não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: • A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos; dentre outros itens menos relevantes. *CTR NI - Banco Votorantim (Consolidado):* Em 1º de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI firmou com o Banco Votorantim Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R$65.000, representado por 65.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R$16.250, vencendo a primeira em 02 de outubro 2024 e a última em 02 de abril 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI+ 2,65% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento. As dívidas possuem alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado: A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: (1) declaração de falência; (2) deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que consequentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; (3) protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R$15.000; dentre outros itens menos relevantes. A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 4x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Não inferior a 1,25x. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas. *Orizon Meio Ambiente -Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):* Em 23 de junho de 2020, a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente, passando a Companhia a ser devedora da dívida de sua controlada direta e quitando a dívida que a Companhia possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R$22.664 (R$23.860 em 31 de dezembro de 2023) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Desta forma, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com interveniência e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R$327, mensais e consecutivas, e; (b) O saldo devedor remanescente no dia 30 de abril de 2029 Após 19 de junho 2021, os juros remuneratórios passaram a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e Companhia, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e recíproca quitação, para nada mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Consolidado):* Em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, da Orizon Meio Ambiente, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, de 500.000 Debêntures, sendo: (i) 250.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 250.000 Debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R$500.000 na data de emissão. Os recursos captados na Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcântara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e para utilização geral da Companhia, de acordo com seu objeto social. As séries foram emitidas pela controlada Orizon Meio Ambiente. As debêntures possuíam prazo de carência de principal e a partir novembro de 2023, os valores de principal e juros começarão a ser pagos em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI+ 3,8% a.a e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da controlada Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B. No 4º trimestre de 2022, a Orizon Meio Ambiente teve seu registro na CVM ("Comissão de Valores Mobiliários") na categoria Tipo B para realização de transações de capital. • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Não inferior a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escitura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 30 de junho de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022 ("RCA"), foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") ("Debêntures"), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures, perfazendo o montante total de R$400.000. (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas. As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros começaram a ser pagos mensalmente a partir de dezembro de 2022. A remuneração desta emissão é de 100% CDI+ 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 30 de setembro de 2022. Dentre estas destacam-se: • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas). • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escitura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. Em 30 de junho de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas. *Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"):* Em 30 de junho de 2023, a Orizon Meio Ambiente celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"), braço do Banco Mundial voltado ao setor privado, para fortalecer a estratégia de crescimento e posicionamento do grupo. O financiamento, no montante de R$130.000, foi desembolsado em 04 setembro de 2023, objetivando principalmente reembolso de investimentos realizados em triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume, com vencimento final em 15 de abril de 2031, com 1 ano de carência de principal e pagamentos semestrais de juros e principal. O financiamento possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, destacando-se abaixo os principais: • Relação Dívida Líquida x EBITDA - Deve ser inferior ou igual a 4,5x a 3,5x, devendo a menor ocorrer a partir de 2025; • Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x; • Índice de cobertura do serviço da dívida - Não inferior a 1,25x. • Restrição a reorganizações societárias exceto pelos casos permitidos no contrato de empréstimo. 5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão: Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R$150.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da *DI+Spread* que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/ EBITDA". As debêntures possuíam prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures, que originalmente deveria ocorrer em janeiro de 2022. Conforme detalhado nesta nota, a operação estava suportada por waiver obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia foi repactuada em 26 de dezembro de 2022, sendo mantidos os *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos debenturistas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples: Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento (*"Term Sheet"*) entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela controlada Orizon Meio Ambiente ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R$305.964. Na data da quitação, a dívida estava atualizada com valor de face de R$381.912, com efeito de dedução do *AVJ* no montante de R$75.948. No ato da quitação, foram apurados os devidos impostos sobre a realização do *AVJ*, tratado na origem com efeitos de diferimento de temporalidade. O saldo de AVP e seu respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R$59.060, sendo neutralizados no consolidado pelo lançamento da controlada. Arrendamentos (Consolidado): A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. *Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado):* Em 18 de outubro de 2022, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou 2 Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Safra, no montante total de R$9.667. Os objetos dos contratos são arrendamentos de unidades de tratamento de chorume procedente de aterro sanitário (ecoparque) por osmose reversa. A dívida será liquidada em 48 parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2022 e a última em outubro de 2026, com remuneração de 2,86% a.a. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento, tais como: ausência no pagamento de parcelas do contrato, obrigações de IPVA, multas por infração de trânsito, dentre outros. *Orizon Meio Ambiente -Société Générale Equipment Finance S.A. (Consolidado):* Em 17 de agosto de 2023, a OMA firmou com o Société Générale Equipment Finance S.A. contrato de financiamento para aquisição de central de sucção e queima de biogás no montante de 7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de R$135, vencendo a primeira em 28 de outubro de 2023 e a última em 28 de setembro de 2028, com remuneração de CDI+ 3% a.a.. A movimentação dos arrendamentos para 30 de junho de 2024 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	56.011
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	29.323
Pagamento de principal	(32.948)
Pagamento de juros	(4.433)
Juros apropriados no exercício	4.433
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52.386
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	23.113
Pagamento de principal	(21.601)
Pagamento de juros	(2.460)
Juros apropriados no período	3.002
Saldo em 30 de junho de 2024	54.440

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante	34.249	29.057
Não circulante	20.191	23.329

Cronograma de pagamentos (consolidado: Em 30 de junho de 2024, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2025	14.548
2026	2.711
2027	1.234
2028	1.037
2029 em diante	661
Total	20.191

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos. Em 30 de junho de 2024, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	42.658
Adições no exercício	29.323
Amortização do direito de uso no exercício	(31.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.670
Adição de novos contratos - 1FRS 16	23.113
Amortização do direito de uso no período	(18.779)
Saldo em 30 de junho de 2024	45.004

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui o direito de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de junho de 2024 de R$1.998 (R$3.048 em 31 de dezembro de 2023).

13. FORNECEDORES

Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores	295	1.295	66.999	59.533

14. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	Percentual da outorga	30/06/2024	31/12/2023
Orizon Meio Ambiente	10%	101	101
CTRNI	10%	3.574	5.856
CTRAL	2%	3.895	3.570
CTRBM	6%	4.248	4.442
URE-JP	10%	281	849
Total		12.099	14.818

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Salários e honorários a pagar	481	467	6.087	5.033
INSS a recolher	296	289	5.196	4.036
FGTS a recolher	-	-	723	935
Provisão e encargos sobre férias	-	-	13.838	12.976
Provisão e encargos sobre 13º salário	-	-	4.518	-
1RRF sobre salários	1.237	522	2.836	1.813
Outros	-	-	815	455
Total	2.014	1.278	34.013	25.248

...continua

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas 30 de junho de 2024 - (Em milhares de reais)

16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
IRRF (2)	**8.702**	9.767	**8.702**	9.777
INSS(1)	**537**	608	**8.161**	8.937
ISS	-	-	**286**	619
ICMS	-	-	**1.065**	1.437
COFINS (1)	**3.096**	3.470	**23.372**	23.174
IRPJ (1)	-	-	**14.985**	15.077
CSLL (1)	-	-	**6.306**	6.283
PIS(1)	**503**	564	**5.972**	5.948
PERT(1)	-	-	**10.746**	11.660
Total	**12.838**	14.409	**79.595**	82.912
Circulante	**502**	564	**21.669**	19.011
Não circulante	**12.336**	13.845	**57.926**	63.901

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas. (2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações, com saldo atualizado de R$8.702 em 30 de junho de 2024.

A maior parte dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa selic. Cronograma de pagamentos: Em 30 de junho de 2024, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

2025	**8.550**
2026	**17.100**
2027	**17.100**
2028 em diante	**14.251**
Total	**57.001**

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Trabalhistas	**8.108**	11.210
Cíveis	**2.939**	2.945
Tributárias	**7.349**	7.322
Total	**18.396**	21.477

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

Consolidado	Trabalhistas	Tributários	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	14.930	4.596	5.549	25.075
Adições (Reversões)	(2.331)	2.726	(300)	95
Pagamentos	(1.389)	-	(2.304)	(3.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.210	7.322	2.945	21.477
Adições (Reversões)	**(3.003)**	**47**	**221**	**(2.735)**
Pagamentos	**(99)**	**(20)**	**(227)**	**(346)**
Saldo em 30 de junho de 2024	**8.108**	**7.349**	**2.939**	**18.396**

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Barueri Energia, referentes a litígios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

Natureza dos Processos	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Cível (1)	**123.543**	122.562
Trabalhista (2)	**16.278**	11.681
Tributário (3)	**292.593**	289.068
Total	**432.414**	423.311

(1) *Cível*: • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. *(2) Trabalhista*: • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex- funcionários. (3) *Tributário*: • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Depósitos judiciais	-	-	**5.568**	10.938

A Barueri Energia Renovável é objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes.

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	24.140
Adiantamentos recebidos	26.136
Compensações	(46.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.976
Adiantamentos recebidos	**17.310**
Compensações	**(15.531)**
Saldo em 30 de junho de 2024	**5.755**

19. CONTAS A PAGAR

Arbitragem: Com base nos termos anteriormente firmados entre as controladas indiretas CTRNI e CTRA, foi acordado que valores devidos para a Gás Verde (NIEGAR/SGEGAR) no âmbito da arbitragem, seriam abatidos a razão de 30% de cada fatura devida pela mesma. Em 30 de junho de 2024, os valores são apresentados conforme abaixo:

	CTR NI	CTRA	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	25	5.568	5.593
Compensações com as faturas de biogás	(25)	(4.390)	(4.415)
Correções monetárias	-	1.485	1.485
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	2.663	2.663
Compensações com as faturas de biogás	-	**(2.517)**	**(2.517)**
Correções monetárias	-	**331**	**331**
Saldo em 30 de junho de 2024	-	**477**	**477**

Aquisição de empresas: *Aquisição SPEs - UPI Estre*: Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a controlada Orizon Meio Ambiente concluiu o processo de aquisição da UPI Aterros. O valor de negociação foi firmado da seguinte forma: A movimentação do saldo está apresentada abaixo:

	Fluxo de pagamento - Aquisição SPEs Estre (1)	(2)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	47.295	324.818	372.113
Pagamentos realizados no exercício	(18.754)	(324.818)	(343.572)
Ajuste a valor presente	8.165	-	8.165
Saldo em 31 de dezembro de 2023	36.706	-	36.706
Pagamentos realizados no período	**(9.372)**	-	**(9.372)**
Ajuste a valor presente	**2.915**	-	**2.915**
Saldo em 30 de junho de 2024	**30.249**	-	**30.249**
Circulante			**16.500**
Não Circulante			**13.749**

(1) O montante será liquidado em 48 parcelas fixas e irreajustáveis de R$1.562. Em 30 de junho 2024 havia 22 parcelas em aberto. Uma vez que estas parcelas de longo prazo não possuem incidência de juros, a Companhia calcula o ajuste a valor presente. (2) Até 30 de junho de 2022, este montante estava registrado na rubrica de Instrumentos Patrimoniais no Patrimônio líquido e era apresentado nesta nota para composição da dívida total pela aquisição das SPEs UPI Estre. Em fevereiro de 2023, foi homologado o aumento de capital da Orizon e parte das ações emitidas foram entregues a Jive para quitação do saldo em aberto. Abaixo, cronograma de pagamento da dívida aquisição das SPEs no passivo não circulante, com exceção da parcela classificada no patrimônio líquido.

2025	**8.250**
2026	**5.499**
Total	**13.749**

Aquisição da CTR Santa Luzia: Conforme divulgado na nota 1, a Companhia concluiu no primeiro semestre de 2023 a aquisição de 50% de parcticipação no capital social da CTR Santa Luzia, pelo valor de R$25.000. Abaixo, movimentação referente aquisição de participação societária:

Aquisição da CTR Santa Luzia - Abril/2023	25.000
Atualização monetária	(190)
Compensação de valores antecipados	(23.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.488
Compensação de valores antecipados	**(590)**
Atualização monetária	**12**
Saldo em 30 de junho de 2024	**910**

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R$1.091.127, representado por 82.951 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária: A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 30 de junho de 2024:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência (1)	**36.607**	**44,13%**
Hix Investimentos Ltda ("HIX")	**4.203**	**5,07%**
Free Float	**42.143**	**50,80%**
Total	**82.951**	**100%**

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2023:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência	37.311	44,98%
Equitas Administração de Fundos de Investimento Ltda. ("Equitas") - Free Float	5.440	6,56%
Hix Investimentos Ltda ("HIX") - Free Float	4.203	5,07%
Outros acionistas - Free Float	35.997	43,40%
Total	82.951	100%

b) Reserva de capital: b.1) Ágio *na emissão de novas ações*: Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de março de 2012, que apresentava o montante de R$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx Holding passou a ser de R$5.838, gerando um aumento de R$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações. b.2) *Outras reservas: Conversão de instrumentos patrimoniais - Debêntures Conversíveis*: Em 1º de janeiro a de 2013, a Companhia possuía o montante de R$133.898 de instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis. Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, na qualidade de debenturista da Companhia, converteu parcialmente em ações no valor de R$103.021 as debêntures de sua titularidade, remanescendo ainda o saldo de R$30.877. *Recursos excedentes captados na oferta pública de ações*: Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R$381.400 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R$544.323 para R$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17 de fevereiro de 2021 com preço de R$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R$381.400 e recebido o valor de R$359.977 líquido dos custos da transação. Uma vez que o aumento autorizado do capital social foi de R$300.000, o montante excedente de R$81.400 foi alocado na rubrica de reserva de capital no patrimônio líquido. Ganho de capital em transação com sócios: Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um ganho líquido de R$ 28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o resultado positivo da transação foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital. *Pagamento baseado em ações*: Adicionalmente, 589 (mil) ações, valorizadas a R$23.386, foram utilizadas para a quitação da dívida referente a pagamento baseado em ações. **b.3)** *Bônus de Subscrição*: Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP, representado pela sua gestora Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. O montante foi integralmente exercido pela Jive na emissão de novas ocorrida em abril de 2023. Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação: Nos Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora 30/06/2024	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 30/06/2023
Lucro líquido (prejuízo) do período	**34.349**	(50.222)	**41.353**	(46.031)
Quantidade de ações ordinárias	**82.951**	82.951	**82.951**	82.951
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação*	**0,41**	(0,61)	**0,50**	(0,55)

	Controladora 01/04/2024 a 30/06/2024	Controladora 01/04/2023 a 30/06/2023	Consolidado 01/04/2024 a 30/06/2024	Consolidado 01/04/2023 a 30/06/2023
Lucro líquido (prejuízo) do período	**8.806**	(5.149)	**11.159**	(2.851)
Quantidade de ações ordinárias	**82.951**	80.271	**82.951**	80.271
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação*	**0,11**	(0,06)	**0,13**	(0,04)

* A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor no período

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	30/06/2024	30/06/2023
Receita operacional bruta	**492.771**	445.891
Deduções da receita bruta		
Programa de Integração Social - PIS	**(6.738)**	(5.768)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**(31.049)**	(26.587)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	**(20.398)**	(18.494)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**(2.425)**	(1.833)
Outros	**(2.855)**	(3.547)
Total dos impostos incidentes	**(63.465)**	(56.229)
Vendas canceladas	**(5.113)**	(4.572)
Receita operacional líquida	**424.193**	385.090

	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Receita operacional bruta	**252.626**	224.954
Deduções da receita bruta		
Programa de Integração Social - PIS	**(3.496)**	(3.081)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**(16.044)**	(14.088)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	**(10.562)**	(9.523)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**(1.414)**	(878)
Outros	**(1.214)**	(1.139)
Total dos impostos incidentes	**(32.730)**	(28.709)
Vendas canceladas	**(4.849)**	-
Receita operacional líquida	**215.047**	196.245

22. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora

	30/06/2024 Custo dos serviços prestados	30/06/2024 Despesas gerais e adminis-trativas	30/06/2024 Total	30/06/2023 Custo dos serviços prestados	30/06/2023 Despesas gerais e adminis-trativas	30/06/2023 Total
Pessoal	-	**(8.293)**	**(8.293)**	-	(4.715)	(4.715)
Serviços de terceiros	-	**(1.070)**	**(1.070)**	-	(1.524)	(1.524)
Outros	-	**(920)**	**(920)**	-	(200)	(200)
Total	-	**(10.283)**	**(10.283)**	-	(6.439)	(6.439)

Consolidado

	30/06/2024 Custo dos serviços prestados	30/06/2024 Despesas gerais e adminis-trativas	30/06/2024 Total	30/06/2023 Custo dos serviços prestados	30/06/2023 Despesas gerais e adminis-trativas	30/06/2023 Total
Pessoal	**(62.926)**	**(32.683)**	**(95.609)**	(61.969)	(26.059)	(88.028)
Materiais de produção e consumo	**(45.128)**	-	**(45.128)**	(44.306)	-	(44.306)
Depreciação e amortização	**(51.839)**	**(15.639)**	**(67.478)**	(85.872)	(9.989)	(95.861)
Provisão para fechamento de aterro	**(1.634)**	-	**(1.634)**	(5.470)	-	(5.470)
Serviços de terceiros	**(24.528)**	**(14.212)**	**(38.740)**	(31.455)	(14.109)	(45.564)
Aluguéis	**(3.246)**	**(452)**	**(3.698)**	(1.060)	(2.100)	(3.160)
Outorgas	**(6.611)**	-	**(6.611)**	(5.846)	(886)	(6.732)
Energia	**(9.607)**	**(106)**	**(9.713)**	(5.200)	(204)	(5.404)
Combustíveis	**(16.975)**	-	**(16.975)**	(17.552)	(909)	(18.461)
Fretes	**(621)**	**(30)**	**(651)**	(3.932)	(80)	(4.012)
Outros	**(10.578)**	**(9.315)**	**(19.893)**	(13.614)	(6.428)	(20.042)
Total	**(233.693)**	**(72.437)**	**(306.130)**	(276.276)	(60.764)	(337.040)

Controladora

	01/04/2024 a 30/06/2024 Custo dos serviços prestados	01/04/2024 a 30/06/2024 Despesas gerais e adminis-trativas	01/04/2024 a 30/06/2024 Total	01/04/2023 a 30/06/2023 Custo dos serviços prestados	01/04/2023 a 30/06/2023 Despesas gerais e adminis-trativas	01/04/2023 a 30/06/2023 Total
Pessoal	-	**(5.955)**	**(5.955)**	-	(2.387)	(2.387)
Serviços de terceiros	-	**(387)**	**(387)**	-	(810)	(810)
Outros	-	**(256)**	**(256)**	-	(1)	(1)
Total	-	**(6.598)**	**(6.598)**	-	(3.198)	(3.198)

Consolidado

	01/04/2024 a 30/06/2024 Custo dos serviços prestados	01/04/2024 a 30/06/2024 Despesas gerais e adminis-trativas	01/04/2024 a 30/06/2024 Total	01/04/2023 a 30/06/2023 Custo dos serviços prestados	01/04/2023 a 30/06/2023 Despesas gerais e adminis-trativas	01/04/2023 a 30/06/2023 Total
Pessoal	**(32.576)**	**(18.545)**	**(51.121)**	(30.549)	(14.400)	(44.949)
Materiais de produção e consumo	**(22.438)**	-	**(22.438)**	(22.141)	-	(22.141)
Depreciação e amortização	**(25.823)**	**(7.626)**	**(33.449)**	(39.991)	(816)	(40.807)
Provisão para fechamento de aterro	**(2.191)**	-	**(2.191)**	(299)	-	(299)
Serviços de terceiros	**(11.666)**	**(7.780)**	**(19.446)**	(17.285)	(6.321)	(23.606)
Aluguéis	**(1.196)**	**(418)**	**(1.614)**	2.499	(1.208)	1.291
Outorgas	**(3.020)**	-	**(3.020)**	(2.768)	(507)	(3.275)
Energia	**(7.175)**	**(63)**	**(7.238)**	(2.746)	(64)	(2.810)
Combustíveis	**(8.718)**	-	**(8.718)**	(7.099)	(857)	(7.956)
Fretes	**(124)**	**(5)**	**(129)**	(2.790)	(72)	(2.862)
Outros	**(6.194)**	**(153)**	**(6.347)**	(6.536)	(356)	(6.892)
Total	**(121.121)**	**(34.590)**	**(155.111)**	(129.705)	(24.601)	(154.306)

Abaixo, detalhamento dos custos e despesas de depreciação e provisão para fechamento de aterro por suas respectivas naturezas:

	30/06/2024	30/06/2023
Amortização Ecoparques	**(21.400)**	(51.091)
Amortização Mais Valia	**(12.878)**	(16.385)
Amortização IFRS 16	**(18.779)**	(15.546)
Demais depreciações e provisão para fechamento de aterro	**(16.055)**	(18.309)
Total	**(69.112)**	(101.331)

	01/04/2024 a 30/06/2024	01/04/2023 a 30/06/2023
Amortização Ecoparques	**(11.308)**	(14.864)
Amortização Mais Valia	**(6.439)**	(10.098)
Amortização IFRS 16	**(9.738)**	(7.433)
Demais depreciações e provisão para fechamento de aterro	**(8.15.5)**	(8.711)
Total	**(35.640)**	(41.106)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora 30/06/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	-	-	**1.773**	-
Variação cambial ativa	-	-	**5.188**	-
Rendimentos de aplicações financeiras	**1.219**	11.875	**13.271**	12.528
Descontos financeiros obtidos	-	2	**25**	106
Outras receitas financeiras	**3**	-	**3.310**	3.286
PIS e COFINS sobre receita financeira	**(57)**	(944)	**(3.256)**	(2.689)
Total	**1.165**	10.933	**20.311**	13.231
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	**(1.206)**	(177)	**(4.110)**	(3.617)
Variação cambial passiva	-	(3)	-	(3.351)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(33.166)**	(34.347)	**(80.215)**	(80.624)
Multa e juros	**(190)**	(2.609)	**(7.595)**	(5.309)
Desconto concedido	-	-	**(1.006)**	(1.297)
Outras despesas financeiras	**(206)**	(10)	**(2.365)**	(3.778)
Total	**(34.768)**	(37.146)	**(95.291)**	(97.976)
Resultado financeiro, líquido	**(33.603)**	(26.213)	**(74.980)**	(84.745)

	Controladora 01/04/2024 a 30/06/2024	Controladora 01/04/2023 a 30/06/2023	Consolidado 01/04/2024 a 30/06/2024	Consolidado 01/04/2023 a 30/06/2023
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	-	-	**1.609**	-
Variação cambial ativa	-	-	**4.853**	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	5.912	**6.499**	6.316
Descontos financeiros obtidos	-	2	**3**	98
Outras receitas financeiras	**3**	-	**1.631**	2.271
PIS e COFINS sobre receita financeira	(3)	(5930)	**(1.986)**	(32)
Total	-	5.321	**12.609**	8.653
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	**(1.206)**	(105)	**(2.501)**	(926)
Variação cambial passiva	**3**	(3)	-	(1.893)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(16.660)**	(17.219)	**(40.825)**	(38.664)
Multa e juros	**(152)**	(831)	**(3.645)**	(2.247)
Desconto concedido	-	-	-	(616)
Outras despesas financeiras	**(26)**	(4)	**(1.738)**	(1.256)
Total	**(18.041)**	(18.162)	**(48.709)**	(45.602)
Resultado financeiro, líquido	**(18.041)**	(12.841)	**(36.100)**	(36.949)

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

Consolidado 30/06/2024

	Trata-mento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Benefi-ciamento de resíduos/ WTE	Enge-nharia Ambi-ental	Total
Receita operacional líquida	322.797	64.670	24.386	12.340	424.193
Custo dos serviços prestados	(131.345)	(11.090)	(24.976)	(12.809)	(180.220)
Lucro bruto antes da depreciação	191.452	53.580	(590)	(469)	243.973
Custos de depreciação					(53.473)
Lucro bruto					190.500
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas					(72.437)
Outras receitas (despesas), líquidas					10.158
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					128.221
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					20.311
Despesas financeiras					(95.291)
Resultado financeiro, líquido					(74.980)
Resultado de equivalência patrimonial					6.802
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					60.043
Imposto de renda e contribuição social Corrente					(19.678)
Diferido					988
Lucro líquido do período					41.353

Consolidado 30/06/2023

	Trata-mento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Benefi-ciamento de resíduos/ WTE	Enge-nharia Ambi-ental	Total
Receita operacional líquida	284.764	56.362	25.944	18.020	385.090
Custo dos serviços prestados	(126.865)	(7.023)	(33.818)	(17.228)	(184.934)
Lucro bruto antes da depreciação	157.899	49.339	(7.874)	792	200.156
Custos de depreciação					(91.342)
Lucro bruto					108.814
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas					(60.764)
Outras receitas (despesas), líquidas					1.732
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					49.782
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					13.231
Despesas financeiras					(97.976)
Resultado financeiro, líquido					(84.745)
Resultado de equivalência patrimonial					6.035
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social					(28.928)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente					(18.271)
Diferido					1.168
Prejuízo do período					(46.031)

25. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento à leilão: Em 2021, a Companhia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2027, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R$613,64/MWh, totalizando cerca de R$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão ao longo do exercício de 2026. Créditos de cabono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. Fornecimento de Biogás: Investidas indiretas - CTRNI e CTRA: A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. OMA - Biometano Verde Paulínia: A controlada OMA possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em m³ podendo alcançar até 300.000 m³. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm3/h e 30.000 Nm3/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um paza de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc). • Contrato de take or pay - Biometano: Compass compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 1O anos Opção para aquisição de participação societária: Por meio do contrato de Opção de Compra e Cessão de Direitos Sobre Quotas, a Companhia, através de suas subsidiárias OMA e Foxx, possui opção de compra da participação societária remanescente do Consórcio Pernambuco Asja Foxx e do Consórcio Paraíba Asja Foxx. Atualmente, a Companhia está avaliando o exercício da opção.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

30/06/2024

Ativos financeiros	Categoria	Controladora Valor Contábil	Controladora Valor justo	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	**66**	**66**	**304.604**	**304.604**
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	-	-	**4.983**	**4.983**
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	**266.074**	**266.074**
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	**401.058**	**401.058**	-	**5.192**
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	**5.568**	**5.568**
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	**295**	**295**	**66.999**	**68.878**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	**521.449**	**521.449**	**1.272.732**	**1.272.732**
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	**54.440**	**54.440**
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	**43.633**	**43.633**	-	-
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	**12.099**	**12.099**
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	**5.755**	**5.755**

31/12/2023

Ativos financeiros	Categoria	Controladora Valor Contábil	Controladora Valor justo	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	36.299	16.991	289.426	289.426
Títulos e valores mobiliários do resultado	Valor justo por meio do resultado	16.506	35.814	33.608	33.608
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	232.740	232.740
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	360.011	360.011	3.006	3.006
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	10.938	10.938
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.295	1.295	59.533	59.533
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	487.076	487.076	1.125.389	1.125.389
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	52.386	52.386
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	44.045	44.045	-	-
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	14.818	14.818
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	3.976	3.976

A controladora indireta CTRNII possui contrato de *swap* para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. a) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho *(nonperformance risk)*, incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/ IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia- se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: *Nível 1* - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. *Nível 2* - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 30 de junho de 2024 são todos classificados como Nível 2. *Nível 3* - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2024:

Controladora

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	Valor Contábil 30/06/2024	Valor Contábil 31/12/2023	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 30/06/2024	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	**66**	36.299	**66**	168.875
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	-	16.506	-	236.496
Contas a receber de partes relacionadas		**401.058**	360.011	**401.058**	190.039
Passivos financeiros					
Fornecedores		**295**	1.295	**295**	312
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	**521.449**	487.076	**521.449**	418.912
Contas a pagar a partes relacionadas		**38.415**	44.045	**38.415**	11.676

Consolidado

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	Valor Contábil 30/06/2024	Valor Contábil 31/12/2023	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 30/06/2024	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2) 31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	**304.604**	289.426	**304.604**	264.313
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	**4.983**	33.608	**4.983**	8.619
Contas a receber de clientes		**266.074**	232.740	**266.074**	232.740
Contas a receber de partes relacionadas		**5.192**	3.006	**5.192**	3.006
Depósitos judiciais e cauções		**5.568**	10.938	**5.568**	10.938
Passivos financeiros					
Fornecedores		**66.999**	59.533	**66.999**	59.533
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	**1.272.732**	1.125.389	**1.272.732**	1.125.389
Arrendamentos		**54.440**	52.386	**54.440**	52.386
Contas a pagar a partes relacionadas		**3.619**	20.949	**3.619**	20.949
Outorgas a pagar		**12.099**	14.818	**12.099**	14.818
Adiantamento de clientes		**5.755**	3.976	**5.755**	3.976

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os

continua

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas 30 de junho de 2024 - (Em milhares de reais)

montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez*: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos financeiros: Controladora

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	66	-	-	-	-	66
Partes relacionadas	-	-	-	-	401.058	401.058
Total	66	-	-	-	401.058	401.124

Ativos financeiros: Consolidado

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	304.604	-	-	-		304.604
Títulos e valores mobiliários	4.983	-	-	-		4.983
Contas a receber de clientes	-	217.708	27.558	4.205	16.603	266.074
Total	309.587	217.708	27.558	4.205	16.603	575.661

Passivos financeiros: Controladora

Passivos financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	295	-	-	-	-	295
Empréstimos e financiamentos	-	-	56.284	204.441	260.725	521.450
Partes relacionadas	-	-	-	-	38.415	38.415
Total	295	-	56.284	204.441	299.140	560.160

Passivos financeiros: Consolidado

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	63.768	3.015	216	-	-	66.999
Empréstimos e financiamentos	11.625	23.250	104.625	872.507	260.725	1.272.732
Arrendamentos	2.854	5.708	11.629	34.249	-	54.440
Partes relacionadas	-	-	-	-	3.619	3.619
Outorgas a pagar	12.099	-	-	-	-	12.099
Adiantamento de clientes	5.755	-	-	-	-	5.755
Total	96.101	31.973	116.470	906.756	264.344	1.415.644

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento *(default)* de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação *(ratings)* de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$157.151 e R$155.584, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). *Risco de preços:* Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. *Risco de taxa de juros:* Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. *Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI*: A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Ativos (Consolidado)

Operação	Saldo 30/06/2024	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/06/2024 (*)	5,22%			
Aplicações financeiras (Nota 4)	4.983	5.763	6.023	6.283
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2024		20,87%	26,08%	31,30%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício a findar-se em 31/12/2024		780	1.040	1.300

Passivos (Consolidado)

Operação	Saldo 30/06/2024	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/06/2024 (*)	5,22%			
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.272.732	1.471.911	1.538.304	1.604.697
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2024		20,87%	26,08%	31,30%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício a findar-se em 31/12/2024		199.179	265.572	331.965

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2024 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos:* A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. *Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:* Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. *Partes relacionadas:* Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

27. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2024, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se as coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES (CONSOLIDADO)

Emissão de novas debêntures - Barueri Energia: Em 2 de julho de 2024, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da controlada indireta Barueri Energia Renovável ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R$395.000 na data de emissão. A data de emissão das Debêntures é 15 de junho de 2024, sendo que o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) anos e 9 (nove) meses a contar da data de emissão, ou seja, 15 de março de 2043 ("Emissão") e terão prazo de vencimento de 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses da data de emissão, tendo 3 (três) anos de carência para pagamento de juros e principal, correção monetária pelo IPCA e juros remuneratórios de 7,7959% ao ano, base 252 dias úteis. As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2°, parágrafos 1ª e 1º-B da Lei n.0 12.431, de 24 de junho de 2011 e serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, por determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (Coordenadores). A oferta será registrada sob o rito de registro automático e será destinada exclusivamente a investidores qualificados (conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os recursos líquidos captados com a Emissão serão utilizados para implementação do empreendimento de geração de energia através da incineração de resíduos sólidos urbanos ("RSU"), com potência instalada de 20MW e recebimento de 870 ton/dia de RSU. A tecnologia utilizada nesta usina é, amplamente, a mais utilizada no mundo em usinas do tipo Waste-to-Energy (WtE) e tem como principais atrativos a área reduzida para instalação, robustez tecnológica e a possibilidade de implantação em localidades próximas a grandes centros urbanos. As Debêntures serão caracterizadas como "debêntures verdes" tendo em vista a conformidade, em seus aspectos materiais, aos Green Bond Principles e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável. Esta caracterização será confirmada com base em parecer de segunda opinião emitido por consultoria especializada, conforme previsto nos documentos da oferta. Por fim, a S&P Global Ratings atribuiu o rating "brAA-", com perspectiva estável, à Emissão, conforme comunicado à imprensa divulgado em 2 de julho de 2024. Em 07 de agosto de 2024, foi encerrada a oferta pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, da Barueri Energia Renovável S.A. ("Debêntures"), tendo sido integralizado o montante total de R$ 395.000.000,00 (trezentos e noventa e cinco milhões de reais). Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano: Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato") entre a Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("BioE") e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes"). Nos termos do Contrato, a BioE, diretamente ou através de subsidiária integral, disponibiliza e venda biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil m3/dia de biometano. Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos da contratação. Conclusão do registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque de Jaboatão dos Guararapes (PE): Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Aquisição Oeste Ambiental: Em 12 de agosto de 2024, foi realizada, pela OMA, a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) da Oeste Ambiental Ltda. ("Transação"), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Rodolfo Fernandes, estado do Rio Grande do Norte ("Aterro Sanitário"). O Aterro Sanitário está em fase inicial de operação e é a única solução de destinação final adequada de resíduos da região, com geração potencial de 600 toneladas diárias de resíduos sólidos urbanos e que possui vida útil estimada de mais de vinte anos. Pela aquisição, a OMA desembolsará, entre primária e secundária, o montante total de até R$ 10,2 milhões, sendo parte desse montante condicionado ao cumprimento de métricas de earnout pelo Vendedor conforme definido nos documentos da transação. A Transação fortalece o posicionamento da Companhia, com presença agora em 12 estados brasileiros, com sinergias geográficas com os demais projetos da OrizonVR na região Nordeste, e ratifica sua estratégia de crescimento quanto à ampliação de volume de resíduos sob sua gestão, permitindo ainda a implantação de atividades de valorização, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros. Adicionalmente a aquisição do Aterro Sanitário, a Companhia firmou, na mesma data, opção de compra de 51% (cinquenta e um por cento) de terreno localizado na região Nordeste, em fase inicial de licenciamento de um aterro sanitário com potencial de 800 a 1.200 toneladas diárias de resíduos, o que, no futuro, poderá ser mais um projeto da Companhia. Conclusão da aquisição do Ecoparque Juazeiro do Norte: Em 13 de agosto de 2024, a Companhia divulgou que as condições pré-definidas para conclusão da transação foram cumpridas e, por meio da Orizon Holding Ceará Ltda. ("Orizon Ceará"), subsidiária integral da OMA, foi concluída a aquisição do controle do Ecoparque Juazeiro do Norte S.A. ("Ecoparque Juazeiro" e "Transação", respectivamente). Em um primeiro momento, a Orizon Ceará deterá 60% do Ecoparque Juazeiro, sendo que, caso haja o cumprimento de métricas de earn-out pelo vendedor, tal percentual será reduzido para 51% e desembolsado um complemento de preço. O valor total da aquisição está limitado a R$ 16,3 milhões, conforme anteriormente divulgado. A Transação inclui ainda uma opção de compra da participação restante em condições pré-definidas.

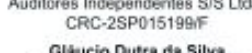
Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Orizon Valorização de Resíduos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias:** A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP015199/F



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-RJ090174/O

MAPFRE — MAPFRE VIDA S.A.

(Subsidiária Integral)
CNPJ 54.484.753/0001-49 - NIRE 3530010769-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 13 junho de 2024, às 11h30, na sede da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17° ao 21° andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4°, da Lei n.° 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Antonio Clemente Campanario, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a indicação de Diretor para compor a Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) aprovar a indicação para o cargo de Diretor da Companhia dos Srs. **(i) Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves,** português, casado, administrador, portador do passaporte CC106539, emitido por Portugal, válido até 02.11.2026, portador do RNM nº B0716624, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 012.122.858-40, nascido no dia 04/03/1975, e **(ii) Oscar Jose Celada Rodriguez,** espanhol, casado, administrador, portador do passaporte PAS 503023, emitido pela Espanha, válido até 27.11.2033, portador do RNM nº B0799027, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 021.308.688-35, nascido no dia 27/03/1971, ambos com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21° andar, Brooklin, CEP 04578-000. Ressalta a acionista que a eleição dos indicados para os cargos está condicionada à obtenção prévia da pertinente autorização do Ministério do Trabalho, por meio do processo de concessão de visto de trabalho. Após o cumprimento das referidas formalidades legais e administrativas, será realizado nova reunião para deliberar sobre a eleição dos indicados. Os Srs. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez declaram aceitar suas indicações ao referido cargo, estando cientes que somente tomarão posse mediante a obtenção de visto permanente de trabalho, a ser aprovado pelas autoridades brasileiras competentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e de achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Antonio Clemente Campanario, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. **Antonio Clemente Campanario** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 260.529/24-2 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE — MAC INVESTIMENTOS S.A.

(Subsidiária Integral) NIRE 35.30044705-1 - CNPJ/ME n.° 17.249.375/0001-92

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora e Local: Aos 13 dias do mês de junho de 2024, às 08:30h, na sede social da **MAC INVESTIMENTOS S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.° 11.711, 21° andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-000. **Presença:** Presente a acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4°, da Lei n.° 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência, Sidney Rodrigues que convidou, Simone Pereira Negrão, para exercer a função de secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a indicação de Diretores para compor a Diretoria da Companhia. **Deliberações:** A acionista da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: **(I) aprovar** a indicação para o cargo de Diretor da Companhia dos Srs. **(i) Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves**, português, casado, administrador, portador do passaporte CC106539, emitido por Portugal, válido até 02.11.2026, portador do RNM n° B0716624, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF n° 012.122.858-40, nascido no dia 04/03/1975, e **(ii) Oscar Jose Celada Rodriguez**, espanhol, casado, administrador, portador do passaporte PAS 503023, emitido pela Espanha, válido até 27.11.2033, portador do RNM n° B0799027, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF n° 021.308.688-35, nascido no dia 27/03/1971, ambos com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21° andar, Brooklin, CEP 04578-000. Ressalta a acionista que a eleição dos indicados para os cargos está condicionada à obtenção prévia da pertinente autorização do Ministério do Trabalho, por meio do processo de concessão de visto de trabalho. Após o cumprimento das referidas formalidades legais e administrativas, será realizado nova reunião para deliberar sobre a eleição dos indicados. Os Srs. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez declaram aceitar suas indicações ao referido cargo, estando cientes que somente tomarão posse mediante a obtenção de visto permanente de trabalho, a ser aprovado pelas autoridades brasileiras competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Sidney Rodrigues, Presidente; Simone Pereira Negrão, Secretária. Acionista: MAPFRE Brasil Participações S.A. (p. Sidney Rodrigues, Diretor e Antonio Clemente Campanario, Diretor). **Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. Sidney Rodrigues - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. **JUCESP n° 261.198/24-5 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**



Iguá Saneamento S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35.300.332.351

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 08 de agosto de 2024, às 16:00 horas, na sede da Iguá Saneamento S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-005. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme o disposto no Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Disponibilização de Documentos:** Os documentos e informações relacionados às matérias da ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e, bem como na plataforma Atlas Governance, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. **4. Presença:** Presentes, para esta Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas titulares de 426.355.971 (quatrocentas e vinte e seis milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas da totalidade dos acionistas detentores das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, desconsideradas as 1.448.451 (um milhão, quatrocentas e quarenta e oito mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações em tesouraria, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **5. Mesa:** Presidente: Roberto Correa Barbuti; Secretária: Thais da Rosa Mallmann. **6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a eleição dos novos membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a renúncia de certos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(ii)** a autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **7. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas **(i)** autorizaram a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações; e **(ii)** indicaram o Sr. Roberto Correa Barbuti para assumir as funções de Presidente da Mesa, nos termos do art. 26, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia. Após a discussão acerca das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: 7.1. Aprovar, por unanimidade, por 370.021.357 (trezentos e setenta milhões, vinte e um mil, trezentos e cinquenta e sete) votos favoráveis, sem votos contrários e registrada a abstenção da acionista **BNDESPAR Participações S.A. – BNDESPAR**, tendo em vista o recebimento dos pedidos de renúncia apresentados (a) pelo Sr. **Paulo Todescan Lessa Mattos**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.655.438-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 188.745.248-62, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º Andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) pelo Sr. **Gustavo Nickel Buffara de Freitas**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.229.637-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.308.638-02, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º Andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (c) pelo Sr. **Martin Sebastian Berardi**, argentino, engenheiro, portador da CRNM nº G-108994-D, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.804.068-70, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4300, 14º andar, CEP 04538-132, ao cargo de membro do Conselho de Administração, de acordo com as cartas de renúncia por eles apresentadas e que ficam arquivadas na sede da Companhia, a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, todos com um mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração da Companhia, até 28 de abril de 2025: **(i)** Sr. **Vital Meira de Menezes Junior**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.360.637, inscrito no CPF/MF sob o nº 130.293.088-55, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Frederic Chopin, nº 245, ap.161, CEP 01454-030, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** Sr. **Carlos da Costa Parcias Junior**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.162.959-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 667.235.667-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Rosa Gaeta, nº 93, ap. 163-A, Brooklin Paulista, CEP 04.570-050, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** Sr. **Ricardo Szlejf**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.267.853-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 285.717.088-27, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 4300, 14º andar, Itaim Bibi, CEP 04545-042, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. 7.1.1. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, que fica arquivado na sede da Companhia, por meio dos quais declaram, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedades, nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, fé pública ou propriedade; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações. 7.2. Aprovar, por unanimidade, sendo a totalidade dos 426.355.971 (quatrocentos e vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e um) votos favoráveis, sem votos contrários ou abstenções, a autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos os atos necessários à efetivação da deliberação ora aprovada pelos acionistas da Companhia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 08 de agosto de 2024. Mesa: Roberto Correa Barbuti - Presidente; Thais da Rosa Mallmann - Secretária. Acionistas Presentes: Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (neste ato representado por sua gestora, BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., por sua vez representada por seus procuradores, Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro e Sr. Reinaldo Garcia Adão), BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (por seu procurador, Sr. Leonardo Pitanga Fernandes), Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (neste ato representado por sua gestora, BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda., por sua vez representada por seus procuradores, Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro e Sr. Reinaldo Garcia Adão), Canada Pension Plan Investment Board (por seu procurador, Sr. Ricardo Szlejf), PIP6GV AGUA LTD. (por seu diretor, Sr. Mark Yaniw), PIP6PX AGUA LTD. (por seu diretor, Sr. Mark Yaniw), PIP6PX AGUA II LTD. (por seu diretor, Sr. Mark Yaniw) e PIP6PX AGUA III LTD. (por seu diretor, Sr. Mark Yaniw). Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 08 de agosto de 2024. **Mesa: Thais da Rosa Mallmann** - Secretária.



COMUNICADO

DESPACHO DO COORDENADOR DO CGA DIA 16/08/2024
Nº do Processo: 024.00130297/2024-35.
Interessado: COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
Assunto: Aquisição de composto nutricional, em atendimento à determinação judicial.
Trata-se de aquisição de composto nutricional, em atendimento à determinação judicial, conforme doc. 0035437151.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0036797584, cujos termos acolho, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO,** com fundamento no disposto no *caput* e inciso I do artigo 74 da Lei federal nº 14.133/2021, bem como a aquisição do item através da empresa **INNOVATIVE MEDICINES BRASIL LTDA.,** no valor total de **R$ 60.840,00 (sessenta mil, oitocentos e quarenta reais).**

MAPFRE — MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 04.046.576/0001-40 - NIRE 3530017933-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 03 de junho de 2024, às 09h00, na sede da **MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, n.° 11.711, 21° andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionista detentor das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4°, da Lei n.° 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a alteração da Diretoria da Companhia; e (ii) deliberar sobre a alteração e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** aprovar **a destituição**, com efeitos imediatos, do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, brasileiro, casado, administrador, portador do RG SSP/SP n.° 29.195.113 e inscrito no CPF/ME sob nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21° andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da companhia. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(ii)** em razão da deliberação acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO INÍCIO	MANDATO TÉRMINO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Diretor-Presidente	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Denia de Moura	Diretora	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Roberto Junior de Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O. de 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.12.2023	A.G.O. de 2026
Antonio Clemente Campanario	Diretor	31.03.2023	A.G.O. de 2026

(ii.a) com a destituição do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, as designações específicas que eram de sua responsabilidade ficam assim distribuídas: **(i)** ao Sr. Antonio Clemente Campanário as seguintes atribuições: **(a)** Administrativo-Financeiro (art. 1°, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003) e; **(b)** Diretor Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3°, III) e **(ii)** ao Sr. Hugo Sérgio de Assis Júnior as seguintes atribuições: Diretor responsável **(a)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), *somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP*; **(b)** pelas relações com a SUSEP (art. 1°, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(c)** Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros). **(ii.b)** em virtude das alterações ora deliberadas, ratificar as funções específicas dos diretores estatutários, conforme segue:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA
Antonio Clemente Campanário	Diretor Responsável: (a) técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1°, II, da Circ. SUSEP nº 234/2003; (b) técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art. 3°, II, Res. CNSP nº 432/2021), (c) Administrativo-Financeiro (art. 1°, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003) e; (d) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3°, III).
Denia de Moura	Diretora responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens), conforme art. 1°, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003, e do art.12 da Circular SUSEP nº 612/20; e (b) pelos controles internos, conforme art. 9°, da Resolução CNSP nº 416/21.
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável (a) pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31, (b) pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP; (c) pelas relações com a SUSEP (art. 1°, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); (d) Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 03 de junho de 2024. **Felipe Costa da Silveira Nascimento** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 286.254/24-4 em 26/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 02/SETEMBRO/2024, às 10:00h - 2º Público Leilão: 03/SETEMBRO/2024, às 10:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **AIP 29 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob o nº 27.222.346/0001-90**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis à matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 01 de agosto de 2022, na cidade de Barueri/SP, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 306, DO 3º PAVIMENTO, TIPO 04, BLOCO 02, DO CONDOMÍNIO SPLENDYA ARUJÁ**, situado na Estrada do Limoeiro, nº 955, bairro do Limoeiro, Arujá/SP, com as seguintes áreas: privativa 67,040m2, comum 38,852m2 (incluindo a área correspondente a 01 vaga de garagem), total 105,892m2 e correspondendo a fração ideal de 0,00610006. Matrícula imobiliária nº 60.169 do Cartório de Registro de Imóveis de Arujá/SP. CCM: SE11100809.096. Consolidação da propriedade em 27/06/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 691.813,33. 2º LEILÃO: R$ 707.524,56.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda ad corpus. Ficam os Fiduciantes, **Leidiane da Fonseca Silva, CPF: 357.391.108-07** e **Rafael da Silva Pereira, CPF: 312.780.798-82**, expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da Lf nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Comitente e o Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO DO DEVEDOR DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 02/SETEMBRO/2024, às 15:00h - 2º Público Leilão: 03/SETEMBRO/2024, às 15:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: **1º) MASA VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.371/0001-10 e 2º) MASA VINTE E CINCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.381/0001-55**, venderão em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis à matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 12 de fevereiro de 2019, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 83, LOCALIZADO NO 8º PAVIMENTO, DO BLOCO B - EDIFÍCIO COLUMBIA, DO EMPREENDIMENTO CENTRAL PARK BARUERI**, situado na Rua Sol, nº 272 e Avenida Sebastião Davino dos Reis, nº 999, Bairro Cruz Preta, Barueri/SP, CEP: 06414-007, com as seguintes áreas: privativa 76,100m2, comum 69,669m2, já incluída a área correspondente a 02 vagas de garagens, total 145,769m2 e fração ideal 0,0020900 ou 0,20900%. Matrícula imobiliária 207.188 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. CCM: 24453.42.40.0001.00.063.1. Consolidação da propriedade em 24/07/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 779.728,03. 2º LEILÃO: R$ 589.855,11.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda ad corpus. Ficam os Fiduciantes, **Eduardo Mendonça, CPF: 177.551.008-55** e **Simone Aparecida Herrera Mendonça, CPF:142.448.948-29**, expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da Lf nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. As Comitentes e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18 – NIRE 35.300.315.588

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Hora e Local: Em 28/03/2024, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 20º andar, Parte, Cidade Monções, São Paulo/SP. **Quorum:** Representante da totalidade do Capital Social. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença da representante da totalidade do capital social, tornando-se dispensável a convocação de editais. **Mesa:** Presidente: Marcelo Malanga; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia: Em matéria Ordinária: (I)** Apreciar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Atuário da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(II)** Deliberar sobre a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(III)** Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros do Comitê de Auditoria, até a próxima Assembleia Geral Ordinária ("AGO"). **Em matéria Extraordinária: (I)** Eleger membro suplente do Conselho de Administração; e **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações tomadas por unanimidade: (I)** Aprovar as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que foram publicados no jornal Valor Econômico em 26/02/2024. **(II)** Aprovar a destinação do lucro apurado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante de R$ 298.048.025,53, na forma que se segue: (i) A Companhia deixou de destinar o percentual de 5% à Reserva Legal, em razão do atingimento do limite do saldo dessa reserva, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. (ii) Para pagamento de dividendos referente ao resultado do exercício de 2023, no montante de R$200.000.000,00, os quais foram pagos à acionista Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., no dia 08.12.2023, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 04.12.2023. (iii) Destinar o montante de R$ 98.048.025,53, dentro da reserva estatutária "Reserva para Equalização de Dividendos", conforme previsto no estatuto social da Companhia. **(III)** Consignar que a remuneração anual global dos Administradores e também dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia, é realizada integralmente pela acionista Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. **Em matéria Extraordinária: (I)** Eleger como membro do Conselho de Administração, com mandato até 28.03.2027: a) **Denis Ferro Junior**, RG nº 29.280.637-1 SSP/SP, CPF nº 146.564.278-10, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração. O membro do Conselho de Administração ora eleito, não está incurso em nenhum crime previsto em lei que o impeça de exercer atividades mercantis, bem como atende as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021. O membro do Conselho de Administração eleito nesta Assembleia, toma posse no cargo nesta data, 28/03/2024. **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração da Companhia: **Carlos Rey de Vicente – Efetivo**; **Início do Mandato:** 24.01.2022; **Fim do Mandato:** 24.01.2025. **Carmen Martinez Briongos – Efetivo**; **Início do Mandato:** 24.01.2022; **Fim do Mandato:** 24.01.2025. **Edson Luis Franco – Efetivo**; **Início do Mandato:** 23.01.2024; **Fim do Mandato:** 23.01.2027. **Francisco Del Cura Ayuso – Efetivo**; **Início do Mandato:** 24.01.2022; **Fim do Mandato:** 24.01.2025. **Gustavo Bortolotto – Efetivo**; **Início do Mandato:** 24.01.2022; **Fim do Mandato:** 24.01.2025. **Murilo Setti Riedel – Efetivo**; **Início do Mandato:** 12.09.2022; **Fim do Mandato:** 12.09.2025. **Claudio Alberto Chiesa – Presidente**; **Início do Mandato:** 12.09.2022; **Fim do Mandato:** 12.09.2025. **Sidemar Aparecido Spricigo – Efetivo**; **Início do Mandato:** 23.01.2024; **Fim do Mandato:** 23.01.2027. **Ana Puche Lázaro – Suplente**; **Início do Mandato:** 12.09.2022; **Fim do Mandato:** 12.09.2025. **Denis Ferro Junior**; **Início do Mandato:** 28.03.2024; **Fim do Mandato:** 28.03.2027. **Eduardo Marcelo Feldman Maur – Suplente**; **Início do Mandato:** 24.01.2022; **Fim do Mandato:** 24.01.2025; **Fabio Coelho Neto – Suplente**; **Início do Mandato:** 21.11.2022; **Fim do Mandato:** 21.11.2025. **Helio Flagon Flausino Gonçalves – Suplente**; **Início do Mandato:** 23.01.2024; **Fim do Mandato:** 23.01.2027. **Maria Aranzazu Jorquera Vila – Suplente**; **Início do Mandato:** 21.11.2022; **Fim do Mandato:** 21.11.2025. **Sven Feistel – Suplente**; **Início do Mandato:** 23.01.2024; **Fim do Mandato:** 23.01.2027. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, § 1º, da Lei 6.404/76. **Auditor Independente e Atuário:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes e do Atuário. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Marcelo Malanga, Secretário da Mesa: Felipe Name Francisco. **Acionista:** Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., representada por seus Diretores, Marcelo Malanga e Alejandro Gabriel Widder. São Paulo, 28/03/2024. **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 300.553/24-9 em 08/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2024

I. Data, Hora e Local: Em 08 de agosto de 2024, às 16h30, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da **Iguá Saneamento S.A.** ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Vital Meira de Menezes Junior, Secretária: Thais da Rosa Mallmann. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a destituição de membros da Diretoria da Companhia; (ii) a designação do Diretor de Relações com Investidores; (iii) a consignação da renúncia de membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia; (iv) a eleição de membros para os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia; e (v) a autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **V. Discussões e Deliberações:** O Conselho de Administração discutiu o que segue: (i) Destituição de membros da Diretoria da Companhia: A matéria foi colocada em discussão e em seguida em votação, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade, sem objeções ou restrições, a destituição dos seguintes Diretores da Companhia, com efeitos a partir desta data: (a) Sra. **Talita Caliman**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.403.463-0 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 308.028.108-02, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1507, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-005, de seu cargo de Diretora sem designação específica; (b) Sr. **Mateus de Faria Renault Silva**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.579.941 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.487.121-31, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º Andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e (c) Sr. **Felipe Rath Fingerl**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.143.617-8 DIC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 109.628.207-09, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º Andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060, ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. (ii) Designação do Diretor de Relações com Investidores da Companhia: O Conselho de Administração também aprovou por unanimidade, sem objeções ou restrições, que o atual membro da Diretoria da Companhia, Sr. **Roberto Correa Barbuti**, cumulará os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com um mandato unificado com os demais membros da Diretoria da Companhia. (iii) Renúncia dos membros dos Comitês de Assessoramento: A matéria foi colocada em discussão e em seguida em votação, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade, sem objeções ou restrições, a consignação do recebimento dos pedidos de renúncia apresentados pelos atuais membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, conforme definidos abaixo, de acordo com as cartas de renúncia por eles apresentadas à Companhia: Comitê de Auditoria: (a) Sr. **Heraldo Gilberto de Oliveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas e mestre em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.402.930-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 454.094.479-72, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Pulo, Rua Pedroso Alvarenga, 584, cj. 81, Itaim Bibi, CEP 04531-001. (b) Sr. **Jean Paul Cabral Veiga da Rocha**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 149.522, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.604.325-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 516.622.645-34, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º Andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060; e (c) Sr. **Gustavo Nickel Buffara de Freitas**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.229.637-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.308.638-02, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060. Comitê de ESG (Sustentabilidade): (a) Sra. **Gema Esteban Garrido**, espanhola, casada, engenheira da computação, portadora do passaporte nº PAC213803, residente e domiciliada na Cidade de Alcobendas, Comunidade de Madri, Espanha, na Rua Pintor Murillo, nº 82, 28100; e (b) Sr. **Gabriel Montagnini Ribeiro Gouveia**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.832.976-0, inscrito no CPF/MF sob o nº para 390.058.388-92, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4300, 14º andar, CEP 04538-132. Comitê de Investimentos: (a) Sr. **Gustavo Nickel Buffara de Freitas**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.229.637-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.308.638-02, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º Andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060; e (b) Sr. **Martin Sebastian Berardi**, argentino, engenheiro, portador da CRNM nº G-108994-D, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.804.068-70, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4300, 14º andar, CEP 04538-132. Comitê de Remuneração e Gente: (a) Sr. **Paulo Todescan Lessa Mattos**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.655.438-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 188.745.248-62, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, nº 150, 13º Andar, Itaim Bibi, CEP 04542-060; (b) Sra. **Maria Luisa Kober Nickel**, brasileira, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 5.030.597-0, inscrita no CPF/MF sob o nº 033.107.859-71, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alfaia, 130, Alto da Lapa, CEP 05468-060; e (c) Sr. **Heraldo Gilberto de Oliveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas e mestre em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.402.930-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 454.094.479-72, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Pulo, Rua Pedroso Alvarenga, 584, cj. 81, Itaim Bibi, CEP 04531-001. (iv) Eleição de membros para os Comitês de Assessoramento: A matéria foi colocada em discussão e em seguida em votação, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade, sem objeções ou restrições, a eleição dos seguintes membros para compor os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, todos com um mandato unificado com os demais membros do respectivo comitê: Comitê de ESG (Sustentabilidade): (a) Sr. **Markus Edward Schoefert**, alemão, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade RNM nº 753.116-Q, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.333.601-84, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4300, 14º andar, Itaim Bibi, CEP 04545-042, São Paulo/SP, para o cargo de membro do Comitê de ESG (Sustentabilidade) da Companhia; e (b) Sr. **Jerson Kelman**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.995.351-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.082.937-87, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, nº 1507, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-005, São Paulo/SP, para o cargo de Coordenador do Comitê de ESG (Sustentabilidade) da Companhia. Comitê de Investimentos: (a) Sr. **Carlos da Costa Parcias Junior**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 04.162.959-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 667.235.667-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Rosa Gaeta, nº 93, ap. 163-A, Brooklin Paulista, CEP 04.570-050, para o cargo de Coordenador do Comitê de Investimentos da Companhia; (b) Sr. **Vital Meira de Menezes Junior**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.360.637, inscrito no CPF/MF sob o nº 130.293.088-55, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Frederic Chopin, nº 245, ap.161, CEP 01454-030, para o cargo de membro do Comitê de Investimentos da Companhia; e (c) Sr. **Allan Cohen Lusor**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 49.256.160-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 368.126.718-94, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4300, 14º andar, Itaim Bibi, CEP 04545-042, São Paulo/SP, para o cargo de membro do Comitê de Investimentos da Companhia. Comitê de Remuneração e Gente: (a) Sr. **Vital Meira de Menezes Junior**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.360.637, inscrito no CPF/MF sob o nº 130.293.088-55, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Frederic Chopin, nº 245, ap.161, CEP 01454-030, para o cargo de membro do Comitê de Remuneração e Gente da Companhia. (v) Autorização para prática de atos pela administração: A matéria foi colocada em discussão e em seguida em votação, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade, sem objeções ou restrições, a autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora propostas e aprovadas pelo Conselho de Administração. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes. O Presidente e a Secretária da mesa declararam, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **Mesa**: Vital Meira de Menezes Junior - Presidente; Thais da Rosa Mallmann - Secretária. **Conselheiros presentes**: Vital Meira de Menezes Junior, Carlos da Costa Parcias Junior, Ricardo Szlejf, Vanessa Cristina Resende Vianna, Jerson Kelman, Maria Silvia Bastos Marques e Cleverson Aroeira da Silva. São Paulo/SP, 08 de agosto de 2024. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 08 de agosto de 2024. **Mesa: Thais da Rosa Mallmann** - Secretária.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Companhia Aberta CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Julho de 2024

Data, Hora, Local: 30.07.2024, às 16h, na sede social, Avenida Paulista, 1.374, 17º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. Foi convidado para a reunião o Sr. Rafael Dominguez Barros representante da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda ("Auditores Independentes"). **Mesa**: Presidente: Inácio Reis Caminha. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações Aprovadas:** (i) Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, relativamente ao trimestre encerrado em 30.06.2024 ("Demonstrações Financeiras"); e (ii) A Revisão dos Estudos Técnicos de Viabilidade dos Créditos Tributários da Companhia, relativo ao primeiro semestre de 2024 ("Revisão do ECT"). **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.07.2024. Presidente: Inácio Reis Caminha. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. Membros do Conselho de Administração: Carlos Eduardo Pereira Guimarães, Diogo Ciuffo da Silva e Alex Sander Moreira Gonçalves. Representante dos Auditores Independentes: Rafael Dominguez Barros. Gabriel Gustavo de Camargo - **Secretário.** JUCESP nº 301.772/24-1 em 12.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35.300.332.351 - *Companhia Aberta*

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 07 de Agosto de 2024

I. Data, Hora e Local: Em 07 de agosto de 2024, às 11h, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "MS Teams"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da **Iguá Saneamento S.A.** ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos; Secretário: Thais da Rosa Mallmann. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia, referentes ao segundo trimestre de 2024. **V. Deliberações:** Após discussão e análise da matéria constante da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições, considerando a manifestação sem ressalvas dos auditores independentes responsáveis pelo exercício de 2024, Deloitte, e o parecer favorável do Comitê de Auditoria da Companhia, em **aprovar** as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia, referentes ao período findo em 31 de junho de 2024, individuais e consolidadas, autorizando a Diretoria a tomar as providências para a divulgação necessária. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, tendo antes redigido e feito lavrar a presente ata, a qual foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes. Mesa: Paulo Todescan Lessa Mattos - Presidente; Thais da Rosa Mallmann - Secretária. Conselheiros presentes: Paulo Todescan Lessa Mattos, Gustavo Nickel Buffara de Freitas, Cleverson Aroeira da Silva, Jerson Kelman, Martin Sebastian Berardi, Maria Silvia Bastos Marques e Vanessa Cristina Resende Viana. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 07 de agosto de 2024. **Mesa:** Thais da Rosa Mallmann - Secretária. JUCESP nº 302.990/24-0 em 13/08/2024.

MAPFRE — MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 09.382.998/0001-00 - NIRE 35.3.0035253.0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 03 de junho de 2024 às 11h00, na sede da **MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, n.º 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA**: Presente única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO**: Dispensada em razão da presença da acionista detentora das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA**: Assumiu a presidência Antonio Clemente Campanário, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA**: **(i)** deliberar sobre a alteração da Diretoria da Companhia; e **(ii)** deliberar sobre a alteração e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES**: a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** aprovar a **destituição**, com efeitos imediatos, do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 29.195.113-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da companhia. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(ii)** em razão da deliberação acima, a Diretoria passa a ter a seguinte composição:

NOME	CARGO	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Antonio Clemente Campanário	Diretor-Presidente	01.01.2024	A.G.O. DE 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Francisco Eugênio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Denia de Moura	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Roberto Júnior De Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.12.2023	A.G.O. DE 2026

(ii.a) com a destituição do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, as designações específicas que eram de sua responsabilidade ficam assim distribuídas: **(i)** ao Sr. Antonio Clemente Campanário as seguintes atribuições: **(a)** Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003) e; **(b)** Diretor Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3º, III) e **(ii)** ao Sr. Hugo Sérgio de Assis Júnior as seguintes atribuições: Diretor responsável **(a)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), *somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP*; **(b)** pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(c)** Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros). **(ii.b)** em virtude das alterações ora deliberadas, ratificar as funções específicas atribuídas aos diretores estatutários, conforme segue:

NOME:	DESIGNAÇÕES:
Antonio Clemente Campanário	Diretor **(a)** responsável técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1º, II, da Circ. SUSEP nº 234/2003, **(b)** técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art. 3º, II, Res. CNSP nº 432/2021), **(c)** responsável Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(d)** responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3º, III).
Denia de Moura	Diretora responsável **(a)** pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens), conforme art. 1º, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003, e do art.12 da Circular SUSEP nº 612/20; e **(b)** pelos controles internos, conforme art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável **(a)** pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31, **(b)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), *somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP*, **(c)** pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(d)** Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros).

Com base no Ofício Eletrônico nº 443/2018/SUSEP/DIORG/CGRAL/COREC, e artigo 7, §1º do Estatuto Social, na ausência ou impedimento do Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior** o Sr. Antonio Clemente Campanario, exercerá cumulativamente a função de Diretor responsável pelas relações com a SUSEP e, na ausência e impedimento do Sr. Antonio Clemente Campanario, o Diretor Roberto Junior de Antoni, acumulará as funções de Diretor de Produtos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS**: **Mesa**: Antonio Clemente Campanário, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista**: MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO**: A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 03 de junho de 2024. **Antonio Clemente Campanário** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 285.351/24-2 em 26/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 242ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1034250) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 242ª Série da 1ª Emissão – (IF 19K1034250), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2024

I. Data, Hora e Local: Realizada em 07 de agosto de 2024, às 11:30h, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da **Iguá Saneamento S.A.** ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos; Secretária: Thais da Rosa Mallmann. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) Aprovação do Projeto de Concessão de Água e Esgoto no Município de Palhoça. **V. Discussões e Deliberações:** O conselho de administração discutiu e deliberou o que segue: (i) Projeto Strike. O Diretor Executivo de Novos Negócios apresentou atualizações sobre o Projeto de Concessão de Água e Esgoto no Município de Palhoça, i.e., participação da Companhia no processo licitatório objeto do Edital de Concorrência nº 096/2024/PMP, publicado pelo Município de Palhoça, referente a Concessão Comum para implantação, operação e distribuição de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município. No projeto a Companhia conta com times internos e de assessores de primeira linha para tratarem dos temas jurídicos, regulatórios, técnicos e financeiros. Após apresentação e tendo por referência o cenário base descrito, foi aprovado por unanimidade dos membros do Conselho de Administração, sem quaisquer ressalvas ou restrições, que a Companhia dê prosseguimento ao projeto e participe do certame licitatório, respeitando as premissas discutidas. As propostas comerciais a serem apresentadas no âmbito do projeto, bem como a celebração dos respectivos contratos de concessão em caso de vitória no certame, deverão obedecer às diretrizes a serem aprovadas por este Conselho de Administração em reunião posterior. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes. O Presidente e a Secretária da mesa declararam, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **Mesa**: Paulo Todescan Lessa Mattos - Presidente; Thais da Rosa Mallmann - Secretária. **Conselheiros presentes**: Paulo Todescan Lessa Mattos, Martin Sebastian Berardi, Vanessa Cristina Resende Vianna, Gustavo Nickel Buffara de Freitas, Jerson Kelman, Maria Silvia Bastos Marques e Cleverson Aroeira da Silva. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 07 de agosto de 2024. **Mesa:** Thais da Rosa Mallmann - Secretária. JUCESP nº 302.621/24-6 em 13/08/2024.

PAN — PAN FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 02.682.287/0001-02 - NIRE: 35.300.156.935

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2024

Data, hora, local: 30.07.2024, 15h, na sede social, Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade dos membros do Conselho de Administração, considerados presentes os que participaram por teleconferência, videoconferência, ou qualquer outro meio que permita a comunicação, convidado para a reunião o Sr. Fabio de Oliveira Araujo representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **Mesa:** Presidente: Inácio Reis Caminha. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações aprovadas: (i)** As Demonstrações Financeiras da Companhia, relativamente ao trimestre encerrado em 30.06.2024, nos termos do material que ficará arquivado na sede da Companhia; e **(ii)** A Revisão do ECT da Companhia, relativo ao primeiro semestre de 2024, nos termos do material que ficará arquivado na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.07.2024. Conselho de Administração: Carlos Eduardo Pereira Guimarães, Diogo Ciuffo da Silva e Alex Sander Moreira Gonçalves. Representante dos Auditores Independentes: Fabio de Oliveira Araujo. Gabriel Gustavo de Camargo - **Secretário**. JUCESP nº 303.151/24-9 em 13.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MAPFRE — MAPFRE VIDA S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 54.484.753/0001-49 - NIRE 3530010769-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 03 de junho de 2024, às 10h00, na sede da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º ao 21º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Antonio Clemente Campanário, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a alteração da Diretoria da Companhia; e (ii) deliberar sobre a alteração e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** aprovar **a destituição**, com efeitos imediatos, do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, brasileiro, casado, administrador, portador do RG SSP/SP nº 29.195.113 e inscrito no CPF/ME sob nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da Companhia. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(ii)** em razão da deliberação acima, a diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

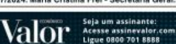
MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Antonio Clemente Campanário	Diretor-Presidente	01.01.2024(*)	A.G.O DE 2026
Denia de Moura	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Roberto Junior de Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.12.2023	A.G.O DE 2026

(*) início de mandato em 31.03.2023 e posse como Diretor-Presidente em 01.01.2024

(ii.a) com a destituição do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, as designações específicas que eram de sua responsabilidade ficam assim distribuídas: **(i)** ao Sr. Antonio Clemente Campanário as seguintes atribuições: **(a)** Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); e **(b)** Diretor Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3º, III) e **(ii)** ao Sr. Hugo Sérgio de Assis Júnior as seguintes atribuições: Diretor responsável **(a)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), *somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP*; **(b)** pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(c)** Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros). **(ii.b)** em virtude das alterações ora deliberadas, ratificar as funções específicas dos diretores estatutários, conforme segue:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Denia de Moura	Diretor responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (art. 1º, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003 e da Circular SUSEP nº 612/20 (art. 12); (b) pelos controles internos (Res. CNSP 416/21).
Antonio Clemente Campanario	Diretor (a) responsável técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003; (b) responsável Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); (c) responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3º, III); (d) técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art. 3º, II, Res. CNSP nº 432/2021).
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável (a) pelo artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020; e (b) Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (art. 22 da Res. CNSP nº 431/21).
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável (a) pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31; (b) pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), *somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP*; (c) pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); e (e) Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Antonio Clemente Campanário, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 03 de junho de 2024. **Antonio Clemente Campanário** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 286.268/24-3 em 26/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**



OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 283ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855350) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de julho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 283ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0855350), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 238ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0907914) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 238ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 238ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 238ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0907914), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 217ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882447) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 217ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 217ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 217ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0882447), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90127/2024**, referente ao processo nº **024.00069869/2024-77**, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TERAPIA MULTIDISCIPLINAR, EM ATENDIMENTO DE DEMANDA JUDICIAL a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 04/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 19/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 355ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0137139) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 355ª Série da 1ª Emissão - (IF 21F0137139), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 358ª E 359ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0968384 / 21F0968392) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão - (IF 21F0968384 / 21F0968392), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação" **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 463ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C1235206) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 463ª Série da 1ª Emissão – (IF 22C1235206), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República em São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 4/2024 (90004/2024 - PNCP) – UASG 200049

Nº Processo: 1.34.001.010656/2023-91: Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Auxiliar Administrativo (CBO/MTE 4110-05), Encarregado Administrativo (CBO/MTE 4101-05), Auxiliar de Serviços Gerais (CBO/MTE 4122-05), para atender às necessidades da Procuradoria da República no Estado de São Paulo - Capital, Procuradorias da República nos Municípios de Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos e São José do Rio Preto, nos termos do Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 14. Entrega das propostas: a partir das 08h00 do dia 19/08/2024. Abertura da sessão: dia 03/09/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras/pt-br. O Edital está à disposição para consulta nos endereços eletrônicos: http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios) e https://www.gov.br/pncp/pt-br. Poderá ser solicitado também pelo e-mail prsp- licitacao@mpf.mp.br.

São Paulo, 15 de maio de 2024
FÁBIO TEYDI ARAKI
Pregoeiro - PR/SP

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 344ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0733768) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 344ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 344ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0733768), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 484ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C0987445) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 484ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 484ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de março de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 484ª Série da 1ª Emissão – (IF 22C0987445), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 239ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0907949) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 239ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 239ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 239ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0907949), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90123/2024,** referente ao processo nº **024.00099100/2024-83,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE FITAS DE GLICEMIA, COM CESSÃO GRATUITA DE USO DE MONITORES, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 19/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) E DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 16ª (DECIMA SEXTA) EMISSÃO (IF CRA021001PQ) DA OPEA SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 16ª (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries para Emissão da 16 (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., com Lastro em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Mafrig Global S.A.*", celebrado em 29 de junho de 2021, conforme aditado em 22 de julho de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia" e "AGT"), conforme Cláusulas 13.2.3 e 13.4 do Termo de Securitização, a realizar-se no dia 04 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma da **Plataforma Digital Ten Meetings** ("Plataforma Digital"), sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem prejuízo da possibilidade da adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGT a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (v) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (v), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão: "5.1. *Vencimento Antecipado Automático: 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...).* ***(v)*** *liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Emissora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Emissora controladas ou que estejam sob controle comum"* **Termo de Securitização: *"7.1. Vencimento Antecipado Automático: 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...).* ***(v)*** *liquidação, dissolução ou extinção da Devedora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Devedora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Devedora controladas ou que estejam sob controle comum;"* **(ii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (vii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (vii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão: *"5.1. Vencimento Antecipado Automático: 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...).* ***(vii)*** *redução do capital social da Emissora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou* ***(b)*** *realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou* ***(c)*** *previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;"* **Termo de Securitização: *"7.1. Vencimento Antecipado Automático: 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...).* ***(vii)*** *redução do capital social da Devedora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou* ***(b)*** *realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou* ***(c)*** *previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;* **(iii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (xii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (xii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão: *"5.1. Vencimento Antecipado Automático: 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...).* ***(xii)*** *cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora; ou* ***(b)*** *previamente autorizado pela Debenturista, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Debenturista do comunicado encaminhado pela Emissora, ou* ***(c)*** *tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida";* **Termo de Securitização:*"7.1. Vencimento Antecipado Automático: 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...).* ***(xii)*** *cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Devedora, exceto se (a) realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico) da Devedora; ou (b) previamente autorizado pela Emissora, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Emissora do comunicado encaminhado pela Devedora, ou (c) tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;";* **(iv)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, constante no item (xiii) da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão e no item (xiii), da Cláusula 7.2.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão *"5.2. Vencimento Antecipado Não Automático: 5.2.1.*** *Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, ("Eventos de Vencimento Antecipado"), não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, a Debenturista deverá tomar as providências previstas na Cláusula 5.2.3 abaixo e seguintes: (...).* ***(xiii)*** *se a Emissora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Emissora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Emissora"* **Termo de Securitização: *"7.2. Vencimento Antecipado Não Automático: 7.2.1.*** *São Eventos de Vencimento Antecipado não automático, nos quais a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures pela Emissora dependerá de deliberação prévia de Assembleia Geral dos CRA especialmente convocada para esta finalidade, observados os prazos e procedimentos previstos neste Termo de Securitização, os seguintes eventos: (...).* ***(xiii)*** *se a Devedora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Devedora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Devedora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Devedora."* Caso aprovados os itens (i) a (iv) da Ordem do Dia, será oferecida contrapartida aos Titulares dos CRA, devidamente descrita na Proposta de Administração. A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA presentes à assembleia, desde que presentes à assembleia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação, conforme cláusula 13.5 do Termo de Securitização. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. O titular de CRA que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preencher o seu cadastro e anexar todos os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de **2 (dois) dias** antes da data de realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia da respectiva procuração, em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) manifestação de voto**, conforme abaixo. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Após a análise dos documentos o Titular do CRA receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. O Titular do CRA que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e apresentar os documentos indicados abaixo: (a) documento de identificação com foto; (b) instrumento de mandato (procuração), o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e (c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Titular do CRA pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Titular do CRA registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Instrução de Voto: Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Titulares dos CRA mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como Anexo II à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Titular dos CRA que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: (i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Instrução de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou (ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos do Anexo II da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido *website* em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Titular do CRA que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital. Contudo, caso o Titular do CRA que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada. Todos os documentos e informações pertinentes à ordem do dia estarão disponíveis no website da Emissora, nos termos do inciso III do §2º do art. 26 da Resolução CVM 60/2021. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 15 de agosto de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores





30/08/2024
6ª feira – às 11h00



O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão.

36 IMÓVEIS
CASAS E APARTAMENTOS

Prédio comercial - Jardim Piratininga - Campo Grande/MS * Casa - Manoel Sátiro - Fortaleza/CE * Casa - Residencial Drummond I - Ituiutaba/MG * Apartamento - Praça Seca - Rio de Janeiro/RJ * Casa - Jardim Aeroporto II - Umuarama/PR * Apartamento - Cruz das Almas - Maceió/AL * Apartamento - Engenho da Rainha - Rio de Janeiro/RJ * Casa - Jóquei Clube - Boa Vista/RR * Casa - Bairro da Graça - Cotia/SP * Apartamento - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro/RJ * Casa - Jardim São Francisco - Guarulhos/SP * Apartamento - Chácara Santa Rita - Goiânia/GO * Apartamento - Nova Brasília - Salvador/BA * Apartamento - Maraponga - Fortaleza/CE * Casa - Vila Carrão - São Paulo/SP * Apartamento - Macedo - Guarulhos/SP * Casa - Apartamento - Pachecos - Palhoça/SC * São Benedito - Campo Florido/MG * Apartamento - Cachambi - Rio de Janeiro/ RJ * Apartamento - Guarani - Brusque/SC * Apartamento - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro/RJ * Casa - Quedas do Descoberto II - Águas Lindas de Goiás/GO * Casa - Caluge - Itaboraí/RJ * Apartamento - Santa Rosa - Uberlândia/MG * Sobrado de uso misto - Vila Nova Bonsucesso - Guarulhos/SP * Casa - Parque Estrela D'alva X - Luziânia/GO * Apartamento - Papicu - Fortaleza/CE * Casa - Parque do Horto - Hortolândia/SP * Casa - Parque Esplanada V - Valparaíso de Goiás/GO * Casa - Jardim Primavera - Piracicaba/SP * Casa - Loteamento Projeto Mutirão - Andradas/MG * Casa - Boa Vista - Maracanaú/CE * Casa - Freguesia do Engenho Novo - Rio de Janeiro/RJ * Casa - Cidade Satélite - Tanguá/RJ * Casa - Vila Medeiros - São Paulo/SP * Casa - Bonfim Paulista - Ribeirão Preto/SP

Veja as condições de pagamento no site da leiloeira.

Verificar as condições de pagamento no edital do leilão, no site abaixo. Veja fotos do imóvel, matrícula e mais informações no site. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 826

Tel. 11-3550-4066 | 11-97179-0728 – www.FrazaoLeiloes.com.br

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 230 LOTES - DIA: 20.08.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 20.08.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BGKL48U0JB124831 - 9BHBG51CAFP408885 - 9BFZE55P2C8693886 - KMHDC51EAAU244086 - 9BWPB05Z3C4073365 - 93Y4SRD6EFJ673019 - 9BD373154D5022826 - 9BD19515ZF0685769 - 9BD578141E7773096 - 8AJDA8CB9R6058126 - 8AJDA8CBXR6057714 - 8AJDA8CB5R6058141 - 9C2KC1640FR001408 - 8AD4DRFJWDG075651 - 9BFZF54P4D8342414 - 935CHN6A87B522043 - 93HRU1B60MK201038 - 9BFZF55A298399793 - 93YRHAMH7MJ354192 - 93Y5SRD04HJ419909 - KMHDC51EBCU335509 - 9BWAB05Z8C4068748 - 93YRBB009KJ614989 - 9BWDB49NXDP000172 - KMHSH81DDAU495023 - 9BFZF55AXE8045899 - 8A1CB8V05BL658007REM - 93YHSR6R3EJ967580 - 93YRBB001NJ949149 - 9BWCA05W66T056464 - 93YRBB002JJ004611 - 93YLB26155J595254 - 9C2JB0100RR015161 - 9C2KF2700JR003966 - 9C6RG7710P0019056 - 95DBN21A3NMB01296 - 9BWDA05UXAT083422 - 3GNALHEV4AS664088 - 9UJDB14B8FU015717 - 9BGJB7520HB176247 - 8A1LZBW2TEL882238 - 9BD358A1NNYL50780 - 8A1BB8215DL373274 - 8AP372110E6059061 - 93YBSR8VACJ963466 - 9BFZH55L0H8426516 - 9BD195A42M0903806 - 9BFZD55J8EB676031 - 9BWDB05U8DT108139 - 9BD118181C1173477 - 9BGKL48U0LB166675 - 9BD17106G95313158 - 9BGRM6910AG215366 - 9BGJB69X0CB245320 - 9BFZF55A1C8204127 - 9BFZF55A4C8205479 - 9BGKL48U0LB181968 - 9BGRG08F0CG244853 - 8AD3DRFJ28G012713 - 9BGRZ48909G190328 - 9362PKFWX9B039906 - 9BGRX4810AG205408 - 9BWCA05W76P047944 - 93YLSR2VH8J952983 - 9BD17164G85095844 - 9BGXL19X05C170135 - 9BR722EC488710303 - 9BGPB69N0GB132506 - 93Y5SRD04GJ876961 - 93HFA65408Z231121 - 93HFA65307Z206238 - 9BHBG51CADP086791 - 9BWKA05Z084014908 - 9BRK29BT9H0111634 - 8AGSU19F0FR144059 - 9BWKB05Z974070518 - 9BFZH54J8J8144999 - 9C2KC2210RR030408 - 9C2KC2500RR004103 - 9C2KF3400KR009632 - 8AGSA19109R141101REM - 9BD19250R73067328REM - 9BWAB05U1CT120442REM - 9BFZ[illegible]M42REM - 9BFZK53A3AB197311REM - 9BGTT69C0XB336461REM - KMHSH81DP9U404368 - 9BD17140G95333788 - WVGSV65N3BW018375 - 9BR722EC488684637 - 8AGCN48X0BR274071 - 9BWAA05W89T010226 - 9BWAB05Z1B4034424 - 9BGXH68X0BC188566 - 9BWDB05W87T040057 - 9BHBG51DAFP368556 - 9BD19515ZG0725112 - 93HGE57408Z216050 - 9BGXH19606C193700 - 93YHSRC46GJ688874 - KNAKU811BE5444356 - 9BD135613B2085421 - 9BD17164G85084020 - 935CHRFN04B504463 - 9BWHB09N88P027709 - 9BGK548B0EG256930 - 8AGCB48X0CR120603 - 9BGJB69X0CB302710 - 9BWKA05Z4B4075551 - 9BD19515ZF0669131 - 9BD17164G85216759 - 9BWAB49N7CP013754 - 9BD197132E3127247 - 1C4RJFBG6CC141997 - 9BWJB09N67P014828 - 8A1LZBW2TCL108506 - 9BWAA45U5CT143684 - 9BWAA05Z7A4111573 - 9362MKFWXEB025494 - 9BD341A7NHB410290 - 9BGCA8030HB127502 - 8AFDR12A7AJ262590 - 9BWKB45U8FP028043 - 8AFCZZFFC1J223129 - 9BGRZ4890BG271368 - WBAVM3107AVM75964 - 9BGKL48U0JB172636 - 8AD3CN68TAG015754 - 9BD158227B6165868 - KMHSH81DP9U401837 - KNAFW411BC5487005 - 9BD19251R83069510 - 9BWDA45U2ET198741 - VF7UARFJWAJ502986 - 93HGD17407Z105828 - 9BWCA05W78P114335 - 9BD119409B1076937 - 9BGRM69X0BG214954 - 9BFZH55L8K8239631 - 9BG13BGU08C441593 - 8AFPZZFHA9J220756 - 8AD3DRFJ27G040860 - 9BGJB75Z0DB236834 - 3G1J85CDXES509255 - 9BWMF07X4EP006083 - 8A1FC1405DL501574 - 9BFZE16P878870339 - 93YRBB008JJ157610 - 93HGN2670RK108633 - 93YRBB007KJ611850 - 9BWKB05U2DP061013 - 9UK2A3A21G0391030 - 9BGRM69X0BG263119 - 96PLECH12PF501545 - 9BGRG08F0CG275135 - 8AD2MKFWXCG041795 - 9BGKS69L0EG296964 - 9V7VBBHXGMA004532 - 9BFZF10A388114680 - KMHNU81CDBU157507 - 3GNCJ8CZ3KL144352 - 9BD15802AD6773165 - 9B822617CMKD57686 - 93YLSR7UHCJ256558 - 95PIN81EPFB079602 - 9C6RH1150P0017774 - 9C2KF3410NR000507 - 9C2KC2200PR501144 - 95VZF2A5PRM000035 - 9C6RM0940R0008915 - 9C2KF3410MR006874 - 9C6RH1150M0003068 - 9C65G5910N0014595 - 9BD13561362009970 - 9BWDH5BZ4MP015025 - 9362EN6A988077877 - 935FCKFVYAB531235 - 9BHBG51DAFP431384 - 935FCKFV878504048 - 9BFZF26PX78219538 - 9C2NC6110PR004554 - 9362MKFWXDB014609 - 9BWAB05U4CT011361 - 9BFZF55P198368569 - 9BWJB09N18P026600 - 9BWPB45Z0C4118558 - 935FCKFVYCB534099 - KNAJE552287457574 - 9BWAA05Z6C4012861 - 8AGCN48X0BR104493REM - 93HGD37807Z102463 - 9BD372110D4016792 - 9BD135019D2219217 - 9BWAA45Z4E4020791 - 93YBSR86KDJ463772 - 9BD197163E3161104 - 9BFZH54J3F8165511 - 8AGCN48X0ER154623 - KMHDC51EBBU301325 - 9BWAB45Z4H4008156REM - 9BGKT48V0HG210600REM - 93YRHAMH7KJ845841 - KMHSU81EDFU436435 - 98867512WJKH68382 - 8AJFZ29G1B6131853 - WV1DB22H5KA018815 - 8AJFZ29G2A6101033 - 9C2KC2210LR038663 - 99Z0E200XNZ915774 - 99Z087503JZG04697 - 3FA6P0K94JR121834 - WV1DD42HXFA046136 - 9BWAA05U68T010410 - 9BD17307MB4330380 - 3GNCJ8C28JL165387 - 9BWAH4128GT500300 - 94DT8AL10DJ630101 - 93YHSR6R3DJ466173 - 9BD195A6ZF0682789 - 9BGEN69H0MG210644 - 9BHBG41DAGP588822 - 988611132MK349630 - 9BFZB55S3K8743013.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•Condições de venda e pagamento dos leilões: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP
CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO

Pregão Eletrônico nº 90050/2024 - Operacionalização do Acordo MICROSOFT PRO.00.8279 para o fornecimento de produtos e serviços da tecnologia MICROSOFT, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e constantes do Termo de Referência que integra o edital como Anexo I. Após falha no sistema do compras.gov, a Prodesp comunica que a retomada da sessão pública do pregão eletrônico nº 90050/2024 será dia 20/08/2024, às 09h com nova etapa de lances.

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024/SEDEC

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC torna público que realizará no dia **04/09/2024** às **14h30min (Horário Local de Cuiabá/MT)** e às **15h30min (Horário de Brasília/DF),** licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no ramo de eventos específicos para locação do espaço, montagem e desmontagem, mobiliários em geral e comunicação visual de estande institucional contendo 64m² de área, para participação do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC na 48ª Feira Internacional de Santa Cruz de La Sierra/EXPOCRUZ, a ser realizada no período de 20 a 29 de setembro de 2024, atendendo as demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC/MT, conforme condições e especificações detalhadas, constantes no Edital 003/2024/SEDEC e seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS – SIAG: Entre os dias **21/08/2024** a **04/09/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão (**04/09/2024**), quando o horário máximo de aceitação será até às **14h15min** (horário local de Cuiabá/MT) e às 15h15min (horário de Brasília/DF). INÍCIO DA SESSÃO: No dia **04/09/2024** às **14h30min (Horário Local de Cuiabá/MT)** e às **15h30min (Horário de Brasília/DF)** e ABERTURA DAS PROPOSTAS às **14h30min (Horário Local de Cuiabá/MT)** e às **15h30min (Horário de Brasília/DF),** através do site **www.gestao.mt.gov.br** - Link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**.
EDITAL DISPONIBILIZADO: **www.gestao.mt.gov.br** - (Link: Portal de Aquisições);
INFORMAÇÕES: **licitacao@sedec.mt.gov.br**; Edital no site: **www.sedec.mt.gov.br/publicacoes**; telefone: (0**65)3613-0045 ou 0034.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC-MT
Elisiane Medeiros de França
Coordenadora de Aquisições e Contratos/SEDEC
(original assinado via SIGADOC: SEDEC-PRO-2024/01062)

MAPFRE

MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 04.046.576/0001-40 - NIRE 3530017933-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 13 de junho de 2024, às 10h30, na sede da **MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, n.º 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionista detentor das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Antonio Clemente Campanário, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre a indicação de Diretor para compor a Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** aprovar a indicação para o cargo de Diretor da Companhia dos Srs. **(i) Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves,** português, casado, administrador, portador do passaporte CC106539, emitido por Portugal, válido até 02.11.2026, portador do RNM nº B0716624, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 012.122.858-40, nascido no dia 04/03/1975, e **(ii) Oscar Jose Celada Rodriguez,** espanhol, casado, administrador, portador do passaporte PAS 503023, emitido pela Espanha, válido até 27.11.2033, portador do RNM nº B0799027, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 021.308.688-35, nascido no dia 27/03/1971, ambos com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. Ressalta a acionista que a eleição dos indicados para os cargos está condicionada à obtenção prévia da pertinente autorização do Ministério do Trabalho, por meio do processo de concessão de visto de trabalho. Após o cumprimento das referidas formalidades legais e administrativas, será realizado nova reunião para deliberar sobre a eleição dos indicados. Os Srs. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez declaram aceitar suas indicações ao referido cargo, estando cientes que somente tomarão posse mediante a obtenção de visto permanente de trabalho, a ser aprovado pelas autoridades brasileiras competentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e de achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Antonio Clemente Campanário, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. **Antonio Clemente Campanário -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 260.157/24-7 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**